

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA**

LUIZ HENRIQUE COLETTO

**O MOVIMENTO LGBT E A MÍDIA:
Tensões, Interações e Estratégias no Brasil e nos Estados
Unidos**

**Rio de Janeiro, RJ, Brasil
2013**

LUIZ HENRIQUE COLETTO

**O MOVIMENTO LGBT E A MÍDIA:
Tensões, Interações e Estratégias no Brasil e nos Estados
Unidos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Comunicação e Cultura**.

Orientador: Prof. Dr. Renzo Romano Taddei

**Rio de Janeiro, RJ, Brasil
2013**

C694

Coletto, Luiz Henrique

O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos / Luiz Henrique Coletto. Rio de Janeiro, 2013.

278 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Renzo Romano Taddei.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2013.

1. Mídia social. 2. Movimento social. 3. Movimento LGBT. I. Taddei, Renzo Romano. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 302.23

LUIZ HENRIQUE COLETTO

**O MOVIMENTO LGBT E A MÍDIA:
Tensões, Interações e Estratégias no Brasil e nos Estados
Unidos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Comunicação e Cultura**.

Aprovada em

Comissão Examinadora

Renzo Romano Taddei, Dr. (UFRJ)
(Presidente/Orientador)

Denilson Lopes Silva, Dr. (UFRJ)

Peter Henry Fry, Dr. (UFRJ)

Dedico este trabalho...

...aos ativistas João Antônio Mascarenhas (1927-1998) e Vito Russo (1946-1990) por suas contribuições pioneiras;

...a todos e a todas ativistas pelos direitos humanos;

...à minha mãe e a meu pai.

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação é um empreendimento eminentemente individual. Assim são os meses finais, acompanhado apenas de livros, textos, áudios, notas e outros papéis que se avolumam. Entretanto, esta é apenas a etapa final de uma trajetória mais longa, e que só aconteceu porque pude contar com a participação de muitas pessoas e instituições.

Agradeço, em primeiro lugar, aos indivíduos que participaram desta pesquisa conversando e convivendo comigo, fornecendo informações e concedendo entrevistas; aos(às) ativistas, jornalistas e pesquisadores(as) brasileiros(as) que reservaram um período de suas rotinas para conversarmos sobre este tema de pesquisa; aos integrantes da *Gay & Lesbian Alliance Against Defamation* (GLAAD), no escritório de Los Angeles, que me receberam por dois meses e compartilharam comigo suas visões sobre o ativismo da organização e sobre suas próprias trajetórias. Em especial, agradeço a Monica Trasandes e Brian Pacheco, com os quais convivi mais intensamente na GLAAD.

Agradeço aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ Jorgina da Silva, Marlene Bonfim e Thiago Couto pelo auxílio em inúmeras situações da vida acadêmica.

O suporte financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi fundamental tanto para a realização dos créditos do mestrado quanto para a condução da pesquisa de campo no Brasil e nos Estados Unidos.

Agradeço muitíssimo aos professores Denilson Lopes e Peter Fry pela participação na fase de qualificação deste trabalho e pelas generosas contribuições à condução da pesquisa. Igualmente, agradeço pela apreciação desta dissertação.

Agradeço também ao ativista Toni Reis, que me colocou em contato com integrantes da GLAAD logo no início da pesquisa; e aos ativistas independentes das blogosferas LGBT do Brasil e dos Estados Unidos, pelo importante papel que fazem na fiscalização e crítica às atividades realizadas por organizações LGBT e seus ativistas, pois suas contribuições foram valiosas a essa pesquisa.

Agradeço muitíssimo a meus amigos, que me auxiliam (socorrem-me é mais apropriado) em todos os momentos. Especialmente a Cristiano Magrini, Laura Gheller, Leandro Vinícius de Moura, Luana Augusti e Michelle Falcão, que me acolheram, revisaram partes da dissertação, levaram-me correndo para a rodoviária e ouviram minhas lamúrias sobre este texto. Por tudo isso e muito mais – especialmente pelo mais.

Também agradeço à minha irmã, Jéssica Coletto, que pacientemente revisou as referências ao longo dos capítulos.

Um registro especial faço a meu orientador, Renzo Romano Taddei, que me ajudou a trilhar este percurso desde o princípio do mestrado. Suas contribuições à discussão e redação final deste texto foram imprescindíveis. Entretanto, muito antes de (e mais que) ser meu orientador, Renzo foi um professor cujas aulas reestimularam meu interesse pela pesquisa, a admiração pela docência e a curiosidade pela antropologia.

Por fim, uma dissertação em si seria necessária para agradecer o irrestrito apoio de minha mãe e meu pai à realização desta pesquisa e do mestrado. A mudança para o Rio de Janeiro, a viagem para Los Angeles, as infundáveis idas-e-vindas por vários estados brasileiros, o necessário silêncio para escrever, o apoio afetivo, tudo isso foi fundamental para essa pesquisa, e vocês apoiaram todas as minhas escolhas sem titubear. Não há como mensurar ou registrar o quanto sou grato.

“João Antônio não era jornalista e pouco escrevia para ser publicado, mas não titubeava em denunciar os abusos e preconceitos veiculados pela imprensa. Tendo assumido sua homossexualidade desde cedo, não tinha problemas em ser entrevistado e aparecer nos jornais, tornando-se desta maneira porta voz do movimento homossexual. Em 1982, escreveu aos diretores do jornal baiano *A Tarde*, protestando contra matérias publicadas nesse jornal que haviam qualificado os homossexuais de *perversos*, *anormais* e *imorais*. [...] Também prestava depoimentos aos jornalistas sobre a situação geral dos homossexuais brasileiros e do movimento homossexual.” – **Robert Howes** (2003) in João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil.

“The story of the ways in which gayness has been defined in American film is the story of the ways in which we have been defined in America. [...] As expressed on screen, America was a dream that had no room for the existence of homosexuals. Laws were made against depicting such things onscreen. And when the fact of our existence became unavoidable, we were reflected, onscreen and off, as dirty secrets.” – **Vito Russo** (1987) in The Celluloid Closet: Homosexuality in The Movies.

RESUMO

COLETTO, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 278p.

Esta pesquisa investiga a relação entre o movimento LGBT e a mídia no Brasil e nos Estados Unidos da América. O objetivo é descrever e analisar, de modo comparativo, mas contextual, como se dá a relação entre o movimento LGBT e a mídia, por meio de práticas institucionais e comunicacionais, nos dois países. Utilizando-se de observação participante, entrevistas em profundidade e análise documental, realiza-se uma “experiência etnográfica” para acessar questões sobre interações, relações e estratégias do movimento LGBT (por meio de organizações e ativistas) em relação a/com os meios de comunicação. Nos Estados Unidos, o trabalho de campo é realizado no escritório de uma organização de ativismo cultural na mídia, a *Gay & Lesbian Alliance Against Defamation* (GLAAD). No Brasil, o objeto é investigado a partir das visões de certos atores políticos centrais (ativistas em posição de liderança política e/ou institucional, jornalistas e pesquisadores). Os resultados da pesquisa apontam para protagonismos individuais no estabelecimento de relações com a mídia no Brasil, e para um campo altamente profissionalizado e corporativo em que se inscrevem as relações entre a mídia e a GLAAD nos Estados Unidos. Também se demonstra a existência de uma “arena” política em que outros atores interferem nas interações estabelecidas com a mídia nos dois países.

Palavras-chave: Movimento LGBT. Mídia. Observação Participante. Ativistas. GLAAD.

ABSTRACT

COLETTO, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 278p.

This research investigates the relationship between the LGBT movement and the media in Brazil and the United States of America. The aim is to describe and analyze, in a compared but contextualized manner, what the relationship is between the LGBT movement and the media through institutional and communicational practices in both countries. Adopting participant observation, in-depth interviews and data analysis, an “ethnographic experience” is carried out to access information about interactions, relationships and strategies of the LGBT movement (through organizations and activists) regarding/with media outlets. In the United States, field work is carried out at the office of an organization of cultural activism in the media, the *Gay & Lesbian Alliance Against Defamation* (GLAAD). In Brazil, the object is looked at using the views of specific central political actors (activists in political and/or institutional leadership positions, journalists and researchers). The results indicate individual protagonisms in the establishment of relationships with the media in Brazil, and a highly professionalized and corporative field in which relationships between GLAAD and the media occur. The existence of a political “arena” in which other actors intervene in the interactions with the media in both Brazil and the United States is also demonstrated.

Keywords: LGBT Movement. Media. Participant Observation. Activists. GLAAD.

LISTA DE SIGLAS

ABEH	Associação Brasileira de Estudos da Homocultura
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABRAGAY	Associação Brasileira de Gays
ACT UP	<i>AIDS Coalition to Unleash Power</i>
AFA	<i>American Family Association</i>
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANTRA	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
APOGLBT	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
ARTGAY	Articulação Brasileira de Gays
BSA	<i>Boys Scouts of America</i>
CADS	Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual
CANDACE	Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas
CAP	<i>Commentator Accountability Project</i>
CEDS	Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CFP	Conselho Federal de Psicologia

CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNT	Coletivo Nacional de Transexuais
CONAR	Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
COO	<i>Chief Operating Officer</i>
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CuS	Cultura e Sexualidade
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
EBGL	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
ESPM-RJ	Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro
EUA	Estados Unidos da América
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FCC	<i>Federal Communications Commission</i>
FRC	<i>Family Research Council</i>
GAI	Grupo Arco-Íris
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLAAD	<i>Gay & Lesbian Alliance Against Defamation</i>
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLSEN	<i>Gay, Lesbian & Straight Education Network</i>
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis

GMA	<i>GLAAD Media Awards</i>
GPH	Grupo de Pais de Homossexuais
HRC	<i>Human Rights Campaign</i>
IBDSEX	Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILGA	<i>International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association</i>
ILGA-LAC	<i>International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association – Latin American and Caribbean</i>
LA	Los Angeles
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT (Brasil)	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBT (EUA)	<i>Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender</i>
LULAC	<i>League of United Latin American Citizens</i>
MAP	<i>Movement Advancement Project</i>
MGL	Movimento de Gays e Lésbicas
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal
MPF-SP	Ministério Público Federal de São Paulo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTPC	<i>Massachusetts Transgender Political Coalition</i>
NAACP	<i>National Association for the Advancement of Colored People</i>
NGLCC	<i>National Gay & Lesbian Chamber of Commerce</i>
NGLTF	<i>National Gay and Lesbian Task Force</i>
NHMC	<i>National Hispanic Media Coalition</i>

NLGJA	<i>National Lesbian and Gay Journalists Association</i>
NMS	Novos Movimentos Sociais
NOM	<i>National Organization for Marriage</i>
NRI	<i>Network Responsibility Index</i>
NY	Nova York
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PIB	Produto Interno Bruto
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REPAIR	Reunião de Pais, Amigos e Irmãos de Homossexuais
RRU	<i>Rapid Response Update</i>
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SDH-PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SDL	StopDrLaura.com
SINPRO-DF	Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SPLC	<i>Southern Poverty Law Center</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBa	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

POR QUE ESTOU AQUI?	16
INTRODUÇÃO	17
I. Elementos de um campo fértil	20
1 O MOVIMENTO LGBT E A MÍDIA: INTERAÇÕES, VISÕES E UMA HISTÓRIA DILUÍDA NO TEMPO	30
1.1 A representação ou a produção de uma relação?	37
1.2 Ativistas na mídia e <i>contra</i> a mídia: interações diluídas na história	39
1.3 História recente: o movimento LGBT e a GLAAD nos Estados Unidos	49
1.4 Estratégias metodológicas	54
2 ATIVISMO NA MÍDIA DOS ESTADOS UNIDOS: AS ATIVIDADES DA GLAAD E A CRISE PRESIDENCIAL	67
2.1 O trabalho de campo na GLAAD	69
2.1.1 A centralidade da televisão: programas e projetos da GLAAD	77
2.2 GLAAD no final dos anos 2000: estrutura e crise presidencial	83
3 GLAAD EM AÇÃO: ESTRATÉGIAS MODERADAS E A CULTURA CORPORATIVA	96
3.1 O ativismo da GLAAD: estratégias e ações	96
3.1.1 <i>José Luis Sin Censura</i> : do diálogo aos anunciantes	99
3.1.2 CAP: educando a mídia	107
3.1.3 Estratégias em ação: Miss Universo, escoteiros e vozes religiosas	112
3.2 Visões do campo	119
4 OS ANOS 2000: O MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO, A TELENVELA E A IMPRENSA NO BRASIL	125
4.1 Movimento LGBT nos anos 2000	128
4.2 O movimento LGBT e a mídia no Brasil	133
4.2.1 A telenovela	136
4.2.2. A imprensa: os crimes e a Parada	151

5 INTERAÇÕES COM A MÍDIA NO BRASIL: O MOVIMENTO LGBT ENTRE PROTAGONISMOS E AÇÕES PONTUAIS	172
5.1 Sobre ações dirigidas às telenovelas e à imprensa	173
5.2 Relações: o <i>advocacy</i> entre protagonismos e reações isoladas	179
5.3 Para além da mídia: questões de fundo	188
5.4 Visões do campo	197
6 ENTRE ATIVISMOS E PRESSÕES: A GLAAD, O MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO E OUTROS ATORES NA “ARENA” POLÍTICA	203
6.1 Ativismo como profissão, ativismo como devoção	208
6.2 Pressões do Estado ou do Mercado?	211
6.3 O campo movimento-mídia e a “arena”: mais atores em cena	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
REFERÊNCIAS	248
APÊNDICES	264
ANEXOS	278

POR QUE ESTOU AQUI?

Minha entrada no campo da comunicação é, de certo modo, acidental. As primeiras leituras que fiz sobre homossexualidade remontam aos meus 16 anos. Desde então, o tema da homossexualidade – da sexualidade, portanto – tornou-se central em minha experiência enquanto indivíduo em si, e enquanto pesquisador em formação em especial. Assim, a graduação em jornalismo é acidental na medida em que, em qualquer outra formação a que tivesse recorrido, meu interesse seguiria confluindo para a homossexualidade, aqui referida apenas como termo amplo para tratar de um universo de pesquisa igualmente vasto. Não são acidentais, entretanto, as consequências desta formação e, de mesmo modo, a consecução deste mestrado. Ao estudar e experimentar um sem-número de assuntos específicos aos campos da comunicação e do jornalismo, comecei a estabelecer interfaces entre o tema que me movia enquanto *indivíduo político* – a existência, os desejos, os direitos e a cidadania de homossexuais – e a minha formação universitária.

O interesse que nutro por aquilo que se chama “ativismo LGBT” também remonta já à minha adolescência. E foi sempre tendo isso em mente que pensei minhas pequenas contribuições acadêmicas a esta causa. De modo especial, a formulação deste tema, deste objeto e desta pesquisa atende muito claramente a isso.

Esta também é, por fim, a realização de uma experimentação que deve muito à oportunidade oferecida por meu orientador. Assim como minha experiência com a comunicação e o jornalismo não foram inteiramente deliberadas, o contato que tive com a antropologia – e as antropologias feminista e *queer*, se assim se pode referi-las – também não o foi. Entretanto, esse contato atendeu a anseios teóricos que já nutria desde a graduação ao cursar disciplinas e enveredar por leituras antropológicas. A imersão neste campo fez-me um *novo* apaixonado (apaixono-me facilmente por outros conhecimentos) pelo que ele oferece à tentativa de compreensão da complexidade de experiências e vivências inter-humanas. Em especial da complexidade e diversidade de experiências e vivências de desejos (homo) cujo elemento comum reside, talvez, *apenas* na alteridade que apresentam em relação a desejos (hétero) pré-dados e compulsórios cuja experiência, não raramente, é tida como única – e não múltipla.

INTRODUÇÃO

Palavras e imagens importam.¹ Essa frase, cujo impacto sempre me foi mais forte no idioma original, tem me acompanhado de modo consciente, pelo menos, desde 2010, ainda na graduação. Este lema de uma organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos da América (EUA) suscitara meu fascínio em entender por que caminhos ia a relação entre o movimento LGBT brasileiro e a mídia no país. Inclusive e preliminarmente, se havia alguma relação entendida em termos mais institucionais, programáticos e estratégicos. Foi graças à ótima receptividade de meu orientador a este fascínio inquietante que pude investigar um objeto o qual, pretendo sustentar, não havia sido investigado mais profundamente pelos trabalhos acadêmicos em comunicação no Brasil. Espero, com justeza, poder corroborar ao longo do trabalho tal afirmação, que é, no limite, a constatação de que uma parte considerável da possibilidade de ativismo pró-LGBT na mídia tem carecido de reflexões por parte da academia no Brasil.

Esta investigação faz um recorte na relação entre os movimentos sociais e a mídia: especificamente entre o movimento LGBT e a mídia no Brasil e nos Estados Unidos. A escolha dos Estados Unidos para compor a problemática de minha pesquisa deve-se a dois fatores principais: à própria história do movimento LGBT ocidental e à interlocução teórica que a escolha da organização *Gay & Lesbian Alliance Against Defamation* (GLAAD) propicia à minha investigação. Esse grupo possui uma atuação que entendo como *sui generis* em relação a meu tema de pesquisa: GLAAD é a única grande organização – de que tenho conhecimento² – dentro do universo de organizações LGBT cuja atuação seja específica em *media advocacy*, ou seja, cuja missão e atividades estejam focadas eminentemente no ativismo pró-LGBT junto à mídia. Desenvolverei mais detidamente a importância

¹ Estou traduzindo aqui o original “*words and images matter*”, que é o lema da GLAAD, organização em que desenvolvi parte da pesquisa desta dissertação.

² Como já registrei em trabalho recente (COLETTI, 2012a), outro grupo similar de que tenho conhecimento é a organização *South Africa Gay and Lesbian Alliance Against Defamation* (SA GLAAD), cuja fundação teria sido em 2008. Conforme as páginas do grupo em redes sociais (o site da organização está fora do ar há vários meses), SA GLAAD seria um grupo por direitos civis igualitários que responde ao heterossexismo na mídia popular e na sociedade sul-africanas. Um blog do grupo está no ar desde 2010. Disponível em: <<http://saglaad.blogspot.com.br/>>. Outra organização focada em ativismo midiático surgiu na Inglaterra em 2009. O *Trans Media Watch* lida especificamente com questões e pessoas trans na mídia britânica. O grupo tem crescido desde então e produziu um estudo, em 2010, sobre como pessoas transgêneras sentiam-se representadas na mídia britânica. Site da organização: <<http://www.transmediawatch.org/>>. Acessos em: 20 de dez. 2012.

desses dois fatores acerca da escolha dos Estados Unidos para compor minha pesquisa no primeiro capítulo da dissertação.

Entendo que haja, neste trabalho, dois contextos específicos e distintos em muitos aspectos. Brasil e Estados Unidos, portanto, serão aqui trabalhados observando aspectos históricos, em especial na formação e trajetória do movimento LGBT nesses países. Tais aspectos históricos também se imiscuem com discussões de ordem cultural, política e econômica, mas não é meu objetivo, nem mesmo está sob meu alcance intelectual e de formação, tratar do Brasil e dos Estados Unidos em aspectos históricos que não sejam exclusivamente pertinentes e necessários à compreensão de diferenças, similitudes e influências de um em relação ao outro dentro de meu tema de pesquisa. Assim, a compreensão das trajetórias dos movimentos LGBT em cada uma destas nações é importante na medida em que explicita o surgimento da GLAAD nos Estados Unidos e o atual estágio da relação entre o movimento LGBT e a mídia no Brasil. O recurso à história deve-se também – e, sobretudo – à necessidade de explicar as trajetórias dos movimentos LGBT em cada um destes países, que se refletem, por óbvio, igualmente no modo como os entrevistados para esta pesquisa compreendem o movimento (e as ações e estratégias) de que fazem parte atualmente.

A relação **movimento LGBT–mídia** a que me refiro é, primeiramente, uma relação tensionada que o movimento LGBT estabelece com a mídia e a imprensa em específico. A constituição desta relação (e tensão idem) dá-se em termos de representações, diversidade de representações, estratégias de diálogo e agendamento, discursos e responsabilização³, etc. Todos esses elementos de estabelecimento de relações e administração de tensões estão presentes tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil – e por extensão, provavelmente em todos os países em que haja uma estrutura similar de mercado da comunicação e garantias constitucionais de expressão e livre associação. Meu objeto, portanto, é esta relação, mas a partir do que chamo de **atores políticos centrais**: organizações, ativistas em posição de liderança (institucional ou não, acadêmica e política), jornalistas, editores e acadêmicos (*scholars*). Como apresento na revisão de literatura, no primeiro capítulo, as pesquisas em comunicação no Brasil que

³ No inglês, *accountability*. Tem sido bastante comum no Brasil, nos últimos anos, o uso de expressões como *advocacy* e *accountability* por parte de ativistas para se referirem às atividades do movimento LGBT junto a esferas diversas como o poder público e a própria mídia.

enfocam, de alguma maneira, a “população LGBT” ou “pessoas não heterossexuais” em relação à mídia e à imprensa, raramente tratam dos agentes que estão envolvidos neste processo. Decorre disso que a relação entre ativistas e organizações LGBT, de um lado, com profissionais da mídia e veículos de comunicação, de outro, não tem sido fruto de reflexão; este é, portanto, um campo profundamente aberto à investigação, principalmente pela tentativa de compreender, especialmente no Brasil, o que “o movimento LGBT” (de fato, certos atores políticos) concebe sobre essa relação.

A especificidade de meu objeto, para além da escolha de tratar das formulações que estes atores políticos fazem da relação entre o movimento LGBT e a mídia, também se traduz no recorte bastante específico que fiz para tornar a pesquisa exequível. Nos Estados Unidos, tratei apenas do trabalho que GLAAD desenvolve em relação à mídia e à imprensa estadunidenses – isso também porque tal organização centralizou o papel de ativismo midiático pró-LGBT naquele país. No caso do Brasil, escolhi entrevistar uma série de pessoas – que aqui chamo de atores políticos centrais⁴ – para investigar como entendem esta relação do movimento LGBT com a mídia em termos de representações, diversidade de representações, estratégias de diálogo e agendamento, discursos e responsabilização, etc. Inclusive, sobre a própria existência de uma compreensão e formulação desta relação, que dimensões ela possui no campo da institucionalização e do desenvolvimento de estratégias específicas. Uma série de outras questões complementares como relação com o poder público, profissionalização do ativismo⁵ e captação de recursos

⁴ Esta é uma formulação para os efeitos pretendidos por este trabalho. Embora seja notável o papel de liderança que alguns de meus entrevistados possuem em seus respectivos setores, é discutível que todos eles possam ser considerados centrais em todos os âmbitos. Há questões geográficas (regionais) e políticas em jogo, além das próprias relações de poder dentro da academia (no caso de entrevistados pesquisadores). Assim, esta formulação corresponde à minha compreensão da importância destes atores no amplo cenário do movimento LGBT brasileiro. No caso dos Estados Unidos, considerando-se meu objeto, GLAAD constitui-se num ator político central naquele país.

⁵ Observando alguns trabalhos recentes, como os de Facchini (2009), Facchini e França (2009) e Mello, Brito e Maroja (2012), é preciso destacar uma diferença no emprego da ideia de “profissionalização” que faço nesta pesquisa e a que aparece nesses trabalhos. Em tais artigos, profissionalização aparece associada à formação das lideranças para desenvolverem atividades de *advocacy*, incidência política e, também, atividades gerenciais em suas organizações de base. Aqui emprego esta palavra num sentido um pouco diferente, referindo-me às competências em campos distintos (como política, comunicação, relações públicas, captação de recursos, gestão de recursos humanos, advocacia, relações internacionais, etc.) que seriam parte das formações de indivíduos específicos que, então, ingressam no ativismo. Não o oposto, portanto, em que há uma profissionalização para “gestão do ativismo” posteriormente. Em alguns casos específicos, entretanto, esses dois sentidos são oportunos para meu trabalho.

também fazem parte desta análise, e são apropriadamente discutidas nos capítulos analíticos da dissertação, com especial ênfase no capítulo final.

I. Elementos de um campo fértil

Na breve retomada que faço dos estudos em comunicação que têm abordado as homossexualidades e/ou pessoas não heterossexuais na mídia brasileira, o que se destaca é o crescente interesse pela pesquisa sobre sexualidades minoritárias, sobretudo as homossexualidades, na imprensa e na mídia em geral, embora ainda haja pouca diversidade de abordagens – como, por exemplo, os poucos estudos sobre bissexualidades ou travestilidades e transexualidades.⁶ Para colocar mais claramente a pertinência desta investigação, indico abaixo alguns elementos práticos que apontam para a relevância deste tipo de estudo, e também apresento os objetivos da pesquisa.

Em agosto de 2002, a Associação Nacional de Jornalistas Lésbicas e Gays dos Estados Unidos (*National Lesbian and Gay Journalists Association – NLGJA*), fundada em 1990, lançou um Manual de Estilo sobre Terminologia LGBT⁷ com o objetivo de cobrir os principais termos associados ao tema, além de fornecer os contatos de organizações LGBT e de seus departamentos de comunicação para os profissionais da imprensa. Já em janeiro de 2010, durante a 5ª Conferência da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais, seccional da América Latina e Caribe (ILGA-LAC), em Curitiba (PR), foi lançado o Manual de Comunicação LGBT, com objetivos similares àqueles presentes no da NLGJA, embora o Manual brasileiro seja mais didático em relação a vários temas.⁸ A publicação brasileira foi uma iniciativa da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), fundada em 1995, em parceria com a UNAIDS, o programa da Organização das Nações Unidas (ONU) para HIV e Aids.

⁶ Recentes trabalhos são os de Colling e Sanches (2010), Colling e Pirajá (2011) e a dissertação de Pirajá (2011) que tratam, respectivamente, da transexualidade na novela *As filhas da mãe* (Rede Globo, 2001-02), da travestilidade na minissérie *Queridos Amigos* (Rede Globo, 2008) e da travestilidade em séries da Rede Globo.

⁷ Cf. *Stylebook Supplement on Lesbian, Gay, Bisexual, & Transgender Terminology*. Disponível em: <<http://www.nlgja.org/resources/2010stylebook.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012. A versão mais atual do suplemento é de agosto de 2010.

⁸ Para uma discussão sobre o Manual e sua estrutura, ver Amaral e Coletto (2010), principalmente a seção *Advogando enfoques positivos* (p.158-162).

Esses dois manuais refletem, de modo claro, a tentativa de estabelecer uma relação mais objetiva e direta com os meios de comunicação e seus produtores de conteúdo como uma forma de estabilizar sentidos e modos de representação. No caso da organização em que desenvolvi trabalho de campo, a GLAAD, esse tipo de produção é ainda mais intenso, com a elaboração de diversos materiais (*tool kits*) enfocando temas específicos para o trabalho da mídia estadunidense (retorno a isso adiante).

A história de interações entre o movimento LGBT e a mídia não é nova nem no Brasil nem nos Estados Unidos, como discuto no capítulo um em relação à literatura brasileira.⁹ Entretanto, desde a fundação da ABGLT, em 1995, uma visão mais estratégica em relação à mídia tem paulatinamente se desenvolvido no cenário nacional. Essa visão fortaleceu-se nacionalmente, sobretudo, nas duas gestões de Antônio Luiz Martins dos Reis (Toni Reis), de 2007 a 2012. O próprio Manual de Comunicação LGBT, lançado em 2010, é reflexo disso. Os acontecimentos que aponto abaixo também traduzem um pouco do cenário recente.

Em 2007, a ABGLT entrou com representação oral junto ao Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP) contra a emissora de televisão *TV Record* por causa de declarações homofóbicas feitas no programa “Fala que eu te escuto” do dia 27 de março daquele ano.¹⁰ No mesmo ano, a polêmica em torno da sexualidade do jogador brasileiro de futebol Richarlyson teve grande repercussão na mídia¹¹ e também ensejou manifestação da ABGLT, desta vez apenas por meio de nota, criticando de modo genérico a mídia e, em especial, os programas esportivos.¹²

Em 2011, uma nova polêmica motivou manifestações da ABGLT: a direção da emissora Rede Globo determinou que os autores da novela *Insensato Coração* (da faixa das nove horas, horário nobre e com maior audiência) “esfriassem” a história do casal gay presente na trama; além disso, para que não fizessem apologia política

⁹ A literatura sobre este tema em língua inglesa é extensa, mas indico algumas obras centrais e mais referenciadas: Russo (1987), Montgomery (1989), Gross & Woods (1999), Capsuto (2000), Gross (2001) e Walters (2001).

¹⁰ Cf. <<http://www.abglit.org.br/port/basecoluna.php?cod=34>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

¹¹ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/zapping/ult3954u307509.shtml>>. A queixa-crime que o jogador abriu contra o dirigente do Palmeiras que havia dito que ele era homossexual também renovou a discussão por causa da sentença claramente imprópria do juiz que arquivou a queixa. Cf. <<http://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/409343/juiz-e-punido-por-escrever-em-sentenca-que-futebol-e-coisa-de-macho>>. Acessos em: 20 nov. 2011.

¹² Cf. <<http://www.abglit.org.br/port/basecoluna.php?cod=114>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

por uma lei federal que punisse a homofobia.¹³ No mesmo dia em que este fato foi veiculado pela imprensa, 19 de julho de 2011, a ABGLT oficiou a emissora solicitando que fosse mantida “a livre expressão artística dos autores”.¹⁴ No dia seguinte, a assessoria da Rede Globo respondeu à nota defendendo seu posicionamento, ainda que de modo lacônico.¹⁵ Pouco mais de um mês depois, quando a telenovela terminou, a ABGLT lançou uma nota congratulatória à emissora pelo modo como a homossexualidade foi retratada pelos autores da trama.¹⁶

Já em 2012, a ABGLT também intensificou suas manifestações em diversos campos ligados à mídia: em 28 de maio, a organização oficiou o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) sobre o comercial “Festa de São João”, da marca de cervejas *Nova Schin*. No ofício, a organização pedia que o Conselho retirasse o comercial do ar por considerá-lo discriminatório em relação às travestis.¹⁷ O desdobramento deste caso é interessante porque representou uma vitória rápida por meio de uma estratégia direta de diálogo com a cervejeira. A empresa retirou o comercial do ar antes mesmo de ser oficiada pelo CONAR – e como tem sido a tradição conservadora do órgão, o parecer do CONAR foi de que o comercial não era preconceituoso. Assim, organização LGBT e empresa dialogaram e resolveram a demanda antes mesmo que o órgão autorregulador manifestasse-se. Em 22 de julho de 2012, a ABGLT enviou congratulações ao programa *Na Moral* (Rede Globo) pela exibição da união civil do casal Simone e Aline.¹⁸ Já em 07 de agosto, enviou ofício ao Ministério Público Federal (MPF) e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) solicitando providências quanto a duas canções, da dupla sertaneja João Carreiro e Capataz, por causa do conteúdo delas, que incitaria a homofobia.¹⁹ Por fim, na segunda semana de novembro de 2012, a edição impressa da revista *Veja* publicou o artigo “Parada gay, cabra e espinafre”, do articulista José Roberto Guzzo. As reações ao texto foram inúmeras tanto de ativistas quanto de outros jornalistas e mesmo parlamentares. O artigo, em resumo, fazia comparações de gays com cabras e espinafre para tratar do tema dos direitos desta população. A ABGLT pediu direito de resposta à revista no dia 12 de

¹³ Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/945317-globo-corta-cenas-e-bandeira-gay-de-insensato-coracao.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

¹⁴ Cf. <<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=177>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

¹⁵ Cf. <<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=178>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

¹⁶ Cf. <<http://www.agenciaaids.com.br/noticias/interna.php?id=17560>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

¹⁷ Cf. <<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=224>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

¹⁸ Cf. <<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=234>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

¹⁹ Cf. <<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=240>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

novembro, em carta encaminhada ao diretor de redação da *Veja*. A demanda seguiu para o departamento jurídico da Abril e, até o presente, não foi respondida²⁰ (retorno a esse caso no capítulo final).

Inúmeras outras ações da ABGLT, como cartas abertas, ofícios a órgãos públicos, contatos diretos com jornalistas e produtores de jornais impressos e emissoras de televisão, além da própria participação de seu presidente, Toni Reis, em várias matérias,²¹ têm ocorrido ao longo dos últimos anos com especial intensidade. Alguns dos casos que indiquei aqui como exemplo da materialidade das relações estabelecidas entre o movimento (pela ABGLT neste caso) e a mídia são abordados nos capítulos em que discuto o trabalho de campo no Brasil. O que se extrai dessas interações dos últimos cinco anos é um conjunto de estratégias que envolvem diálogo e ativismo jurídico (como nos ofícios ao MPF solicitando ação) numa série de setores como a telenovela, a imprensa, a publicidade e a música. Aquelas endereçadas às emissoras, dada a correlação de forças, quase nunca frutificam, mas outras como o diálogo com algumas empresas e agências de publicidade têm dado resultados.

Tais exemplos recentes indicam, primeiro, que o movimento LGBT brasileiro – notadamente por meio da ABGLT, que é hoje a associação nacional mais expressiva e agrega centenas de associações LGBT do país – tem focalizado mais continuamente a mídia como um espaço de atuação importante. Na introdução do Manual de Comunicação LGBT lançado em janeiro de 2010, a associação indica oito metas que estabeleceu em relação à mídia. A segunda delas diz respeito à homofobia²² na cobertura midiática: “minimizar o **enfoque preconceituoso** em situações adversas que envolvem a comunidade LGBT, reduzindo a nocividade e influência negativa na sociedade” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010, p.7, grifo nosso). Já a meta de número cinco, na mesma página, é ainda mais específica quanto à representação da população LGBT na mídia:

Aprimorar o diálogo com produtores de novelas, programas humorísticos, científicos e culturais de rádio e televisão, oferecendo cada vez mais informações e fontes qualificadas e capazes de contextualizar a realidade da comunidade LGBT com profissionalismo e ética.

²⁰ Cf. <<http://abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=265>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

²¹ Quase todas estas ações são compartilhadas diariamente por Toni Reis em algumas listas nacionais (grupos de e-mails) que reúnem ativistas e outras pessoas interessadas no tema.

²² Aqui a expressão também se refere ao preconceito com lésbicas e travestis e transexuais, que é referido por muitos pesquisadores e ativistas como lesbofobia e transfobia respectivamente.

Por outro lado, as notas que a ABGLT lança e mesmo outras ações que diversos grupos espalhados pelo país e ativistas independentes realizam²³ também indicam um cenário bastante amplo não sistematizado e que não é estruturado em termos de monitoramento da representação da temática e dos indivíduos LGBT na mídia de forma contínua. Isto significa dizer, portanto, que, enquanto há um conjunto de interações ocorrendo entre estes dois atores políticos, não há, necessariamente, uma atuação sistemática quanto à mídia.

Este é um campo que, composto por diversas organizações, com algumas de maior proeminência histórica e nacional, está oportunamente aberto para investigações que procurem compreender que visões os diversos atores políticos que atuam de modo mais expressivo no/em prol do movimento LGBT possuem desta relação (estabelecida claramente ou não, refletida de modo sistemático ou não) com a mídia.

Quando se observa a mesma questão nos Estados Unidos – especificamente por meio do recorte que fiz na organização de *advocacy* midiático GLAAD –, a quantidade de produção de material sistematizado sobre o tema (representação, monitoramento, ações, etc.) é abundante. GLAAD, entretanto, não foi pioneira no ativismo midiático em prol da “comunidade LGBT” nos Estados Unidos – e o mesmo é verdadeiro no Brasil em relação às organizações atuais, como apresento no próximo capítulo. Sua história e seu enfoque, entretanto, tornaram-na uma organização nacional líder neste setor, além do fato de GLAAD estar hoje entre as três maiores organizações LGBT dos Estados Unidos.²⁴

Dois exemplos mais expressivos sobre a produção de GLAAD quanto à representação na mídia são: o relatório anual *Where we are on TV* (Onde estamos na TV), a partir de 2005, referente à temporada 2005-2006 da televisão estadunidense. A entidade já fazia o levantamento sobre a condição das

²³ Sazonalmente, vários casos de programas radiofônicos, televisos, colunas de jornais e sites, vídeos independentes produzidos na internet, etc. são relatados nas listas nacionais do movimento LGBT por conterem conteúdo preconceituoso quanto à orientação sexual e identidade de gênero. As ações também variam, desde telefonemas à redação/edição dos veículos, e-mails, ofícios, pedidos de direito de resposta e, mais raramente, ações judiciais. Pela não sistematização destes casos e por sua divulgação mais expressiva apenas em grupos de e-mail do movimento, não é possível indicar aqui detalhadamente cada um deles, embora eu acompanhe e participe dessas listas há mais de dois anos. Os ativismos locais e os contextos regionais são centrais neste caso, como discuto em alguns momentos nos capítulos sobre o Brasil, mas o enfoque deste trabalho é no cenário nacional.

²⁴ Este não é um enquadramento necessariamente financeiro, embora GLAAD figure entre as cinco organizações nacionais que mais receita têm. A maior dessas organizações é a *Human Rights Campaign* (HRC), fundada em 1980, acompanhada da *National Gay and Lesbian Task Force* (NGLTF), fundada em 1973, e por GLAAD, criada em 1985.

personagens LGBT na televisão desde meados dos anos 1990, mas a partir de 2005 começa a lançar os relatórios de modo mais completo. Nos anos seguintes, os dados são cada vez mais detalhados e volumosos, com recortes sobre gênero, etnia e raça, gêneros dos programas (drama, comédia), presença de travestis e transexuais (*transgender*), de bissexuais, juventude, etc. Uma característica dos relatórios é que eles trazem muitos dados quantificados, em que a organização retoma o percentual de personagens LGBT do ano anterior em relação ao do novo relatório, além de elaborar detalhados gráficos e tabelas com os recortes “identitários” que indiquei acima; e o *Network Responsibility Index (NRI)*²⁵, lançado após o término da temporada (desde 2007), em que se analisam como as personagens constantes no relatório *Where we are on TV* (prévios à entrada das temporadas no ar) foram efetivamente apresentadas. Aqui se destaca a avaliação que a entidade faz para cada emissora (cinco maiores abertas e dez canais a cabo), com os indicadores Excelente, Bom, Adequado e Fraco.

Esses dois exemplos de sistematização anual sobre representação na televisão refletem alguns dos materiais que a organização tem desenvolvido desde que foi criada. Diversas outras publicações, a exemplo dos manuais da NLGJA e da ABGLT, são frequentemente elaboradas pela GLAAD para os profissionais da mídia: o *GLAAD Media Reference Guide* (sobre terminologia), o *Inclusive Newspapers List* (lista de jornais inclusivos), o *Prom Resource Kit* (sobre adolescentes gays e bailes de formatura do colegial), o *Violence Against Transgender People Resource Kit* (kit para cobertura sobre o tema da violência contra pessoas trans), o *Mother's Day and Father's Day Resources Kits* (kits para abordar o tema do Dia dos Pais e do Dia das Mães), o *GLAAD Advertising Media Program – Mainstream Advertising Best Practices* (sobre melhores práticas publicitárias) e o *Transgender Day of Remembrance Resource Kit* (kit com dados sobre o Dia da Memória Trans) são algumas. Abordo mais detalhadamente as atividades da GLAAD nos capítulos sobre o trabalho de campo nos Estados Unidos.

Em face dessas questões, e do diálogo que o trabalho de campo no escritório da GLAAD propicia à minha pesquisa, meus objetivos quanto ao objeto aqui em

²⁵ “O Indicador de Responsabilidade da Rede produzido pela GLAAD é uma avaliação sobre a quantidade e a qualidade das imagens de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros/as na televisão. Sua intenção é a de servir como um roteiro no sentido de aumentar representações justas, honestas e inclusivas de LGBT na mídia.” (GAY & LESBIAN..., 2010, p.2, tradução nossa)

investigação foram sendo traçados nos últimos quatorze meses da pesquisa. Apresento-os sucintamente a seguir.

Meu **objetivo geral** com esta pesquisa é o de descrever e analisar, de modo comparativo (mas contextual), como se dá a relação entre o movimento LGBT civilmente organizado e a mídia – através de práticas institucionais e comunicacionais, no Brasil e nos Estados Unidos – e de que maneira a tensão existente entre os principais atores políticos envolvidos (ativistas LGBT e profissionais da mídia) é constitutiva das formas de existência não apenas do ativismo LGBT, mas também dos modos por meio dos quais a imprensa vive e plasma narrativas sobre minorias sexuais.

Tal objetivo geral, dada sua amplitude, desdobra-se num enquadramento mais refinado em **três objetivos específicos**: (1º) caracterizar que estratégias são empreendidas pela GLAAD (nos Estados Unidos) e pelos atores políticos LGBT brasileiros no relacionamento que estabelecem com a mídia. Isto é, observação de atividades institucionais, no intuito de perceber as formas de construção de protagonismo sociopolítico, por meio de ações que envolvem protagonismo, incertezas, tentativa e erro e imponderáveis da comunicação e da política; (2º) estabelecer de que modo atores políticos LGBT brasileiros compreendem a relação que o movimento estabelece com a mídia em termos de representação da temática e dos indivíduos LGBT; de diversidade da representação; de estratégias que o movimento desenvolve em relação à mídia; e do monitoramento e da responsabilização da mídia pelo que ela produz; por fim, (3º) cotejar os dados de campo (notas, arquivos, entrevistas, etc.) coletados em ambos os países de modo a clarificar que processos de similitude e/ou diferenciação foram constituídos nestes contextos geoculturais em relação à atuação que atores políticos LGBT estabelecem frente à mídia e às suas produções.

Alguns pressupostos de minha pesquisa relacionam-se diretamente com os objetivos postos acima, como a existência de tensões, nem sempre declaradas, entre ativistas e profissionais da mídia. Tais pressupostos também se devem ao progressivo contato com a literatura sobre a formação e a história do movimento LGBT no Brasil e nos Estados Unidos e com os estudos brasileiros em comunicação focados em representações e discursos sobre indivíduos LGBT na imprensa e na mídia em geral. Tais literaturas e as formulações que aqui faço, indicam, a meu ver, a importância de um enfoque etnográfico sobre este objeto, pois o recorte sai da

representação (pelo discurso, pela imagem, etc.) e direciona-se para a formulação que os atores políticos LGBT fazem da relação entre suas demandas e a mídia; também das estratégias que produzem e dos recursos que empregam para se relacionar, caso em que a condição *sui generis* da organização GLAAD é produtiva para lançar questões à realidade brasileira. Neste sentido, há uma assimetria relativamente intransponível, e proposital, na constituição desta pesquisa, e é mister compreender o que ela engendra.

O objeto em investigação pode ser sumarizado em “a relação ou as relações entre o movimento LGBT e a mídia”. Na introdução do primeiro capítulo, explico a que me refiro ao utilizar as noções de movimento LGBT e mídia, especialmente para o caso brasileiro. Já aqui é necessário estabelecer, entretanto, que a constituição da pesquisa no Brasil e nos Estados Unidos, do modo como a fiz, produziu uma assimetria na entrada em campo que realizei nos dois países. Abordo este objeto de maneira distinta nos dois locais, e a inevitabilidade desta diferença é que produz tal assimetria. No Brasil, é por meio das visões de indivíduos específicos (atores políticos centrais), em contextos organizacionais variados, que trato da relação do movimento LGBT com a mídia. Nos Estados Unidos, por meio de uma única organização LGBT. A tentativa de estabelecer qualquer equivalência não me parece frutífera ou apropriada: ao identificar na GLAAD um lócus de pesquisa com potencialidade para descentrar minhas (pré) concepções sobre esta temática, automaticamente cria-se a impossibilidade de tratar do objeto por meio de uma organização LGBT no Brasil. Fazer isto seria injusto, uma vez que GLAAD é uma *issue organization*, ou seja, focada num assunto específico (a mídia), e não há equivalência entre ela e outras organizações LGBT brasileiras. Para constituir um acesso similar a este objeto, poderia ter realizado, por exemplo, pesquisa de campo comparativa apenas no Grupo Gay da Bahia (GGB) e na *Human Rights Campaign* (HRC), assim estabelecendo, mais ou menos, uma simetria na investigação deste objeto por meio de contextos organizacionais binacionais somente. Ao fazer isso, entretanto, perderia o potencial específico de GLAAD como organização LGBT de ativismo midiático. A escolha desta organização (e, portanto, do trabalho de campo nos Estados Unidos) deve-se eminentemente à sua especificidade em relação a meu objeto, portanto. Justifico mais detidamente a escolha da GLAAD na seção 1.3 do capítulo um, e a implicação metodológica desta configuração de pesquisa aparece na seção 1.4 do mesmo capítulo.

* * *

Abaixo indico a estruturação progressiva desta dissertação: no primeiro capítulo, ***O movimento LGBT e a mídia: interações, visões e uma história diluída no tempo***, discuto mais detalhadamente meu objeto de pesquisa, os limites conceituais que emprego ao me referir à mídia e ao movimento LGBT (e à população e “comunidade LGBT”), além das próprias limitações globais da pesquisa em face dos recortes teórico-metodológicos. Faço uma revisão de literatura sobre as pesquisas brasileiras do campo da comunicação que têm investigado temas como as representações, os discursos e as coberturas que circulam na mídia e são produzidas por ela em relação a indivíduos LGBT ou às demandas do movimento. Também discorro sobre a escolha de GLAAD para compor esta investigação junto a um breve histórico sobre a importância dos Estados Unidos neste cenário. Por fim, discuto as estratégias metodológicas relacionadas ao meu trabalho de campo no Brasil e nos Estados Unidos.

No capítulo dois, ***Ativismo na mídia dos Estados Unidos: as atividades de GLAAD e a crise presidencial***, apresento considerações gerais sobre o trabalho de campo feito no escritório da GLAAD, em Los Angeles, e também discorro sobre as atividades da organização em relação aos diversos setores da mídia. Por fim, posiciono a organização no final dos anos 2000, enfatizando a crise presidencial de 2011 que se refletiu durante meu trabalho de campo em 2012.

No terceiro capítulo, ***GLAAD em ação: estratégias moderadas e a cultura corporativa***, discuto uma série de casos ocorridos durante o trabalho de campo que explicitam as estratégias empregadas pela organização para realizar seu ativismo midiático. Encerro, então, com algumas visões do campo, abordando a cultura corporativa de GLAAD e os desafios que meu enquadramento como estagiário pôs à pesquisa.

No capítulo quatro, ***Anos 2000: o movimento LGBT brasileiro, a telenovela e a imprensa***, discuto o trabalho de campo no Brasil por meio de uma primeira abordagem focada em visões sobre conteúdo da mídia. Inicialmente, apresento um panorama da configuração do movimento LGBT nos anos 2000. Em seguida, tomando as entrevistas realizadas no Brasil como material central, discuto as relações entre o movimento e a mídia a partir de dois enfoques específicos: na telenovela (campo do entretenimento) e nas coberturas jornalísticas (campo da imprensa).

No capítulo cinco, ***Interações com a mídia no Brasil: o movimento LGBT entre protagonismos e ações pontuais***, realizo uma segunda abordagem focada nas relações dos ativistas com a mídia. Com base, sobretudo, nas entrevistas, discuto as estratégias empregadas pelo movimento para interagir com os veículos de comunicação. Discorro, então, sobre questões de fundo importantes sobre o movimento LGBT no país hoje, encerrando com visões do campo em que destaco as diferenças nas avaliações dos entrevistados sobre esta temática e a proeminência da ABGLT na última década.

No sexto e último capítulo, ***Entre ativismos e pressões: a GLAAD, o movimento LGBT brasileiro e outros atores na “arena” política***, estabeleço um diálogo entre questões presentes nos quatro capítulos anteriores, tentando formular as diferenças mais marcantes entre os ativismos nos dois países e a trajetória dos movimentos LGBT em ambos como forma de compreender os modos de interação com a mídia. Destaco, especificamente, a ambivalência do “ser ativista” nos dois países, o acesso a recursos financeiros e a relação com o Estado, e como a presença de outros atores políticos nesta “arena” auxiliam na compreensão das relações do movimento LGBT com a mídia no Brasil de hoje.

1 O MOVIMENTO LGBT E A MÍDIA: INTERAÇÕES, VISÕES E UMA HISTÓRIA DILUÍDA NO TEMPO

Neste capítulo, trato mais detidamente da especificidade do objeto aqui em investigação e dos limites que o enquadramento metodológico que perfiz impõe a esta pesquisa. Isso ocorre na primeira seção, ***A representação ou a produção de uma relação?*** Na seção seguinte, ***Ativistas na mídia e contra a mídia: interações diluídas na história***, apresento uma revisão de literatura que, como pretendo sustentar, aponta para um conjunto já vasto e volumoso de pesquisas tratando de representações, coberturas e discursos na mídia e na imprensa acerca de “pessoas LGBT” e “questões LGBT”, mas que deixa descoberta uma abordagem mais focada em entender a relação dos atores políticos – especialmente os do movimento LGBT – envolvidos neste processo contínuo de interações entre ativistas e profissionais da mídia. Na seção ***História recente: o movimento LGBT e a GLAAD nos Estados Unidos***, ocupo-me em apresentar a escolha da organização GLAAD, dentro do amplo conjunto de organizações LGBT daquele país, como lócus de pesquisa relativo e perspectivo a meu objeto, principalmente por meio dos dois fatores que assinalo na introdução do trabalho. Por fim, na seção ***Estratégias metodológicas***, faço considerações sobre a consecução metodológica desta pesquisa, os limites gerais da investigação, as diferenças significativas entre o trabalho desenvolvido nos Estados Unidos e no Brasil, além das padronizações adotadas, nesta pesquisa, para o uso dos materiais coletados.

São ambos do século passado os frutos de que me ocupo neste trabalho: os meios de comunicação e o movimento LGBT. O objeto que aqui forjo não é novo ou desconhecido, por caminhos diversos, de pesquisadores e ativistas. Entretanto, a história da relação entre o movimento LGBT e a mídia no Brasil ainda está por ser escrita de forma mais sistemática e abrangente. Em que pese alguns resgates que faço nesta pesquisa, ela não tem pretensão historiográfica. Tais resgates, entretanto, servem justamente para iluminar o quadro atual de que me ocupo, o qual é recortado por meio de um duplo empreendimento: visões e elaborações de diversos indivíduos envolvidos neste objeto forjado – a relação entre o movimento LGBT e a mídia – e a constante discussão de literaturas sobre tal questão.

Parece-me importante, como esclarecimento preliminar, delinear mais claramente a que me refiro quando utilizo “movimento LGBT” e “mídia”. Ambas as expressões recobrem um universo tanto político quanto acadêmico bastante amplo, e a constituição de meu objeto em torno dessas expressões é bastante específica.

A razão central da escolha pela expressão movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais²⁶) é seu generalizado uso, hoje, tanto pela academia²⁷ quanto pelo movimento social. Um dos trabalhos de maior referência nos estudos do movimento LGBT no Brasil é o de Regina Facchini, realizado no final dos anos 1990. É oportuno destacar as breves colocações que a autora (FACCHINI, 2005, p.20) faz em torno da denominação do movimento: de MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) na sua origem nos anos 1970-80, passando por construções como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas) e GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) já nos anos 1990. O uso, ainda não disseminado na época, de GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) surge em 1999 e, por fim, é só em 2008 que o movimento, em Conferência Nacional, adota a expressão LGBT, dando visibilidade maior às lésbicas e seguindo tendências internacionais (SIMÕES NETO, 2011).

Outra sigla bastante usual no Brasil é GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), embora seu emprego seja praticamente inexistente dentro do universo de organizações do movimento LGBT. A emergência e persistência desta sigla, refletindo o *gay-friendly* presente na língua inglesa, tem sua vinculação associada aos anos 1990 e ao reflorescimento (e em searas como a internet, ao surgimento) de um mercado segmentado no público gay (FRANÇA, 2006; FACCHINI, 2005). Variações da utilização de LGBT são comuns no país, embora muito mais em nomes de organizações do que em atividades de âmbito nacional ou mesmo no discurso das lideranças nacionais. Assim, há grupos que utilizam LGBTT (explicitando

²⁶ É necessário esclarecer que há também várias divergências em torno das expressões utilizadas para se referir às pessoas trans dentro do movimento. Nos Estados Unidos, por exemplo, utiliza-se LGBT, em que o T representa pessoas transgêneras (*transgender*). No Brasil, por outro lado, utiliza-se a mesma sigla LGBT, mas o T representa nominalmente travestis e transexuais, havendo pouca penetração da palavra transgênero/a para se referir às e aos travestis e transexuais em termos políticos. O pesquisador Jack Halberstam, na conferência de abertura do VI Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), em agosto de 2012 em Salvador, observou criticamente sobre o uso pouco claro de *transgender* em outros países e contextos culturais para se referir a pessoas com vivências trans.

²⁷ Discussões sobre o uso de LGBT, a falta de consenso em torno da expressão, a não utilização generalizada de transgênero (traduzido de *transgender*) no Brasil, bem como outras categorias do campo médico-sanitário (HSH e MSM) podem ser vistas em: França (2006), Simões & Facchini (2009), Facchini & França (2009) e Carrara e Simões (2007), entre outros.

travestis e transexuais dentre o universo de pessoas com identidade trans) e, de modo quase inexistente, LGBTI (intersexuais/intersexo), cuja utilização é mais comum em âmbito internacional – vide a maior organização LGBT transnacional, a *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA), fundada em 1978 e que congrega mais de 800 grupos de 110 países. Há, por fim, alguns usos mais recentes de LGBTI em relatórios das Nações Unidas, e de LGBTQI, incluindo *queer* na sigla.²⁸

Essas denominações, evidentemente, não se esgotam apenas na historicidade ou no uso político-institucional por parte das maiores organizações do movimento. Existem também outras abordagens críticas a palavras como homossexual e homossexualidade, apontando para alternativas como homoerotismo (COSTA, 1992) ou homoafetividade (DIAS, 2000), para mencionar dois exemplos que circulam com mais ênfase no Brasil. É interessante notar, inclusive, como cada um desses termos circulam em contextos teóricos e políticos específicos: palavras como homoafetividade e homoafetivos (tanto como adjetivos quanto substantivos) têm forte penetração no meio jurídico brasileiro, e foram amplamente utilizadas por Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em decisão histórica sobre o reconhecimento de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares em maio de 2011.

Uma implicação direta da escolha que faço por esta expressão está no uso que os entrevistados, e inclusive eu ao longo do texto, fazemos de outras duas expressões: “população LGBT” e “comunidade LGBT”. É oportuno delinear também como essas expressões são aqui utilizadas por mim, especialmente pela sensibilidade que a segunda delas demanda, historicamente, nos estudos sobre homossexualidades e movimentos LGBT. Há, por um lado, a construção política de categorias e identidades por parte dos ativistas, e, de outro, a discussão que faço propriamente neste trabalho. A construção de uma identidade coletiva no interior dos movimentos LGBT, em vários países, surge como ponto de investigação importante nos anos 1990 (GAMSON, 1995; BERNSTEIN, 1997; FACCHINI, 2005) e está registrada na trajetória dos estudos sobre o movimento LGBT no Brasil também. Não

²⁸ Há, virtualmente, inúmeras outras formulações dando conta de perspectivas regionais (como *hijra* na Índia) ou posições teóricas e políticas diversas (como a dissociação entre questões relativas à identidade de gênero e relativas à orientação sexual; ou a inclusão de práticas como *bondage* e sadomasoquismo (BDSM), etc.). O artigo da Wikipédia em língua inglesa a respeito do tema é bastante completo e remete diretamente às fontes acadêmicas sobre cada uma das siglas e abordagens. Cf. <<http://en.wikipedia.org/wiki/LGBT>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

me ocupo desta discussão porque ela está além de meu objeto, ainda que apareça, em momentos muito específicos, a polarização entre entrevistados mais próximos da teoria *queer* e aqueles que se opõem a ela por razões diversas – uma das consequências da “virada queer” dos anos 1990 em relação à perspectiva identitária e étnica do movimento LGBT estadunidense. A construção das identidades e o uso delas politicamente engloba uma série de problemáticas, e os pesquisadores que investigaram a história e formação do movimento homossexual/LGBT brasileiro trataram da complexidade destas identidades (ou da sopa de letrinhas, para recordar o título do trabalho de Regina Facchini).

Aqui proponho uma utilização bastante limitada dessas expressões, no seguinte sentido: para me referir a todos os indivíduos que têm desejos – eventualmente práticas, mas, sobretudo, desejos – ou que se autoidentificam como “gays” ou “homossexuais” ou “bichas” ou “travestis” (etc.), utilizei a expressão *população LGBT*. Já a noção de comunidade pode ser pensada a partir da formulação de Benedict Anderson (2006) para o estudo do nacionalismo. Tratando de uma definição para o conceito de nação, Anderson diz que “it is an imagined political community” (p.6). Como Epstein (1987), Seidman (1993), Gamson (1995) e outros registraram acerca do desenvolvimento do “movimento de liberação gay” dos Estados Unidos, a construção de um movimento “*quasi-étnico*” fortaleceu a noção de uma “comunidade LGBT”, além da própria formação continuada, desde o pós-guerra, de comunidades de gays e lésbicas ligadas política e identitariamente às organizações LGBT (D’EMILIO, 2000, p.31-32). Reconheço, entretanto, que este seja um tema palpitante e em aberto, e cuja abordagem teórica não faz parte de minha pesquisa.

Por isso, compreendo “comunidade LGBT” como referente a indivíduos que frequentam ambientes culturais e de organização política, que se entendem como parte de uma “comunidade imaginada”, interagindo em momentos e espaços diversos associados a um local de “interação gay/lésbica”, a um nicho de mercado ou a setores acadêmicos ligados aos estudos gays, lésbicos e *queer*, por exemplo. Talvez a sobreposição das duas expressões – população LGBT e “comunidade LGBT” – delineie melhor como as utilizo nesse trabalho: muitos indivíduos que se autoidentificam como gays ou lésbicas, por exemplo, recusam a identificação com quaisquer elementos de uma “subcultura gay” e mesmo com reivindicações políticas encampadas por ativistas e organizações. Uma escala de grandeza (um tanto

arbitrária e redutora) que resumiria isso é a seguinte: população LGBT > “comunidade LGBT” > movimento LGBT. O movimento é, neste âmbito, a dimensão propriamente “política” e civilmente organizada desta comunidade (e desta população idem).

Tais formulações não são estáveis, entretanto, nas próprias visões dos entrevistados, especialmente quanto à ideia de que o movimento LGBT estaria representando toda a comunidade (ou, melhor, toda a população LGBT). Tal ideia é encampada, de modo geral, mais pelos ativistas, mas não por todos os indivíduos externos ao movimento LGBT. A instabilidade dessas formulações surge, ainda, quando se constroem situações específicas: autores de telenovela, como Aguinaldo Silva, que foi um dos fundadores do jornal *Lampião da Esquina*, mas depois se afastou explicitamente de toda a dimensão político-organizacional do movimento LGBT, fazem parte deste movimento? São parte da “comunidade LGBT”? Não há uma resposta única, pois elas (as respostas) dependem dos próprios atores políticos que se entendem parte dessas comunidades imaginadas – e organizadas no caso do movimento. O estilista, apresentador e Deputado Federal Clodovil Hernandez (falecido em 2009), era membro da “comunidade LGBT”, ainda que sofresse altíssima rejeição por parte de muitas organizações do movimento LGBT? Não há uma resposta unívoca quanto a essas (auto)identificações²⁹, portanto.

Fiz uso, neste trabalho, da expressão “comunidade LGBT” entre aspas para realçar seu caráter instável e de constante disputa. Em algumas falas de entrevistados brasileiros, fica mais evidente como há visões distintas sobre o que seria a “comunidade LGBT”. Entretanto, não me detenho nesta questão, especialmente porque meu objeto está recortado especificamente no polo civilmente organizado desta comunidade, por meio de organizações LGBT e ativistas.

Retomando a discussão sobre movimento LGBT, a circunscrição de meu objeto, como exponho a seguir, gravita mais especificamente no campo político e midiático do movimento do que no campo socioantropológico em que as autoidentidades e denominações são especialmente relevantes. Aqui, de um modo consciente – mas não descolado de uma realidade produzida, inclusive discursivamente, por diversos agentes sociais, sejam eles ativistas, jornalistas, políticos ou pesquisadores –, subsumo uma variedade de organizações e indivíduos

²⁹ Note-se, inclusive, que referi a mim como ativista na abertura deste trabalho (*Por que estou aqui?*).

externos a elas sob a rubrica “movimento LGBT”. Ao explicitar detalhadamente quais acessos tive aos agentes destes movimentos no Brasil e nos Estados Unidos, entendo que fiquem perceptíveis os limites e alcances de tal necessário recorte. Assim, portanto, seria mais adequado pensar sempre em “movimentos LGBT”, na esteira de ampliações do pensar sobre feminismos, homossexualidades, masculinidades, etc. A produção de uma ideia tal como “o movimento LGBT” é uma ficção discursiva, e a tradição teórica e a práxis do feminismo demonstram isso muito claramente.

Deste modo, emprego movimento LGBT referindo-me especificamente a diversos atores compreendidos como ativistas, em posições institucionais ou não, e organizações LGBT. Algumas fronteiras problemáticas desta formulação – parlamentares historicamente associados às questões LGBT, mas não inseridos em organizações, ou ativistas que passam a ocupar cargos públicos em órgãos do Executivo – vão aparecer no decorrer do trabalho, e serão discutidas na contextualização desses atores em relação aos demais (sejam outros ativistas ou as organizações). Entendo que, aqui, tais fronteiras postas em cheque são profícuas justamente para compreender as formulações destes atores sobre a relação com a mídia a partir (também) dos espaços que ocupam dentro e fora do movimento LGBT.

No trabalho de campo desenvolvido nos Estados Unidos durante dois meses, meu universo de pesquisa foi a organização *Gay & Lesbian Alliance Against Defamation* (GLAAD) e seus integrantes. Assim, embora contextualize GLAAD no universo maior do movimento LGBT estadunidense, é especificamente a ele que me refiro nesta pesquisa. Já no Brasil, ao me referir ao movimento LGBT, estou tratando da definição elaborada anteriormente, mas a partir, principalmente, das visões dos entrevistados em meu trabalho de campo aqui. A literatura, neste caso, serve para constituir mais amplamente o cenário atual do movimento LGBT nacional, mas são as formulações destes atores entrevistados em minha pesquisa que fornecem o material central para a investigação de meu objeto.

O uso da palavra “mídia” nesta pesquisa subsume, igualmente, uma série de complexidades essencialmente teóricas. Mídia, do inglês *media* (este usual também no Brasil, da parte de certos autores, como no português de Portugal), possui significados associados a meio de transmissão, interação ou movimento, sendo o plural do termo latino *medium*. A utilização do termo mídia como se referindo aos meios de comunicação ganha força no começo do século, muito em função da

televisão e sua massificação. Neste caso, mídia (em inglês, *media* é utilizado quase sempre com verbos no plural, indicando, portanto, *media* como meios de comunicação) refere-se aos meios de comunicação de massa, expressão presente na tradição do *mass communication research* dos EUA e nas críticas aos meios de comunicação (RIAL, 2004). Entendo como apropriado evitar o uso de expressões como comunicação de massa ou meios de comunicação de massa justamente pelo controverso conceito de massa neste campo, principalmente em virtude das profundas transformações na comunicação neste século XXI – já inauguradas com o advento comercial da internet em meados dos anos 1990 no Brasil.

Aqui utilizo mídia, portanto, como referência ao conjunto de veículos de comunicação impressos, radiofônicos e televisuais, bem como aos seus espaços também no ambiente digital (sites e portais). Entretanto, mais uma vez, esta é uma produção discursiva de unidade, uma vez que a mídia, se for tomada como campo (BERGER, 1998), é composta por infindável número de veículos e indivíduos, cujas relações são complexas, amplas e contraditórias, atuando a noção de mídia, neste caso, mais como um referente linguístico de estabilidade. É relevante frisar, contudo, que os usos que os atores que participaram desta pesquisa fazem deste termo são mais importantes para mim do que a fixação de uma formulação – embora esta que apresento reflita de modo majoritário o modo como estes atores veem suas relações com os veículos e seus profissionais, enfim, a mídia.

É necessário explicitar alguns desdobramentos desta formulação que emprego, principalmente para refletir os usos comuns feitos pelos agentes partícipes desta investigação. Assim, ao utilizar grande mídia, estou referindo-me aos veículos de grande alcance nacional ou regional, seja em virtude da ampla penetração territorial (caso da televisão no Brasil) ou da influência em setores centrais como na esfera político-econômica e na escola (caso dos maiores jornais, das maiores revistas e da televisão). Mais que isso, grande mídia serve como conceito de corte para diferenciar veículos menores em penetração e influência, comumente ligados a experiências alternativas, menos dependentes de publicidade e, com frequência, entendidos como “de esquerda”; também para diferenciar a mídia segmentada no público LGBT (ou GLS no caso de uma formulação mercadológica), que é vista, em geral, como um campo à parte do campo maior da grande mídia, embora esteja inserido neste mercado econômico (FRANÇA, 2006).

Já o termo imprensa é aqui utilizado em referência direta ao jornalismo, seja impresso ou audiovisual. A imprensa está inserida dentro do conjunto maior da mídia, e sua distinção cumpre o papel de destacar contextos mais específicos de prática jornalística, mormente informativa ou opinativa (no setor de revistas, tal diferenciação é relevante uma vez que há inúmeros veículos focados majoritariamente no jornalismo informativo, enquanto outros em entretenimento segmentado). Diante do trabalho de campo no Brasil, parece-me adequado destacar que os usos das palavras mídia e imprensa por parte dos agentes que entrevistei fazem referência majoritária à televisão, aos jornais e às revistas. O rádio, aqui, raramente aparece. A publicidade e o cinema, por sua vez, também não figuram de forma central sob a rubrica de mídia no uso generalizado feito no Brasil.

A internet, por seu turno, merece um cuidado específico caso a caso, pois há um entrecruzamento plural de sites e portais da própria grande mídia, bem como sites de redes sociais, blogs individuais ou coletivos, além de sites com experiências de formato específicas (como o *Tumblr* e o *Twitter*) neste ambiente digital. Assim, ainda que a internet (mais apropriadamente, espaços específicos dela, claramente associados a extensões dos veículos externos a ela) seja compreendida como parte da mídia aqui, sua especificidade será observada na discussão dos resultados da pesquisa quando necessário. Ela aparece, contudo, com ênfase destacada quando discuto a atuação de jornalistas e ativistas independentes das blogosferas (blogs e sites) gay dos Estados Unidos e do Brasil. Em alguns dos exemplos que utilizo nesta pesquisa, nos capítulos analíticos, isso fica mais explícito.

1.1 A representação ou a produção de uma relação?

Esta pesquisa retrata a relação (ou as relações) entre o movimento LGBT e a mídia ou a(s) constrói? Essa é uma pergunta que tenho feito ao refletir sobre a construção de meu objeto e ao realizar o trabalho de campo, especialmente no Brasil. Não me parece que a resposta seja inteiramente pela representação ou pela construção. Entretanto, muito em virtude do trabalho de campo, creio que meu objeto ajuda a construir esta relação especificamente nos termos da produção de um questionamento e de uma narrativa como grande moldura. Ou seja, ao questionar diversos de meus entrevistados (especialmente ativistas) sobre “a relação que o movimento tem com a mídia” ou, em alguns casos, “se existe uma relação explícita

do movimento com a mídia”, estou ajudando a produzir uma resposta incitada por um agente externo (o pesquisador), e que diz respeito à constituição do binômio que é meu objeto: a relação **movimento LGBT–mídia**. Com isso, exijo dos entrevistados a formulação de uma visão e de juízos de valor sobre representações, interações, diálogos e tensões, diversidade, responsabilidade, etc. que podem, eventualmente, não ser comuns na prática cotidiana de seus ativismos; e que podem, inclusive, não ser parte de visões institucionais, sistemáticas e estratégicas, das organizações de que fazem parte, em relação à mídia (como, ao contrário, são as visões *mais* institucionais, sistemáticas e estratégicas sobre outros campos temáticos como eleições, partidos políticos, política públicas de saúde, educação e escola, etc.). É na reunião de diversas formulações sobre esta relação que, então, entendo estar produzindo uma grande moldura (narrativa) neste trabalho, uma vez que ele está circunscrito em recortes bem delimitados. Por grande moldura (narrativa), estou apontando para o caráter limitado, temporário e individual (ainda que coletivo na totalidade) destas visões, já que elas reverberam as avaliações de indivíduos específicos, em situações específicas, e por mim escolhidos, cujas formulações não teriam como refletir a totalidade de opiniões do, aqui comprimido, movimento LGBT brasileiro. No limite, é na constituição de um diálogo destas entrevistas com os materiais que tenho coletado desde novembro de 2011, a literatura sobre movimentos sociais e movimento LGBT e com minha própria inserção neste campo que as conclusões a que chego são fruto.

Como discuto a seguir, é notória a parca produção acadêmica sobre esta questão específica no Brasil. Conforme indiquei na introdução do trabalho, uma parte considerável da possibilidade de ativismo midiático pró-LGBT (ou seja, que advogue em favor de representações positivas, honestas e diversas sobre indivíduos LGBT nos veículos de comunicação) carece de reflexão por parte da academia brasileira. Como discorro abaixo, a literatura de estudos gays, lésbicos e *queer* na área de comunicação (e em outros campos também) já tem se avolumado bastante nos últimos dez anos, dando conta de diversas perspectivas como a representação (imagética ou discursiva) em telenovelas, seriados, telejornais, jornais impressos e a constituição da noção de homofobia na imprensa. A revisão que faço desta literatura, além do objetivo de registrá-las em conjunto para posteriores discussões sobre enfoques, limites e ausências (as quais extrapolam esta pesquisa), também serve para demonstrar a variedade e volume de pesquisas sobre representação,

discurso e cobertura, mas a ausência de uma reflexão sobre o que os atores envolvidos neste processo, especialmente os ativistas (“o movimento”), pensam disso, e em que termos concebem esta(s) relação(ões) com a mídia.

Meu objeto é, portanto, tal relação entre movimento LGBT–mídia a partir de certos atores políticos centrais: organizações LGBT, ativistas em posição de liderança política, institucional ou não, jornalistas, editores e pesquisadores. Na composição de entrevistas do trabalho de campo³⁰, entretanto, sobressai-se o destaque aos atores políticos do movimento LGBT. Isto se deve a duas razões: uma de ordem prática, qual seja, a impossibilidade de constituir um conjunto de entrevistados muito grande, dadas as limitações temporais e financeiras desta pesquisa; outra de ordem teórica, que é a de privilegiar as visões do movimento LGBT sobre a relação e as interações que estabelece (quando estabelece) com profissionais da mídia. Creio estar, assim, tentando elaborar uma moldura mais ampla destas visões por parte dos ativistas, e não primariamente a partir das visões dos profissionais da mídia. Estes dois fatores, conjugados às outras limitações metodológicas da pesquisa, clarificam os alcances e limites da investigação.

1.2 Ativistas na mídia e *contra* a mídia: interações diluídas na história

João Antônio Mascarenhas, um dos pioneiros do movimento LGBT brasileiro, estabeleceu diversas interações com a imprensa e a mídia nacionais no começo dos anos 1980, seja para criticar abordagens homofóbicas ou auxiliar na avaliação de jornalistas sobre a situação dos homossexuais no país (HOWES, 2003). O próprio *Somos*, sagrado pela literatura sobre o movimento LGBT brasileiro como o primeiro grupo de caráter político organizado no país, havia protestado em carta enviada ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, em 1978, contra a cobertura preconceituosa da imprensa em geral (MACRAE, 1990; FRY & MACRAE, 1991; GREEN, 2000a; BARROSO, 2007). Diversas outras interações feitas ora por indivíduos, ora pelas organizações do movimento ao longo de suas diversas fases, são descritas por vários autores (TREVISAN, 2000; BARROSO, 2010; ANDRADE, 2002, entre outros). Poucos destes trabalhos que investigaram a história do movimento LGBT brasileiro, entretanto, possuem algum tratamento mais específico

³⁰ Ver **APÊNDICE A – Minibiografia dos entrevistados brasileiros** na página 264.

e sistemático sobre a relação de ativistas e seus grupos com a imprensa e a grande mídia no Brasil. Uma exceção importante é a tese de Fernando Luiz A. Barroso (2007) sobre o *Jornal do Nuances*, jornal produzido pelo grupo gaúcho *Nuances* desde 1998. Neste caso, Barroso discute, em alguns momentos, a visão dos integrantes do grupo sobre a mídia em geral (inclusive a mídia gay), embora o objeto do autor seja o jornal da própria organização.

No laborioso e clássico trabalho de Trevisan (2000), é possível encontrar inúmeras passagens ilustrando fatos e aspectos esparsos de interações – quase sempre conflituosas – de ativistas e grupos com jornalistas e veículos da imprensa. O capítulo 6 (*E com vocês: a bicha eletrônica*) da parte IV do livro é o que mais diretamente aborda aspectos da visão de ativistas sobre a presença de personagens gays na telenovela brasileira, as figuras de humor que se utilizam da homossexualidade e da travestilidade na televisão ou sobre a presença de travestis e transexuais na televisão e nas revistas (p.305-13). Entretanto, inúmeras outras passagens ao longo da obra cuidam de aspectos como as críticas de ativistas a figuras estereotipadas na publicidade (p.295) ou o processo movido por uma organização gay de Campinas contra o padre Marcelo Rossi, em 1998, por declarações preconceituosas na televisão (p.381). Observe-se aqui a especificidade dessas passagens, e é por esta razão que as ressalto: elas tratam não de aspectos gerais sobre os gays na mídia ou na imprensa, mas sim de registros históricos de *interações estabelecidas* por indivíduos e organizações em virtude da representação ou da cobertura produzidas pela grande mídia.

A tentativa de resgatar esta história apenas pela literatura sobre o movimento LGBT brasileiro (basicamente em trabalhos da Antropologia, da Sociologia e da História) revela um material bastante esparsos, na própria constituição destes trabalhos, e apenas um quadro amplo e à meia luz das relações que o movimento LGBT estabeleceu com atores do campo midiático. Assim, passagens sobre fatos como o apoio recebido pelo jornal *Lampião da Esquina* do Sindicato dos Jornalistas e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) contra o processo do governo a seus editores em 1978 (Green, 1994, p.45)³¹ ou a aprovação pelo movimento, em seu 2º

³¹ Já existe algum volume de pesquisas específicas sobre o jornal *Lampião da Esquina*, e considero oportuno destacar aqui um deles pela pertinência à minha pesquisa: o artigo de Santos, Oliveira e Barroso (2009) sobre a visão do *Lampião da Esquina* acerca da grande imprensa brasileira. Diversas passagens extraídas de editoriais e reportagens do jornal e reproduzidas no artigo demonstram a posição crítica do *Lampião* em relação à cobertura da imprensa brasileira. Vários fatos ali narrados,

Encontro Nacional em 1984, da luta por um tratamento positivo sobre a homossexualidade na mídia (Facchini, 2003, p.106) podem ser encontradas em meio à reconstituição da história do movimento LGBT feita por tais pesquisadores. Assim, passagens com maior ou menor enfoque nestas interações que ativistas e grupos estabeleceram com a imprensa e a mídia do país ao longo da história vão aparecer em vários dos trabalhos de referência sobre o movimento LGBT brasileiro (MACRAE, 1990; FRY; MACRAE, 1991; GREEN 2000a, 2000b; CÂMARA, 2002; FACCHINI, 2005; FRANÇA, 2006; SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Um estudo particularmente rico é o de Augusto Andrade (2002) sobre o *Grupo Arco-Íris* (GAI), fundado em 1993 no Rio de Janeiro. Andrade foi um dos fundadores do grupo e, em sua dissertação *Visibilidade gay, cotidiano e mídia: Grupo Arco-Íris – consolidação de uma estratégia. Um estudo de caso*, o tema da visibilidade na mídia e da relação com seus atores é bastante central. Para o autor, ocupar espaços na mídia era uma estratégia que ele e outras lideranças viam como cada vez mais importante. Diversas passagens (p.99-108) tratam de: entrevistas que Andrade e seu marido, também integrante do grupo, concederam a programas de televisão; reportagens destacando as atividades da organização; e estratégias de visibilidade que o GAI consolidava como um dos pilares de sua atuação.

Tão importante quanto o conteúdo dos filmes que eram apresentados, era que **a Mostra fosse anunciada no Jornal do Brasil [...]**. As atividades eram o ponto de partida ou “a desculpa” para a divulgação, **para que se pudesse ocupar espaços na mídia, principalmente jornais e TV**, e se projetar não o evento em si, mas uma imagem alternativa dos gays e lésbicas que nós chamávamos de referências positivas. (ANDRADE, 2002, p.101, grifos nossos)

O autor também relata divergências internas ao grupo quanto à eficácia da visibilidade midiática e, principalmente, quanto ao modelo de “imagem positiva” que estava sendo elaborado pelo GAI. Andrade, por meio das falas de outros integrantes, já deixa entrever debates em torno de representações “normalizadas” e “heteronormativas” que ocupam os estudos gays, lésbicos e *queer* do Brasil atualmente, na esteira da profusão da teoria *queer* na academia estadunidense nos anos 1990.³² Algumas passagens ilustram tais tensões:

como a demissão de Celso Curi do *Última Hora* e as críticas ao jornal *Notícias Populares*, estão presentes nos trabalhos de autores, já indicados aqui, que pesquisaram o movimento LGBT brasileiro.

³² A este respeito, ver Jagose (1996), Butler (1990), Sedgwick (1990) e Louro (2004), dentre outras. A quantidade de produções analisando e questionando a própria teoria *queer* é imensa na literatura em

A imagem digerível criada para a reportagem era do gay classe média, que não correspondia aos estereótipos existentes, que se expressava bem e que falava do ponto de vista do direito ao direito. [...] **Havia a preocupação de alguns participantes com a exposição dessa imagem “gay certinho”**, mas como só o que aparecia usualmente na TV eram predominantemente (quando não somente) figuras dignas do escárnio coletivo, todos acabavam concordando sobre a pertinência da opção. (ANDRADE, 2002, p.103, grifo nosso)

O trabalho de Andrade auxilia, portanto, no resgate de uma história diluída no tempo das relações entre o movimento LGBT e a mídia, de mesmo modo que as esparsas passagens que destaquei anteriormente nos trabalhos de inúmeros pesquisadores. A centralidade da visibilidade na mídia para o GAI, inclusive, permanece até hoje, como a pesquisa de Cotta (2009) sobre a campanha *Não Homofobia!* realizada pelo grupo evidencia. Como se verá nos capítulos sobre o Brasil, o GAI, junto a um pequeno grupo de outras organizações LGBT, é visto pelos entrevistados desta pesquisa como um dos que mais lidam com a mídia de forma competente.

O artigo de Barroso (2010)³³ parece-me ser um dos poucos em que há um registro claro e uma abordagem central desta relação entre o movimento LGBT e a mídia na visão de atores políticos como ativistas, acadêmicos e jornalistas. No texto *Os homossexuais na mídia segundo militantes, acadêmicos e jornalistas*, Barroso faz dialogar diversos posicionamentos de João Silvério Trevisan (ativista), James Green e Ronald Polito (historiadores), Winston Leyland (ativista dos EUA), Adriana Nunan (psicóloga), Tânia Navarro-Swain (historiadora), além de outros autores que, escrevendo sobre temas diversos relacionados ao movimento LGBT, à homossexualidade e à imprensa brasileira, mencionam a representação de homossexuais, como é o caso de Danilo Angrimani (jornalista) em seu trabalho clássico sobre o sensacionalismo. O que se percebe, neste diálogo proposto por Barroso, é uma miríade de formulações que vão gravitar das mais otimistas às mais pessimistas sobre a representação dos homossexuais na imprensa e na mídia (em especial, na televisão) brasileiras. Entretanto, como o autor assinala na conclusão do artigo, há a prevalência de uma avaliação geral negativa sobre a mídia:

língua inglesa. As obras supraindicadas são algumas das consideradas centrais no estabelecimento da teoria *queer*. Na apresentação da literatura sobre representação LGBT na mídia brasileira, a centralidade das abordagens *queer* será visível.

³³ Este artigo apresenta uma discussão mais enxuta de material presente na tese de Barroso, já mencionada. O artigo data de 2008, em apresentação ao Núcleo de Pesquisa Comunicação e Culturas Urbanas do 31º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Aqui utilizo a versão publicada em Costa *et al.* (2010).

Tomadas em conjunto, as apreciações resenhadas acima demonstram a **insatisfação que o discurso midiático a respeito da população homossexual gera entre militantes do movimento homossexual, acadêmicos e mesmo jornalistas**. No entanto, é possível perceber a rejeição a visões monolíticas a respeito da mídia e dos discursos e valores que esta veicula. (BARROSO, 2010, p.557, grifo nosso)

O texto de Barroso, entretanto, faz dialogar posicionamentos não elaborados naquela investigação (nem na tese original do autor, de 2007, nem no artigo). As citações fazem parte das obras originais dos autores ou de entrevistas concedidas por eles a veículos de comunicação, em que, em certos momentos, o tema da representação LGBT na mídia vinha à tona nas perguntas dos jornalistas.

Segundo Arney, Fernandes e Green (2003), num compêndio bibliográfico sobre pesquisas brasileiras focadas na homossexualidade, a produção intelectual sobre o tema da homossexualidade masculina notabiliza-se no Brasil nos anos 70 nas áreas de História e Ciências Sociais, principalmente a partir dos escritos pioneiros de Peter Fry sobre homossexualidade no país. Já Denilson Lopes (2001), tratando dos estudos gays e lésbicos no país, faz uma ressalva importante, indicando que

Os estudos sobre homossexualidade não começaram agora no Brasil, há registros de trabalhos desde a segunda metade do século passado, mas **o que marca a produção contemporânea é uma dupla articulação entre matrizes estrangeiras**, notadamente francesa e, sobretudo, norte-americana, **e uma trajetória dos estudos e movimentos gays no Brasil**. (LOPES, 2001, p.4, grifos nossos)

Alguns exemplos de pesquisas anteriores aos anos 70 indicados por Arney, Fernandes e Green (2003) – as quais davam vazão ao interesse médico e psicológico na homossexualidade no começo do século XX – refletiriam, na visão dos autores, “métodos moralistas, preconceituosos e não científicos de estudo sobre a homossexualidade no Brasil.” (p.319).³⁴

Observando-se tanto este compêndio de Arney, Fernandes e Green quanto o texto de Lopes (2001), é notória a ausência de pesquisas que tenham como enfoque a comunicação, a imprensa e/ou a mídia.³⁵ Do total de 162 trabalhos do compêndio

³⁴ Para trabalhos historiográficos importantes ver Trevisan (2000) e Green (2000a) e as extensas referências que fazem às pesquisas médicas, sanitárias, psicológicas, psiquiátricas e outras.

³⁵ Outro compêndio, feito por Citeli (2005), traz algumas poucas pesquisas feitas por cientistas sociais que têm a mídia como parte da investigação. A maioria delas, entretanto, está associada a temas como Aids, cultura sexual, áreas científicas mais utilizadas no discurso jornalístico, aborto, sexo e vida privada com recorte de classe, prostituição infantil e reprodução nas telenovelas, entre outros. Ver Citeli (2005, p.63-66).

feito pelos autores, apenas dez têm alguma relação com comunicação, sendo que apenas dois foram feitos em Programas da área.

Num artigo acerca da produção acadêmica brasileira sobre diversidade sexual entre 1987-2006, Simões Neto (2011) encontra três fases distintas, e a comunicação (como subárea das Ciências Sociais e Aplicadas) destaca-se apenas no que o autor classifica de terceiro momento – de 2002 em diante –, quando 12 dissertações e teses são produzidas na área (num total de 21 desde 1987). Se recordarmos a descrição de Venício Lima (2001) sobre a institucionalização do ensino e da pesquisa em comunicação no Brasil nos anos 1970 (sendo que os Programas de Pós-Graduação vão ser criados bem mais tardiamente³⁶), fica mais claro que ao desenvolvimento mais lento deste campo no Brasil também corresponde uma mais lenta produção de pesquisas sobre diversidade sexual e homossexualidades.

Em anos mais recentes, contudo, a produção tem começado a se avolumar, principalmente dos anos 2000 em diante. Pesquisas sobre Aids e a homossexualidade na mídia como o livro de Fausto Neto (1999), a dissertação de Carvalho (2000) e a tese de Soares (2006) são alguns destes exemplos recentes articulando análises sobre o discurso da imprensa acerca da Aids e sua vinculação com a homossexualidade. Já no campo da representação, entendida como imagens e discursos produzidos pela mídia, as pesquisas são as que apresentaram maior expansão nos últimos anos. Várias delas utilizam-se de matrizes dos estudos culturais, com forte influência dos escritos de Stuart Hall, enquanto outras, capitaneadas pelo pesquisador Leandro Colling no grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CuS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), têm adotado a teoria *queer* como matriz de análise das personagens não heterossexuais das telenovelas da Rede Globo desde 2007. A influência da teoria *queer*, entretanto, é perceptível em outros trabalhos e autores.

Destaco, a seguir, dois grandes conjuntos dessas produções³⁷, agrupadas de acordo com a similaridade dos objetos. A telenovela, sem dúvida, tem sido um dos

³⁶ Há atualmente 42 Programas de Pós-Graduação na área de Comunicação homologados pela CAPES no país todo, sendo que mais da metade deles tem cinco anos ou menos de existência e apenas 19 contam com Doutorado. Informações consultadas no Portal da CAPES em: 02 ago. 2012.

³⁷ Dada a limitação de escopo e discussão desta dissertação, optei por enfatizar estes dois conjuntos focados em televisão (telenovela, sobretudo) e no jornalismo. Outra razão é a presença central deste dois polos de representação nas falas dos entrevistados. Inúmeras outras pesquisas, algumas do começo dos anos 2000, analisando produções variadas (como séries, programas populares, cobertura da Parada LGBT de São Paulo, etc.) não foram citadas aqui em virtude da impossibilidade

produtos culturais mais analisados recentemente pelos pesquisadores interessados em representações LGBT. Num artigo de 2002, Antonio C. La Pastina discorre sobre a representação de indivíduos LGBT nas telenovelas brasileiras, notadamente as da Rede Globo. No texto de La Pastina (2002), há um enfoque específico nos fatores que contribuem para regular, segundo o autor, o alcance e destino destas representações: a ditadura oficial até meados dos anos 1980, a audiência e a pressão de grupos conservadores e anunciantes. Segundo o autor, os fatores indicados acima “clearly had an impact on the ability of writers and producers to push forward an agenda of positive representations of sexual otherness in Brazilian telenovelas” (LA PASTINA, 2002, p.96). A análise do autor sobre as representações correntes até os anos 2000 é a de que os personagens recorriam a estereótipos clássicos do gay afeminado e da lésbica masculinizada, enquanto as raras tentativas de fuga deste padrão acabavam em censura oficial ou sob pressões externas – como no caso das duas telenovelas que o autor analisa como estudo de caso.

Em seu mestrado em comunicação, o jornalista Eduardo Peret estudou a representação social da homossexualidade (leia-se: personagens LGBT) na telenovela brasileira. O estudo de Peret (2005) traz um resgate abrangente de 39 telenovelas que apresentaram personagens LGBT, e tem sido referência nos estudos posteriores sobre o tema. O que Peret identifica, por década, é um conjunto de representações que reverberam certos estereótipos, ao passo em que começam a alargar-se as representações estereotípicas a partir dos anos 1990. Assim, há a associação de homossexuais com o crime e com a afeminação; há uma constante interdição do afeto entre personagens que sejam LGBT (tal interdição começa, lentamente, a ser modificada no final dos anos 1990) e oscilações entre finais felizes ou trágicos. O que o autor aponta, num tom otimista, é o crescente de representações: se ao longo dos anos 1990 foram dez telenovelas com personagens LGBT, só na primeira metade dos anos 2000 já há a mesma quantidade.

Já de 2007 em diante, diversos artigos específicos, partes de um projeto de pesquisa maior, começam a discutir a representação de personagens LGBT nas telenovelas da Rede Globo. Esses artigos, orientados pelo professor da UFBA Leandro Colling, articulam de forma clara a teoria *queer* com as análises das personagens não heterossexuais dos folhetins da emissora. Assim, num artigo de

2007, Colling apresenta o projeto do grupo CuS, que pretende estudar as representações de personagens não heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo. Neste texto, o autor, baseando-se no trabalho de Peret (2005), classifica tais representações em três momentos distintos: uma primeira fase em que a homossexualidade é associada com a criminalidade; uma segunda em que há a prevalência de personagens estereotipados (“bicha louca” e afeminados); e uma fase atual, que o autor considera como de representações heteronormativas. O que Colling (2007) vai apontar neste texto – e também em outro sobre os corpos destas personagens, em Colling (2010) – é a inscrição de tais representações num modelo heteronormativo em que os indivíduos LGBT ali registrados não são afetados, querem se casar e adotar crianças, “ou seja, os casais gays pouco ou nada diferem dos casais heterossexuais considerados ideais em nossa sociedade” (COLLING, 2007, p.215). De mesmo modo, na análise sobre a personagem transexual Ramona na novela *As Filhas da Mãe* (de 2001-02), Colling e Sanches (2010) apontam novamente a heteronormatividade em que esta personagem estaria inscrita. Os autores, entretanto, ponderam entre uma perspectiva positiva da representação de um indivíduo transexual, com complexidade de relações na trama, e outra perspectiva mais crítica com base no *queer* como contestação às normas de gênero: “essa representação está inclusa num discurso heteronormativo, mas construiu um tratamento humanístico para a personagem” (COLLING; SANCHES, 2010). Noutro artigo, desta feita analisando a travestilidade na minissérie *Queridos Amigos*, de 2008, Colling e Pirajá (2011) vão constatar que a representação de duas travestis na minissérie elaborou de forma mais completa e complexa a identidade de tais indivíduos, mobilizando questões relacionadas ao gênero. Ainda assim, segundo os autores, a proximidade das personagens a um modelo heteronormativo não foi garantia de aceitação plena. Na dissertação de Tess Pirajá (2011), orientada por Colling, sobre personagens travestis em três minisséries da Rede Globo, este mesmo balanceamento entre representação mais densa e complexa associada a limitações pela inscrição num modelo heteronormativo vai estar presente. Por fim, noutro artigo, de Colling e Barbosa (2010), as personagens gays da novela *Duas Caras* (de 2008) são analisadas. Neste texto, há novamente a compreensão de que ocorre uma inscrição das personagens num modelo heteronormativo.

Como se percebe, as análises empreendidas por Leandro Colling e os demais integrantes do CuS procuram enfatizar de forma clara questões caras à teoria *queer*

(como performance, gênero, abjeção e heteronormatividade), a partir de um referencial pós-estruturalista, ao avaliar como (não só) a telenovela brasileira tem representado pessoas LGBT nesta última década, sobretudo. Ao comentar trabalhos anteriores como o do próprio Peret (2005) e o de Antonio Moreno (2002) sobre o homossexual no cinema brasileiro, Colling é bastante claro neste corte teórico:

Uma das diferenças das análises, em comparação às realizadas por outros pesquisadores, está na crítica das representações dos homossexuais dentro do modelo heteronormativo. **Os outros pesquisadores, por vezes, elogiam essas representações e criticam as obras que tenham personagens afeminados e/ou estereotipados.** (COLLING; SANCHES, 2010, p.2, grifo nosso)

Embora não adotando um referencial da teoria *queer* de modo explícito, em artigo sobre a visibilidade de gays e lésbicas na mídia, Iara Beleli (2009) também vai apontar para uma progressiva inscrição de personagens gays e lésbicas num modelo heteronormativo, especialmente por meio do recurso ao casamento.

Outro conjunto de produções, de menor volume, tem focado atenção na articulação entre homofobia e jornalismo, fruto das pesquisas feitas no Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por Bruno Souza Leal e Carlos Alberto de Carvalho. Exemplos são as recentes produções registradas em Carvalho (2010) e Leal e Carvalho (2009, 2012).³⁸ Na sua tese de doutorado, Carvalho (2010) discutiu como a homofobia se configuraria num desafio às noções de jornalismo como ator social. O autor tratou de conceitos como enquadramento, acontecimento e narrativa para investigar como os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* cobriram acontecimentos ligados à homofobia e aos indivíduos afetados por ela durante o primeiro semestre de 2008. Se o autor vai reconhecer que a homofobia faz parte da cobertura destes veículos, vai indicar, entretanto, que,

Como ator social que negocia com outros atores sociais sentidos possíveis da homofobia, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* se apresentaram ambíguos, e mesmo contraditórios. Pelos problemas relativos à vocalização, fazendo com que emerja a “polifonia fraca”, eles se revelaram pouco democráticos em diversos momentos, ou pouco dinâmicos na promoção da democratização, entendida como a convocação de uma pluralidade de vozes, com seus pontos de vista “autônomos e imiscíveis”. (CARVALHO, 2010, p.281).

³⁸ Um outro trabalho, de Reis e Maia (2006), também tem como foco o jornalismo, mas a partir do enquadramento jornalístico de dois casos específicos (a discussão de um projeto de lei em Minas Gerais e um “beijaço” em São Paulo) relacionados ao movimento LGBT.

Em 2012, Leal e Carvalho publicaram um livro que discute diversos aspectos do material coletado por eles durante três anos em duas pesquisas contínuas, financiadas por duas agências de fomento e pelo Ministério da Saúde. O livro *Jornalismo e Homofobia no Brasil: mapeamento e reflexões* será discutido aqui no diálogo com as visões dos entrevistados nos capítulos analíticos sobre o Brasil.

O tema da representação heteronormativa (ou heterossexista), já presente em algumas pesquisas sobre a telenovela brasileira indicadas mais acima, também aparece em outros trabalhos tendo as revistas como foco, caso da pesquisa de Patrícia Silva (2010) sobre as revistas *Atrevida* e *Capricho*, e o jornalismo impresso e televisivo, caso dos trabalhos de Darde (2008, 2012) e Darde e Veiga (2009). Não vou me deter especificamente na discussão de todas elas dada a especificidade de análise de cada veículo/produto empreendida em cada um dos artigos. O que me parece relevante destacar é, portanto, o crescimento tanto de matrizes de análise que sofrem influência de perspectivas pós-estruturalistas (mormente da teoria *queer*) quanto das próprias pesquisas sobre a mídia dentro e fora do campo da comunicação, recobrando cada vez mais produções midiáticas, inclusive das produções da imprensa gay, com inúmeros trabalhos tratando da formação da imprensa gay no Brasil, da masculinidade e da homossexualidade (e identidade) nas revistas e jornais brasileiros. Citá-los todos, entretanto, aqui fugiria a uma revisão mais focada na ideia geral de representação LGBT na grande mídia.

A produção que hoje, no Brasil, mais tem desenvolvido de modo relativamente institucional o que se poderia chamar de estudos gays e lésbicos e *queer* é a da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), fundada em 2001, por meio de seu congresso bienal.³⁹ Desde então, a ABEH já realizou seis congressos em que a produção sobre diversidade sexual na academia brasileira cresceu imensamente: na edição de 2012, o VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero teve a apresentação de 430 comunicações. Embora os Anais dos vários encontros da Associação não estejam facilmente disponíveis na internet, o que se observa pelas programações é que o número de trabalhos do campo da comunicação tem sido crescente – também é o caso de trabalhos sobre a mídia feitos em outros campos. Um pouco da produção destes estudos gays e lésbicos e *queer*, não só dos congressos da ABEH, tem sido

³⁹ Neste mesmo cenário, destaca-se a criação da *Bagoas: revista de estudos gays*, em 2007. É a única revista brasileira com foco específico em estudos gays, lésbicos e *queer*.

registrada em obras como as organizadas por Santos e Garcia (2002), Lopes *et al.* (2004) e Costa *et al.* (2010), dentre outros, em que se observa aumento dos trabalhos de comunicação e, como tenho apontado, cobrindo o amplo campo de pesquisas sobre representação.

Portanto, se de um lado, a presença de homens gays já é rotineira na mídia brasileira nos últimos anos – em oposição à de lésbicas e à de travestis, estas últimas quase sempre apenas em contextos muito específicos, geralmente associadas ao crime e à violência – e, de outro, os estudos sobre esta presença e representação já estão começando a se avolumar, tem ficado de fora a investigação da relação que estabelecem os atores políticos LGBT e a mídia, com poucas produções como as de Andrade (2002) e Barroso (2007, 2010).

Assim, a relação que estabelecem tais indivíduos, dentro de contextos específicos – no ativismo institucional ou não e nas rotinas de redações e decisões corporativas –, carece de investigações mais focadas nas visões elaboradas por esses atores políticos. Meu interesse específico reside, portanto, nas construções que tais atores fazem da relação entre o movimento LGBT e a mídia, e também nos modos pelos quais estratégias de ação/reação e interação são pensadas e postas em prática. O duplo trabalho de campo que realizei, tendo GLAAD (nos EUA) como lócus investigativo relacional e perspectivo à investigação no Brasil, foi fundamental para pensar a partir de mais aspectos meu objeto, uma vez que GLAAD representa um modelo específico de ativismo institucionalizado em relação à população LGBT inexistente⁴⁰ no Brasil atualmente.

1.3 História recente: o movimento LGBT e a GLAAD nos Estados Unidos

As contingências dos acontecimentos históricos do século passado ajudaram a modificar e a moldar, geográfica, teórica e politicamente os rumos que a sexualidade – em todos os domínios – tomou, especialmente no Ocidente.⁴¹ As duas

⁴⁰ Com muitas especificidades e objetivos diferentes, os Observatórios são exemplos de organizações que têm dentre suas ações o monitoramento da mídia a partir de algum recorte específico (Observatório da Imprensa, Observatório das Favelas, Observatório do Direito à Comunicação, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Observatório de Sexualidade e Política/SPW, etc.) e, em alguns casos, estratégias para inserção de suas pautas na imprensa.

⁴¹ Em regra, estou circunscrevendo quaisquer colocações sobre sexualidade ao que se convencionou chamar sociedades ocidentais modernas (também em virtude do corte temporal). Embora haja vasta literatura antropológica sobre sexualidades na tradição de pesquisa outrora chamada sobre “povos primitivos”, assim como sobre sociedades asiáticas e africanas, além da grande produção sobre o

grandes guerras que alteraram profundamente o continente europeu, o regime nazista, a crescente industrialização dos Estados Unidos e consequente urbanização da maioria dos Estados europeus e dos EUA, e a emergência efervescente de uma série de movimentos como o estudantil, o feminista e o LGBT⁴² são alguns destes acontecimentos marcantes (WEEKS, 1985; PLUMMER, 1995; GAGNON, 2004; CASTELLS, 2006; PARKER & AGGLETON, 2007, entre outros).⁴³ Neste cenário, com os pioneiros trabalhos sociológicos da Escola de Chicago sobre o ambiente urbano (em que a homossexualidade já se constituía como questão), e com a ascensão dos Estados Unidos como potência em todos os sentidos, é naquele país que os estudos sobre a sexualidade humana desenvolveram-se sobremaneira neste último século.

Como indiquei no começo deste capítulo, nesta seção pretendo desenvolver duas razões principais que levaram à constituição de meu objeto também a partir dos Estados Unidos, especificamente no trabalho de campo junto a uma organização LGBT daquele país. Desenvolvo aqui brevemente, portanto, as razões de escolha de GLAAD e sua inscrição mais ampla na história e cultura estadunidenses, para expor mais claramente dois fatores: (i) a história do movimento LGBT ocidental e (ii) a interlocução reflexiva que a condição *sui generis* de GLAAD proporciona a meu objeto de pesquisa. Este segundo fator relaciona-se, também, à tentativa de produção de um tensionamento maior para minha investigação, tema que retomo na seção seguinte.

Creio ter já indicado no começo desta seção, breve e razoavelmente, a centralidade que a sexualidade (e por extensão, o sexo, o desejo, o gênero e as práticas sexuais) adquire nas culturas ocidentais, mormente a partir de meados do século XIX (WEEKS, 1985; RUSSO, 2011; FOUCAULT, 1988). Se no princípio as produções sobre sexualidade (na chamada, por alguns, *sexologia*) destacam-se na Europa, sobretudo pelos alemães (RUSSO, 2011), com nomes pioneiros como

impacto que a psicanálise teve, na virada do século XX, sobre temas como a subjetividade, o desejo e o inconsciente relacionados à sexualidade, foge amplamente ao escopo desta pesquisa dialogar com tais literaturas.

⁴² No princípio, movimento gay, movimento de liberação gay e lésbico, passando por variações históricas como homofilia nos Estados Unidos, por exemplo. Utilizo aqui LGBT em referência ao uso corrente, como já discutido na abertura deste capítulo.

⁴³ A apreensão que todo pesquisador, ainda mais em formação, desenvolve diante da literatura que pretende fazer dialogar é imensa diante da profusão inesgotável de escritos sobre sexualidade, um “caso especial” e central em nossas sociedades hoje, como Weeks (1985, p.3) claramente aponta. Indiquei, portanto, apenas alguns dos muitos que tratam da sexualidade, sexologia e história da sexualidade neste último século em especial.

Richard von Krafft Ebing, Karl Heinrich Ulrichs e Magnus Hirschfeld, no século XX ela se desloca para os Estados Unidos, muito em virtude dos acontecimentos político-econômicos daquele momento:

Como resultado das catástrofes que sobrevieram por toda a Europa de 1914 a 1945 (e no Leste Europeu até 1989), **o centro da pesquisa sobre sexo moveu-se da Europa para os Estados Unidos**. Em consequência, com a publicação do que se tornou conhecido como os Relatórios Kinsey, tanto a teoria sexual quanto a pesquisa sobre sexo adquiriram um molde cultural mais intenso na tradição norte-americana [...]. (PARKER; GAGNON, 1995, p.5, tradução e grifo nossos)

A produção dando conta destes diversos processos históricos é bastante vasta e aborda inúmeros outros aspectos como reprodução, emergência do amor romântico, métodos contraceptivos, contracultura, movimentos anti-imperialistas, etc. aqui nem de perto apontados. Não me ocuparei desta discussão por duas razões: primeiro por ela já estar fartamente estabelecida em inúmeros autores, inclusive na literatura brasileira (cf. PARKER & BARBOSA, 1996; HEILBORN, 1999; ADELMAN, 2000; LOYOLA, 1999; PARKER, 2009; RUSSO, 2011, entre outros) e também porque fugiria imensamente às pretensões, objetivos e limites deste trabalho.

Apontado, pois, esse contexto histórico em que os estudos sobre sexualidade experimentam uma expansão imensa nos EUA, importa destacar que é também lá que a história do movimento LGBT ocidental contemporâneo protagoniza-se. Diversos trabalhos monumentais de resgate de uma história das sociabilidades “homossexuais” anteriores ao marco de Stonewall, em 1969, foram feitos nas últimas décadas (D’EMILIO, 1983; BÉRUBÉ, 1991; CHAUNCHEY, 1994; BECH, 1997; GREEN, 2000a; ERIBON, 2008⁴⁴), e grandes centros urbanos do século XIX-XX, como Berlim, Paris, Nova York e São Francisco aparecem como espaços importantes destas sociabilidades. Com pequenos grupos (de *homófilos*) e sociedades em favor da discussão sobre sexualidade surgindo em diversos locais – o *Wissenschaftlich-humanitäres Komitee* (Comitê Científico-Humanitário), de 1897, na Alemanha, e *The Society for Human Rights* (Sociedade por Direitos Humanos), de 1924, nos Estados Unidos, são dois casos pioneiros –, as raízes do que viria a

⁴⁴ Esta lista não é exaustiva e contempla mais a literatura em língua inglesa (e em especial os Estados Unidos). Inúmeros outros trabalhos, em francês e alemão, sobre a emergência de um “movimento LGBT moderno” podem ser encontradas nas referências da obra de Eribon (2008). Além disso, restam centenas de outros trabalhos tratando da homossexualidade na Antiguidade e ao longo da história, e de controvérsias em torno da existência de um homossexual “moderno” ou não – a este respeito, conferir, por exemplo, Crompton (2003). No caso do Brasil, a obra mais completa sobre o tema é a de Green (2000a), com foco em São Paulo e Rio de Janeiro desde fins do século XIX.

ser o movimento LGBT (ocidental) surgiam lentamente. Assim, do ponto de vista de um movimento civil organizado pela liberdade sexual (*gay liberation*), há relativo consenso de que sua prevalência, enquanto fenômeno social, dê-se a partir dos anos 60 de modo contínuo – e claramente vinculado a outros movimentos contestatórios como o feminista e o estudantil (CASTELLS, 2006; PARKER e BARBOSA, 1996; PLUMMER, 1992). Neste âmbito, a revolta de Stonewall, em 1969 na cidade de Nova York, é referida como o marco contemporâneo mais reconhecido pela literatura e os movimentos LGBT.

Esta é, portanto, a primeira razão de meu entendimento pela relevância de dialogar com a história do movimento LGBT estadunidense nesta pesquisa. A bem da verdade, a própria escolha de GLAAD implicaria, quase que inexoravelmente, num diálogo mínimo com esta história. Entretanto, mais do que estas duas razões, a própria literatura sobre a formação do movimento LGBT brasileiro atesta as influências diretas das experiências dos movimentos de liberação gay no exterior na formação dos grupos brasileiros no final da década de 1970 (MACRAE, 1990; GREEN, 2000b; FACCHINI, 2005; TREVISAN, 2000; SIMÕES; FACCHINI, 2009).

O segundo fator, que em parte deve-se ao primeiro exposto acima, diz respeito à especificidade da GLAAD em relação a meu tema de pesquisa, e, portanto, às possibilidades de interlocuções teóricas e metodológicas para esta investigação. Ao desenvolver uma “experiência etnográfica” (ADAMI, 2008; TADDEI & GAMBOGGI, 2011) no escritório de GLAAD, pude estabelecer reflexões sobre meu objeto em sua especificidade de modos múltiplos: que relação (movimento LGBT–mídia) estou estudando no contexto daquela organização; e no contexto do ativismo brasileiro; que relação, no singular, estou produzindo na narrativa que elaboro diante das diversas visões de meus entrevistados no Brasil; também que relações são estas diante de materialidades históricas diferentes em muitos aspectos, sejam políticos, culturais ou técnicos (no caso dos aparatos tecnológicos dos meios de comunicação em cada país). A escolha de GLAAD, portanto, funda-se numa estratégia de investigação que propicia mais questões, revisões e tensões na abordagem que faço deste tema no Brasil. Ao mesmo tempo, numa estratégia política (ativista) que procura refletir sobre outras formas de organização das atividades ativistas e outros contextos culturais e econômicos em que as organizações e seus ativismos estão inseridos. Muito menos uma comparação entre elementos similares – afinal, não comparo aqui organizações dos dois países –, o

uso que faço da GLAAD para esta investigação é o de produção de potencialidades sobre tanto o objeto (a relação movimento LGBT–mídia) quanto o que o ultrapassa (a “arena”) em questões como o que é um ativista, como as organizações existem nos dois países, como elas relacionam-se com suas bases e com o Estado, para citar algumas.

Ao conviver durante dois meses num ambiente cujas práticas e elaborações são extremamente profissionalizadas, minha curta experiência de “imersão” e deslocamento (VELHO, 1978, 2003; CAIAFA, 2007) ajudou-me a produzir um duplo estranhamento (DAMATTA, 1978): ao mesmo tempo em que aquele ambiente era-me profundamente diferente em termos de suas práticas – mas não de seu discurso político, do qual já partilhava há algum tempo –, ao acessá-lo pude reconstruir, a partir de desconstruções, minha familiaridade ou proximidade com o ativismo brasileiro. Tais acontecimentos, entretanto, não se deram facilmente ou sem mais questionamentos: numa “sociedade” ocidental altamente midiaticizada de modo globalizado e transcultural, que esforços o pesquisador deve empreender para estranhar o que lhe é familiar? A perspectiva identitária (GAMSON, 1995; BERNSTEIN, 1997) que está na base do movimento LGBT dos Estados Unidos também se hibridizou com as especificidades do movimento LGBT brasileiro, reificando no discurso social certa noção global de “identidade gay”, e “indivíduo gay” (ALTMAN, 1996). Neste ponto, parece-me que o imperativo de uma experiência etnográfica vem a somar com os recortes da pesquisa: o pesquisador vai de um contexto cultural e político para outro em que seu objeto pode “ser inscrito” (reflexivamente) numa trajetória mais extensamente construída de ativismo político na mídia, sobretudo no modelo de organizações com alto poder financeiro e estrutura corporativa, caso de GLAAD. Além disso, ao focalizar meu objeto em dois contextos distintos, a identificação mais clara de processos e estratégias de similitude ou diferenciação nas práticas e nos discursos (dos ativistas de GLAAD e dos diversos atores políticos brasileiros) torna-se mais tangível.

Se o deslocamento geográfico por si só nem sempre garante o estranhamento, como recorda Caiafa (2007), é na confluência das diferenças históricas de formação do movimento LGBT no Brasil e nos Estados Unidos, e na especificidade de GLAAD em relação ao tema do *ativismo midiático pró-LGBT* e a meu objeto no cenário brasileiro, que a “desfamiliarização” apresenta-se de modo profícuo.

Na constituição de meu campo no Brasil, selecionei um conjunto de entrevistados que pudessem fornecer visões sobre meu objeto a partir de múltiplas perspectivas (muitas vezes ecoando, como é de se esperar, seus lugares de fala no cenário nacional). Assim, priorizei ativistas em posição de liderança institucional (em organizações LGBT) cujas participações no movimento tenham algum reconhecimento nacional pelos pares e outros setores – como o governo e a universidade. Num segundo grupo, estão profissionais da mídia e pesquisadores. Se, no caso da academia, a tarefa de escolher quais acadêmicos seriam entrevistados não foi das mais complexas, no campo da mídia esta é uma tarefa bastante difícil. Os limites são de muitas ordens – temporais e financeiros sobretudo –, e não seria possível estabelecer um diálogo de mesmo porte equivalendo o número de entrevistados entre ativistas e profissionais da mídia (jornalistas, editores, produtores, diretores, executivos). Reconheço que este era um desejo inicial, mas cuja exequibilidade mostrou-se inviável logo no começo da pesquisa.

A limitação elencada acima já foi discutida por mim anteriormente (na seção 1.1) na concepção que tenho feito dos resultados a serem apresentados, especialmente sobre o Brasil, como uma grande moldura (narrativa) de caráter limitado, temporário e, em certo sentido, individual. O esforço de emprestar-lhes (aos resultados) maior densidade parte de um diálogo intenso com os materiais que tenho coletado sobre meu objeto aqui no Brasil e com a literatura das Ciências Sociais que se debruça sobre o movimento LGBT há mais de duas décadas e meia. Assim, fica além deste trabalho quaisquer pretensões historiográficas que reconstituam este objeto (a relação movimento LGBT–mídia) de forma específica desde as origens do movimento organizado, com o grupo *Somos*. As formulações aqui em tela são visões do agora.

1.4 Estratégias metodológicas

Se a comunicação seria até hoje um campo em apuros teóricos (SODRÉ, 2012), investigações feitas por comunicadores aspirantes a pesquisadores de fenômenos não puramente da/na mídia lidam, não raro, com apuros metodológicos. O que tenho chamado aqui de “experiência etnográfica” é muito mais o reconhecimento de um terreno outro sendo tateado do que o de uma classificação prolífica sobre uma forma de acessar a experiência humana no trabalho de campo.

Hamersley e Atkinson (1983, 2007), apresentando os paradigmas científicos que contribuiriam para uma discussão crítica da etnografia, notam que esta é, às vezes, desqualificada para a pesquisa social “on the grounds that the data and findings it produces are ‘subjective’, mere idiosyncratic impressions of one or two cases that cannot provide a solid foundation for rigorous scientific analysis.” (HAMERSLEY; ATKINSON, 2007, p.7). Os autores vão recusar esta ideia discutindo em pormenores as perspectivas positivista e naturalista na ciência, indicando que o caráter de reflexividade da pesquisa social seria negligenciado por ambos os paradigmas. Neste sentido, não há pesquisa em que o pesquisador não esteja inscrito (interagindo e modificação, portanto, a si e aos partícipes da pesquisa) constitutivamente nela.

O trabalho de campo desta pesquisa ocorreu de duas maneiras distintas e com intensidades também diversas. De um modo geral, todo o ano de 2012 está presente nos dados de que me ocupo aqui. Os Estados Unidos ocupam de modo mais intenso o primeiro semestre, e de modo mais forte ainda os 70 dias em que residi em Los Angeles, na Califórnia. Já o Brasil ocupa de modo mais intenso o segundo semestre, embora tenha mantido contato com os fatos que se desenrolavam no país ao longo de minha estada nos EUA. No Brasil, em especial, há intensidades diferentes no trabalho de campo porque realizei entrevistas com participantes desta pesquisa em diversas localidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador num período de tempo disperso em quatro meses. Meu trabalho, tanto nos EUA quanto no Brasil, beneficiou-se imensamente da internet: primeiro como rastreador ubíquo de tudo que acontecia ao meu redor em locais, organizações, com atores e em contextos que me eram pertinentes por causa da pesquisa e com os quais não podia manter contato físico e constante; e depois pelas possibilidades de investigação e acesso a arquivos e opiniões do passado e de fontes diversas nem sempre acessíveis – e quase nunca oferecidas a mim pelos atores partícipes desta pesquisa – durante meu trabalho de campo em tempo real (presencialmente). No caso do Brasil, beneficiei-me, além da internet, de minha própria rede de contatos, conhecimentos e inserções, o que me oportunizou localizar e verificar dados com muito mais facilidade do que nos Estados Unidos – minha rede de indivíduos, afinal, é extensa no Brasil e quase nula fora dele.

Chamo a atenção para tal constituição do trabalho de campo porque, embora não seja exatamente uma investigação multi-situada (*multi-sited*) (MARCUS, 1995)

nos dos países, ela apresenta pelos menos duas das “ansiedades metodológicas” de que George Marcus fala em seu texto sobre etnografia multi-situada (no texto de Marcus, são elas: i. teste dos limites da etnografia; ii. atenuação do poder do trabalho de campo; iii. a perda do subalterno). Em meu caso, tais ansiedades são lidar com certa formulação de uma experiência etnográfica que tateia os limites da etnografia como compreendida na Antropologia, e refletir sobre o peso relativo que o trabalho de campo, também na tradição antropológica, ganha nesta investigação. Se nos Estados Unidos empreguei atenção à constituição regular de um trabalho de campo constituído de observação participante, elaboração de notas, entrevistas e coleta de materiais, no Brasil este *frame* metodológico não era possível em face do objeto que construí – ou da maneira que o acessei.

Uma inspiração de fundo desta pesquisa, só melhor compreendida muito recentemente, é o trabalho de Strathern (2006) sobre o gênero da dádiva e os melanésios. A inspiração deve-se especificamente ao entendimento de que a forma de comparações que este trabalho adquire em alguns momentos é fruto de um acesso metodológico específico que fiz do objeto. O trabalho de campo na GLAAD teve o preciso objetivo de descentrar-me das percepções que possuía do ativismo LGBT brasileiro, como já destaquei, e tensionar elementos que surgiriam na análise – e mesmo produzir outros que talvez não surgissem sem tal configuração assimétrica. Ou seja, o modo como o ativismo LGBT é feito e concebido pelas organizações brasileiras, as relações ou conexões ativas (FACCHINI, 2005) que estas mantêm com outros atores como o Estado, o mercado e os partidos políticos, e como se sustentam financeiramente as organizações LGBT são os principais elementos cuja imersão e análise foram potencializadas com essa estratégia.

Deste modo, não investiguei nenhuma organização LGBT brasileira específica porque decidi acessar meu objeto em termos gerais no contexto brasileiro, sem restringi-lo às interações ou relações estabelecidas com a mídia por uma única organização LGBT. Uma das razões centrais desta escolha, como discuti no começo do capítulo, é a própria incipiência de abordagens sobre o campo da mídia em relação aos atores políticos envolvidos nas interações de movimento LGBT com veículos de comunicação. Ainda que algumas organizações LGBT se destaquem neste cenário, este é precisamente um dos resultados da pesquisa, e não seu pressuposto. Outra razão deveu-se ao desejo de produzir um estudo muito mais exploratório sobre as grandes questões desta relação com a mídia no Brasil do que

uma investigação dos processos específicos de uma única organização, especialmente porque nenhum grupo LGBT brasileiro é voltado especificamente para a atuação na mídia, como discorri na introdução do trabalho. Neste mesmo aspecto, a escolha da GLAAD como ponto tensionador foi estratégica para a proliferação de questões com as quais poderia lidar na pesquisa. Duas implicações diretas desta configuração metodológica são o modo como discuto o trabalho de campo feito na GLAAD e o aspecto institucional-organizacional dos trabalhos de campo em cada país.

Quanto à GLAAD, houve uma reconfiguração da compreensão sobre como o trabalho de campo feito naquela organização deveria ser discutido nesta dissertação. Assim, a escolha da organização tem função relativa e perspectiva a meu objeto, não se constituindo numa investigação sobre GLAAD em si, nem mesmo sobre seu ativismo em relação à grande mídia dos EUA em si. Sua escolha, portanto, dá-se em virtude das possibilidades de emersão de questões, problemas, similitudes, diferenças, influências e especificidades para minha investigação quanto à relação do movimento LGBT com a mídia no Brasil. O fato de GLAAD ser a única organização do movimento LGBT estadunidense cuja missão é especificamente o ativismo junto à mídia, indubitavelmente ajudou-me a constituir reflexões (ora simplificadoras, ora problemáticas) sobre a realidade e as potencialidades do ativismo LGBT junto à mídia no Brasil. Assim, o trabalho de campo naquela organização serviu para produzir distanciamento, estranhamento e mesmo iluminar (ou complexificar) os modos como via esta relação no Brasil. Com isso, entretanto, não quero indicar que esta seja a única e mesmo a mais adequada construção teórico-metodológica para investigar tal objeto. Uma investigação outra, focada apenas no Brasil, poderia ser feita – ou, para utilizar um parâmetro de nível institucional, apenas sobre uma organização LGBT brasileira, seja a mais antiga ainda em atuação, o GGB, ou a mais proeminente hoje, a ABGLT. Minha escolha por dois trabalhos de campo distintos dá-se em função do entendimento de que este é um objeto ainda pouco explorado na pesquisa e mesmo na prática política do movimento LGBT no Brasil, e na estratégia teórica e política (como ativista) de tensionar minha compreensão deste objeto e acesso a ele por meio de uma experiência etnográfica noutro contexto cultural.⁴⁵

⁴⁵ Aqui fica claro um limite e uma distância em relação à proposta de Strathern quanto à Melanésia e o Ocidente: este outro “contexto cultural” de minha pesquisa, os Estados Unidos, não é tão “outro” em

Tal compreensão significa que realizar um trabalho especificamente sobre a relação da GLAAD com a mídia dos EUA estaria longe de meu desejo de investigar este objeto em relação à sociedade brasileira. Logo, é na sua construção relativa e perspectiva à minha investigação no Brasil que o trabalho de campo junto ao escritório da GLAAD ganha contorno; não por si mesmo, nem sobre a organização em si ou sobre sua história. Este recorte deliberado tem razões práticas e teóricas específicas: a quantidade de material que produzi, tanto no diário de campo quanto nas entrevistas, poderia ser analisado exaustivamente em muitos aspectos de modo a constituir um trabalho só sobre aquela organização e minha experiência em seu escritório. Um exemplo disso é o fato de que entrevistei 19 membros do grupo, e tratamos de inúmeras questões que não contribuem diretamente para a presente investigação⁴⁶ – como funcionamentos burocráticos do grupo, reformulação da identidade visual, auditorias financeiras externas, detalhes sobre a estrutura do *staff* da organização, para citar alguns –, e por isso minha análise foi com a perspectiva de refletir aquele trabalho de campo (nos EUA) em relação às entrevistas feitas no Brasil e ao cenário brasileiro quanto à relação do movimento LGBT com a mídia.

Ao fazer dialogar os dados destes dois trabalhos de campo, espero contribuir não só academicamente, mas também para a autorreflexão dos ativistas quanto a este tema (talvez um elefante branco que “impus” a meus entrevistados?) em suas práticas ativistas cotidianas. Embora a maioria dos entrevistados brasileiros reconheça que haja pouco enfoque do movimento LGBT em relação à mídia, também reconhecem a importância dela na constituição e disputa da cultura do país.

Ainda especificamente sobre o trabalho de campo na GLAAD, a observação participante e as entrevistas em profundidade que desenvolvi são relativas a um universo de 21 ativistas (GLAAD tinha, à época, entre 35 e 37 ativistas em seus dois escritórios). Minha convivência diária, durante dois meses, foi com os funcionários do escritório de Los Angeles (LA). Eventualmente, conheci alguns membros do escritório de Nova York (NY), principalmente na semana final (16 a 23 de abril) em

relação ao Brasil, ao seu movimento LGBT e aos ativismos brasileiros. A contribuição do projeto de Strathern que entendo profícua a esta pesquisa é desnudar que há um emparelhamento de experiências distintas feito de maneira relativamente arbitrária (GLAAD e o movimento LGBT brasileiro, ambos em relação ao ativismo na mídia), mas cujo propósito é exatamente produzir tensão tanto no trabalho do pesquisador quanto no olhar despendido às categorias/elementos da análise.

⁴⁶ Por outro lado, entendo que seja uma contribuição possível, para além desta dissertação, apresentar um pouco do funcionamento de GLAAD em relação às suas práticas internas, financeiras e estratégicas para outros ativistas e pesquisadores interessados na questão. Para isso, produzi o **APÊNDICE B – Aspectos Internos da GLAAD**, que está na página 266.

virtude de um grande evento de arrecadação de fundos, o *GLAAD Media Awards* (GMA). As entrevistas foram realizadas com 19 membros de ambos os escritórios, já que pude entrevistar dois funcionários de NY que estavam em LA. Ao tratar da história de GLAAD, baseio-me nos escritos de Davidson & Valentini (1992) e Doyle (2005, 2008), cuja abrangência vai até 2002, além de materiais da blogosfera gay do país. Desenvolverei de forma mais detida, então, a história recente da organização até meu trabalho de campo em 2012 (nos capítulos 2 e 3).

O trabalho de campo no Brasil, por seu turno, não contempla observação participante. Realizei entrevistas em profundidade com nove indivíduos brasileiros, num período de quatro meses, abrangendo ativistas, jornalistas e pesquisadores basicamente. Cumpre destacar, neste âmbito, limitações específicas de duas ordens: a temporal e a financeira. Essas entrevistas foram realizadas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador. Outras planejadas para Curitiba e Brasília, por exemplo, não se concretizaram em função de desencontros dos calendários de meus potenciais entrevistados e o meu. A escolha destas localidades deve-se exclusivamente ao fato de nelas residirem os indivíduos que eu pretendia entrevistar. Como foram escolhidos por mim com base na compreensão que tenho de meu objeto de investigação e do cenário do movimento LGBT no Brasil hoje, outros indivíduos quaisquer não seriam uma opção adequada. As limitações financeiras impediram-me, portanto, de ir mais de uma vez a estas localidades para realizar mais entrevistas – e em espaço de tempo menor, o que possibilitaria realizá-las em maior quantidade antes do período destinado à análise dos dados e à feitura deste texto.

Na análise sobre o Brasil, destaca-se, em especial, a trajetória da ABGLT no universo das organizações LGBT brasileiras, por ser este grupo e seu presidente até janeiro de 2013, Toni Reis, aqueles que maior penetração têm na mídia brasileira hoje.⁴⁷ A história e trajetória do movimento LGBT brasileiro em si não serão objeto de discussão aqui, embora faça algumas remissões aos autores que estudaram a história de formação do movimento no país, principalmente para apontar as interações, registradas nesta literatura, que ativistas e organizações já estabeleciam com a mídia desde a origem do movimento em 1978. Quando discuto mais

⁴⁷ Esta afirmação ficará mais clara adiante, principalmente nos capítulos analíticos sobre o trabalho de campo no Brasil.

especificamente sobre o movimento LGBT brasileiro, concentro meu enfoque nesta última década.

A segunda implicação (o aspecto institucional-organizacional dos trabalhos de campo em cada país), portanto, diz respeito a este acesso metodológico assimétrico nos dois países. Como não realizei observação participante em nenhuma organização brasileira, as informações que possuo não são fruto de pesquisa nelas. Por isso evito estabelecer caracterizações detalhadas da estrutura das organizações mencionadas pelos entrevistados, pois meu acesso a elas foi por meio das visões dos entrevistados e eventuais materiais documentais e jornalísticos.⁴⁸ Mais que isso, meu objeto não foi constituído focado em alguma(s) organização(ões) brasileira(s), mas sim no cenário nacional, o que implica visões mais generalistas sobre o movimento LGBT brasileiro. No caso de GLAAD, apresento aspectos organizacionais que contextualizam meu trabalho de campo no grupo, bem como as próprias ações e estratégias da organização que apresento no capítulo cinco.

A conformação de minha análise a partir das questões que discuti acima passou, portanto, por desconstruções e reconstruções das formulações teóricas em torno de meu objeto, ainda que tenha mantido o cerne subsumido no desejo de investigar uma *relação* específica entre dois atores políticos (movimento LGBT e mídia). Estas idas e vindas, como Hamersley e Atkinson (1983) observam, procuram tornar a construção do objeto mais passível às formulações teóricas que são vislumbradas na reflexividade do pesquisador com seu local de pesquisa, com o acesso a ele e com os interlocutores. Portanto, pareceu-me importante situar a pesquisa desenvolvida na GLAAD como uma experiência de produção intencional de mais questões à minha investigação. Ainda que compreendendo o ativismo daquela organização em seu contexto local, meu objetivo primário foi acessar problemáticas, estratégias, discursos, interações coletivas e tensões daquela organização para refletir sobre elas em face da minha investigação da relação entre o movimento LGBT e a mídia no Brasil. Por isso minha análise do material produzido

⁴⁸ Entendo como importante demarcar este aspecto, inclusive para clarificar que esta pesquisa não se inscreve no rol daquelas produzidas por antropólogos e cientistas sociais sobre o movimento LGBT brasileiro. Observando-se os estudos sobre o movimento no Brasil, há uma configuração metodológica clara (e apropriada a meu ver): realiza-se trabalho de campo numa organização específica, envolvendo quase sempre observação participante e entrevistas, e deste trabalho são produzidas reflexões mais amplas sobre o movimento LGBT como um todo naquele período. Assim foram os trabalhos de MacRae (1990) sobre o *Somos*, de Câmara (2002) sobre o *Triângulo Rosa*, de Andrade (2002) sobre o *Grupo Arco-Iris*, de Facchini (2005) sobre o *Corsa*, entre outros.

naquele contexto é recortada por esta preocupação, como se vê nos capítulos sobre o Estados Unidos, sobretudo no capítulo três.

Minha experiência teórica com a práxis investigativa sempre foi majoritariamente povoada pelas práticas dos laboratórios, dos questionários (*surveys*), das cobaias e das entrevistas. Minha experiência concreta, por seu turno, tinha sido com textos, via análise do discurso, na graduação. Ao incursionar numa experiência etnográfica, essencialmente no trabalho de campo nos Estados Unidos, fui tomado por tais reflexões sobre o que exatamente fazer – isto é, o que observar e como observar. O pouco contato com a própria literatura sobre etnografia e observação participante já era uma lacuna expressiva. Ter seguido, entretanto, à elaboração de um diário de campo detalhado foi certamente uma ferramenta essencial àquela etapa da pesquisa. Analisá-lo mais de seis meses depois, em conjunto com os demais materiais produzidos naquele período, já em combustão com os dados do trabalho de campo aqui no Brasil nos meses mais recentes, colocou-me questões de maneira mais ampla e complexa (no sentido de que atravessadas por mais fatores e dúvidas do que por certezas).

No que concerne às fontes de material para a pesquisa, considero pertinente a observação de Hamersley e Atkinson sobre múltiplas fontes:

More specifically, data-source triangulation involves the comparison of data relating to the same phenomenon but deriving from different phases of the fieldwork, different points in the temporal cycles occurring in the setting, or the accounts of different participants (including the ethnographer) differentially located in the setting. (HAMERSLEY; ATKINSON, 2007, p.183)

Assim, beneficiei-me imensamente dos próprios documentos e comunicações (orais e verbais, registradas especialmente em ofícios, *releases* e trocas de e-mails) produzidos tanto pelos membros da GLAAD, nos Estados Unidos, quanto pelos entrevistados no Brasil. Neste último, não só destes indivíduos, mas de outros que participam do movimento LGBT, de suas organizações, ou de instâncias críticas a ele. Assim, pude triangular, em cada trabalho de campo específico, materiais obtidos de fontes diversas, aprofundando certos aspectos pouco explícitos nas entrevistas, e refinando as análises a partir da leitura de documentos e publicações da imprensa.

Por fim, o diálogo com a literatura sobre o movimento LGBT nos dois países, sobre a história e o ativismo de GLAAD – por meio da pesquisa de Doyle (2005) – e com parte da literatura que analisa os movimentos sociais contemporâneos (“novos movimentos sociais”) foi imprescindível para elaborar a escrita deste trabalho.

O suporte documental, especialmente no caso do Brasil, também merece destaque, uma vez que conversei com indivíduos com trajetórias e locais de atuação muito distintos, o que me colocou diante de uma série de contextos (organizacionais, sobretudo) não elaborados na literatura disponível. Espero que a limitada reconstituição que iniciei neste capítulo, e aprofundo nos capítulos sobre o Brasil, sobre as interações de ativistas e organizações com a mídia no Brasil possa contribuir para futuras pesquisas nesta interseção específica. O uso, portanto, de ofícios, comunicações internas, matérias da imprensa, sobretudo da blogosfera gay nos dois países, foi um suporte importante para aprofundar e mesmo contextualizar as visões de meus interlocutores postas nas entrevistas (especialmente no Brasil).

As entrevistas que conduzi foram sempre gravadas, excetuadas três (duas nos Estados Unidos e uma no Brasil): uma por problemas técnicos, outra por solicitação do entrevistado e uma terceira que foi por telefone. Um consentimento oral simples⁴⁹ foi registrado em todas as entrevistas gravadas. Todas elas seguiram um modelo semiestruturado e bastante flexível. O conjunto de questões, que entendia como pertinentes à investigação do objeto, foi utilizado como um roteiro, e procurei estabelecer sempre uma introdução genérica com todos os entrevistados. Esta introdução, questionando qual havia sido a trajetória deles dentro do movimento (ou na GLAAD, ou num veículo de comunicação, ou no estudo de certa temática na academia, etc.), tinha o objetivo de estabelecer um ajuste de comunicação inicial, identificar o estilo de conversação do entrevistado – se procurava detalhar sua trajetória, se dava respostas muito curtas – e equacionar quais seriam os temas a serem introduzidos primeiro. Dada a variedade de perfis dos entrevistados, as perguntas foram por muitos caminhos diferentes, tantos quantos os meus interlocutores. Na concepção do roteiro, orientei-me por três enquadramentos globais: questões sobre a representação, entendida como uma categoria êmica, na mídia em geral, na imprensa, na televisão; questões sobre relações e estratégias estabelecidas em relação à mídia e à imprensa; e questões de fundo sobre recursos e financiamento, estrutura dos grupos em que atuam, relacionamento com o governo (Brasil), etc. A partir de cada resposta, outras questões foram feitas, e na maioria das entrevistas foi possível estabelecer um

⁴⁹ Consentimento informado para entrevistas (em inglês também): “Eu, _____, concordo em ser entrevistado para o projeto de pesquisa intitulado *O movimento LGBT e a mídia: tensões e disputas pela representação no Brasil e nos Estados Unidos*, que está sendo produzido por Luiz Henrique Coletto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).”

diálogo fluido. Os assuntos que considerava sensíveis – como a crise presidencial na GLAAD ou as rugas entre ativistas próximos e não próximos da teoria *queer* no Brasil – eram inseridos oportunamente, quase sempre do meio para o final da entrevista. Tanto na concepção quanto na análise das entrevistas aqui utilizadas, guiei-me pela dimensão qualitativa e profunda destas interlocuções, na esteira do que Duarte (2008, p.63) coloca:

Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas.

Uma preocupação obrigatória neste tipo de pesquisa diz respeito a como lidar com a identificação de entrevistados. Aqui optei, como regra, identificá-los em quase todas as situações. No caso do Brasil, pareceu-me pouco exequível proceder ao anonimato diante da singularidade de cada indivíduo entrevistado e dos papéis que desempenham seja em organizações LGBT, seja na academia, seja na imprensa ou mesmo em instâncias governamentais. Mais que isso, como discuto ao final do capítulo cinco, sobre o Brasil, os locais de que falam cada um dos entrevistados, assim como suas trajetórias profissionais e de formação, são parte fundamental da explicitação das regularidades que identifiquei nos posicionamentos que têm sobre o movimento, a mídia, as representações produzidas por esta, as estratégias empregadas ou não por aquele, etc. Retirar-lhes o nome tornaria eminentemente limitada a discussão sobre a riqueza desses posicionamentos e do porquê eles apresentam regularidades específicas. Ainda assim, em alguns momentos, omiti o nome do entrevistado em face de uma discussão pontual, em que julguei ser mais deletério do que benéfico identificá-lo. Adotei perspectiva idêntica em relação aos entrevistados nos Estados Unidos. Dadas as posições que cada um dos membros da GLAAD ocupa na organização, não identificá-los exigiria uma supressão intensa de certos trechos das falas e, em geral, limitaria o diálogo com estas entrevistas. Uma vez que ocupam setores bem definidos na organização, suas falas refletem muito especificamente a expertise numa dada área, então a posição que ocupam e a própria biografia deles ficam quase sempre visíveis nas falas. Quando tratei especificamente da crise presidencial na organização, em algumas falas omiti a identificação do entrevistado por entender que seria prejudicial não proceder assim.

Em geral, entretanto, esta não foi uma preocupação latente na escrita deste trabalho.

Há, por fim, uma questão importante quanto à constituição do grupo de entrevistados brasileiros. Quanto a isso, é imperativo reconhecer que há duas limitações visíveis em tal composição: apenas uma mulher e nenhuma pessoa com identidade trans foram entrevistadas. Meu objetivo inicial na composição das entrevistas era mais equilibrado, embora, de fato, a participação de homens gays cisgêneros⁵⁰ destaque-se, refletindo, em verdade, a própria hegemonia destes indivíduos dentre as lideranças nacionais. Iniciativas recentes como o surgimento do grupo *Trans Media Watch*, na Inglaterra, indicam a importância de se refletir especificamente sobre representação de pessoas trans na mídia e na imprensa. Como se verá adiante, pessoas que se autoidentificam como transexuais e travestis são, em regra, representadas de forma inadequada e, frequentemente, pejorativa na mídia brasileira. Algumas representações nas telenovelas têm produzido abordagens mais empáticas, mas o contínuo procedimento jornalístico de identificá-las (neste caso, as travestis) como homens, trata-se de um desrespeito à dignidade, autodeterminação e autoimagem desses indivíduos. Originalmente, pretendia entrevistar três lideranças trans do movimento LGBT brasileiro, mas a distância e a incompatibilidade de datas e horários não permitiu a consecução delas. Também havia a pretensão de entrevistar mais mulheres, tanto ativistas quanto pesquisadoras, mas os mesmos problemas apresentaram-se.

Como se poderá inferir do material discutido neste dissertação, pouca atenção é dada às representações de mulheres lésbicas tanto nas telenovelas quanto na cobertura da imprensa. O mesmo ocorre em relação às representações de travestis e transexuais de um modo geral, embora tenham aparecido algumas questões a partir de algumas falas dos entrevistados e do trabalho de Leal e Carvalho (2012) sobre homofobia no jornalismo. Se esta pesquisa puder ser revisada e expandida num projeto futuro, certamente a contribuição de ativistas, jornalistas e pesquisadoras lésbicas e trans vão adensar ainda mais a complexidade deste objeto. Assim, é importante compreender o limite deste trabalho tendo como pano de fundo a própria constituição do conjunto de entrevistados, o que, muito

⁵⁰ Cisgênero (ou apenas cis) refere-se a indivíduos que se identificam com o sexo/gênero que lhes foi atribuído ao nascer. É empregado para realçar a existência de homens e mulheres trans e homens e mulheres cis, de modo a combater as identificações “homem” e “mulher” como se fossem apenas para indivíduos cis.

provavelmente, deixou de fora uma abordagem sobre gênero relevante ou mesmo central.

* * *

Apresento aqui, rapidamente, uma série de padronizações e escolhas que realizei neste texto em relação às entrevistas e aos materiais utilizados. Primeiramente, tentei preservar as construções linguísticas dos entrevistados de um modo geral. Entretanto, fiz algumas modificações bastante específicas que exponho aqui: removi “quês” em excesso (queísmo) porque prejudicam sobremaneira a fluidez da leitura; optei por grafias da norma padrão para ocorrências como “cê” (você), “vamô” (vamos), “tendeu” (entendeu), “tava” (estava), entre outros. Também removi o excesso de ocorrências como “tipo” e “né”, que são vícios de linguagem característicos da fala de cada indivíduo, mas que, em excesso, truncam a leitura das transcrições aqui utilizadas. Faço o registro dessas pequenas modificações, e entendo que elas não interfiram na consecução da pesquisa. Embora seja um tema palpitante e central em estudos sociolinguísticos, focar nestes aspectos do idioleto dos indivíduos fugiria imensamente ao enfoque deste trabalho.

Por fim, uma consideração sobre a passagem da comunicação oral para o registro textual é relevante: como se sabe, há perda considerável da dinamicidade e riqueza de entonação quando se processa a comunicação oral em registro gráfico. A pontuação procura encurtar ao máximo tal distância, mas as perdas são irreparáveis. Por isso, as diferenças de tons, ênfases, pausas, demoras na expressão oral do pensamento, entre outras ocorrências, não têm como ser captadas inteiramente por este registro escrito. Um exemplo dessas situações aparece quando, no meio da fala do entrevistado, coloco interpolações feitas por mim. Quando elas constituíram alguma ideia inteiramente formulada ou implicavam na retomada da expressão do entrevistado, eu as inseri – não mantive, entretanto, expressões de função fática como “aham”, “sei”, “claro”, “entendo”, entre outros. Isso ficará mais claro na visualização dos trechos utilizados nesta pesquisa (nos capítulos sobre o Brasil, sobretudo).

As padronizações de estilo que adotei sobre as entrevistas estão assim presentes no texto: as falas dos entrevistados foram inseridas com fonte 11 (um ponto a menos do que o texto normal, e um ponto a mais do que citações da literatura) e com recuo de 1 cm da margem esquerda. Fiz esta escolha para deixar mais claro quando eram falas de entrevistados e não citações longas de literatura ou

documentos, que são registradas com recuo de 4 cm, fonte 10 e espaçamento simples conforme norma da ABNT. No caso destas falas, quando houve interpolações de minha parte, elas aparecem entre colchetes e sublinhadas, para ficar claro o corte na fala do interlocutor. Tais registros aparecem, geralmente, assim: [interrompo dizendo: “*fala do pesquisador*”]. Empreguei o itálico para destacar trechos das falas dos entrevistados que eram exemplos de falas de terceiros. Isso me parece importante para diferenciar a formulação do entrevistado como sendo um terceiro interlocutor, e não a fala dele próprio. Quando havia, na fala dos entrevistados, uma quantidade de informações que entendi como necessárias de explicações adicionais, fi-las em notas de rodapé. Complementos curtos feitos por mim estão registrados entre colchetes nas entrevistas.

2 ATIVISMO NA MÍDIA DOS ESTADOS UNIDOS: AS ATIVIDADES DA GLAAD E A CRISE PRESIDENCIAL

Este capítulo sobre o trabalho de campo realizado no escritório da GLAAD, em Los Angeles, constitui-se de duas seções: na primeira, ***O trabalho de campo na GLAAD***, apresento a constituição de meu trabalho de campo, detalhes e desafios de sua ocorrência, bem como sumário das entrevistas que realizei e as que utilizo nesta análise; também exponho os principais programas desenvolvidos pela organização em relação à mídia e à comunidade LGBT dos EUA; na segunda e última seção, ***GLAAD no final dos anos 2000: estrutura e crise presidencial***, contextualizo a história recente da organização e apresento sua estrutura interna à época da pesquisa. Também discorro sobre a crise financeira e de liderança pela qual o grupo passou antes da minha chegada e que se estendeu até a minha partida, quando um novo presidente foi nomeado.

A pesquisa que desenvolvi nos Estados Unidos durante dois meses passou por uma reconfiguração teórica considerável ao longo de todo o ano de 2012. A análise do trabalho de campo desenvolvido em solo californiano ocorreu com, pelo menos, quatro meses de posterioridade. Esta passagem de tempo tornou tal reconfiguração mais clara à medida que desenvolvia as entrevistas aqui no Brasil e cotejava dados das duas etapas da pesquisa. É assim que, portanto, passei a olhar para a pesquisa que desenvolvi nos EUA a partir de um corte referencial mais preciso, em que meu objeto estava centrado na relação entre o movimento LGBT e a mídia no Brasil, sobretudo, como estabeleci no final do capítulo anterior.

Enquanto no Brasil entrevistei alguns indivíduos específicos, nos Estados Unidos, meu trabalho de campo implicou observação participante num escritório durante dois meses contínuos e entrevistas com membros de uma única organização. Dentre um universo bastante amplo e diversificado de organizações sem fins lucrativos, que são compreendidas como parte do movimento LGBT estadunidense, a escolha da *Gay & Lesbian Alliance Against Defamation* (GLAAD) cumpria um objetivo específico para a formulação e investigação de meu objeto. A natureza muito específica de GLAAD como uma organização focada no ativismo cultural por meio da mídia torna-a, de modo geral, única tanto no movimento LGBT

dos EUA quanto na maioria dos outros países cujas organizações deste campo desenvolveram-se nas últimas décadas, caso do Brasil inclusive.

As maiores e mais sólidas organizações LGBT brasileiras possuem, classicamente, um enfoque em ativismo jurídico, sendo muito pontuais as ações focadas em mudança cultural de modo geral. Isto não significa dizer que o movimento LGBT e os próprios ativistas não compreendam como parte da causa a mudança de valores sociais que embasam o machismo, a homofobia e transfobia no Brasil. Adiro aqui à observação de Facchini (2005) sobre os trabalhos de Peter Fry acerca da homossexualidade na cultura brasileira. Em certo momento, interpretando essas pesquisas de Fry, Facchini afirma:

Entendo que a reflexão de Fry foi mais longe, identificando uma questão que seria comum tanto para o movimento homossexual quanto para o movimento negro: seu alvo não seria apenas a repressão e a discriminação contra homossexuais e negros, mas a cultura brasileira como um todo. (FACCHINI, 2005, p.34)

Assim, embora essa concepção de mudança da cultura esteja ancorada ubiquamente nas perspectivas ativistas do movimento LGBT, ela nem sempre se traduz em ações especificamente direcionadas à mudança de representações, discursos e valores sobre a população LGBT. Neste caso, estou dando ênfase à mídia, sobretudo. Embora algumas organizações, como a ABGLT, procurem atuar num conjunto amplo de frentes – destacadamente na formação de ativistas para *advocacy* junto aos poderes públicos; no *advocacy* entre parlamentares da esfera federal; na impulsão de candidaturas a cargos públicos de indivíduos LGBT ou de aliados ao movimento; e, nos últimos anos, em ações e diálogos focados no campo da mídia –, a especialização das organizações LGBT brasileiras em algum tema de atuação específico (*issue*)⁵¹ é bem mais recente, dos anos 2000, exceção feita àquelas que atuam concomitantemente no enfrentamento a HIV/Aids e na defesa da população LGBT em geral. Já na contraparte deste campo nos EUA, existe um conjunto de especializações em que uma organização desenvolve seu ativismo naquilo que denomino de “frente de atuação”. Assim, a *Lambda Legal*, fundada em 1973, atua no campo jurídico em ações nas cortes do país em defesa de LGBT; a

⁵¹ Não me refiro a enfoques em segmentos da população LGBT, como grupos só de travestis ou só de bissexuais. Aqui utilizo a ideia de especialização como referência ao enfoque em “questões”: envelhecimento LGBT, *bullying* homofóbico, candidaturas LGBT, mídia, etc. Utilizo a ideia de *issue organization* concebida pelo *Movement Advancement Project* (MAP), uma *think tank* dos EUA. Ver referências deste trabalho.

Trevor Project, fundada em 1998, atua no combate ao suicídio de jovens LGBT; a *Gay, Lesbian & Straight Education Network* (GLSEN), fundada em 1994, atua no respeito à orientação sexual e identidade de gênero nas escolas dos EUA; e a GLAAD, fundada em 1985, especificamente com monitoramento da grande mídia em relação às representações da população LGBT.⁵² A escolha de GLAAD, portanto, dá-se neste contexto em que compreendo que a missão e as estratégias de atuação do grupo junto/frente à mídia são de especial importância para empreender a investigação mais profunda de meu objeto.

2.1 O trabalho de campo na GLAAD

O trabalho de campo na cidade de Los Angeles, na Califórnia (EUA), foi realizado entre os dias 22 de fevereiro e 23 de abril de 2012, compreendendo oito semanas e três dias mais precisamente. O número de horas em campo variou entre sete e oito horas diárias, de segunda a sexta, durante todo o período, além de duas atividades externas ocorridas em sábados (31 de março e 21 de abril) e uma de lazer, mas que registrei no trabalho de campo, num domingo (04 de março). Como havia a necessidade de manter-me atualizado sobre o que ocorria no Brasil em relação ao movimento LGBT, meu tempo dedicado à pesquisa era virtualmente integral, com as exceções para dormir e compromissos como ir a boates num final de semana ou cortar o cabelo. Essas informações, registradas em vários momentos em meu diário de campo, dão conta do quanto me era pouco familiar a rotina num escritório, principalmente por se constituir em minha primeira atividade de pesquisa “com seres humanos” e como uma “experiência etnográfica” (ADAMI, 2008; TADDEI; GAMBOGGI, 2011), e também o quanto estava frequentemente cansado por passar de 12 a 14 horas envolvido com a pesquisa nos Estados Unidos e no Brasil (mentalmente). Deste período de dois meses, produzi aproximadamente 80 páginas de diário de campo, 18 entrevistas com 19 indivíduos (16 gravadas, sendo uma delas com dois indivíduos) e coletei alguns materiais do grupo como folders, artigos,

⁵² Estes são apenas alguns exemplos, e existem centenas de outras organizações LGBT com enfoques específicos como eleger políticos LGBT (*Victory Fund*) ou então trabalhar com idosos LGBT (*Services and Advocacy for GLBT Elders*). Uma lista interessante, ainda que limitada, está no ranking da *Philanthropedia*, projeto que produz avaliações das organizações do setor sem fins lucrativos dos EUA. Disponível em: <<http://www.myphilanthropedia.org/top-nonprofits/national/lgbt-equality-and-support/2012>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

material de divulgação, crachás, etc., além de centenas de e-mails aos quais tive acesso, pelo sistema de comunicação interna, como estagiário da organização.

Ponto aqui, para estabelecimento genérico de minha experiência, alguns desafios deste trabalho de campo: o primeiro deles foi linguístico. Ao contrário do que se poderia esperar, não foi o uso de outro idioma (Inglês) que me trouxe problemas, mas sim a rotina trilingue. Minha ida para o escritório de Los Angeles da GLAAD – o grupo possui dois escritórios nacionais, sendo o outro em Nova York – deu-se sobre um arranjo específico: eu seria estagiário da divisão que trabalha com mídia em língua espanhola nos EUA enquanto desenvolveria minha pesquisa naquele ambiente (observação participante, entrevistas e eventuais coletas de materiais). Assim, eu conversava e lia em Inglês, monitorava programas televisivos e lia matérias em Espanhol e produzia meu diário de campo em Português de forma intercalada e constante ao longo do dia. Na primeira semana, fiz inúmeras confusões mentais (e algumas grafadas) em razão disso, o que depois desapareceu com a habituação àquele ritmo. Embora não tenha fluência em espanhol e minhas capacidades de escrita e conversação sejam mínimas no idioma, a compreensão (escuta) era de quase 100%, o que não me criou problemas para desenvolver os monitoramentos que estavam sob minha responsabilidade enquanto estagiário. Outro desafio foi o “papel duplo” que ocupei na organização, como abordado no capítulo três: uma clara dificuldade imposta por minha posição de “estagiário” foi conseguir ser percebido como pesquisador e, principalmente, ter acesso a membros de maior nível hierárquico. Isso foi particularmente perceptível quando comecei a agendar as entrevistas e tive que consultar minha supervisora (Monica Trasandes, Diretora de Mídia em Língua Espanhola⁵³) para enviar os e-mails, de modo a estar “coberto” por ela enquanto responsável por minha presença e ações no grupo. Por fim, um desafio central à constituição de minha observação foi o espaço físico. Ao pensar nos relatos etnográficos um tanto quanto distantes e bucólicos do trabalho de campo entre populações indígenas (ou, já na seara urbana, entre um grupo religioso, ou numa sala de aula ou mesmo com membros de uma gangue), constatei o quanto estava inseguro quanto à condução de minha observação participante num escritório. Embora não fizesse parte da minha rotina anterior recente trabalhar num escritório, nada que ali se passava, no princípio, parecia-me atípico ou revelador de

⁵³ Ver o **ANEXO A – GLAAD Office Directory**, na página 278, para cópia da composição do *staff* da GLAAD com as posições de cada membro em Inglês. As traduções que faço aqui são livres.

quase nada, ainda que eu tenha feito registros detalhados de tudo que ocorria em meu campo de visão, como alguém indo à cozinha fazer café e, então, retornando à própria seção de trabalho.

Apesar de pequenas outras ocorrências pontuais⁵⁴ serem parte de minha experiência, entendo como central demonstrar exatamente como minhas observações eram feitas naquele ambiente, e como muitos detalhes foram desaparecendo de meu diário de campo paulatinamente à medida que tudo me parecia já muito familiar. Um trecho de minhas notas do segundo dia aponta como estava me sentindo quanto às dificuldades do trabalho de campo:

Nada de visivelmente atípico ou que tenha chamado minha atenção ocorreu, mas não tenho circulado muito pelo escritório por algumas razões: (i) todos estão na maior parte do tempo sentados trabalhando, e minha presença de pé seria estranha; (ii) o ambiente é bastante visível a todos em algumas partes, o que dificulta uma observação menos intrusiva das rotinas; ao mesmo tempo, cada um está em sua cabine ou sala, o que deixa todos isolados; a maior parte da interação ocorre nos corredores e na cozinha, locais em que as pessoas costumam conversar sobre amenidades ou sobre o trabalho; isso é mais comum no começo da manhã e no final do expediente, a partir das 16h; (iii) como estou estagiando também, tento realizar algum trabalho de forma efetiva de modo a não chamar a atenção/parecer que estou sem efetivamente fazer algo. **(Diário de campo de 23 de fevereiro de 2012)**

A divisão daquele grande espaço, uma suíte no 15º andar de um dos prédios comerciais mais altos da região (Wilshire, parte centro-oeste da cidade), criava pouca possibilidade de observação constante. A maioria dos funcionários ficava em seções com divisórias (estações), as quais dividiam uma área retangular em quatro quadrados (cada um uma seção), de modo que somente transitando pelos corredores era possível ver cada funcionário sentado na respectiva estação de trabalho. Membros de maior nível hierárquico tinham salas e, embora elas ficassem quase sempre com as portas abertas, não era possível ver nada a não ser que, novamente, transitasse pelos corredores. Pela extensão do escritório, havia membros que eu raramente via porque suas salas eram muito distantes da minha estação. Por isso, minhas observações frequentemente davam conta das movimentações dos membros pelo ambiente, quando estavam sob meu alcance visual, ou de suas interações verbais com outros membros (raramente audíveis de forma plena), além das minhas próprias interações nos espaços comuns – cozinha,

⁵⁴ Uma delas foi o teclado sem qualquer configuração para acentos, o que tornava a redação de meu diário de campo algo hercúleo muitas vezes. Com o tempo, salvei uma lista essencial de atalhos para produzir acentos, e acostumei-me a boa parte deles.

corredores, banheiro, recepção. Meus diálogos, reuniões e interações em geral foram majoritariamente com Brian Pacheco (Estrategista de Mídia em Língua Espanhola) e Monica Trasandes, os dois únicos funcionários da divisão espanhola do grupo. Com outro membro, em especial, estabeleci mais interações fora do escritório, pois nossa rota de caminhada até o ponto de ônibus coincidia. Além disso, esse mesmo funcionário convidou-me para conhecer um local histórico da cidade chamado *Getty Villa*, atividade que registrei em meu diário de campo.

Se o que podia observar era bastante limitado, quando havia interações de dois ou mais membros, seja comigo ou não, elas costumavam ser sempre muito descontraídas. Assim, lendo diversas passagens de meu diário, em épocas distintas, o que se constata é um ambiente de trabalho extremamente agradável na maior parte do tempo, com conversas na cozinha⁵⁵, risadas, bastante trânsito pelo local e muita cordialidade e relaxamento entre os funcionários. No final da minha segunda semana no escritório, relato uma ocorrência que ilustra este clima organizacional, e como eu ainda estava tateando aquele ambiente.

Monica ligou para Rich Ferraro (NY), que seria o relações públicas da empresa (na descrição do diretório do escritório ele consta como Diretor de Comunicações), para conversar sobre o rapaz que apresenta o *Paparazzi Magazine*, pois ele estaria interessado em apresentar algum prêmio no *Media Awards*, e que Monica sente que talvez ele queira aproveitar para sair do armário em público. A conversa entre Monica, Rich e, em alguns momentos, Brian, foi interessante porque sempre muito bem humorada (Monica brincou se já podia ir para NY para se casar com Rich). Não sei se isso é sempre assim (é provável que em momentos delicados e importantes, não) ou se Rich, já sabendo de antemão que eu estaria na sala, e Monica resolveram fazer esta conversa ao estilo “*veja como nossos diálogos são sempre adoráveis*”. (Diário de campo de 09 de março de 2012)

É interessante observar como meu relato tem certo tom de desconfiança quanto àquele momento, o que eu viria a descartar posteriormente com a maior convivência com o grupo e com a oportunidade de conhecer Rich Ferraro (na última semana), o que me fez constatar que ele era, de fato, bem humorado. Mais que isso, que Monica também era muito bem humorada, simpática e cordial em geral, e comigo em especial.

⁵⁵ Este local era central nas interações rotineiras, e inúmeras vezes havia balas, bombons, doces e salgadinhos para serem compartilhados ao longo do dia. Além disso, uma máquina de café que era utilizada dezenas de vezes pelos membros ao longo do expediente. Afora isso, uma impressora central e uma fotocopadora também ficavam na área comum da cozinha, próxima aos escaninhos de correspondência de cada membro e do almoxarifado. Esta era, portanto, uma área de intensa movimentação.

Desde os primeiros dias até o final da estada no escritório, minhas atividades incluíram monitorar uma série de programas em língua espanhola⁵⁶ que foram selecionados por Brian Pacheco, e estudar e traduzir para o Português o guia *Media Essentials*, que é um extenso manual com informações e materiais sobre como ativistas e grupos LGBT podem relacionar-se com a mídia e seus profissionais. Assim, desenvolvia essas atividades ao mesmo tempo em que realizava meu trabalho de campo e registrava-o em meu diário. Como descrevi num artigo recente sobre a pesquisa na GLAAD,

Embora, inicialmente, houvesse dito a Monica e Brian que minha escala de trabalho seria das 10h às 15h e a de pesquisa das 15h às 17h, isso raramente assim se manteve. Minhas observações eram constantes, e seguidamente fazia pesquisas na internet e na base de dados do grupo sobre fatos que surgiam no escritório, nas minhas conversas com os membros e também nas entrevistas. (COLETTI, 2012a, p.8)

Sucintamente, minha rotina intercalando observação participante, pesquisa sobre a história, fatos recentes, críticas, ações e estratégias do grupo, monitoramento⁵⁷ de uma média de cinco programas diários e a tradução do *Media Essentials* seguiu de forma contínua até o começo das entrevistas, em 15 de março (final da terceira semana). Daquele período em diante, meu tempo dedicado à tradução ficou cada vez mais rarefeito, e dividia-me entre monitoramentos, pesquisa e preparação das entrevistas e a realização das mesmas. Nessas pesquisas, frequentemente descobria fatos que ainda não conhecia sobre ações pretéritas da organização e, principalmente, críticas dirigidas a ela. Um desses fatos, a saída conturbada do ex-presidente da organização Jarrett Barrios (abordo isso na seção seguinte), já me havia sido informado de modo superficial numa interação informal com um dos membros do grupo fora do escritório. Entretanto, só fui compreender a extensão daquela ocorrência ao final da minha pesquisa, investigando mais a fundo

⁵⁶ Houve inclusões e retiradas de programas do conjunto que monitorei durante todo o período na GLAAD, mas ao todo foram sete programas: a novela *Una Maid en Manhattan*, o programa de auditório extremamente agressivo *Jose Luis Sin Censura*, que abordo no capítulo seguinte, o programa jornalístico e de variedades *Despierta América*, o reality show *Verdicto Final*, em que uma juíza julga casos diversos, os jornalísticos *Noticiero Con Paola Rojas* e *Noticias 62*, o programa de auditório *Bayly*, e o *talkshow Wapa a las Cuatro*.

⁵⁷ Os monitoramentos consistiam em assistir, em velocidade avançada, aos programas que eram gravados no televisor da minha estação por meio da DirecTV, que oferece canais por satélite. Ao identificar algo relacionado à população LGBT – qualquer imagem, símbolo, matéria, personagem, diálogo, etc. –, assistia ao segmento com atenção e gravava-o num drive (HD) externo quando apropriado. Também atualizava uma planilha com dados sobre esses monitoramentos.

o que motivara a saída de Barrios. No diário do segundo dia na GLAAD, está registrada essa interação:

Antes de chegar ao escritório, encontrei um membro [local omitido]. Conversamos sobre Los Angeles e museus para visitar. Já em direção ao escritório, ainda na rua, falamos um pouco mais sobre a organização. Relatou-me sobre o recente momento (dez/jan) em que cerca de 30% dos funcionários haviam sido demitidos, que o ano de 2011 não havia sido bom para as organizações sem fins lucrativos (houve menos dinheiro sendo doado) e que **o presidente da GLAAD havia se demitido no meio de 2011, o que deixava a organização numa situação delicada, pois sem uma figura forte na presidência que possa dar segurança para os grandes doadores.** (Diário de campo de 23 de fevereiro de 2012)

Tal fato, aliado à leitura de outras polêmicas envolvendo a organização, e da literatura sobre o grupo – uma única e extensa pesquisa de Vincent Doyle – ajudaram-me a “estranhar” um pouco mais meu trabalho de campo na GLAAD. A passagem temporal e a distância física, também, contribuíram sobremaneira para uma reflexão mais madura sobre o que vivi lá. Isso é especialmente relevante quando observo meu diário de campo: eu o organizava sempre por fluxo semanal, e ao final de cada semana, fazia anotações de ordem teórica ou reflexiva que me haviam ocorrido naquele período específico. Ao final da primeira semana (que durou, na verdade, três dias, de 22 a 24 de fevereiro, sexta-feira), fiz uma nota que pontua como meu envolvimento pessoal com o ativismo e minha profunda identificação com a missão da GLAAD exigir-me-iam atenção redobrada:

Sobre o dia 24/02, sexta-feira: algumas observações pessoais que quero registrar para posterior reflexão. [...] Segundo: sinto que é bastante difícil separar minha atividade como estagiário – e, portanto, como ativista, ou seja, de me engajar efetivamente com o grupo e de, inclusive, propor ideias em relação ao Brasil (fiz isso no memorando sobre o *Media Essentials*, propondo lançamento dele no Brasil junto com um curso de *media training* com organizações nacionais do movimento LGBT brasileiro) – da minha como pesquisador. **(Notas finais da semana de 22-24 de fevereiro de 2012)**

O fato de estar numa organização cujas atividades pareciam-me tão importantes em relação ao avanço de representações positivas e acuradas da população LGBT na mídia colocava-me diante da dificuldade em estabelecer um distanciamento crítico necessário para compreender todas as variáveis ali presentes. Felizmente, como a discussão sobre o trabalho etnográfico costuma ocorrer bem posteriormente, com a necessária reflexão e diálogo com literaturas pertinentes, meu entendimento sobre a trajetória da organização tornou-se mais complexo e equilibrado. Além do trabalho de Doyle (2005), contribuiu também para isso

empreender leituras da mídia gay dos Estados Unidos que, frequentemente, fazia críticas a algumas ações, à trajetória recente e ao foco em captação de recursos da organização, em sites e blogs bem reconhecidos no país como *Queerty* (www.queerty.com), *Towleroad* (www.towleroad.com), *The Bilerico Project* (www.bilerico.com), *Washington Blade* (www.washingtonblade.com) e a revista *The Advocate* (www.advocate.com), entres outros. Como se verá noutro momento, as mídias gays independentes, sobretudo na internet, têm papel importante no campo do movimento LGBT tanto nos Estados Unidos como no Brasil atualmente.

Já indiquei, anteriormente, o recorte que fiz na leitura e análise do meu trabalho de campo na GLAAD. Assim, do conjunto de entrevistas que realizei, estabeleci maior diálogo com seis delas, feitas com os seguintes membros da organização: Monica Trasandes, Brian Pacheco, Nick Adams, Matt Kane, Max Gouttebroze, Rich Ferrado e Allison Palmer (estes dois últimos entrevistados juntos). Esses sete funcionários da GLAAD atuavam no departamento de Programas e Comunicações, que é o “coração” da organização em termos da sua missão, das suas ações e de suas estratégias. Tal afirmação, evidentemente, não implica a menor importância dos outros dois departamentos para a vitalidade do grupo. É apenas um recorte que tem pertinência a meu objeto em específico, pois, como já indiquei, seria de extensão demasiada, para os objetivos dessa pesquisa, discutir todos os vários aspectos que observei sobre o funcionamento da GLAAD.

No quadro abaixo, encontram-se os dados principais dos indivíduos entrevistados na GLAAD, em ordem cronológica.

Quadro 1 – Entrevistados nos EUA

Nome	Cargo	Data
Megan Townsend	<i>Fellow</i> de Entretenimento	15 de março
Doreen Zetterlund	Diretora Associada de Membros	21 de março
Roman Valdez	Gerente de Serviços de Doação	23 de março
Matt Oxley	Diretor Financeiro	27 de março
Arnaldo Ochoa	Assistente Contábil	28 de março
Matt Kane	Diretor Associado de Entretenimento	30 de março

Melanie Whitney	Coordenadora de Eventos	02 de abril
Andy Sheng	Administrador da Base de Dados	04 de abril
Melanie Simangan	Gerente de Relações com Corporações e Fundações	05 de abril
Max Gouttebroze	Estrategista de Entretenimento	10 de abril
Kevin Huynh	Coordenador de Eventos	11 de abril
Shikha Jain Cruz	Diretora de Relações com Corporações e Fundações	11 de abril
Charlotte Wells	Vice-presidente de Operações	12 de abril
Juan Barajas	Vice-diretor de Desenvolvimento	13 de abril
Brian Pacheco	Estrategista de Mídia em Língua Espanhola	17 de abril
Monica Trasandes	Diretora de Mídia em Língua Espanhola	18 de abril
Nick Adams	Gerente de Comunicação do <i>GLAAD Media Awards</i>	23 de abril
Rich Ferraro	Diretor de Comunicações	23 de abril
Allison Palmer	Diretora de Iniciativas Digitais	23 de abril

Todas as entrevistas ocorreram no escritório da GLAAD, a maioria delas numa sala chamada *The Bowl*, que era para pequenas reuniões. A sala era vidrada, então era possível ver quem estava no interior dela passando pelo corredor em frente. Algumas entrevistas ocorreram nas salas individuais dos funcionários (como as com Monica, Charlotte, Juan, Matt Oxley, entre outros) e uma delas numa sala ao fundo do escritório, numa área não utilizada pelo *staff* naquela época. A média de tempo das conversas foi de 48 minutos, tendo a mais curta durado 30 minutos e a mais longa uma hora e meia. É interessante registrar como as entrevistas na GLAAD, num sentido mais global, diferem muito das que foram realizadas no Brasil. Havia registrado em meu diário de campo, e também por conhecimento da literatura sobre o tema, o quanto desejava que as entrevistas fossem fora do escritório e, preferencialmente, fora do expediente. Entretanto, essa pretensão foi inviável em face das rotinas dos membros do grupo, da proximidade do evento *GLAAD Media Awards* (GMA), que exigiu muita atenção de praticamente todo o *staff* e da pouca

intimidade que tinha com a maioria dos membros. Além disso, era pouco vantajoso a esses indivíduos dispensarem mais tempo de suas rotinas, além das oito horas no escritório, para me encontrar fora dele, sendo que estávamos juntos no mesmo local durante o dia todo.

Assim, algumas características diferenciadoras dessas entrevistas em relação às feitas no Brasil foram o ambiente excessivamente controlado e pouco propício à interação mais informal, mas, sobretudo, a pouca intimidade, barreiras hierárquicas que incidiam no contexto das entrevistas e o preparo de alguns ativistas em relação à exposição em público (especialmente em material gravado). Um trecho das minhas notas do dia 11 de abril, após uma entrevista, ilustra uma dessas características:

Conversamos durante 30 minutos aproximadamente e [nome suprimido] foi bastante eloquente nas respostas, e mostrou grande satisfação com o trabalho que realiza na GLAAD; além disso, duas observações que me parecem relevantes: ele (a) possui larga experiência neste setor e já ocupou diversas posições, sendo parte do *staff* sênior da GLAAD atualmente; isso faz com que seja bem treinado (a) para falar em entrevistas, o que notei claramente em vários momentos nos quais não mencionou o nome do funcionário que ocupava sua posição na organização anteriormente, sempre se referindo a ele como “a *pessoa que estava aqui antes de mim*”. Embora eu saiba o nome deste ex-funcionário, é interessante notar como ele (a) tem consciência de como falar e o que falar numa entrevista. **(Diário de campo de 11 de abril de 2012)**

Essa não é uma consideração atípica no campo etnográfico, uma vez que interações formais, especialmente em entrevistas (TADDEI; GAMBOGGI, 2011), são menos propícias à revelação de informações e comportamentos que dimensionem mais profundamente as dinâmicas internas daquele grupo social, neste caso, da GLAAD.

2.1.1 A centralidade da televisão: programas e projetos da GLAAD

Nesta subseção, descrevo como o trabalho programático de GLAAD era desenvolvido no período em que estive em campo. Ao longo de sua história, a organização criou novos programas, focados em segmentos e questões específicas da comunidade LGBT, bem como projetos menores em setores mais isolados como o esporte ou a prevenção ao *bullying* na adolescência. As razões para estas mudanças atendem tanto ao desenvolvimento institucional da organização, associadas ao crescimento da GLAAD no cenário nacional, quanto aos modos de se relacionar – e representar – sua base de membros e apoiadores. Neste sentido, por

exemplo, é que um programa voltado especificamente para a mídia em língua espanhola foi criado em 2005, consolidando a já existente estratégia da organização para lidar com a representação de minorias étnicas na mídia, especialmente da população latina (a ativista Monica Taher foi contratada pela GLAAD como *People of Color Media Director* em 2002, uma posição nova na organização naquela época, e depois extinta).

É importante ponderar que, dada a cultura corporativa e altamente profissionalizada de GLAAD, o próprio surgimento – e desaparecimento – de certos programas deve-se às avaliações do Conselho de Administração e dos membros seniores da organização sobre como desenvolver o grupo. Essas situações, frequentemente, são permeadas por questões sobre avanço institucional (e da marca da GLAAD), prospecção financeira e a própria discussão sobre como melhor servir (e representar) a “comunidade LGBT”. Doyle (2005) faz uma observação bastante profícua quanto aos conflitos de interesses e prioridades na organização no começo dos anos 2000:

What is striking about the decision to focus on Spanish-language media in the context of GLAAD’s overall diversity goals, however, is the extent to which that decision too was driven not by an assessment of community needs but by development and field positioning objectives. In assessing what the cultural interest media initiative should prioritize, a report produced by GLAAD’s management team proposed that **a focus on Spanish-language media**, perhaps combined with the opening of a new GLAAD office in Miami, where all major Spanish language networks are located, **would affirm “GLAAD’s brand positioning as the forward-thinking, cutting-edge non-profit in the LGBT community” and, unlike other kinds of diversity initiatives, present significant “development opportunities.”** In all three cases discussed in this chapter – the response to Queer As Folk, the campaign against Eminem, and the decisions around diversity, regional presence, and digital media – the ability of GLAAD’s leaders to “harness the power of diversity” tended to be limited by development and field positioning objectives. This is not to say that funding and positioning imperatives wholly determined GLAAD’s decision-making around these issues. Factors like gay male sexual autonomy and a desire to represent people of color did figure prominently in the decision-making processes of upper-level GLAAD staff and board members. [...] This conflict between sets of strategic imperatives helps to explain the contradictory responses and ambivalences of the three cases discussed in this chapter. In considering how positions were arrived at, what decisions got made, whose perspectives they took into account, and whose interests they advanced, one would have to conclude that powerful, heteronomous forces prevailed: in practice, “we want in” and “maximize impact” tended to trump “harness the power of diversity.” (DOYLE, 2005, p.372-374, grifos nossos)

Quando realizei meu trabalho de campo, lotado na própria divisão de mídia em língua espanhola, este programa já estava consolidado desde a entrada de Monica Trasandes, no final de 2007, como Diretora de Mídia em Língua Espanhola.

Uma primeira distinção central nas atividades de GLAAD refere-se à divisão entre conteúdo de entretenimento e conteúdo jornalístico. Esta divisão tem a ver com a própria constituição histórica tanto do “campo midiático” nos EUA – com a consolidação da indústria do cinema em Hollywood, a centralidade da televisão na cultura popular do país, e a relevância dos grandes canais de notícias e jornais – quanto das atividades da GLAAD. Importante ressaltar, entretanto, que essa divisão, no trabalho da organização, aplica-se apenas ao universo de produções em língua inglesa. O programa de mídia em língua espanhola lida com todas as questões associadas à mídia em espanhol – sejam elas jornalísticas ou de entretenimento.

No diagrama abaixo, está a composição dos três grandes departamentos da GLAAD, além do cargo executivo (Presidência), à época da pesquisa de campo:



Diagrama 1 – Departamentos da GLAAD em Fev-Abr/2012.

No departamento de Programas e Comunicações, os diversos programas e projetos da organização são executados. Em linhas gerais, os grandes programas são: o *National News Media*, que lida com veículos de notícias na televisão, no jornalismo impresso e na internet; o *Entertainment Media*, que monitora a produção de entretenimento por meio de filmes, programas para a televisão, músicas, revistas em quadrinhos, etc.; o *Spanish-Language Media*, que lida com conteúdo jornalístico e de entretenimento de veículos de comunicação cujas produções sejam em espanhol e voltadas para a população latina dos EUA; e o *Field Work and Community Media*, que é voltado para a interação com organizações de base no

nível estadual. Outros dois programas menores com enfoque mais específico são o *Religion, Faith & Values*, criado em 2007, que lida diretamente com questões religiosas e comunidades religiosas inclusivas para LGBT, e o *Advertising Media*, que monitora as formas de publicidade e premia aquelas com conteúdo inclusivo.

Todos esses programas, notadamente os que lidam com a produção jornalística e a da indústria do entretenimento em inglês e espanhol, são executados com base nas estratégias de atuação da GLAAD. Isto é, monitoramento das representações e coberturas produzidas pela mídia; (re)ação em caso de representações preconceituosas e/ou difamatórias; estabelecimento de contatos e diálogos com profissionais da mídia, colocando a GLAAD como um “recurso” aos profissionais e seus veículos; produção de pesquisas, dados e relatórios sobre o estado dessas representações (na televisão especificamente); realização de cursos de *media training*, preparação de ativistas e organizações locais (“de base”), e treinamento de indivíduos LGBT que vão aparecer na mídia. O modo como algumas dessas estratégias são postas em prática será discutido no capítulo seguinte, em que apresento cinco casos ocorridos durante meu trabalho de campo.

A centralidade da televisão e do cinema na cultura americana (TOTA, 2009) está também refletida no trabalho de GLAAD. Um de seus programas mais antigos e com maior produção é o de entretenimento (*Entertainment Media*), cujas atividades incluem monitorar uma quantidade imensa da produção do horário nobre das cinco emissoras abertas dos Estados Unidos – ABC, CBS, The CW, Fox e NBC – e uma média de dez canais a cabo de maior audiência e variada abrangência temática e cultural. No relatório de 2012, produzido por esta divisão de entretenimento, que analisa as imagens da televisão sobre pessoas LGBT, os dez canais pagos que entraram na análise da temporada de 2011-2012 foram *ABC Family*, FX, HBO, *History*, MTV, *Showtime*, TBS, TLC, TNT and USA.

No período que estive em campo, esta divisão era comandada por Matt Kane, Diretor Associado de Entretenimento, e contava com o trabalho de Max Gouttebroze, Estrategista de Entretenimento, e Megan Townsend, *Fellow* de Entretenimento. Os três eram responsáveis por monitorar (atividade que descrevi mais acima neste capítulo) um conjunto selecionado de programas produzidos originalmente por estas emissoras e exibidos no horário nobre. Tais monitoramentos serviam a propósitos variados como: a própria identificação de representações preconceituosas, a escolha de bons programas para indicação ao *GLAAD Media Awards* (GMA), a elaboração

da lista semanal, publicada no blog da organização, chamada *What to Watch*⁵⁸ (uma espécie de guia sobre ao que assistir na televisão com conteúdo inclusivo sobre questões e pessoas LGBT), e, por fim, a produção dos relatórios *Where we are on TV* e *Network Responsibility Index* (NRI).

For broadcast, GLAAD researched primetime programming on ABC, CBS, The CW, Fox and NBC from June 1, 2011 – May 31, 2012. Total primetime programming hours researched: 4529.5 hours. Primetime begins at 8:00 p.m. [...] and ends at 11:00 p.m. Monday through Saturday. On Sunday, primetime begins at 7:00 p.m. [...] [cable] Networks were chosen based on a combination of Nielsen Media Research ranking, cultural and media recognition factor, and the diversity and breadth of original programming. For the purposes of this study, news, sports, and children's networks are not counted. The original primetime programs on these 10 networks were examined from June 1, 2011 – May 31, 2012. Total programming hours: 2024.5 hours. [...] Acquired (syndicated) series and films, as well as live sporting events, were not counted for any cable network, keeping the focus exclusively on network-generated original programming. (GAY & LESBIAN..., 2012a, p.7)

As atividades de monitoramento e contato com a imprensa eram desenvolvidas em Nova York, pela divisão que cuida do programa *National News Media*, o outro grande enfoque da GLAAD. Este time era formado por Aaron McQuade, Diretor de Jornalismo e Campo da Mídia, e Daryl Hannah, Diretor Associado de Jornalismo e Campo da Mídia. As atividades deste programa são similares as do de entretenimento, mas aqui focadas em grandes jornais e telejornais. Além disso, destaca-se, neste programa, a estratégia de pautar (*pitching*) a imprensa e preparar pessoas para exporem suas ideias em entrevistas a tais veículos. Um dos projetos mais novos da GLAAD, o *Commentator Accountability Project* (CAP), é coordenado por McQuade (exponho sobre este projeto no capítulo seguinte).

Os demais programas e projetos da GLAAD associam-se à consecução de estratégias específicas, que combinam questões programáticas com questões do campo do movimento LGBT. É o caso, por exemplo, dos *media trainings* que a organização oferece a grupos LGBT menores e sem *staff* especializado para o relacionamento com a mídia, por meio do programa *Field Work and Community Media*, cujo objetivo é avançar a igualdade para pessoas LGBT “at the state level by helping local organizations engage the public, shining a light on local incidents of

⁵⁸ Há centenas de exemplos no blog da GLAAD. Para visualizá-los, acesse: <<http://www.glaad.org/issues/what-watch-tv>>.

discrimination, and training individuals to speak out for equality in their offices, neighborhoods, churches and in the local media.”⁵⁹

Os modos como cada programa e projeto são desenvolvidos variam entre as situações específicas que se impõem às atividades do grupo (uma matéria discriminatória) até outras planejadas – e alguns exemplos desta ordem são contextualizados no capítulo seguinte. Uma ferramenta importante de centralização e divulgação interna das diversas atividades diárias da GLAAD era o *Rapid Response Update* (RRU), um e-mail diário que informava das principais ações do grupo, notícias relevantes e postagens do blog no dia. Menciono alguns exemplos abaixo para ilustrar isso, retirados da seção do e-mail associada às ações (*action items*):

Almost 150,000 people have signed a Change.org petition calling on the MPAA to lower its rating on the new documentary *Bully* from R to PG-13 so that it can be shown in schools. We are going to be receiving screeners of the film.

A new Field Poll out of California shows greater support for same-sex marriage than ever before with 59% approving, the SF Chronicle reports.

We spoke with advocates in IL last night about how to respond to future anti-gay rhetoric from Cardinal George.

LGBT advocates and others protested Tuesday in support of Jennifer Tyrrell, an out gay woman who was removed from her position as a Tiger Scout leader because of her orientation. We're pitching Jennifer's story to media and are supporting her change.org petition.

Glee introduced a trans character on last night's show.

We are releasing the "Missing Voices" report today on the fact that the mainstream media overwhelmingly relies on people of faith from anti-gay backgrounds.

We got a Twitter Incident report that Joel McHale used some transphobic jokes on *The Soup* last night – we'll be looking into it.

Reuters covered Focus on the Family's "Day of Dialogue" on April 19 to combat the LGBT-inclusive Day of Silence. The anti-gay group claims LGBT-inclusive anti-bullying measures are "indoctrinating" students.

The TV Show "Ringer" with Sarah Michelle Gellar featured a lesbian encounter this week.

We're working with Faith Leaders of African Decent on developing workshops aimed at making allies among movable middle pastors.⁶⁰

⁵⁹ Cf. <<http://www.glaad.org/programs/community>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

⁶⁰ Retirados do RRU de 29 de fevereiro, de 14 de abril e de 18 de abril de 2012. Comunicação por e-mail.

Esses exemplos, de dias variados, mesclam informes sobre notícias, novas pesquisas, posicionamentos diversos de personalidades públicas e as ações da organização propriamente. O RRU era enviado sempre por Aaron McQuade, todos os dias, do meio para o final da manhã. Para atualizá-lo, ocorria uma chamada diária entre LA e NY, às 9h da manhã (em Los Angeles), em que os programas baseados em LA – a divisão de mídia em língua espanhola e a de entretenimento – informavam o que estava ocorrendo em seus setores naquele e nos dias seguintes.

2.2 GLAAD no final dos anos 2000: estrutura e crise presidencial

No final do capítulo um deste trabalho, discuti as razões da escolha de GLAAD para compor esta investigação, destacando, especialmente, o caráter relativo e perspectivo que compreender o ativismo desta organização poderia propiciar a meu objeto. Se isso me parece razoavelmente estabelecido, é de postulação mais complexa determinar as razões que contribuíram, em última instância, para o surgimento de uma organização antidifamação na mídia. Minha compreensão em relação a quaisquer movimentos sociais sempre foi muito mais focada nas contingências históricas (políticas e sociais) de um determinado local e sociedade do que em indivíduos específicos. Esta é uma perspectiva materialista histórica em larga medida, embora não reduzida a aspectos econômicos. Entretanto, essa não tem me parecido uma formulação adequada – mesmo porque é pré-investigativa – de um modo geral. Recordo aqui, por exemplo, do ativista João Antônio Mascarenhas: teria a proteção à liberdade de orientação sexual ido parar nas primeiras versões da nova Constituição brasileira, em 1988, dentro do rol explícito de discriminações que não deveriam ser toleradas pela nação, não fosse o engajamento deste indivíduo específico? Teria o jornal *Lampião da Esquina* surgido, em 1978, sem protagonismos deste mesmo ativista, de João Silvério Trevisan ou dos demais que encamparam a publicação? Penso que não. Ainda assim, esse é um exercício de “revisão hipotética” da história que não rende muitos frutos concretos. Veja-se, por exemplo, a colocação de James Green em entrevista a José Gatti, quando este pergunta a Green sobre a especificidade do movimento homossexual no Brasil.

Eu tenho certeza absoluta, pelas mobilizações sociais e as transformações culturais e sociais dos anos 60 a nível mundial, que se

o governo Costa e Silva e o governo Médici não estivessem no poder, se não tivesse havido a ditadura militar no Brasil, o movimento gay e lésbico aqui teria surgido já em 1970, num primeiro momento. Porque existia toda uma subcultura gay em formação e uma contracultura brotando que já começavam a questionar os papéis rígidos de masculinidade e feminilidade. (GREEN, 2000c, p.157, grifo nosso)

Assim, encontrar uma medida entre os protagonismos individuais e as contingências históricas é deveras difícil porque, no limite, impossível determinar com precisão se uma ou outra ocorrência social e um ou outro indivíduo específico foram definitivos para a eclosão ou o surgimento de um grupo, de um movimento, de uma ação. Como teria se desenvolvido o movimento LGBT dos Estados Unidos sem os enfrentamentos de 1969 em Nova York? As marchas teriam surgido?

Sem empreender por este caminho de conjecturas sobre como teria sido a história com outros fatores (e protagonismos), entendo como importante tê-las como pano de fundo para refletir sobre as condições que propiciam o surgimento de uma organização como a GLAAD. A minha hipótese sempre foi, como mencionado, a confluência de fatores políticos e sociais num determinando momento da história. Entretanto, numa das entrevistas que realizei com um dos funcionários mais antigos ainda atuando na GLAAD, ele ponderou sobre a importância do protagonismo de certos ativistas. Esse membro, Nick Adams, está na GLAAD desde 1998, como parte do *staff*, mas já atuava como voluntário desde 1994-95 na então seção de Los Angeles da organização. Estávamos conversando, já ao final da entrevista e de forma mais informal, sobre GLAAD ser uma organização que não encontra similares exatos em outros países – mesmo no Canadá, na Inglaterra e em outros países com um movimento LGBT bem desenvolvido – e sobre que razões explicariam isso.

You know, obviously... and I have a... I didn't finish my dissertation so I'm all but dissertation on my PhD in Sociology... So, obviously I know that you can, you think about systems, and you think about cultures, and you think about... the United States as a whole and all that kind of stuff. But, and I don't necessarily adhere to sort of like *"the one great man they have history, the one person"* but... did you watch the documentary *Vito*⁶¹, about Vito Russo? [I interrupt saying: *"I know his name, but I didn't saw [sic] yet. I have the documentary, but I didn't saw [sic] yet"*] You need to watch.

⁶¹ O documentário *Vito* foi lançado em julho de 2012 pela HBO, e trata da vida de Vito Russo, falecido em 1990. O livro *The Celluloid Closet*, escrito por Vito Russo em 1981, é o primeiro a discutir de forma específica a representação de gays e lésbicas no cinema dos Estados Unidos. Em 1995, sua obra foi adaptada para um documentário homônimo escrito e dirigido por Rob Epstein e Jeffrey Friedman. Foi exibido na HBO em 1996.

Vito was one of the founders... and wrote *The Celluloid Closet*. And I was really, I think the writing of *The Celluloid Closet* in a way which was, this book about... “*Let’s look at the history o homophobia in Hollywood with these like... seventy years of examples of how gays were portrayed and...*” I’ve seen the documentary *The Celluloid Closet*, which was kind of made from his book, but I haven’t seen *Vito* yet. But I really want to because... **I think without his book and maybe without him, the community would not necessarily have turned to media activism, like, he had this really singular passion, and he was one of the founders, and the idea like, took off.** He founded the NY chapter, and then there was just a couple of people in LA who looked at the NY chapter... “*hum, that’s a good idea, we should have one around here*”, and then... you know. So... I don’t know, like, why was that such a passion for him, maybe the documentary won’t reveal some of that? **(Entrevista com Nick Adams)**

Essa digressão de Adams sobre a importância de Vito Russo no surgimento do grupo e mesmo no foco que amplos setores do movimento LGBT passaram a dar à mídia fez-me ponderar com mais atenção sobre a dificuldade de se precisar o surgimento – que possui, quase sempre, predecessores em termos de ações e protagonismos pioneiros – de uma organização apenas pela confluência de fatores históricos e sociais que não privilegiem a *agência* de certas pessoas. Observando a literatura sobre o surgimento da GLAAD, aparece com bastante nitidez a importância de indivíduos como o escritor e tradutor Gregory Kolovakos, o escritor Darrel Yates Rist e o estudioso de cinema Vito Russo na fundação do grupo.

In interviews, both Gomez and Kantrowitz singled out Gregory Kolovakos, GLAAD’s first board chair, Darrell Yates Rist, and Vito Russo as the three people most responsible for elaborating the vision of GLAAD as a militant anti-defamation organization for the gay and lesbian community. They were, in the words of Gomez, “engendering visionaries” who “created a very strong core [...] helped to balance each other out [...] and really kept each other on an even keel because they were so different.” (DOYLE, 2005, p.102, colchetes no original).

A criação da GLAAD, em novembro de 1985, ocorreu num contexto de grande insatisfação de parte da comunidade gay com a cobertura feita da epidemia da Aids, sobretudo pela imprensa nova-iorquina. Motivados pela irritação com manchetes homofóbicas do *New York Post*, por propostas de comentaristas e mesmo políticos de tatuar aqueles indivíduos identificados como soropositivos e de fechar as saunas da cidade (as de São Francisco haviam sido fechadas pouco antes), uma reunião para reagir a isso reuniu entre 500 e 700 (ou mais dependendo da fonte) ativistas e

membros da “comunidade LGBT” em 14 de novembro de 1985. A primeira grande manifestação do grupo foi em frente à sede do jornal *New York Post*, em dezembro daquele ano. Outras atividades como cartas e ligações a outros jornais (*The New York Times* e *Wall Street Journal*) também ocorreram neste período. Entretanto, os anos seguintes às primeiras mobilizações foram de desagregação e controvérsias dentro do Conselho de Administração da recém-fundada organização.

Vários dos ativistas mais proeminentes na criação do grupo saíram logo no primeiro ano, alguns por problemas de saúde e outros para se dedicarem a projetos mais focados na resposta à epidemia da Aids, como na criação da *AIDS Coalition to Unleash Power* (ACT UP) em 1987, que se espalhou rapidamente por dezenas de cidades do país – e também para fora dos Estados Unidos. Disputas internas sobre como definir o propósito e a missão da organização levaram à saída de mais membros do Conselho de Administração do grupo (DOYLE, 2005; DAVIDSON; VALENTINI, 1992). O que ocorria naquele primeiro momento era absolutamente clássico na história de inúmeras organizações LGBT em muitos países, caso do Brasil também: a tensão entre propostas mais radicais, com táticas de confronto, e projetos mais moderados, referidos genericamente como “assimilacionistas” por muitos críticos e pesquisadores. O que começou a prevalecer na GLAAD, logo nos primeiros anos, foi o foco no fortalecimento institucional e menos em ações de rua. Um dos fundadores, Darrel Yates Rist, saiu do grupo já no final de 1986. E levou as controvérsias do grupo para a imprensa gay:

As the focus of the organization had shifted increasingly away from confrontation and protest, it appeared to activists like Yates Rist that GLAAD was losing its effectiveness. In his letter to the *New York Native*, he wrote that the organization had become symptomatic of the gay movement's tendency to appoint leaders “who busy themselves [...] with politely demurring in order to buy the approval of straights” instead of engaging in “radically unapologetic actions” (DOYLE, 2005, p.105, colchetes no original).

No Conselho de Administração da GLAAD, àquele momento, haviam restado 13 membros. A resposta formulada pelo conselho, divulgada numa carta, já indicava claramente aquela que se tornaria a estratégia central da organização até hoje, como verifiquei em meu trabalho de campo: diálogo, reuniões e busca de aliados em primeiro plano, deixando o confronto e mesmo um ativismo nas ruas como últimas opções:

The letter went on to state that “there are ways to influence media coverage of the gay community and not all of them involve colorful pickets and

demonstrations, however important those may be.” GLAAD, the board members pointed out, was beginning to have success in arranging meetings with media professionals. This strategy “may not seem sufficiently ‘radical’” to its critics, they wrote, “but opening up such dialogues with print and broadcast executives will be crucial in rectifying the coverage of gay men and lesbians in both news and entertainment venues.” (DOYLE, 2005 p.105-06)

A organização começa a expandir rapidamente sua base em Nova York, aumentando de 500 para 5.000 membros em três anos e com um orçamento que chegava a meio milhão de dólares segundo Doyle. No outro lado da costa, em 1988, começa a surgir um grupo de ativistas também interessado em ativismo na mídia em relação à população LGBT. Assim, é formada a GLAAD/LA, que prenuncia o surgimento de diversas filiais da organização – àquela época com nome e marca registradas sob o comando da GLAAD/NY – em outras grandes cidades dos Estados Unidos. Uma das maiores dificuldades que vai marcar o desenvolvimento da organização é a tentativa de estabelecer-se nacionalmente. Com a grande importância dos mercados de mídia de Nova York (especialmente a imprensa) e de Los Angeles (especialmente Hollywood), e as intensas polarizações entre as duas divisões numa série de questões como paridade étnica e de gênero na composição do Conselho de Administração nacional, a fusão das seções numa GLAAD nacional levou vários anos para se materializar. Enquanto isso, as divisões de NY, LA e São Francisco desenvolveram-se, e os primeiros jantares com a mídia (*Media Awards Dinner*) surgem no começo dos anos 1990 como uma das mais eficientes formas de captação de recursos (*fundraising*). Como Doyle (2005) registrou, e eu verifiquei em campo durante o *GMA* de 2012, em sua 23ª edição, este é hoje o principal evento de visibilidade do grupo na mídia nacional, e responsável por, pelo menos, 30% da receita da organização dependendo do ano.

Os primeiros esforços para constituir a GLAAD nacionalmente começaram já em 1989 por iniciativa do então primeiro diretor-executivo da GLAAD/NY, Craig Davidson. Foi criada, então, a GLAAD/USA, um comitê que reunia delegados de cada divisão. Uma vez que Nova York tinha sido pioneira no estabelecimento da GLAAD, e havia inúmeras divergências em função das visões de cada ativista, tal comitê também estava constantemente em disputa, como afirma Doyle (2005, p.123):

GLAAD/USA meetings, which were held on a quarterly basis, turned out to be extremely contentious. GLAAD/LA board member Dean Hansell recalled in an unpublished article (1996) about GLAAD's history that they were

“consumed with lengthy disagreements about chapter autonomy, voting rights of various chapters, the format for a national structure, and the representation of women and people of color.”

Os problemas persistiram por anos até que, em 1994, num esforço conjunto das divisões de LA e NY, foi feita a fusão da GLAAD. Como as negociações sobre a sede do grupo não chegaram a um ponto consensual após sete meses, a organização decidiu que teria dois escritórios nacionais, e o diretor-executivo do grupo dividiria seu tempo entre ambos. De 1994 até o presente, GLAAD teve cinco diretores-executivos – hoje o cargo é de presidente, e equivale ao de *Chief Executive Officer* (CEO) do mundo corporativo –, além de um presidente em exercício no mesmo período em que realizei minha pesquisa em Los Angeles. William Waybourn foi o primeiro diretor-executivo, de 1995 a 1997; Joan Garry foi a diretora-executiva que por mais tempo comandou a GLAAD, de 1997 a 2005. Já de 2005 a 2009, Neil Giuliano ocupou o posto. Jarrett Barrios foi escolhido o novo presidente em 2009, e ficou no cargo até sua controvertida renúncia em meados de 2011. Mike Thompson, que era o diretor de operações (*Chief Operating Officer* – COO) da GLAAD desde janeiro de 2011, assumiu como presidente em exercício durante quase dez meses, até a escolha do novo presidente, Herndon Graddick, em abril de 2012.

Ao longo de sua história, a organização já passou por diversos arranjos internos em relação ao *staff*⁶², especialmente na implementação de novos programas e, portanto, cargos, e no aumento ou redução de seu efetivo de acordo com reestruturações planejadas ou impulsionadas por problemas financeiros. Os meses em que realizei minha pesquisa foram particularmente interessantes porque a organização vinha de um período conturbado: houve a renúncia do presidente Jarrett Barrios em junho de 2011, a gestão pouco eficiente desta crise junto a grandes doadores e à mídia em geral e os impactos que a recessão econômica nos Estados Unidos ainda produzia (desde 2008) em todos os setores da sociedade.

No mês anterior à minha chegada ao escritório de Los Angeles, em 22 de fevereiro, quase 25% do staff havia sido demitido.⁶³ Se, em junho de 2008, GLAAD

⁶² GLAAD considera *staff* aqueles que são funcionários em tempo integral. Há ainda posições temporárias de *fellow* e, por fim, os estagiários (*interns*). Estou utilizando *staff* aqui neste sentido também.

⁶³ Cf. matéria da revista The Advocate, “*Cuts at GLAAD Hit Nearly a Quarter of Jobs*”, quase 1/4 do staff foi demitido em 20 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://www.advocate.com/news/daily-news/2012/01/20/cuts-glaad-hit-nearly-quarter-jobs>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

tinha 62 membros no seu *staff*, em 2009 e em 2010 esse número oscilou entre 46 e 45.⁶⁴ Durante os dois meses em que estive no grupo, o *staff* oscilou ente 35 e 37 membros (com demissões e novas contratações), além de quatro *fellows* e quatro estagiários, incluso eu. No escritório de Los Angeles, havia 21 pessoas ao todo, sendo que dois novos estagiários entraram neste período de dois meses. Desde que deixei a organização, no final de abril, o *staff* sofreu diversas modificações e, de acordo com o relatório anual 2011-2012 (e o site da GLAAD em janeiro de 2013), hoje a organização tem 30 funcionários, além dos *fellows* e estagiários.

A estrutura interna do grupo reflete essencialmente o que a maioria das organizações sem fins lucrativos dos Estados Unidos praticam: um departamento maior e mais relevante que diz respeito às ações (e à missão, ao ativismo proposto pelo grupo), outro que cuida do funcionamento diário das atividades do grupo e um terceiro que se dedica a manter a organização sustentável. Em 1999, sob o comando de Joan Garry, GLAAD reestruturou-se em três departamentos: (i) Programas e Operações; (ii) Comunicações; e (iii) Desenvolvimento, cada um com um vice-diretor. Tal estrutura foi levemente modificada ao longo dos anos, mas quando cheguei à organização em 2012, havia três grandes departamentos muito similares à estrutura já existente desde a gestão de Garry: (i) Programas e Comunicações; (ii) Operações; e (iii) Desenvolvimento, sendo cada um deles comandado por um diretor-sênior, cargo depois transformado no de vice-presidente (ver diagrama na seção anterior deste capítulo).

No escritório de Los Angeles, trabalhavam o presidente em exercício Mike Thompson e a vice-presidente de Operações, Charlotte Wells. Já Herndon Graddick, vice de Programas e Comunicações, e Eric Douglas, vice de Desenvolvimento, trabalhavam em Nova York. Pouco antes do término de minha pesquisa, Herndon Graddick foi escolhido pelo Conselho de Administração como o novo presidente da organização, em 14 de abril. O comitê de escolha do novo presidente já vinha trabalhando há muitos meses neste processo, e entendo que a divulgação do novo nome pouco antes da edição de Los Angeles do *GMA* (em 21 de abril) tenha sido planejada para dar maior publicidade à renovação da presidência do grupo, que estava abalada desde a saída de Jarrett Barrios.

⁶⁴ Ver relatórios anuais de performance da organização: *GLAAD Performance Report* (2007, 2009, 2010). Disponíveis em: <<http://www.glaad.org/about/reports>>.

Barrios foi eleito deputado e senador no estado de Massachusetts entre 1999 e 2007⁶⁵, sendo o primeiro homem latino e abertamente gay a ocupar o Senado daquele estado. Em junho de 2009, foi indicado como o novo presidente da GLAAD, cargo que ocupou durante dois anos. A pesquisa de Doyle (2005), além de reconstituir toda a história da organização e ser o único trabalho acadêmico de peso sobre GLAAD, cobre especificamente o período entre 2000-2001. Assim, não há trabalhos mais recentes sobre a história da organização, e os dados de que disponho sobre períodos anteriores à minha pesquisa são baseados nos relatórios do grupo, nas entrevistas conduzidas e, especialmente, nas matérias que veículos da imprensa e blogosfera gay produziram sobre o grupo. Os fatos que ocorreram entre 2011 e minha chegada, em 2012, tiveram impacto no que pude observar em campo. Aquele período era de refluxo na organização, que havia sido fortemente impactada por uma polêmica envolvendo seu então presidente até junho de 2011, Jarrett Barrios, e a gigante das telecomunicações *AT&T*.

Embora logo no meu segundo dia, numa interação informal com um dos membros do grupo (que ocupa um cargo intermediário na hierarquia), eu tenha sido informado do impacto negativo que a saída de Barrios teve na organização, o que culminou na forte redução do *staff*, a extensão deste problema não me ficou clara naquele momento. Vários outros membros, quando mencionaram Barrios, não fizeram remissão direta à polêmica saída dele da GLAAD. Apenas dois, quando entrevistados, foram um pouco mais diretos sobre a demissão de Barrios, um deles salientando especificamente o modo ineficaz como a organização gerenciou a situação entre sua base interna de apoiadores, em especial com os grandes doadores.⁶⁶

De modo sucinto, a *AT&T* planejava comprar a operadora de telefonia *T-Mobile USA* por 39 bilhões de dólares em março de 2011. A fusão das empresas foi vista como positiva por uma série de grupos (inclusas várias organizações de movimentos sociais) e negativa por diversos setores ligados à imprensa livre, à indústria da computação (que reúne gigantes como *Google*, *Microsoft* e *Yahoo*) e à defesa dos

⁶⁵ Jarrett Barrios foi eleito *representative* em 1999 para o equivalente às Assembleias Legislativas no Brasil. Depois, em 2003, assumiu como senador no Senado de Massachusetts. No Brasil só há uma câmara legislativa nos estados, e a estrutura bicameral só existe na esfera federal.

⁶⁶ Grandes doadores (*major donors*) são, geralmente, indivíduos que fazem doações contínuas ou únicas de grande monta para uma organização. No relatório de performance da GLAAD em 2012, constam 68 grandes doações entre 5 mil e 250 mil dólares, sendo uma acima de 100 mil e três entre 50 e 100 mil dólares. Já as doações entre 1.500 e 5 mil dólares foram de, aproximadamente, 140.

consumidores. Um processo levado ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos pela Comissão Antitruste do próprio departamento pretendia barrar a fusão. Além disso, a *Federal Communications Commission* (FCC), equivalente à Anatel,⁶⁷ também precisava aprovar a compra. É em relação à FCC que a atuação do presidente da GLAAD Jarrett Barrios provocou reação de muitos ativistas, com eminente destaque para a blogosfera gay do país.

O reconhecido ativista e jornalista Michelangelo Signorile, que é frequentemente crítico à GLAAD, foi um dos primeiros a investigar a relação entre GLAAD e o apoio à fusão das empresas. Pelo que diversas fontes entrevistadas por Signorile e outros jornalistas de sites como *The Bilerico Project* e *POLITICO.com* (este não é da mídia gay e cobre política em Washington) informavam, a AT&T estava fazendo intenso *lobby* entre líderes de grandes organizações por direitos civis para que enviassem cartas de apoio à FCC em relação à fusão das duas companhias. Organizações como a *National Gay and Lesbian Task Force* (NGLTF), a *National Gay & Lesbian Chamber of Commerce* (NGLCC), a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), além da GLAAD, enviaram cartas à FCC com conteúdo extremamente similar a favor da fusão, o que indicaria o *lobby* explícito da AT&T. Matérias do *MetroWeekly* e do *RE:ACT* – blog da *National Lesbian and Gay Journalists Association* (NLGJA) – apontaram como a empresa estava agindo em relação a diversas organizações LGBT.⁶⁸ Outra grande organização LGBT, a *Human Rights Campaign*, também foi procurada pela AT&T para enviar carta de apoio à fusão, mas teria declinado.⁶⁹ Michael R. Triplett, vice-presidente de mídia impressa da NLGJA, reconstruiu o começo desta história em seu texto de 20 de junho de 2011 no blog da associação:

The story largely began when John Aravosis at Americablog first published the letter GLAAD sent to the FCC backing the AT&T/T-Mobile merger. The story came a week after AT&T allegedly backed an anti-LGBT rights bill in Tennessee. The story percolated in the LGBT blogs for a couple of days until Michelangelo Signorile, a long-time GLAAD critic, hosted former GLAAD co-chair Laurie Perper who blasted the organization and said

⁶⁷ Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), criada em 1997, é a agência reguladora do setor de telecomunicações no Brasil.

⁶⁸ Conferir as matérias: “Gay T & T”, disponível em: <<http://www.metroweekly.com/news/?ak=6368>> e “How the LGBT Media Toppled the Head of GLAAD”, disponível em: <<http://nlgjareact.wordpress.com/2011/06/20/how-the-lgbt-media-toppled-the-head-of-glaad/>>.

Acessos em: 05 dez. 2012.

⁶⁹ Cf. “The Scandal Grows: Gay AT&T Lobbyist’s Role Exposed”, disponível em: <http://www.bilerico.com/2011/06/the_scandal_grows_gay_att_lobbyists_role_exposed.php>. Acesso em: 05 dez. 2012.

GLAAD should be dissolved. Barrios allegedly refused to participate in the Signorile show without having a crisis management pro with him, instead taking its defense to Adam Polaski at Bilerico Project. The story took over a week before it was furthered by the non-LGBT press, first at Politico which covered the GLAAD story as part of AT&T's larger courting of progressive groups to further its lobbying agenda. By that point, LGBT media was reporting the back-and-forth over contradictory letters sent by GLAAD regarding net neutrality and Barrios' defense that he hadn't approved one of the letters sent to the FCC, which was later retracted. (TRIPLETT, 2011)

É possível verificar, no próprio site da FCC, cartas enviadas por Jarrett Barrios em 13 de outubro de 2009, em 04 de janeiro de 2010, em 15 de janeiro de 2010 e, por fim, em 31 de maio de 2011.⁷⁰ A primeira delas trata da neutralidade na internet (*network neutrality*), um tema bastante polêmico que segue sendo pauta em diversos países atualmente, incluso o Brasil. A possibilidade de uma empresa controlar e direcionar o tráfego na internet é vista como perigosa pela maioria das organizações por direitos civis do mundo, e por isso legislações a favor da neutralidade na rede têm sido discutidas. Depois, na carta de 04 de janeiro, há uma linguagem truncada que dá a entender que a organização opõe-se à neutralidade na rede, posicionamento que a *AT&T* intensamente defende. Ben Smith, do *POLITICO*, assim colocou a questão em texto de 18 de junho de 2011:

POLITICO's Eliza Krigman reported recently that GLAAD was among a number of progressive groups with no obvious institutional interest in telecom issues who received money from AT&T and subsequently issued public statements supporting AT&T's merger with T-Mobile. Another letter was sent from GLAAD to the FCC opposing possible net neutrality rules. GLAAD later rescinded the letter, claiming it was sent in error. The issue had created an uproar in the gay blogosphere. (SMITH, 2011)

Poucos dias depois, em 15 de janeiro, Barrios enviou outra carta à FCC solicitando que a anterior (de 04 de janeiro) fosse retirada do arquivo público, pois teria sido enviada sob seu nome e cargo sem o conhecimento dele. No ofício, Barrios afirmou: "The signature is not in my hand. I have never seen this letter and it is not my signature. Furthermore, the contents of the letter do not accurately reflect the views of our organization." (FEDERAL COMMUNICATIONS..., 2010). A polêmica só eclodiu na blogosfera gay em junho de 2011, um ano e meio depois, portanto, quando um terceiro ofício, de 31 de maio de 2011, foi descoberto. Neste, assinado conjuntamente por Jarrett Barrios (em nome da GLAAD) e Justin Nelson (em nome da NGLCC), o posicionamento a favor da fusão das duas empresas foi explícito e

⁷⁰ Os documentos estão indicados nas referências finais deste trabalho.

direto: “We write to you as leaders in the lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) communities who have come together to urge support for the AT&T-T-Mobile merger.” (FEDERAL COMMUNICATIONS..., 2011).

O que se seguiu nas quase três semanas seguintes, até a demissão de Barrios em 18 de junho, foi uma espécie de “sangria pública” da imagem da GLAAD, que não obteve sucesso em diferenciar seu posicionamento a favor da fusão das empresas (no ofício de 31 de maio de 2011), mas contra as políticas da *AT&T* em desfavor da neutralidade na internet (tópico que não ficou bem esclarecido naquela época, com os três ofícios sobre este tema enviados à FCC e as declarações desencontradas de Barrios e Rich Ferraro, Diretor de Comunicações da GLAAD).⁷¹ Mais que isso, o fato de GLAAD, assim como a NAACP e outras organizações sem fins lucrativos, receber dinheiro da empresa como uma de suas parceiras corporativas, e de ter Troup Coronado, notório lobista da *AT&T*, no seu Conselho de Administração, prejudicou ainda mais a imagem do grupo.⁷² Assim, no dia 23 de junho de 2011, o Conselho aprovou a renúncia de Jarrett Barrios – oficialmente assim posta pela organização, embora muitos blogueiros tenham afirmado que o Comitê Executivo do Conselho havia pedido a demissão dele – e indicou um presidente interino, Mike Thompson. Com Jarrett Barrios também saíram sete membros do Conselho de Administração no começo daquela semana. E um dia antes do anúncio feito pelo Conselho, também renunciou Troup Coronado. Uma cronologia dos fatos envolvendo todo este processo pode ser verificada no **APÊNDICE C – O caso Jarrett Barrios**, à página 271, com fontes adicionais não indicadas nas notas de rodapé.

Dois membros do alto escalão⁷³ da GLAAD que entrevistei durante minha pesquisa comentaram a saída de Barrios. Um deles focou na cobertura, considerada

⁷¹ Sobre as declarações desencontradas e os ofícios enviados à FCC, ver a matéria de 08 de junho de Adam Polaski, do *Bilerico Project*, que entrevistou Jarret Barrios, Rich Ferrado e Gary Bitner (membro do Conselho de Administração da GLAAD) por telefone um dia após uma entrevista bastante polêmica feita por Michelangelo Signorile com Laurie Perper, que havia sido co-presidente do Conselho de Administração da GLAAD até outubro de 2009. “*Interview: GLAAD President Addresses Recent Controversies.*” Disponível em: <http://www.bilerico.com/2011/06/interview_glaad_president_addresses_recent_controv.php>. Acesso em: 05 dez. 2012.

⁷² Sobre estas informações, ver a matéria de John Aravosis, do *Americablog*, que primeiro levantou o tema. “*GLAAD endorses AT&T/T-Mobile merger after AT&T screwed us in TN.*” Disponível em: <<http://americablog.com/2011/06/glaad-endorses-attt-mobile-merger-after-att-screwed-us-in-tn.html>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

⁷³ Nestes dois trechos utilizados aqui, optei por omitir o nome dos entrevistados.

injusta por ele, que muitos ativistas e blogueiros fizeram do caso, ignorando o bom trabalho que GLAAD faria.

[...] Bloggers, writers, and activists completely forgot about all the great work that... that GLAAD did every day. And that work was never mentioned in any of that. So... well, Jarrett made a self-described mistake. People went after him in such a way that [unclear] organization, and I think that as a movement, we need to, we have a lot of enemies in this word, and... we need to work together to combat those enemies. Jarrett is not one of those enemies.

Outro membro, focando mais no impacto que o caso trouxe para a situação financeira do grupo e à própria comunicação com seus apoiadores, reconheceu que houve demora na gestão da crise.

Management crisis response requires that you act quickly and not wait five days cause your bylaws say you have to wait five days, [unclear] you freeze everyone out, like, you can't do that. You have to combat, even if the message is simply "*the Board is meeting, we know this is serious, here is our timeline*". Even that simple communication goes a long way.

Logo que Mike Thompson assumiu, a organização retirou sua posição em favor da fusão da *AT&T* com a *T-Mobile*, permanecendo neutra na questão. E nos meses seguintes, ao longo do segundo semestre de 2011, Thompson e o Conselho de Administração trabalharam na redução do *staff* para preparar a organização para o ano seguinte. Tanto a lenta recuperação da economia dos Estados Unidos quanto o impacto que a conturbada saída de Jarrett Barrios teve para as finanças e a imagem do grupo contribuíram para a redução de quase 25% do quadro funcionários em janeiro de 2012, pouco antes da minha chegada.

No relatório *2011 National LGBT Movement Report: a Financial Overview of Leading Advocacy Organizations in the LGBT Movement*, produzido pela *think tank Movement Advancement Project* (MAP), há uma radiografia das finanças das 40 maiores organizações LGBT sem fins lucrativos dos EUA em relação ao ano de 2010.

While participants continued to cut expenses in 2010, organizations saw a slight increase in 2010 revenue, and are projecting expense budget

increases for 2011. **This suggests the LGBT movement may be at a turning point, or at least stabilizing, after seeing large drops in expenses and revenue over the last three years**, mostly related to the economic downturn. (MOVEMENT ADVANCEMENT..., 2011, p.5, grifo nosso)

No caso de GLAAD, enquanto em 2010 a receita total do grupo foi de pouco mais de \$6,5 milhões, em 2011 ela caiu para pouco mais de \$4,1 milhões.⁷⁴ No relatório anual de 2012, os co-presidentes do Conselho de Administração John Stephens e Sheri Fults atribuem o difícil ano para a arrecadação de fundos à fraca condição econômica do país em 2011 e ao fato de GLAAD ter operado por mais de um semestre sem um presidente permanente, o que teria comprometido a captação de recursos: “The uncertainty around who was going to lead GLAAD through its next phase also impacted our ability to attract major donors.” (GAY & LESBIAN..., 2012b, p.20). Essa afirmação também me foi feita mais de uma vez e por mais de um membro do grupo durante a pesquisa. Os grandes doadores sentir-se-iam menos propensos a doar sem uma figura de liderança à frente do grupo. De acordo com um dos entrevistados, a nomeação do novo presidente na semana seguinte (esta entrevista ocorreu na segunda semana de abril de 2012), com subsequentes reuniões e telefonemas, seria capaz de reatrair alguns grandes doadores que haviam se afastado da GLAAD desde a saída de Jarrett Barrios. O atual *staff* do grupo, por exemplo, conta com exatamente 30 membros conforme o relatório mais atual. Somente a avaliação das finanças do grupo em 2013, referente ao ano fiscal de 2012, poderá atestar como GLAAD recuperou-se ou não desta crise financeira e de liderança, confirmando ou não a previsão do MAP.

⁷⁴ Cf. *Form 990* de 2010 e 2011. Os *Form 990* da GLAAD estão disponíveis no endereço: <<http://www.glaad.org/about/reports>>. Sobre o *Form 990*, ver Apêndice B.

3 GLAAD EM AÇÃO: ESTRATÉGIAS MODERADAS E A CULTURA CORPORATIVA

Neste capítulo, discuto mais detidamente os dados coletados na pesquisa de campo no escritório da GLAAD, enfatizando as estratégias do grupo em relação à mídia. Na primeira seção, ***O ativismo de GLAAD: estratégias e ações***, apresento uma discussão sobre a noção de ativismo cultural e desenvolvo uma série de tópicos relativos a fatos que vivenciei no grupo durante minha pesquisa e que dizem respeito às estratégias e ações da organização para lidar com programas e indivíduos “homofóbicos”, organizações conservadoras antigays, ativismo, pesquisas, etc.; na segunda e última seção, ***Visões do campo***, trato das implicações da cultura profissional e corporativa da organização, além de abordar os conflitos entre minha percepção como estagiário x pesquisador durante a pesquisa.

3.1 O ativismo de GLAAD: estratégias e ações

Logo no primeiro ano de existência, GLAAD passou por disputas políticas em torno da natureza de seu ativismo. O que veio a prevalecer já no começo, e a consolidar-se ao longo dos últimos 27 anos, é aquilo que a organização entende como “ativismo cultural”.⁷⁵ Embora aqui não discuta sobre as teorias mais proeminentes no campo das Ciências Sociais acerca dos movimentos sociais historicamente, é salutar recordar que na seara do que se consolidou como a teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) está o descentramento das ações e formulações de novos atores nos movimentos sociais em relação ao Estado e à luta de classes. Assim, a cultura, entendida como valores, imaginário, ideologias e representações, passa a ter um papel central nas concepções de movimentos como o feminista, ecológico, de liberação gay e o anticapitalista. (GOHN, 2003; CASTELLS, 2006).

⁷⁵ Não há formulações acadêmicas muito prolíficas sobre a específica noção de “ativismo cultural”. A discussão consagrada na literatura sociológica sobre demandas por redistribuição e demandas por reconhecimento engloba, em parte, esta noção, uma vez que o ativismo cultural, no caso da GLAAD, foca-se em demandas por reconhecimento (cultural, imagético, representacional e linguístico) que não estão direcionadas a ações de cunho jurídico ou político em sentido estrito. A respeito da questão do reconhecimento, ver Fraser (2001) e Fraser e Honneth (2003). Uma discussão dessas questões, contextualizada em relação ao movimento LGBT brasileiro, está no capítulo um (p.47-86) de Facchini (2005). Para uma abordagem genérica sobre “ativismo cultural”, ver os textos de Gavi Grindon e de Emrah Irzik em Firat e Kuryel (2010).

Este enquadramento, entretanto, não dá conta precisamente da noção de ativismo cultural que é empregada por GLAAD e por certos setores do movimento por direitos civis nos Estados Unidos. Em última (e simplificada) instância, os movimentos antirracistas, feminista, LGBT, ecológico e anticapitalista estariam todos alinhados com um novo conjunto de insatisfações sociais que vão se organizar paulatinamente no pós-guerra, em 1945. Neste processo, o que se consolida, por imperativo da necessidade, é a luta pela garantia de direitos civis, políticos e sociais – ainda que isso não se dê maneira idêntica em todas as nações, como Guillermo O’Donell (2002) destaca tratando das democracias políticas sul-americanas. Assim, a proeminência será das formas de ativismo jurídico e político, cujos focos estão em modificar as legislações e o próprio sistema político para incluir novos sujeitos, novos cidadãos e novas proteções legais. É uma luta por reconhecimento, mas que não está eminentemente focada na mudança das representações culturais sobre tais grupos, uma vez que há “urgências” como garantir a vida, o direito a voto, à moradia, a não violação da integridade física, ao uso dos espaços públicos, etc.

Ainda que GLAAD não tenha sido pioneira em estabelecer estratégias para atuação em relação à mídia (GROSS, 2001; DOYLE, 2005), seu surgimento e consolidação em meados dos anos 1980 impulsiona sobremaneira um enfoque em ativismo cultural midiático. Isso fica particularmente claro nas palavras de Davidson e Valentini (1992) num artigo publicado sobre a história inicial de GLAAD.

Another concern is that formal rights cannot be fully enjoyed in an atmosphere of intolerance. So, as lawyers change and enforce the laws, **other members of the community need to work to change public attitudes directly.** This is not intended as a condemnation of the legal process as a vital tool for achieving lesbian and gay liberation. GLAAD simply believes that non-legal tools for achieving the same ends are equally important and have, on the whole, been neglected. (DAVIDSON; VALENTINI 1992, s.n, grifo nosso)

Assim, as estratégias de atuação do grupo vão largamente apoiar-se em ativismo midiático, por meio de um conjunto de ações e interações raramente confrontantes. Ao contrário, o objetivo é entrar (“*we want in*”) na indústria cultural e nas rotinas jornalísticas para influenciar por mais e melhores representações de LGBT e conter representações negativas ou inaccuradas. É essencialmente um projeto de reforma ou melhoria da mídia, da educação e seus currículos e da própria religião (DAVIDSON; VALENTI, 1992). A expectativa, já em 1992, está bem clara na visão daquele que foi o primeiro diretor-executivo da GLAAD/NY, Craig Davidson:

If media presentations of gays and lesbians become balanced and if media outlets begin to exercise the same level of self-restraint in publishing bigoted and hyperbolic characterizations of gays and lesbians as they do about other historically scorned groups, **it is inevitable that societal attitudes about gays and lesbians will change for the better.** (DAVIDSON; VALENTINI 1992, s.n, grifo nosso.)

GLAAD tem constituído sua atuação baseada nesta premissa de que mais visibilidade na mídia, de forma plural, inclusiva e honesta, modificaria as percepções negativas da sociedade em relação à homossexualidade (e aos LGBT de um modo geral). Diversos estudos estariam apontando nesta direção, e dois são fortemente utilizados por GLAAD. Um deles é uma pesquisa com grande amostragem, feita por uma empresa de pesquisa de mercado contratada por GLAAD em 2008, a *Harris Interactive*. Os resultados indicaram que, nos últimos cinco anos (2004-2008, portanto), quase dois em cada dez (19%) adultos dos Estados Unidos afirmaram que seus sentimentos em relação a pessoas gays e lésbicas tornaram-se mais favoráveis (HARRIS INTERACTIVE, 2008, p.8). Dentre estes 19%, os fatores que contribuíram para esta mudança foram vários: “conhecer alguém que é gay ou lésbica” (79%), “o fato de que leis que protegem pessoas gays e lésbicas foram aprovadas” (50%), “opiniões de amigos e familiares” (45%), “ver ou ler cobertura da imprensa sobre questões gays e lésbicas” (41%), “ver personagens gays ou lésbicas na televisão” (34%), “ver personagens gays ou lésbicas nos filmes” (29%) e “opiniões de líderes religiosos” (21%). GLAAD passou, então, a utilizar em alguns de seus materiais⁷⁶ tais números, informando que os dois principais fatores que contribuiriam para a mudança de percepção em relação a gays e lésbicas é conhecer alguém que seja lésbica, gay, bissexual ou transgênero/a e ver pessoas LGBT na televisão, nos filmes e na cobertura da imprensa.

Outro estudo feito por três pesquisadores da área de comunicação da Universidade de Minnesota demonstrou que o contato parassocial (*parasocial contact hypothesis*), ou seja, mediado pelos meios de comunicação de massa, facilitaria as percepções das pessoas em relação aos atributos de grupos minoritários (SCHIAPPA; GREGG; HEWES, 2005). Nesta pesquisa, os autores trabalharam com três programas envolvendo homens gays (duas séries) e uma travesti (comediante).

⁷⁶ Um exemplo são os folders voltados a grandes doadores chamados *The Media Circle* e *The Alliance Circle*. O primeiro é para doações entre 1.500 e 5 mil dólares enquanto o segundo reúne doações entre 5.000 e 250 mil dólares. Ver Apêndice B.

Com base nestes achados e em seu foco em ativismo cultural por meio da grande mídia do país, GLAAD formulou suas estratégias e ações focando no monitoramento da mídia, no agendamento (*pitching*⁷⁷) de indivíduos e histórias positivas e no treinamento de ativistas e organizações para desenvolverem suas questões na mídia de forma eficaz.

Nesta seção, apresento alguns casos de atuação do grupo, ocorridos durante meu trabalho de campo, para elaborar mais claramente as ações e estratégias que GLAAD emprega em seu ativismo na grande mídia dos Estados Unidos. Tais casos referem-se a um amplo leque de situações, como programas de televisão com conteúdo homofóbico, enfrentamento a organizações antigays, produção de material com pretensão educativa e, por fim, pelas gradações entre estratégias que empregam diálogo e enfrentamento. Ao desenvolver alguns destes eventos, abordo questões referentes ao ativismo e ao funcionamento da organização em geral que se correlacionam com tais situações.

3.1.1 *José Luis Sin Censura*: do diálogo aos anunciantes

O primeiro caso que abordo ocorreu na divisão em que estagiei, a de Mídia em Língua Espanhola. Nos últimos cinco anos, esta divisão tem sido dirigida por Monica Trasandes, Diretora de Mídia em Língua Espanhola, e composta por apenas mais um membro, Brian Pacheco, que é Estrategista de Mídia em Língua Espanhola desde abril de 2011. Um dos programas que monitorei durante os dois meses da pesquisa de campo era objeto de uma ação da GLAAD em parceria com a *National Hispanic Media Coalition* (NHMC) desde meados de 2010, tendo seu desfecho final ocorrido somente em agosto de 2012, quando já havia encerrado minha pesquisa de campo nos Estados Unidos. No período em que cheguei ao grupo, a ação em torno desse programa estava num momento de refluxo e com menos fôlego devido ao longo processo para tentar retirá-lo do ar.⁷⁸

⁷⁷ Expressões como *“pitch stories”* ou *“pitching a story”* são muito utilizadas na GLAAD. Não há uma tradução corrente desta expressão, mas no contexto da interação entre agentes externos e a mídia, parecem-me bastante apropriadas traduções como “pautar a imprensa” ou “agendar a mídia”. A ideia, aqui, é a de oferecer (“atirar”) uma história, uma pauta, uma fonte para a imprensa, o que repousa largamente na noção de contra-agendamento. A este respeito, ver Silva (2007).

⁷⁸ Registre-se que GLAAD já havia feito ações contra este programa desde meados dos anos 2000, mas sem sucesso.

Logo em minha segunda semana na GLAAD, o programa *José Luis Sin Censura* passou a fazer parte dos meus monitoramentos. Era um programa de auditório, comandado por José Luis Gonzalez, e exibido pela emissora *Estrella TV* em cidades como Los Angeles, Miami, Nova York e Houston. Segundo estimava-se na época, a emissora atingia 70% das casas da população latina dos Estados Unidos. O programa era basicamente focado em discussões maritais, disputas de amigos e polêmicas diversas, frequentemente com mulheres profissionais do sexo e o tema da traição, lembrando, no estilo, o antigo *Programa do Ratinho*, que foi exibido no horário nobre do SBT entre 1998 e 2006 no Brasil (hoje a atração segue no ar em formato com “menos baixaria”, como o próprio apresentador reconhece). *José Luis Sin Censura*, entretanto, era exibido às 11 horas da manhã (com reprise às 18h), e sua autoclassificação indicativa era para um público de 14 anos. O conteúdo do programa era claramente incompatível com aquele horário – a bem da verdade, incompatível com as regulações do setor de comunicação nos Estados Unidos.

O que registrei nos monitoramentos foi uma fase mais amena do programa, que já vinha sendo pressionado por GLAAD, NHMC e outras organizações desde meados de 2010. Ainda assim, a fórmula empregada pelo programa, diariamente, trazia: nudez feminina, agressão física entre mulheres, incitação a comportamento agressivo da plateia, que entoava palavras como “puta” e “veado”⁷⁹ a participantes mulheres e homens respectivamente, além da exploração tanto do corpo quanto da sexualidade feminina, numa combinação clássica de machismo e objetificação sexual. Além disso, não era incomum a incitação de conflitos interétnicos entre imigrantes (legais e ilegais) de diversas nacionalidades. O programa contava com um grupo de aproximadamente cinco seguranças que tinham como função conter o comportamento agressivo da plateia em relação aos convidados – isto ocorria estrategicamente, pois o confronto verbal e físico era sempre incitado até o instante em que fosse iminente. Antes de minha chegada, Monica e Brian relataram-me que agressões de homens contra mulheres também era frequentes, mas que, devido às fortes pressões, a emissora havia reduzido a quase zero essas ocorrências. Entretanto, agressões de mulheres a homens e, sobretudo, entre mulheres, eram

⁷⁹ Traduções aproximadas das expressões em Espanhol: *puta* (*whore*), *maricón*, *puñal*, *puto* e *joto* (*faggot*). Outras como *pinche* (*fucking*, como adjetivo derogatório) e *culero* (*assfucker*) também eram frequentes.

muito comuns, e registrei isso em diversas cenas que gravei nos equipamentos da organização.

A estratégia que GLAAD empregou em relação a este programa, inicialmente, seguiu o receituário clássico da organização para lidar com a mídia: primeiro, estabelecer diálogo com os produtores do programa; se esta estratégia não fosse suficiente para atingir o objetivo do grupo, uma segunda etapa envolvia mobilizar a “comunidade LGBT” – e, neste caso, também a comunidade latina – em protestos, ligações, cartas e petições, a chamada *call for action*. Concomitantemente a isso, a organização começaria a intervir junto aos patrocinadores, tentando produzir tanto um desgaste na imagem do programa quanto na sua rentabilidade para a emissora.

Houve, contudo, algo bastante atípico na história da GLAAD em relação a seu ativismo midiático quanto a este programa. A organização, em parceria com a NHMC, decidiu também utilizar uma estratégia de ativismo jurídico, ingressando com uma denúncia junto à FCC. Monica e Brian relataram-me logo nos meus primeiros dias de pesquisa sobre o caso:

Falamos sobre a ação que a GLAAD e a NHMC protocolaram junto à FCC – entidade que equivaleria à Anatel no Brasil – para que alguma medida seja tomada contra o programa *José Luis Sin Censura*. Vi um vídeo com compilação de cenas deste programa no computador de Brian: várias cenas de agressões entre homens e entre mulheres (lembra um pouco o antigo *Programa do Ratinho*, no SBT, mas é bastante pior) e muitos xingamentos homofóbicos contra gays. **Monica disse que era uma situação delicada porque, historicamente, tentaram barrar a presença de gays na TV usando-se da própria FCC, e agora era a entidade que recorria a isso** [preciso verificar melhor quais os termos da legislação da FCC que podem causar alguma punição a um programa, como nudez, obscenidade, profanação, etc.]. Monica disse que GLAAD e NHMC têm feito parceria não só sobre este tema, mas também sobre sexismo e objetificação das mulheres na mídia hispânica. **(Diário de campo de 27 de fevereiro de 2012)**

A denúncia conjunta feita pelas duas organizações foi proposta à FCC em 28 de fevereiro de 2011⁸⁰, após seis meses de monitoramento e coleta de episódios do programa. Ainda em junho de 2010, GLAAD havia iniciado uma “chamada para ação” entre seus membros. Como o diálogo com os executivos do programa nas semanas anteriores não havia dado resultados, este foi o segundo passo, solicitando que membros da GLAAD e da comunidade latina ligassem para os executivos do

⁸⁰ Cf. “GLAAD, NHMC call on FCC to take action against anti-LGBT spanish-language program ‘José Luis Sin Censura’.” Disponível em: <<http://www.glaad.org/2011/02/28/glaad-nhmc-call-on-fcc-to-take-action-against-anti-lgbt-spanish-language-program-jose-luis-sin-censura>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

grupo e os enviassem e-mails.⁸¹ Verificando que tanto a estratégia inicial do diálogo quanto a de pressão de suas bases aos executivos do programa não haviam frutificado, a organização começa a estabelecer o passo seguinte, que culminou com a denúncia para que a FCC condenasse a emissora pela exibição de conteúdo obsceno, indecente ou profano nos meios de comunicação, de acordo com o que estabelece o Código Penal dos Estados Unidos. Junto com a longa denúncia, transcrevendo dezenas de episódios, as duas organizações lançaram uma petição *online* a ser entregue aos executivos do grupo *Lieberman Broadcasting, Inc.*, responsável pela emissora. Em abril de 2011, os dois grupos divulgaram a adesão de mais de 30 organizações a uma carta enviada ao presidente da FCC demandando ação em relação ao programa.⁸² A FCC ainda não se manifestou sobre a denúncia feita pelas duas organizações, mas, ao longo de 2012, uma estratégia começou a surtir efeito: a pressão sobre os patrocinadores.

Ainda em junho de 2011, GLAAD havia anunciado uma primeira vitória: duas grandes empresas, a de telefonia *AT&T* e a de canal a cabo *Time Warner Cable*, haviam parado de anunciar no programa. Além disso, duas afiliadas (em Miami, Flórida, e em Wichita, Kansas) deixaram de retransmitir *José Luis Sin Censura*. Em meados de 2011, os executivos do grupo *Lieberman* reuniram-se com membros das duas organizações, mas o resultado não foi satisfatório na avaliação da GLAAD e NHMC.⁸³ Mesmo com pequenas vitórias, o programa não saiu do ar. Num período que vai de meados de 2011 até meados de 2012, não houve progresso expressivo nesta ação. Encontros entre membros da GLAAD e da NHMC ocorreram neste período para traçar estratégias e os próximos passos da ação. Participei de um deles, um almoço em 29 de fevereiro de 2012, em que Monica entregou um CD com novos trechos do programa à Jessica Gonzalez, vice-presidente da NHMC e responsável pelos assuntos legais e políticos da organização. O que me parecia claro, naquele momento, era que a melhor oportunidade de sucesso seria junto aos

⁸¹ Cf. “GLAAD calls on José Luis Sin Censura to stop defaming LGBT people.” Disponível em: <<http://www.glaad.org/2010/06/18/glaad-calls-on-jose-luis-sin-censura-to-stop-defaming-lgbt-peopleglaad-exige-que-jose-luis-sin-censura-cese-la-difamacion-contra-personas-lgbt>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

⁸² Cf. “NHMC and GLAAD decry José Luis Sin Censura’s disregard to community outcry.” Disponível em: <<http://www.glaad.org/releases/040611jisc>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

⁸³ Cf. “GLAAD and NHMC continue to demand action after meeting with Lieberman executives to discuss José Luis Sin Censura.” Disponível em: <http://www.glaad.org/releases/07062011jisc_english>. Acesso em: 05 dez. 2012.

anunciantes do programa, com o conseqüente desgaste da imagem tanto da emissora quanto de seus patrocinadores.

Foi em junho de 2012, então, que os presidentes das duas organizações fizeram uma coletiva na frente da sede da *Liberman* na Califórnia para entregar uma petição com mais de 3.800 assinaturas à emissora e anunciar que iriam contatar os anunciantes nacionais do programa para apresentar novas imagens do que continuava a ser transmitido pelo canal.⁸⁴ Finalmente, numa carta enviada no dia 8 de agosto de 2012, o chefe de operações da *Liberman* informava que o programa tinha sido transmitido pela última vez naquele dia. Pelo conteúdo do ofício, a queda de anunciantes e a própria imagem da emissora foram decisivas para a suspensão do programa, como se vê neste trecho de uma carta enviada pela *Liberman* à GLAAD e NHMC:

Liberman Broadcasting is pleased to have amicably resolved this matter with the National Hispanic Media Coalition ("NHMC") and GLAAD and is glad NHMC and GLAAD will **no longer discourage companies from advertising with Liberman Broadcasting. Can you please contact those clients with whom you have previously spoken and let them know that Liberman Broadcasting is no longer airing any programming that GLAAD or NHMC finds objectionable.** (LETTER, 2012, grifo nosso)

Este caso, embora de menor impacto no funcionamento do grupo, uma vez que restrito ao universo da mídia em língua espanhola – o que está longe de ser o foco central da GLAAD – guarda semelhanças, no processo, com um caso ocorrido uma década antes, sob o comando da diretora-executiva Joan Garry. Entre meados de 1997 e começo de 2001, GLAAD teve que lidar com uma ação que não só consumiu muito da energia de seus membros, como produziu danos à sua imagem dentro da “comunidade LGBT” – em linhas gerais, por críticas feitas por boa parte dos mesmos indivíduos e blogs que impulsionaram a renúncia de Jarrett Barrios em 2011. O que ficou conhecido como o caso Dr.^a Laura, nos anos 2000, testou a mesma linha de atuação que GLAAD empregou em relação ao programa de José Luis uma década depois.

Laura Schlessinger era uma apresentadora de *talkshow* radiofônico que tinha uma audiência de 20 milhões de pessoas no final da década de 1990. GLAAD começou a receber, em 1997, denúncias de que o programa estava veiculando

⁸⁴ Cf. “*Liberman Broadcasting continues airing anti-gay language and profanity on ‘José Luis Sin Censura’.*” Disponível em: <<http://www.glaad.org/releases/liberman-broadcasting-continues-airing-anti-gay-language-and-profanity>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

retórica antigay. Durante vários meses, GLAAD estabeleceu uma estratégia de diálogo com a apresentadora, realizando reuniões presenciais entre Joan Garry e a Dr. Laura. Resumidamente, a apresentadora entendia que a homossexualidade era um “erro biológico” e que, por causa de sua conversão ao judaísmo ortodoxo, o sexo entre homossexuais era proibido por Deus. Garry, por sua vez, empregava uma tática de “personalização” de suas conversas (e troca de cartas) com a Dr. Laura, de modo a colocar a si, e à sua família (Garry era casada com uma mulher e tinha filhos) como indivíduos que estariam sendo ofendidos pelas opiniões da apresentadora.

Em meados de 1999, enquanto o programa de Schlessinger era o mais importante *talkshow* de rádio dos Estados Unidos, ela foi contratada pela *Paramount Television* para produzir um *talkshow* para a televisão. Os valores indicam a importância daquela decisão: Dr. Laura receberia, sozinha, três milhões de dólares, enquanto o investimento da *Paramount* seria de 76 milhões de dólares, tornando este o lançamento mais caro de um programa pelo canal (Doyle, 2005). O diálogo não havia frutificado, e a ida de Schlessinger para a televisão foi vista por GLAAD como um grande perigo. Como Doyle registra, “Schlessinger had become, in GLAAD's estimation, the most dangerous homophobe in the nation.” (p.235). O que se seguiu nos dois anos seguintes (1999-2000) foram duas fases de campanha, que pretendiam criar situações em que as ideias da Dr. Laura pudessem ser contestadas na mídia, além de fornecer material para que a imprensa discutisse a retórica da apresentadora de modo a demonstrar a gravidade do que ela dizia e, especialmente, atingir a audiência prospectada para o programa a ser lançado na televisão (mulheres de classe média-baixa entre 18 e 40 anos); também realizar reuniões com executivos da *Paramount*, incentivar que a base da GLAAD mandasse cartas aos editores do *talkshow* radiofônico de Schlessinger, bem como diretamente à apresentadora.

Em 2000, a tática de GLAAD começou a ser criticada por outros membros da “comunidade LGBT”, especialmente jornalistas e blogueiros da mídia gay online do país, por ser muito lenta, corporativista, e também pelas relações financeiras que GLAAD tinha com a *Paramount*. Um projeto chamado *StopDrLaura.com* (SDL) foi lançado no mesmo ano, e táticas mais agressivas pedindo que a *Paramount* não lançasse o programa (GLAAD não havia feito isso nestes termos), além de protestos de rua, foram feitos. O surgimento desta coalizão criou um cenário complicado para

GLAAD, que começou a perder credibilidade entre sua base (e entre a “comunidade LGBT” como um todo), o que a obrigou a modificar levemente suas táticas de modo a minimizar o enfoque nas relações corporativas (GLAAD-Paramount). Assim, a segunda fase da campanha de GLAAD, fortemente influenciada pelo impacto que o SDL havia tido dentro da “comunidade LGBT”, foi pressionar a *Paramount* para cancelar o show e fazer com que os patrocinadores retirassem o apoio ao programa. O tema ficou na grande mídia dos Estados Unidos por longo período, e lentamente uma rejeição cada vez mais forte foi surgindo entre patrocinadores em relação ao potencial danoso que o programa de Dr.^a Laura poderia ter em relação a suas marcas.

Embora as diferenças em proporção e impacto sejam muitas, a estratégia de estabelecer diálogo, pressão nos executivos e pressão nos anunciantes empregada no caso de *José Luis Sin Censura* foi a mesma do caso de Dr.^a Laura, com algumas diferenças como focar na audiência potencial do programa (feito no caso Dr.^a Laura) para que os próprios futuros expectadores formassem opinião contrária ao programa. E, assim como, nos anos 2000, a fuga de patrocinadores ajudou a enterrar o novo programa da Dr. Laura Schlessinger na televisão, foi este mesmo fator que pesou na decisão da *Lieberman* em cancelar *José Luis Sin Censura*.

Ainda no que diz respeito à estratégia geral de GLAAD para atuar em relação a produções e representações preconceituosas, Doyle faz uma consideração atinente ao contexto do caso Dr. Laura que entendo como pertinente em relação ao ativismo da organização até hoje:

GLAAD's leaders have traditionally held that access is hard-won and valuable, and **have tended to see confrontational tactics as the final cards to play in a long strategic game that begins, whenever possible, with meetings at the source.** This protocol for activism forms the core of a political philosophy that places tactics on a spectrum between cooperation (meetings and politely worded letters and such) and confrontation (protests, advertiser boycotts, etc.) and attempts to “strike a balance” between the two poles. (DOYLE, 2005, p.280, grifo nosso)

A perspectiva de não estabelecer confronto inicialmente atende a duas razões bastante claras: uma institucional e outra programática. Manter boas relações e ser considerado um “*player*” no campo da mídia é, de longa data, um dos objetivos institucionais da GLAAD desde sua consolidação inicial. Assim, ser respeitada pelos profissionais da mídia (o que inclui especialmente grandes estúdios e emissoras) implica em manter um relacionamento interinstitucional e profissional, o que na visão

dos membros da organização significa estabelecer diálogo primeiramente. Já o motivo programático tem a ver com a própria visão da organização de que é possível chegar a um acordo, em muitos casos, estabelecendo diálogo e apresentando os pontos de vista e a expertise do grupo nos temas que estão sendo cobertos pela mídia.

Contudo, esta concepção de ativismo mais focada em monitoramento e no estabelecimento de relações amistosas não é sempre bem vista por outros atores do movimento LGBT. Como destaquei no próprio caso da relação do ex-presidente do grupo com a *AT&T*, e Doyle (2005) registrou no caso Dr.^a Laura, especialmente a blogosfera e mídia gays do país são bastante críticas à GLAAD e a outras grandes organizações LGBT em suas atividades que seriam muito mais “reformistas” e “moderadas” do que “críticas”. O pesquisador Larry Gross, em *Up From Invisibility: Lesbians, Gay Men, and the Media in America* (2001), pontuou tal crítica em termos de assimilação.

And in the past decade **the organized sector of lesbian and gay America has embraced assimilation as the realization of their ultimate goal.** At the start of the new century, the country's largest lesbian and gay organizations – the Human Rights Campaign (HRC), the National Gay and Lesbian Task Force (NGLTF), and the Gay and Lesbian Alliance Against Defamation (GLAAD) – were each led by a professional woman, each partnered, with children, and presenting the face of middle-class normality and respectability. (GROSS, 2001, p.xvi, grifo nosso)

Crítica de mesma ordem também tem sido feita à progressiva consolidação de profissionais vindos de grandes corporações da mídia no comando das organizações LGBT – Joan Garry, diretora-executiva de 1997 a 2005, era executiva de mídia da *Showtime Networks*; o atual presidente, Herndon Graddick, fez carreira como produtor na CNN e supervisor de produção no canal a cabo *E!*, da *NBCUniversal*. Isso criaria dificuldades no reconhecimento desses indivíduos, por parte de muitos ativistas e organizações de base, como lideranças mais comprometidas com a comunidade do que com suas organizações e mesmo a posição institucional de seus respectivos grupos no movimento. Relatando sobre a escolha de Joan Garry para a direção de GLAAD em 1997, Doyle analisa os comentários de um ex-integrante do Conselho de Administração acerca das poucas credenciais de Garry enquanto ativista não serem inteiramente negativas.

These comments, more than just reflecting the extent to which the board valued professional credentials over activist experience at this stage in GLAAD's development, also suggest a belief that activist ability and capital

are more easily acquired than are institution-building skills. (DOYLE, 2005, p.139)

Na semana anterior ao término de meu trabalho de campo, o novo presidente da GLAAD foi indicado pelo Conselho. A escolha de Herndon Graddick, entretanto, não guarda semelhança completa com a de Garry ou a dos presidentes mais recentes – ainda que Garry e Graddick venham do mundo corporativo da mídia e tenham, portanto, capital político e contatos dentro da indústria do entretenimento do país, algo essencial para a posição da GLAAD no campo da mídia hoje. Tanto Neil Giuliano (2005-2009) quanto Jarrett Barrios (2009-2011) foram políticos com mandatos em períodos anteriores à entrada na GLAAD, ainda que também tivessem realizado ações dentro do movimento LGBT ou em organizações filantrópicas. Os dois, entretanto, não fizeram carreira na GLAAD. Herdon Graddick, ao contrário, ocupou duas posições seniores no grupo desde 2010: primeiro como vice-diretor de Programas de Mídia e depois, em 2011, como diretor-sênior de Programas e Comunicações (cargo com título de vice-presidente a partir de março de 2012). Sua escolha também foi bem recebida pela maioria daqueles que foram críticos à organização nos meses anteriores, durante a crise com Barrios. Essa escolha também significava uma liderança ambientada com o campo da mídia, com as questões estratégicas da GLAAD e com experiência na supervisão de seus programas, mas, sobretudo, uma liderança também capaz de atrair novos doadores, como um dos entrevistados informou-me.

3.1.2 CAP: educando a mídia

Em meados de março de 2012, GLAAD divulgou amplamente um projeto novo para a mídia, o *Commentator Accountability Project* (CAP) – Projeto pela Responsabilidade de Comentaristas, numa tradução livre. O CAP foi elaborado por GLAAD em parceria com Jeremy Hooper, fundador do projeto *GoodAsYou* (GAY), que investiga declarações discriminatórias de indivíduos, organizações e veículos da imprensa. O projeto foi elaborado com atenção especial porque lida com um tema profundamente sensível e caro à cultura estadunidense: a liberdade de expressão. O objetivo do CAP seria fornecer informações completas sobre as declarações e o histórico de diversos comentaristas que a imprensa utiliza para tratar de assuntos

ligados à população LGBT – neste caso, comentaristas que se opõem aos gays em geral e/ou aos seus direitos; nos termos da GLAAD, “ativistas anti-LGBT”.

Journalists or producers who are on deadline often don't have the time to dig into the histories of a commentator. Audiences need to be aware that when they're not talking to the mainstream media, these voices are comparing LGBT people to Nazi Germany, predicting that equal treatment of LGBT people will lead to the total collapse of society, and even making accusations of satanic influence. [...] We will show that the commentators who are most often asked to opine on issues like marriage equality or non-discrimination protections do not accurately represent the “other side” of those issues. They represent nothing but extreme animus towards the entire LGBT community. (GAY & LESBIAN..., 2012c)

Na época do lançamento, a organização havia elaborado 36 perfis de indivíduos com espaço frequente na mídia nacional como Tony Perkins (presidente do *Family Research Council* – FRC), Bob Vander Plaats (presidente da *Family Leader*), Brian Brown (presidente da *National Organization for Marriage* – NOM), Maggie Gallagher (fundadora e ex-presidente da NOM) e Bryan Fischer (diretor de análises sobre questões de políticas públicas da *American Family Association* – AFA).⁸⁵ Hoje o projeto conta com 58 perfis, além do perfil específico de uma organização, a NOM. Cada um destes perfis traz declarações (chamadas de “facts” pela GLAAD) que esses indivíduos fizeram sobre uma série de temas, incluindo a homossexualidade. A maioria delas não foi feita na grande mídia, mas sim em blogs, sites e programas de rádio conservadores ou de direita. O que o CAP procura fazer, então, é colocar em contexto a biografia desses comentaristas, muitas vezes chamados pelos veículos da imprensa como *experts* para analisar temas ligados à população LGBT. Uma parte expressiva dessas declarações, feitas fora dos grandes veículos, oscilam entre bizarras e absurdas: associações da homossexualidade e de indivíduos LGBT com nazismo, pedofilia, guerras, destruição da família e do casamento, doenças, terrorismo doméstico, satanismo, abuso de drogas, alcoolismo e abuso sexual, para citar algumas.⁸⁶

O projeto foi lançado no dia 13 de março, e, no dia seguinte, a organização publicou um editorial (*op-ed*) no *Mediaite*, blog especializado na indústria da mídia. O

⁸⁵ Em traduções livres: Conselho de Pesquisa da Família (FRC), Líder da Família, Organização Nacional pelo Casamento (NOM) e Associação Americana pela Família (AFA). Dois destes grupos, o FRC e a AFA foram classificados pelo *Southern Poverty Law Center* (SPLC) como “grupos de ódio” em 2010. Sobre o SPLC e sua classificação de grupos de ódio, cf. <<http://www.splcenter.org/what-we-do/hate-and-extremism>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

⁸⁶ Para ver a extensão desses comentários, sugiro navegar pelos perfis do projeto em: <<http://www.glaad.org/cap>>.

texto foi escrito por Aaron McQuade, e a necessidade de tratar do tema da liberdade de expressão está explícita.

Please note here that “accountability” does not necessarily mean keeping these people out of the media. But if a reporter is interviewing someone who insinuates that his or her political opponent is controlled by the devil, it’s the reporter’s journalistic responsibility to put that person’s opinion in perspective. (MCQUADE, 2012b)

O mesmo McQuade retomou isso num texto publicado no site da GLAAD no dia seguinte, com base na reação de um dos perfilados no CAP, Matt Barber (um dos porta-vozes da organização de assistência legal em defesa do cristianismo, *Liberty Counsel*). Barber acusou o projeto de ser “orwelliano” e uma tentativa de silenciar tais comentaristas. McQuade replicou, tratando novamente do tema da liberdade de expressão:

While Matt and others would love to claim that we are trying to “silence” them, what we’re actually doing is almost the exact opposite. This project is aimed at taking Matt’s own words, and making the journalists and reporters who go to him for quotes about LGBT issues aware of the animus at the root of his positions. (MCQUADE, 2012a)

O projeto, em geral, recebeu boa acolhida na mídia⁸⁷, embora seja difícil precisar que impacto ele efetivamente teve nas redações. Uma vez que o CAP foi elaborado pela divisão que trabalha com jornalismo e o campo da mídia, que fica em Nova York, meu acesso a questões internas sobre a condução e o impacto do projeto foi apenas pelas atualizações da rede da GLAAD, especialmente pelo RRU. Embora tenha ocorrido no período de minha pesquisa, o fato de estar concentrado em outro escritório impossibilitou que eu tivesse maior envolvimento com os bastidores e a acolhida do projeto. Ainda assim, destaco aqui a criação do CAP porque é um projeto que dimensiona claramente uma das estratégias de GLAAD para atingir seus objetivos em relação à representação de LGBT na mídia dos Estados Unidos.

Historicamente, o que se sobressai para o público externo na percepção do ativismo feito por GLAAD é sua função primaz de “vigiar” a mídia (*watchdog role*) a respeito de como ela representa indivíduos LGBT e cobre questões concernentes à comunidade e ao movimento. Porém, como salientei na introdução desta seção, a organização enfatiza fortemente seu papel de “educadora” da mídia, no sentido de

⁸⁷ Uma crítica bastante profícua foi feita no blog da NLGJA. Cf. “*Poynter Questions the GLAAD Commentator Project.*” Disponível em: <<http://nlgjareact.wordpress.com/2012/03/30/poynter-questions-the-glaad-commentator-project/>>. Acesso em: 05 de dez. 2012.

fornecer conhecimento e ferramentas aos profissionais e aos veículos para tratar de temas diversos e específicos relacionados à população LGBT. Comentando sobre o CAP numa das entrevistas comigo, Rich Ferraro, Diretor de Comunicações, mencionou as relações que GLAAD tem conseguido estabelecer de forma mais sustentável com os grandes veículos.

We presented that [the CAP] to a major news room, to, like, a national network. They got some of their on-air talent in the room, all of their supervising producers, really high-level people. That meeting we would never have a few years ago. Because people also, I think they've come to realize that GLAAD is not really a gay agenda, right? And more and more fair-minded Americans, they're not seeing a gay agenda, they're seeing a human agenda. And they wanna do the right thing. **(Entrevista com Rich Ferraro)**

É importante destacar a centralidade tanto da posição quanto da atuação de Ferraro dentro da GLAAD. Como profissional de relações públicas e comunicação, Rich Ferraro trabalha diretamente com a presidência da GLAAD há quase cinco anos, estabelecendo relações com os veículos de comunicação tanto para a GLAAD quanto para grupos e indivíduos externos (no caso de pautas que a GLAAD ativamente procura agendar na mídia). Ferraro entrou na GLAAD ainda na gestão de Neil Giuliano, em 2008, e foi responsável por lidar com a pior crise da organização nos últimos anos, a renúncia de Jarrett Barrios em meados de 2011. Essa construção linguística empregada por Ferraro, ao colocar o trabalho de GLAAD, e as próprias demandas da população LGBT, em termos mais palatáveis (“uma agenda humana” em oposição a “uma agenda gay”), faz parte de algo absolutamente crucial em GLAAD: sua estratégia de como passar sua mensagem (*messaging*).

Segundo Monica Trasandes, quem desenvolveu esta estratégia foi Sean Lund, que integrou o time de comunicação da GLAAD durante onze anos (de 1999 a 2010). Hoje Lund é Estrategista de Mensagem no MAP. Ele desenvolveu diversos materiais para GLAAD, e as pesquisas conduzidas por ele para elaborar as estratégias de como moldar (*frame*) e direcionar as mensagens sobre questões LGBT para a população e a mídia focam sobremaneira no uso específico de certas expressões em contraposição a outras (e.g.: “*gay*” ao invés de “*homosexual*”; “*being gay*” ao invés de “*homosexuality*” e “*lesbianism*”; “*gay and transgender*” ao invés de

“LGBT”; “*fairly and equally*” ao invés de “*rights*”, “*civil rights*” ou “*gay rights*”)⁸⁸. Mais que isso, ao dirigir-se à mídia e, portanto, à audiência, dever-se-ia focar primeiro naquilo que indivíduos LGBT partilham de comum com o público (“os valores da América”), de modo a atraí-la e não afastá-la. Como se vê pela fala de Ferraro que destaquei acima, essa estratégia está bem assimilada no discurso daqueles que falam pela organização (*spokesperson*).

Registrei em meu diário de campo uma das primeiras impressões que tive ao observar Rich Ferraro trabalhando – note-se que ele está baseado no escritório de Nova York, então não convivi com ele durante minha pesquisa; na última semana, que coincidia com a edição de Los Angeles do GMA no dia 21 de abril de 2012, boa parte do *staff* de NY foi para LA; foi neste contexto, portanto, que conheci Ferraro, no dia 19 de abril, dois dias antes do GMA. No dia anterior ao evento, fomos até o *Westin Bonaventure Hotel and Suites*, no centro de Los Angeles, para fazer o reconhecimento do local, verificar posições que cada um de nós ocuparíamos no dia do evento e ajustes finais.

Fomos no carro Johnny, Rich Ferraro, Daryl Hannah, Adam (estagiário do time de eventos) e eu. Levamos praticamente 30min até o hotel no centro de LA, e foi uma viagem tranquila e interessante; Rich, Daryl e Johnny são pessoas muito engraçadas; **notei que Rich tem uma responsabilidade imensa dentro da organização, e que tudo que diga respeito à imagem, discurso, relações públicas e contato com a imprensa passa por ele**; eles estavam conversando sobre sair hoje à noite, e Rich deu a entender que não poderia porque tinha que escrever o discurso de Herndon (presidente). (**Diário de campo de 20 de abril de 2012**)⁸⁹

Esta percepção da importância do trabalho de Ferraro dentro de GLAAD já havia sido registrada por mim no diário de campo desde o princípio, especialmente por observar que todos os *releases* da organização e aparições de membros seniores do *staff* na mídia eram mediadas por ele. Isso se confirmou observando o

⁸⁸ Estes termos a utilizar e a evitar, com suas respectivas explicações, são parte de uma publicação do MAP em parceria com a GLAAD, *An Ally's Guide to Terminology: Talking About LGBT People & Equality* (2011). É importante ressaltar que tais usos são baseados em pesquisas focadas na população e em grupos específicos dos Estados Unidos. Para os exemplos que mencionei no texto, as explicações sobre os termos a evitar são as seguintes: **1. homosexual**: “*anti-gay activists often use words like ‘homosexual’ to stigmatize gay people by reducing their lives to purely sexual terms.*” **2. homosexuality / lesbianism**: “*talking about a person’s ‘homosexuality’ can, in some cases, reduce the life of that person to purely sexual terms. Talk about being gay instead. The term ‘lesbianism’ is considered pejorative.*” **3. LGBT**: “*the abbreviation ‘LGBT’ can be confusing and alienating for those who are unfamiliar with the issues or not yet supportive – though it is essential when talking to LGBT and strongly supportive audiences. Use the term that allows your audience to stay focused on the message without creating confusion about your intended meaning.*” **4. rights / civil rights / gay rights**: “*‘rights’ language is generally unpersuasive with most audiences, and civil rights comparisons can be especially alienating to African Americans.*”

⁸⁹ Ver o anexo A para os cargos dos membros mencionados neste trecho.

trabalho de Ferraro no GMA no dia 21 de abril, bem como na entrevista que fiz com ele e Allison Palmer: os discursos dos presidentes, em maior ou menor intensidade, são rascunhados por ele inicialmente; a resolução da crise durante a presidência de Jarrett Barrios foi trabalhada intensamente a partir dele, e o treinamento de certas pessoas para falar na mídia (*media training*) também tem a participação de Ferraro.

O CAP, portanto, vem na esteira de uma longa tradição da organização em produzir materiais que sirvam de auxílio para a mídia na cobertura de uma série de questões. Na seção 1.1 do capítulo um deste trabalho, indiquei vários destes materiais que GLAAD produz há vários anos, com especial intensidade a partir de 2005. Desde então, uma série de publicações, muitas em parceria com o MAP, sobre diversos temas como casamento, crimes de ódio, pessoas trans (*transgender*), Aids, adoção, proteções trabalhistas, além de abordagens focadas em audiências específicas como afro-americanos e a comunidade latina/hispânica têm sido elaboradas e divulgadas.

3.1.3 Estratégias em ação: Miss Universo, escoteiros e vozes religiosas

Durante minha pesquisa de campo em Los Angeles, incontáveis situações ocorreram nos Estados Unidos em relação à “comunidade LGBT”. Uma organização anti-LGBT (a NOM) teve seus documentos internos indicando que pretendia causar animosidade contra a população LGBT entre as comunidades negra e latina (“*racial divides*”) vazados no final de março de 2012; no começo daquele mesmo mês, a apresentadora de televisão, psicóloga e sexóloga Nancy Alvarez rebateu as declarações feitas pelo cantor Rick Martin de que se nasce gay, afirmando que seria, na verdade, por causa de “erros cometidos pelos pais”; no dia 02 de março, o ídolo juvenil dos anos 1980 Kirk Cameron (da série *Growing Pains*) declarou num programa do horário nobre da CNN que ser gay é “antinatural, prejudicial e, em última instância, destrutivo aos fundamentos da civilização”. Os exemplos são inúmeros e ocorreram numa série de campos, passando também por pesquisas de opinião sobre a aceitação do casamento entre pessoas de mesmo sexo, reuniões da GLAAD com executivos de redes sociais para tratar de discurso de ódio em seções de comentários, pessoas e grupos treinados pela organização para falar na mídia, solicitações da imprensa por uma pessoa que pudesse contrabalancear as

declarações do Papa sobre casamento, por garotas que pudessem contar sobre a ida ao baile de formatura colegial com a namorada, etc.

Como destaquei na seção metodológica (1.4) deste trabalho, não é meu objetivo discutir exaustivamente as atividades de GLAAD em si, e por isso abordar todas as situações que registrei em meu período de pesquisa seria infrutífero (e exaustivo) para tratar das questões pertinentes a meu objeto. Nas duas subseções anteriores, abordei uma longa campanha contra um programa televisivo em língua espanhola que revelou os procedimentos encadeados que a organização desenvolveu para atingir seu objetivo (retirar o programa do ar) e a produção de um material-projeto que procura se utilizar do recurso documental para influenciar os profissionais da mídia a investigarem mais detidamente os currículos de comentaristas anti-LGBT com acesso recorrente à imprensa. São duas estratégias diferentes, ainda que enraizadas num princípio norteador de “dialogar” com os veículos da mídia antes ou mais que vigiá-los, cobrá-los e boicotá-los.

Nesta subseção, discorro brevemente sobre três outros eventos ocorridos durante meu período de pesquisa e que reiteram o emprego dessas estratégias a que me refiro. Entretanto, eles têm desfechos e enfoques de ordens diversas, refletindo também reposicionamentos institucionais em torno de certos segmentos da “comunidade LGBT”, especificamente da população trans num dos eventos.

O primeiro caso surgiu no final de março de 2012, quando uma mulher transexual, Jenna Talackova, foi eliminada da competição Miss Universo Canadá por ser uma pessoa trans. No RRU do dia 26 de março de 2012, enviado a todos que trabalham com Programas e Comunicações na GLAAD, Aaron McQuade informou que a organização iria contatar os organizadores do Miss Universo para rever esta decisão. Ao contrário de muitas das ações de GLAAD, essa teve uma resolução rápida e positiva, e não exigiu nenhum tipo de estratégia mais pública ou confrontante. Durante aquela semana do final de março, especialmente Rich Ferraro e Allison Palmer (Diretora de Iniciativas Digitais) foram responsáveis por estabelecer contato com organizadores do Miss Universo e solicitar que incluíssem mulheres trans em seus concursos de beleza. No dia 02 de abril, uma semana após o começo das tratativas, a organização do Miss Universo decidiu permitir que Jenna Talackova

competisse no Miss Universo Canadá.⁹⁰ GLAAD decidiu prosseguir dialogando com Donald J. Trump (dono do concurso) e a organização da competição para revisar as normas do Miss Universo e permitir que mulheres trans participem de todos os seus concursos. Assim, no dia 10 de abril, as duas organizações divulgaram que o regulamento do Miss Universo havia sido modificado para incluir mulheres trans.⁹¹

Esta ação da GLAAD, no conjunto de suas atividades no período em que estive lá, foi uma das menos onerosas para a organização em todos os sentidos, ao passo que também foi uma das mais rentáveis. Tal rentabilidade, ressalve-se, não foi diretamente financeira, mas sim de visibilidade e protagonismo. Esses dividendos ficam claros de duas maneiras. Primeiro, analisando-se alguns trechos dos *releases* e textos divulgados pela GLAAD sobre este caso (os grifos são nossos):

GLAAD will continue working with The Miss Universe Organization to review current policies and update for full inclusion of transgender women. (GLAAD RESPONDS..., 2012)

The Massachusetts Transgender Political Coalition's Executive Director Gunner Scott also released a statement about Talackova's inclusion in the pageant today, **attributing the victory to the advocacy work of groups like GLAAD and the MTPC** [...]. (KANE, 2012)

The decision to allow Jenna Talackova to compete was determined following discussions made prior to Gloria Allred's public involvement. [...] After unsuccessful attempts to reach Jenna Talackova personally, the Miss Universe Organization and its owner Donald J. Trump moved forward and announced last week it would allow Jenna to compete. [...] Adds Paula Shugart, president of the Miss Universe Organization: "We want to give credit where credit is due, and **the decision to include transgender women in our beauty competitions is a result of our ongoing discussions with GLAAD and not Jenna's legal representation**, which if anything delayed the process. We have a long history of supporting equality for all women, and this was something we took very seriously." (GLAAD AND MISS UNIVERSE..., 2012)

A relação entre Jenna Talackova e a organização do concurso não parecia muito boa, e sua representante legal, Gloria Allred, havia feito uma coletiva de imprensa com Talackova no dia 03 de abril, um dia após a organização do Miss Universo anunciar que permitiria que ela participasse da competição canadense. A declaração de Talackova e de sua representante legal não foram elogiosas ao concurso, e demandavam por uma modificação nas regras de modo claro para

⁹⁰ Cf. "GLAAD responds to Miss Universe Organization's statement on Jenna Talackova". Disponível em: <<http://www.glaad.org/releases/glaad-responds-miss-universe-organizations-statement-jenna-talackova>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

⁹¹ Cf. "GLAAD and Miss Universe Organization announce inclusion of transgender women in its competitions". Disponível em: <<http://www.glaad.org/releases/glaad-and-miss-universe-organization-announce-inclusion-transgender-women-its-competitions>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

incluir pessoas trans. Já o enquadramento que GLAAD empreendeu, neste caso, foi o de elogiar o primeiro passo feito pelos organizadores do concurso e ressaltar o protagonismo de GLAAD na conquista, alienando, em certa medida, a própria Jenna Talackova. Isso fica particularmente explícito no *release* feito no dia 10 de abril, em que Rich Ferraro destaca que a decisão de permitir a participação de Talackova no Miss Universo Canadá tinha sido fruto da interação entre GLAAD e os organizadores, e não da representante legal da competidora, como se vê na última parte da citação supraindicada; no mesmo sentido, as aspas na fala da presidente da Organização Miss Universo reiteram o protagonismo de GLAAD enquanto criticam a representante legal de Talackova. Os bastidores dessa aparente tensão não foram partilhados dentro da organização nos ambientes a que tinha acesso (a rede interna de comunicação e o escritório de Los Angeles). A decisão sobre o tom adotado nestes comunicados à imprensa foi feita pelo *staff* sênior da organização lidando com o caso (Rich Ferraro, Herndon Graddick e Aaron McQuade) em Nova York.

O segundo dividendo obtido desse caso é consequência do próprio âmago midiático de GLAAD, qual seja: utilizar o caso para pautar pessoas trans na grande mídia dos Estados Unidos. Foi assim com Laverne Cox, atriz, produtora e ativista, que apareceu em reportagem da *Reuters TV*, e com a editora do *People.com* Janet Mock, entrevistada para o programa de notícias de entretenimento da *CNN Showbiz Tonight*. Conforme ocorreu no dividendo anterior, em que GLAAD projetou seu protagonismo na tomada de decisão do Miss Universo, a organização também salientou seu ativismo no treinamento e inserção dessas vozes trans na mídia a partir do caso de Talackova. Citando as aparições de Laverne Cox na imprensa, um texto de Seth Adam, Gerente de Comunicações e Publicações da GLAAD, salienta: “she also spoke to Reuters TV – **along with GLAAD** – about the importance of transgender-inclusion in the media.” No mesmo texto, Adam destaca uma ativista que recebeu *media training*: “People.com editor, transgender advocate, **and GLAAD-trained spokesperson** Janet Mock was interviewed by HLN's *Showbiz Tonight* about what this decision means for transgender equality.” (ADAM, 2012, grifos nossos)

O segundo caso, que também ocorreu em abril, reflete outra estratégia proeminente nas atividades do grupo: a produção de guias e pesquisas que tratam de representação na mídia. GLAAD havia convidado, em 2011, o Centro de

Religiões e Profissões da Universidade do Missouri (em Columbia, estado do Missouri) para investigar as fontes religiosas utilizadas na mídia nacional ao tratar de temas ligados à população LGBT (ou “questões LGBT”). A pesquisa, divulgada pela GLAAD no dia 12 de abril de 2012, analisou 316 matérias, de 1.387 fontes diferentes, colhidas num período de 30 meses, entre janeiro de 2009 e julho de 2011. O que a pesquisa indicou é que havia uma desproporção nas vozes de religiosos contra os direitos da população LGBT nestas coberturas, muitas vezes em proporções maiores do que a representatividade dessas vozes tanto nas suas comunidades quanto no total da população estadunidense que comungaria daquela fé. A presença de cristãos evangélicos, por exemplo, era muito alta, sendo que 76% das opiniões desses entrevistados divulgadas nas matérias eram negativas.⁹²

Esse projeto guarda semelhanças com o CAP, que discuti anteriormente, embora seu impacto na mídia seja bem menor. A expectativa era fomentar um debate entre profissionais da mídia sobre como, no geral, têm sido tais coberturas pouco receptivas a vozes religiosas pró-LGBT, as quais nutririam uma dicotomia clássica entre LGBT *versus* religiões. Seu potencial midiático, ao contrário do CAP, é bem menor, mas cumpre uma função pedagógica (de “educação” da mídia) dentre o universo de estratégias que GLAAD emprega. Esta é, inclusive, uma das premissas que vários entrevistados expuseram a mim no que diz respeito ao trabalho da GLAAD: não só monitorar e cobrar responsabilidades, mas fornecer fontes, materiais e informações que facilitem o trabalho dos profissionais da imprensa e da mídia em geral.

Por fim, um terceiro caso que presenciei teve especial importância na GLAAD e, até o presente, ainda está em curso. Esta ocorrência também tem significação específica porque foi projetada como uma das primeiras e maiores ações do novo presidente da organização, Herndon Graddick. No dia 10 de abril de 2012, Jeniffer Tyrrell, uma mãe lésbica que era líder de uma tropa de crianças dos escoteiros dos Estados Unidos (*Boys Scouts of America – BSA*), foi removida do seu posto por causa de sua orientação sexual. Tyrrell liderava, há mais de um ano, um grupo de meninos de sete a dez anos de idade, incluso seu filho (Tyrrell e sua companheira

⁹² A pesquisa “*Missing Voices: A study of religious voices in mainstream media reports about LGBT equality*” pode ser acessada aqui: <http://www.glaad.org/files/GLAAD_MissingVoices_2012.pdf>. Uma brochura (com duas páginas) também apresenta as principais conclusões, disponível aqui: <http://www.glaad.org/files/GLAAD_MissingVoices_factsheet.pdf>. Acessos em: 20 dez. 2012.

têm quatro filhos). O caso aconteceu numa pequena cidade de Ohio, chamada Bridgeport, mas logo ganhou atenção nacional a partir do trabalho da GLAAD.

Após a expulsão de Tyrrell, membros de sua comunidade organizaram um protesto feito na sede local do BSA em Bridgeport no dia 17 de abril. Neste mesmo dia, o *RRU* informava que GLAAD estava em contato com Tyrrell para projetar o caso nacionalmente: “Justin will be doing a media training with Jennifer Tyrrell, a volunteer with a local Ohio Boy Scout troop who was removed from her post after it was revealed that she is a lesbian.”⁹³

No sábado anterior, 14 de abril, Herndon Graddick havia sido escolhido pelo Conselho de Administração da GLAAD como o novo presidente da organização. Dois dias depois, na segunda-feira, começou o envolvimento da GLAAD com este caso. Após divulgar a petição criada por Jennifer Tyrrell para que o BSA modificasse sua histórica exclusão de jovens gays e/ou pais LGBT de suas atividades, GLAAD decidiu enviar uma “chamada para ação” a toda sua base de membros, solicitando que apoiassem a petição de Tyrrell. Esse alerta⁹⁴ foi enviado como uma carta do novo presidente da organização: “what happened to Jennifer should not happen to any American. As I begin my role as GLAAD's President this week, I am leading our work to share Jennifer's powerful story with millions through the media.” Tal ênfase chegou a um ponto alto quando o *staff* sênior da organização decidiu colocar Jennifer Tyrrell no palco do GMA, que aconteceria em poucos dias, em 21 de abril de 2012.

We were in touch with her just one week ago today [April 23rd], so last Monday... that's when this all began. And she started her *Change.org* petition, and we worked behind the scenes, to kind of get that petition more coverage, more attention, we got her story out there on major news outlets. And then... you know, I just thought... we were listening to her story also, and it was just so powerful, like... we wanna to give her bigger platform, so that people knew about this. And we also thought “*how can we make this campaign continuing and get more attention for this issue?*” And it was like “*oh, let's involve some of the famous faces we have*”. So, backstage we had one of our petitions out there for people actually sign. And a lot of the major celebrities signed because they thought what happened to her was wrong. And we are going to bring her to New York on Wednesday... [Allison Palmer adds: “Tuesday”] oh, Tuesday

⁹³ *Rapid Response Update – 17.4.12*, comunicação interna por e-mail da GLAAD. Justin Ward é Estrategista Sênior do Campo da Mídia.

⁹⁴ O *call for action* enviado em nome do novo presidente, Herndon Graddick, pode ser conferido aqui: <http://action.glaad.org/site/MessageViewer?div_id=6981&em_id=3081.0>. Acesso em: 05 dez. 2012.

evening... and on Wednesday and Thursday we're gonna be doing press with her, so she's gonna be on *CCN* on Wednesday, on *MSNBC* on Thursday... we're gonna fill the open slots. **(Entrevista com Rich Ferraro)**

Essa declaração de Ferraro indica como a organização, num curto espaço de tempo, tomou a decisão de colocar parte de seus recursos e esforços numa ação que tinha potencial para ganhar a mídia (como de fato ganhou), angariar apoios entre personalidades (algumas das que apoiaram Tyrrell, seja no GMA ou posteriormente, foram a atriz Julianne Moore, o cantor Ricky Martin e o ator Benicio Del Toro) e também projetar a atuação de GLAAD. Como o próprio Ferraro disse-me noutro momento da entrevista, a organização queria enfatizar seu trabalho programático, e levar Tyrrell para falar ao vivo no GMA foi uma escolha neste sentido. Quando ele menciona enfatizar o trabalho programático, isso significa, naquele momento vivido pela organização: demonstrar que GLAAD estava de volta, após a crise com Barrios, e, portanto, o investimento em mostrar mais o trabalho e menos a marca era uma estratégia de reposicionamento institucional neste sentido.

A decisão de apoiar esta iniciativa, portanto, teve um duplo propósito a meu ver: primeiro, estabelecer uma presença forte e proativa do novo presidente da GLAAD junto a sua base de membros (e grandes doadores, como já destaquei anteriormente) e na própria blogosfera e mídia gays,⁹⁵ que vinham sendo agudamente críticas com a organização desde a crise com Barrios; e, segundo, para explicitar o trabalho “em campo” da organização e impulsionar novas doações. Como o GMA é o evento que mais traz fundos para GLAAD, foi dado destaque para a ação da organização em relação ao caso de Jeniffer Tyrrell durante a apresentação dela e de sua família no palco do evento, de modo a comunicar à audiência de grandes doadores e corporações que apoiar aquela mãe, trazer a ela e sua família do interior de Ohio para Los Angeles, prepará-la para falar na mídia e levá-la para Nova York tinha um custo financeiro e de recursos humanos que era fundamental apoiar.

Observando-se este caso e o do Miss Universo, percebe-se como GLAAD emprega seus recursos na midiáticação de conflitos também em outros campos que

⁹⁵ Veja-se, por exemplo, este longo texto e entrevista que Karen Ocamb fez com Graddick em julho de 2012 no *Bilerico Project*, apresentando-o como um “sucessor natural de Vito Russo”: “*GLAAD is Back!*” Disponível em: <http://www.bilerico.com/2012/07/glaad_is_back.php>. Acesso em: 05 dez. 2012.

não os de atividades intramídia. Ela não monitora apenas matérias na imprensa e televisão, personagens na cine e teledramaturgia, campanhas publicitárias, tirinhas e charges ou a indústria da música. Conflitos de natureza cultural, como as políticas internas de uma das maiores organizações de jovens do mundo, os escoteiros, ou as regras de um concurso de beleza com projeção mundial, o Miss Universo, são capitaneados pela GLAAD e direcionados para um enquadramento na mídia que força discussões, eventuais mudanças⁹⁶, e potencializa a imagem institucional do grupo dentro do movimento LGBT e da grande mídia. Não por acaso, mesmo sendo uma organização com ativismo focado apenas na mídia (ao contrário de outras mais amplas e maiores como a HRC e NLGTF), GLAAD é uma das organizações LGBT mais conhecidas do país, com maior presença na mídia e com alta capacidade de angariar fundos, notadamente entre os mais ricos e as grandes corporações.

3.2 Visões do campo

Uma das primeiras constatações a que cheguei, com a passagem do tempo em campo, foi que GLAAD está muito próxima do ambiente corporativo de organizações com fins lucrativos, ou seja, empresas. Ainda que com uma discursividade sobre si que é menos agressiva do que a de empresas com metas de lucro bem delineadas, os membros da organização vivenciam uma cultura corporativa. Isso se reflete em mais de um aspecto.

Um deles, que já foi mencionado neste capítulo algumas vezes, alude à crescente presença de indivíduos oriundos do mundo corporativo nas posições de liderança das organizações LGBT. No caso de GLAAD, oriundos de grandes veículos de comunicação. Este aspecto traz para dentro de uma organização sem fins lucrativos uma contribuição de feição gerencial, seja na gestão de recursos humanos ou na de recursos financeiros. Essa contribuição, entretanto, acaba por remodelar a cultura de um grupo ativista. Não há espaço para a presença de indivíduos sem formação profissional sólida ou, em especial, sem experiência e acesso privilegiado às corporações e veículos de imprensa, às grandes emissoras e aos estúdios de Hollywood. Para participar como uma *insider*, como coloca Doyle

⁹⁶ No caso do Miss Universo, ela ocorreu. No caso do *Boy Scouts of America*, há uma proposta a ser votada em 2013 pelo Conselho Nacional de Administração permitindo que grupos locais aceitem jovens bem como líderes (adultos) LGBT.

(2005) em relação à GLAAD, é preciso aceitar “regras de um jogo” que não foram definidas pela organização. Como Doyle (2005, p.viii) aponta nas conclusões de seu estudo sobre GLAAD,

[...] corporate media professionals have come to dominate efforts by the gay and lesbian movement to improve the representation of sexual minorities in mainstream culture. This professionalization has tended to produce normalized representations of gays and lesbians and has fundamentally altered the relationships between the gay and lesbian movement and the media, leading to unprecedented levels of integration.

Para minha investigação, tal “cultura profissional” também foi particularmente interessante quando contrastada com as poucas interações que pude estabelecer fora do escritório. Elas acabaram por serem momentos quase únicos em que pude visualizar dissidências em termos de posicionamentos da organização, e as distâncias que níveis hierárquicos e setores internos guardam em relação a isso. Uma das entrevistas realizadas em Los Angeles não foi gravada a pedido do(a) próprio(a) entrevistado(a). Disse-me que, se fosse gravada, provavelmente as respostas seriam no estilo “sim” e “não”, sem muitos desdobramentos. Este membro era de uma posição inferior na hierarquia da organização, embora seja do *staff*. Outra ocasião instrutiva destas tensões internas, raramente manifestadas no cotidiano do escritório, ocorreu numa interação que tive com um membro de hierarquia intermediária da GLAAD, fora do escritório. Neste dia, houve diversos momentos em que conversamos sobre assuntos variados, de política brasileira a termos ofensivos. O trecho abaixo, do meu diário de campo, registra uma situação em que tal membro da organização manifestou discordância com o desdobramento final de uma ação iniciada pela GLAAD.

Noutro momento, quando falávamos desta questão dos termos serem ofensivos, relatou-me o caso em que Eddie Murphy seria o apresentador do Oscar, e que o diretor do evento, que o havia convidado, teria usado uma palavra ofensiva quando dava uma entrevista após a exibição de um filme dirigido por ele. Algo como “*rehearsal is for faggots*” [“Ensaio é para veados”]. Segundo [nome omitido], GLAAD foi para cima da organização do Oscar por causa desta declaração e o diretor acabou desistindo de produzir o Oscar de 2012. Segundo entendi, Eddie Murphy também acabou desistindo de apresentar o evento sem o produtor que o havia escalado. [nome omitido] pareceu não concordar integralmente com a atitude (ou resultado final) da organização, no sentido de que ela deveria ter contestado o diretor sim, mas não que isso devesse resultar na desistência de Eddie Murphy em apresentar o Oscar. **(Diário de campo de 04 de março de 2012)**

É interessante observar que este desdobramento final não foi uma ação da parte da GLAAD. Quando o diretor Brett Ratner acabou saindo da produção do Oscar em função de pressões diversas, inclusa a da GLAAD, em novembro de 2011, o ator Eddie Murphy comunicou, no dia seguinte à saída de Ratner, que não apresentaria o evento. Como o apresentador é geralmente convidado pelo diretor do evento, a ligação entre os dois é forte, e a saída de Ratner acabou desencadeando a saída de Murphy de modo relativamente previsível. Este membro da GLAAD, entretanto, considerou que tal desdobramento não foi o melhor em função da saída de Murphy da apresentação do show. Aqui as diferenças internas também refletem as posições na organização, uma vez que tal membro com quem conversei não faz parte do processo decisório programático da organização, atuando num departamento ligado à sustentação e operação do grupo.

Afora as poucas situações externas, meu acesso às tensões internas do grupo era praticamente nulo em função do meu enquadramento principal como estagiário, e da dificuldade em acessar instâncias superiores da organização. Doyle já registrara em sua pesquisa uma impressão que levei para o campo antes mesmo de começar a pesquisa: “I spent the first few weeks of part-time fieldwork in New York feeling as though anything of consequence that occurred at GLAAD occurred behind closed doors.” (2005, p.435). Em larga medida, confirmei essa impressão, especialmente ao refletir sobre como fui enquadrado ou localizado nas relações em campo (HAMERSLEY; ATKINSON, 1983; DOYLE, 2005).

Logo no primeiro dia, fui apresentado por Brian Pacheco a diversos membros da organização. Íamos à seção de cada um, Pacheco apresentava-me brevemente, e eu explicava, quando havia maior abertura por parte do membro, as razões da minha presença na GLAAD. O modo como Pacheco apresentava-me dava a entender aos integrantes da organização que eu estava lá “estudando a GLAAD”. Como vim a constatar ao longo daquele período de dois meses, as discussões sobre tomadas de decisões ocorriam em momentos e locais fora de meu alcance imediato. E isso se deve, a meu ver, ao enquadramento feito da minha presença na organização. Não sei precisar em que medida isso pode ser fruto de uma refração da organização em ter todas as suas rotinas observadas por um agente externo, mas Doyle (2005) aponta neste sentido ao tratar da ausência de pesquisas sobre as grandes organizações LGBT dos EUA, indicando que elas teriam como estratégia limitar acessos que possam ameaçar a estabilidade de suas posições públicas como

sendo consensuais. Num sentido similar, embora não necessariamente para proteger a estabilidade das organizações, Facchini (2005) também registra a necessidade dos pesquisadores serem vistos como “aliados” ou “de dentro” para pesquisar os grupos do movimento LGBT brasileiro. Quando mencionei, por exemplo, que só havia um trabalho sobre GLAAD, feito no começo dos anos 2000, a maioria do *staff* desconhecia a existência da pesquisa de Vincent Doyle, com exceção de Nick Adams. Isso se explicaria pelo fato do grupo de hoje ser muito diferente daquele de doze anos atrás, com exceção do próprio Adams. Mas inclusive ele, que se recordou da realização da pesquisa, não a tinha lido e pediu-me para enviá-la. Ainda nesta seara, há o fato de que Doyle beneficiou-se de um contato próximo com um membro sênior dentro da organização. Já minha entrada foi como estagiário e numa divisão de menor centralidade no grupo.

Este “papel” que desempenhei como estagiário, ao passo que me permitiu vivenciar (uma dimensão efetivamente participante da observação participante) um pouco da rotina programática da organização, criou-me dificuldades para acessar membros de maior nível hierárquico com maior constância. Entretanto, entendo que minha chegada à organização naquele período também contribuiu para esta dificuldade, uma vez que GLAAD estava numa crise financeira e de liderança sem precedentes. A crise nos anos 2000, em torno do caso “Dr.^a Laura”, foi na relação da organização com sua base (*constituency*), o que ameaçou a posição institucional da GLAAD no movimento LGBT naquele instante. Já a crise em 2011 acumulou fatores como a recessão econômica e a ausência de liderança, além do fator institucional. Ainda que GLAAD tenha um fundo reserva oriundo de uma grande doação (\$7.9 milhões) feita em 2008, como parte da herança de um ex-funcionário da Microsoft a ser acessada gradualmente em cinco anos, sua arrecadação caiu muito entre 2010 e 2011, como já mencionado.

Outro aspecto desse ambiente altamente profissionalizado, e que serve como um contraste interessante entre a cultura corporativa daqueles ativistas e a cultura mais *explicitamente* política dos entrevistados no Brasil, diz respeito às entrevistas em si. Como GLAAD lida direta e essencialmente com a mídia, boa parte de seus membros tem preparo para lidar com entrevistas em geral. Perguntas em setores sensíveis como, por exemplo, as situações em que corporações da mídia, objeto de monitoramento e incidência dos programas da GLAAD, são também doadoras da

organização ilustram isso. Uma “declaração de transparência” foi publicada pela organização em setembro de 2011 tratando do tema:

One obvious area that periodically raises questions among constituents deals with GLAAD's policy of accepting financial support from some of the media entities that we watchdog. [...] Since the spring of 2010, GLAAD had instituted an internal process that functions as a “firewall” to protect the integrity of our programmatic work by definitively separating it from our development efforts. (TRANSPARENCY IN GLAAD..., 2011)

Embora não tenha presenciado tensões específicas sobre esta questão no meu curto período de pesquisa no grupo, GLAAD (a bem da verdade, não só ela, mas praticamente todas as organizações que hegemonizam os recursos e a influência política e midiática do movimento LGBT dos EUA) tem em sua história alguns casos de doações controversas e contestadas publicamente por outros ativistas e jornalistas. Nesta lista está uma doação feita em 1997 pela *Coors Brewing Company*, uma das maiores cervejarias dos Estados Unidos, no valor de \$110.000 (DOYLE, 2005; CHASIN, 2000). *Coors* tem um histórico antigay publicamente reconhecido, além de escoar muito dinheiro, por meio de uma fundação, para grupos de direita que se opõem aos direitos da população LGBT. A própria publicação de uma “declaração de transparência”, em 2011, no período em que GLAAD estava sem presidente efetivo, é indicador claro da sensibilidade destas relações.

Vicki Eaklor (2008), em *Queer America: A LGBT History of the 20th Century*, trata de tais tensões presentes no período de reestruturação do movimento após uma onda de recuo conservador nos anos 1980, e afirma:

The quest for greater visibility went hand-in-hand with ongoing divisions among activists over the best strategies and the ultimate goals of their activities. [...] To many, the rights of nonstraight people were becoming **increasingly commercialized and more easily co-opted by those whose goals were more moderate than radical**. Such arguments intensified as the possibilities for visibility expanded and as some within the movements **pushed for a sharper focus on their economics, professionalism, and relation to the media**. (EAKLOR, 2008, p.220, grifos nossos)

Preocupações desta ordem também estiveram presentes na própria história da GLAAD, e exemplo disso é o GMA. Doyle (2005, p.120) registrou as preocupações de ativistas da então divisão de Los Angeles do grupo (GLAAD/LA) com o caráter elitista do evento: “some activists in GLAAD/LA had been concerned that the Media Awards would come off as elitist and, because of the event's high ticket prices, beyond the financial reach of many in the gay and lesbian community.” Na 23ª edição do GMA, em 2012, o ingresso para o evento em Los Angeles custava

125 dólares. O que verifiquei em campo é que não há preocupações desta ordem mais, como as que alguns dos primeiros ativistas da GLAAD/LA tinham. É um evento que se consolidou como espaço para arrecadação de fundos (na casa dos milhões entre as três edições: NY, LA e São Francisco) em que circulam grandes doadores, empresários, fundações e corporações da mídia.

Nestas breves visões do campo, procurei ressaltar a cultura profissional e corporativa constituinte das atividades de GLAAD, bem como implicações de ordem econômica e ética das relações com corporações, mormente as do próprio setor que a organização deve monitorar e demandar por responsabilidade. Também salientei as dificuldades de acesso neste trabalho de campo em função do enquadramento interno da minha presença naquele ambiente. Entendo, neste mesmo sentido, que uma pesquisa de apenas dois meses não é suficiente para estabelecer o grau de acesso necessário a outras instâncias da organização com mais filtros de acesso a agentes externos. Mais tempo de pesquisa, a possibilidade de dedicar tempo integral a ela, a realização de trabalho de campo nos dois escritórios da organização, mais entrevistas e em períodos distintos, além de acompanhamento de reuniões do Conselho de Administração e do Comitê Executivo (composto pelo *staff* sênior) parecem-me uma constituição adequada para uma pesquisa específica sobre a organização.

4 OS ANOS 2000: O MOVIMENTO LGBT, A TELENVELA E A IMPRENSA NO BRASIL

Este primeiro capítulo sobre o trabalho de campo no Brasil apresenta duas seções distintas: na primeira, *Movimento LGBT nos anos 2000*, apresento um pouco do cenário do movimento neste século XXI como pano de fundo para a compreensão da investigação feita sobre a relação entre o movimento LGBT e a mídia; na segunda e última, *Mídia e Movimento LGBT no Brasil*, analiso as entrevistas realizadas com meus interlocutores em diálogo com demais dados coletados ao longo deste ano, destacando as avaliações sobre conteúdo da mídia, em específico sobre a telenovela e a imprensa jornalística.

Estabelecer uma resposta relativamente estável sobre a relação entre o movimento LGBT e a mídia no Brasil não é uma tarefa simples diante dos dados de que disponho. E não por limitação destes, mas pela complexidade do objeto. Entendo firmemente que se dispusesse de mais dados e entrevistas, mais intrincada ficaria tal resposta – eventualmente mais precisa em muitos aspectos, mas ainda assim complexa. Uma resposta relativamente estável, isto é, uma formulação mais ou menos conclusiva que tanto se anseia numa pesquisa, pôde ser obtida a partir da recorrência de diversas questões nas minhas entrevistas. Tais temas, que deram origem às abordagens específicas que discuto neste capítulo, foram recorrentes no modo como as visões de meus entrevistados concorreram em direção a eles, mas não na própria proposição original dos temas. Aqui um dilema insolúvel neste tipo de trabalho de campo impõe-se: minhas perguntas direcionaram consideravelmente temas e enfoques acerca dos quais trataram os participantes da pesquisa; eventualmente, eles surgiram pela boca dos próprios entrevistados, especialmente em temas inevitáveis como “imprensa” e “telenovela”. Ainda assim, é salutar observar, então, que esses grandes temas são fruto, em essência, da minha compreensão sobre o que tratar em relação a este objeto junto aos entrevistados. Como era de se esperar, felizmente, alguns transbordos ocorreram e novas questões surgiram no decorrer dos diálogos. Posto isso, a análise aqui proposta demonstra tal relativa estabilidade, uma vez que não encontrei consenso absoluto sobre nenhum assunto, seja no diagnóstico das representações LGBT na mídia ou

em estratégias para atuação do movimento LGBT em relação a ela. O esforço aqui, portanto, é o de colocar em conjunto as formulações e visões de meus entrevistados com os materiais de que disponho (relatórios, ofícios, reportagens) e a literatura sobre movimento LGBT no Brasil. É desse empreendimento que nasce uma leitura possível – a mais honesta e fidedigna que pude produzir com esta conformação material – sobre meu objeto de investigação.

As nove entrevistas com indivíduos no Brasil foram realizadas entre junho e agosto de 2012 – com exceção de uma, realizada por telefone em janeiro de 2013, sendo as demais gravadas e presencialmente. No quadro abaixo, encontram-se os dados principais dos entrevistados, por ordem cronológica (mais detalhes, conferir o apêndice A):

Quadro 2 – Entrevistados no Brasil

Nome	Referência⁹⁷	Data	Local
André Fischer	Empresário	11 de junho	São Paulo (SP)
Julian Rodrigues	Ativista	12 de junho	São Paulo (SP)
Vitor Angelo	Jornalista	12 de junho	São Paulo (SP)
Danilo Motta	Jornalista	26 de julho	Rio de Janeiro (RJ)
Yone Lindgren	Ativista	26 de julho	Rio de Janeiro (RJ)
Leandro Colling	Pesquisador	1º de agosto	Salvador (BA)
Luiz Mott	Ativista	03 de agosto	Salvador (BA)
Eduardo Peret	Ativista	29 de agosto	Rio de Janeiro (RJ)
Toni Reis	Ativista	23 de janeiro	Por telefone

As entrevistas foram conduzidas em contextos bastante distintos, e nem sempre aqueles que eu planejava como mais “adequados”. A média de tempo das entrevistas foi de uma hora e quatorze minutos, sendo a mais curta com duração de

⁹⁷ Estas referências são, em última instância, arbitrárias. Provavelmente os entrevistados não compartilhem inteiramente da que designei para cada um. Destaque-se, por exemplo, que os que são pesquisadores também são ativistas; e os que são jornalistas também são ativistas. Minha escolha por um ou outro referente deve-se àquilo que entendo ser a ocupação e trajetória mais notórias de cada um deles no momento atual – assim, Luiz Mott é ativista histórico do movimento, embora seja pesquisador reconhecido na área da Antropologia; o mesmo ocorre com alguns ativistas que têm ou tiveram outras ocupações e atuações na universidade (como Eduardo Peret) ou em partidos políticos (como Julian Rodrigues). No limite, tais referências são apenas para uma caracterização mínima dos indivíduos com os quais conversei.

21 minutos e a mais longa de duas horas e sete minutos. Em várias delas, como na mais curta, houve longo período de conversa anterior em ambiente e momento distintos daquele que foi designado para a entrevista em si. A maioria delas foi realizada em ambientes barulhentos, embora isso não tenha comprometido a qualidade da gravação e a análise integral dos áudios. Uma diferença substancial em relação às entrevistas realizadas nos Estados Unidos é que, enquanto lá todas ocorreram dentro de um escritório, numa sala específica, aqui os ambientes foram os mais diversos, desde cafés (2), auditórios (1), escadaria de Igreja (1), restaurante (1), residência do entrevistado (1), escritórios (2) e por telefone (1). Em algumas ocorriam interrupções decorrentes das atividades a que os entrevistados estavam atrelados naquele preciso momento, como telefonemas e instruções a outras pessoas, ou mesmo em virtude da chuva – além de sons ambientes como uma máquina de moer café extremamente ruidosa. Embora tenha pensado em ambientes que considerava mais “adequados” – silenciosos e com atenção exclusiva dos entrevistados –, entendo que nesses locais as entrevistas desenrolaram-se de modo muito proveitoso e informal, como era de meu desejo para acessar as questões da pesquisa. É possível contrastar este ponto com as entrevistas realizadas nos Estados Unidos, que ocorreram num ambiente excessivamente controlado e pouco propício à interação mais informal, como já aponte.

De maneira geral, entendo que os entrevistados dialogaram de maneira muito sincera com meus questionamentos. Em inúmeras vezes, questões pessoais e passionais foram colocadas no diálogo, seja sobre divergências com outros ativistas ou observações autobiográficas. Um exemplo disso poderia ser constatado se colocasse lado a lado menções críticas explícitas feitas por um entrevistado em relação a outro, seja sobre suas ações dentro do movimento, seja por suas filiações pessoais a teorias acadêmicas, partidos políticos ou correntes ideológicas. Ter que mediar tais colocações, enquanto pesquisador, foi relativamente delicado porque, por um lado, tais divergências (em quaisquer âmbitos) são cruciais para a compreensão densa e não maniqueísta das relações neste campo, mas, por outro, colocaram-me diante da necessidade de reagir positiva ou negativamente a tais formulações (morais frequentemente). Na maior parte das vezes, minha atitude era de neutralidade externa em relação a essas colocações sobre outros indivíduos, enquanto inúmeros momentos de concordância (verbal e facial) surgiram quando

tratávamos de questões mais analíticas como a situação financeira das organizações LGBT ou sobre a formação política dos ativistas brasileiros.

4.1 Movimento LGBT nos anos 2000

O movimento LGBT brasileiro completou 34 anos de existência em 2012, tendo como marco reconhecido na literatura a fundação do grupo *Somos*, em São Paulo, em 1978. Tenho adotado como referência nesta pesquisa a periodização de Facchini (2005) acerca do movimento LGBT brasileiro, em três ondas. Entretanto, entendo que, enquanto periodizações desta ordem cumprem um papel analítico essencial, não se deve sobrepô-las à história de modo estanque. Assim como não há “um movimento LGBT”, não há linhas demarcatórias entre fases de um movimento. A confluência de vários fatores e acontecimentos, contudo, permite traçar divisões mais ou menos estáveis com poder de apreensão histórica deste movimento nas últimas três décadas. De mesmo modo que um grande esforço intelectual foi feito nos Estados Unidos para contar/fazer a história pré-Stonewall, parece-me claro o reconhecimento de que havia uma efervescência de reuniões caseiras, pequenos grupos e publicações artesanais no Brasil anteriores a 1978, embora as investigações sobre iniciativas embrionárias neste período sejam poucas por aqui, com destaque à reconhecida pesquisa de Green (2000b) sobre a homossexualidade no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo na verdade) ao longo do século XX e ao trabalho de Trevisan (2000) sobre a homossexualidade no Brasil desde o período colonial.

Ainda que minha investigação não se centre no desenvolvimento do movimento LGBT em si, os materiais que analiso nesta pesquisa, bem como as falas de meus interlocutores, apontam para algumas especificidades do movimento hodierno que não se apresentavam anteriormente. Seria temerário relacioná-las diretamente a meu objeto de investigação, mas a intensificação de relações do movimento LGBT com a mídia é um característica que aparece com destaque nesta década, em especial na organização⁹⁸ mais proeminente do movimento, a

⁹⁸ Utilizo organização como referente êmico, sem quaisquer implicações teóricas ou analíticas sobre as autoidentificações dos grupos que se entendem como parte do movimento LGBT. Esta não é uma discussão que desenvolvo aqui, especialmente porque meu trabalho de campo e meu objeto não sustentam tal debate, mas considero oportuno indicar que esse é um aspecto relevante, para alguns central, na constituição do movimento LGBT no país. Facchini (2005, p.47-86) trata detidamente das

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Outras características, já discutidas em trabalhos como os de Facchini (2005, 2009), Facchini e França (2009), Simões e Facchini (2009) e Mello, Brito e Maroja (2012) sobre a relação com o Estado, o mercado segmentado e as políticas públicas também estão presentes na configuração do movimento hoje, embora com mudanças, especialmente na relação com o Estado e na consolidação formal de políticas públicas para LGBT.

Essas três fases do movimento podem ser sumarizadas na fundação do grupo *Somos* em São Paulo, numa primeira onda que vai de 1978 ao começo dos anos 1980⁹⁹, numa segunda que compreende a década de 1980, com declínio no número de organizações e profundas transformações nas suas estruturas e arranjos institucionais, bem como nas relações com atores como o Estado, o mercado, a academia e outros movimentos sociais, e uma terceira fase de reflorescimento nos anos 1990. Tal reflorescimento deve-se ao surgimento de uma quantidade expressiva de novos grupos (que, em geral, continuam até hoje no movimento), às novas relações com o Estado, especialmente em virtude das políticas de enfrentamento ao vírus HIV/Aids, à assimilação quase generalizada do modelo institucional de Organização Não Governamental (ONG) no funcionamento das organizações e a uma maior visibilidade em parte pela grande mídia e noutra pelo florescimento de um mercado gay segmentado (inclusa a internet, a partir de 1994), notadamente nas grandes capitais do país.

Enquanto em 1992, o número de grupos participantes do VI Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) era de 11, no ano seguinte ele dobrou. E dois anos depois, na VIII edição (1995), já eram 84 grupos. Hoje a quantidade exata de organizações existentes no movimento é difícil de precisar, mas alguns números que revelam a proliferação de grupos pelo país (interiorização) dimensionam o que vem

classificações e da incorporação do modelo de ONG dentro do movimento brasileiro, e de como o surgimento de entidades como a ABGLT não foi consensual. É importante destacar que a ABGLT não é um grupo LGBT em si, mas uma associação que reúne organizações LGBT, portanto seus representados não são pessoas físicas diretamente. Tendo clara esta distinção, refiro-me a ela como organização aqui, assim como aos demais grupos, sejam eles ONGs ou não, institutos, Oscip ou grupos comunitários.

⁹⁹ Não me parece possível indicar um ano exato porque o começo da década de 1980 é conturbado dentro do movimento, com surgimento de alguns grupos com caráter diferente daqueles dos anos anteriores, descontinuidade do jornal *Lampião da Esquina*, surgimento do vírus HIV/Aids no país, reabertura política, entre outros fatores. Esta década como um todo é entendida como período de transição, com avaliações mais ou menos positivas sobre a transição como declínio ou como transformação.

ocorrendo desde meados dos anos 1990: atualmente existem dez redes nacionais que congregam organizações e/ou pessoas físicas em torno de um segmento específico do movimento. Um dado temporal relevante é que nove dessas redes foram criadas nesta última década de acordo Facchini e França (2009, p.56, nota 2): a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em 2000; o E-Jovem, inicialmente como site e grupo virtual para reunir jovens LGBT, desde 2001; a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) em 2003; a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) em 2004; o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) em 2005; a Rede Afro-LGBT em 2005; a Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY) em 2005; o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (Candace) em 2007; e a Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY) em 2010.¹⁰⁰ A única rede a surgir ainda na década de 1990 é a ABGLT, hoje a organização com maior visibilidade dentro do movimento. Se a fundação da associação, em 1995, foi feita por 31 grupos sócio-fundadores, hoje a ABGLT já congrega 237 organizações afiliadas pelo país¹⁰¹, além de organizações parceiras, e é a maior rede LGBT da América Latina. Ainda que a existência da ABGLT e seu formato institucional não sejam consensuais dentro do movimento (as divergências vêm desde a fundação e permanecem até hoje, muitas delas registradas nas quatorze atas a que tive acesso), a organização hoje hegemoniza a expressão do movimento em diversos âmbitos, em especial na relação com a esfera federal do Estado e com a mídia.

É mister destacar que as considerações que faço nesta seção sobre o cenário do movimento LGBT neste século XXI são, em alguma medida, especulativas na suas possibilidades de apreensão da dinamicidade das organizações e suas ações. Como observo no fecho da pesquisa, um estudo detido sobre a conformação do movimento nos anos 2000 parece-me necessário, também para entender a hegemonia da ABGLT no cenário nacional. Se a década de 1990 registra o florescimento do movimento e suas novas configurações institucionais em função de novas relações estabelecidas com o Estado, o mercado e a epidemia de HIV/Aids, os anos 2000 registram, a meu ver, um nível de integração com o Estado nunca experimentado antes – esta é também uma compreensão manifestada por vários dos entrevistados.

¹⁰⁰ ARTGAY não aparece no texto de Facchini e França uma vez que ele é anterior à fundação da associação. O registro está feito no texto de Mello, Brito e Maroja (2012).

¹⁰¹ Cf.: Ata da 15ª Assembleia Geral Ordinária da ABGLT, de 26 de janeiro de 2010. Recebida por e-mail.

Já as relações com o mercado segmentado não parecem produzir grandes avanços, e em casos específicos há deterioração da relação, como tem sido o caso de boa parte do empresariado gay paulista com a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT) nos anos mais recentes. Uma compreensão mais adequada destas relações, entretanto, precisa ser feita levando em conta os contextos regionais. Já no que diz respeito à mídia, há mudanças expressivas no relacionamento de parte do movimento com os grandes veículos e meios de comunicação, notadamente da ABGLT e, em especial, de seu presidente até janeiro de 2013, Toni Reis.

Entendo, assim, que uma das mudanças centrais no seio do movimento esteja na proeminência da ABGLT em âmbito nacional, o que vai produzir desdobramentos na relação com os partidos políticos, sempre problemática e problematizada desde as origens embrionárias do *Somos*; com as três esferas do Poder Executivo, em especial com o Governo Federal e os governos de alguns Estados; com o Poder Judiciário; com a imprensa; e com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Concordando com a observação de Facchini (2005, p.25) sobre a resistência do movimento num período especialmente complicado como foi a década de 1980, a descrição da autora sobre a configuração do movimento em finais dos anos 1990 hoje já não reflete inteiramente o quadro em âmbito nacional:

Utilizo a ideia de rede de relações porque não há uma organização formal que reúna e oriente a atuação de todos os grupos, ONGs, associações e ativistas independentes que se reconhecem ou são reconhecidos como parte do MHB e porque, apesar da instabilidade dos grupos e da saída ou morte de vários militantes, esse movimento se manteve e atravessou a marca de vinte anos de existência.

Embora as redes de relações sejam uma realidade palpável, com maiores e menores graus de envolvimento institucional, a formação de redes nacionais internas ao movimento e o fortalecimento da ABGLT nos anos 2000 passam a produzir uma reunião e orientação relativamente hegemônica no que diz respeito às ações do movimento na esfera nacional. Recordo, novamente, que apenas pesquisas específicas e com trabalhos de campo que deem conta de realidades locais, seria possível compreender outras dinâmicas como regiões e estados em que os grupos locais atuam de forma menos consoante à ABGLT.¹⁰² Por isso tenho referido

¹⁰² Um trabalho significativo a este respeito de não alinhamento com a ABGLT trata do grupo *Nuances*, de Porto Alegre, feito por BARROSO (2007), ainda que a atenção do pesquisador estivesse voltada à publicação feita por aquela organização, o *Jornal do Nuances*.

especificamente ao âmbito nacional, principalmente porque a complexidade de abordagens específicas sobre a relação com o mercado, com os partidos políticos, com outros movimentos sociais, etc. exige investigações muito mais laboriosas e focadas em contextos regionais. No caso específico da relação com a mídia, parece-me mais clara a predominância da figura de Toni Reis, no período da pesquisa, nos veículos de abrangência nacional, quase sempre reverberada para os veículos menores nos estados e municípios – ainda que, a exemplo das relações com outros setores mencionados acima, seja necessário investigar realidades locais para apreender relações entre ativistas e veículos locais. Um exemplo disso, eminentemente perceptivo de minha parte, é a relação intensa que o grupo *Matizes*, de Teresina, no Piauí, estabelece com a mídia local e regional, especialmente por meio da liderança da ativista Marinalva Santana.

No limite, minha compreensão das dinâmicas internas do movimento é bastante limitada porque meu acesso a ele foi sempre intermediado pelos discursos de meus entrevistados e, em outros momentos, por minha análise de documentos e discussões em fóruns do movimento em âmbito nacional. Ainda a esse respeito, minha investigação não toma tais dinâmicas internas como objeto, embora elas apareçam (e se façam necessárias) nas entrevistas. Uma investigação adequada sobre isso dependeria de observação participante no interior destes grupos, como nos trabalhos sobre o movimento LGBT que apresentei no primeiro capítulo desta dissertação. Estas questões também já foram discutidas mais detidamente na seção 1.4 do capítulo um.

Desde os primeiros encontros das organizações do movimento LGBT no anos 1980, surgem preocupações específicas direcionadas à mídia. No II Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), ocorrido em 1984 em Salvador, os cinco grupos presentes aprovaram uma deliberação em relação à mídia. Embora vaga, ela é um indicador do quanto preocupações com a representação de homossexuais na mídia é antiga no movimento:

As deliberações traziam novas questões ao cenário: além das lutas pela “despatologização” e por legislação antidiscriminatória, já aprovadas em outros encontros, esse encontro aprovou que se lutasse pela legalização do “casamento gay”, **por um tratamento positivo da homossexualidade na mídia** e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares. (FACCHINI, 2005, p.120, grifo nosso)

Registro de atividade afim também aparece no trabalho de Michele Conde (2004) sobre o movimento LGBT brasileiro. Aqui há uma ação direta em relação ao campo da mídia que conduziu a uma vitória das organizações LGBT.

[...] antes mesmo da fundação do grupo *Triângulo Rosa*, o *GGB*, o *Lambda-SP*, e João Antônio Mascarenhas, buscaram a adesão de participantes do *III Congresso dos Jornalistas Profissionais de São Paulo*, para que houvesse alteração no Código de Ética dos Jornalistas, de modo a coibir a discriminação por orientação sexual. Com o mesmo objetivo, participaram também do *XV Conferência Nacional dos Jornalistas*, em 1985, e do *Encontro Estadual dos Jornalistas do Rio de Janeiro*, em 1986. Câmara (2002) relata que, no entanto, somente no final desse mesmo ano, o movimento homossexual, sob a liderança dos grupos *GGB*, *Lamba-SP* e do recém-fundado *Triângulo Rosa*, articulado com sindicatos estaduais de jornalistas, conseguiu que o *XXI Congresso Nacional dos Jornalistas* aprovasse alteração no Código de Ética do Jornalista incluindo no seu artigo 10, alínea d, a proibição a jornalistas de aceitação da “prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de *orientação sexual*” (grifou-se). (CONDE, 2004, p.111, grifos da autora)

Como alguns trabalhos da literatura sobre as organizações LGBT destacam, certos grupos, como o GAI do Rio de Janeiro, vão dedicar atenção maior ao tema da visibilidade na mídia. Esses grupos, a maioria surgidos nos anos 1990, também aparecem mencionados nas falas de alguns dos entrevistados, como se verá adiante. Entretanto, ancorando-me também na pesquisa de Leal e Carvalho (2012), e no posicionamento da ABGLT como organização hegemônica do movimento LGBT brasileiro nesta última década, a interação com a mídia, com feições um pouco mais institucionais, é mais recorrente nos anos 2000, sobretudo na metade final, e na figura de Toni Reis, que presidiu a ABGLT por seis anos.

4.2 O movimento LGBT e a mídia no Brasil

Ao propor a investigação da relação do movimento LGBT com a mídia, comecei por presumi-la tensionada. Esta premissa de ordem pré-investigativa ancorava-se na concepção de que os interesses de ativistas e profissionais da mídia, bem como os ambientes em que circulam, são distintos e, não raro, conflitantes. Essa presunção confirmou-se em larga medida nas entrevistas com os partícipes brasileiros da pesquisa. Entretanto, diferenças na extensão, intensidade e especificidade destas tensões são significativas nas visões dos entrevistados, e por isso constituem-se em material rico para compreender avaliações díspares.

A tensão presumida avaliza-se também em algumas pesquisas sobre os movimentos sociais e a mídia. Aqui recorro a três bastante específicas: uma conduzida pelo Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social¹⁰³ sobre a cobertura da imprensa em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no primeiro semestre de 2010; à outra realizada por mim em relação à representação da homossexualidade na revista *Veja* no ano de 2010; e ao trabalho de Leal e Carvalho (2012) sobre homofobia e jornalismo pesquisando diversos veículos nacionais durante três anos, entre 2008 e 2010. Esses três trabalhos, muito longe de refletirem todas as pesquisas sobre movimentos sociais na mídia – um bastante significativo e pioneiro é o de Christa Berger (1998) sobre o MST no jornal gaúcho *Zero Hora* –, são aqui utilizados para reiterar a tensão da relação entre o movimento LGBT com a mídia. Tal tensão não é, evidentemente, simétrica em todas suas ocorrências, e apresenta-se em maior ou menor grau dependendo do veículo, de seu posicionamento político-ideológico, das relações de jornalistas (específicos) com ativistas (específicos), de contextos regionais, da repercussão que certos casos adquirem e da confluência destes fatores na produção de ações mais amplas por parte de outros atores políticos que extrapolam os limites do movimento LGBT. Aqui a tensão é dada, portanto, em termos de uma componente intrínseca dessas relações, e variável em virtude de inúmeros fatores como os indicados acima.

Tanto a pesquisa do Intervozes (2011) quanto a realizada por Leal e Carvalho (2012) e a que foi feita por mim, em Coletto (2010), demonstram que a percepção, corrente entre ativistas dos mais variados movimentos sociais, de que os grandes veículos de comunicação do país retratam de modo pejorativo os movimentos e ativistas, além de sub-representá-los, tem fundamentação. No caso do MST, a pesquisa do *Intervozes* analisou 301 matérias da imprensa, no período entre fevereiro e julho de 2010, por ocasião de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que teve o MST como objeto de investigação. Dois trechos da conclusão da pesquisa do Intervozes delineiam o tratamento dispensado ao MST:

Em primeiro lugar, chama a atenção a grande quantidade de inserções, o que significa que não se pode afirmar que existe uma invisibilidade do MST para a grande imprensa. Por outro lado, **essa quantidade não necessariamente significa que as causas e bandeiras do Movimento tenham visibilidade**. Em muitos casos, o MST é citado como referência para baderna, violência ou relações de prevaricação com o poder público.

¹⁰³ O Intervozes é uma organização sem fins lucrativos criada em 2002 e cujo objetivo é efetivar o direito à comunicação no Brasil.

Quanto à sensação de que o MST é criminalizado pela mídia, **os números comprovam que o Movimento é mostrado de maneira negativa**. Mesmo que nem sempre se refira a crimes de forma direta, a maioria das matérias utiliza termos pejorativos ou cita atos considerados violentos cometidos por integrantes do MST. **As bandeiras de luta do MST, em geral, não são mencionadas**; quando isso acontece, normalmente são menosprezadas, em afirmações de que a Reforma Agrária já teria sido feita e que o MST não teria mais o que reivindicar. Tacham ainda o Movimento de ter se “afastado do seu objetivo original”, a distribuição de terras, e ter se transformado num movimento “político”, como se tratassem de conceitos contraditórios. (INTERVOZES, 2011, p.57 grifos nossos)

No caso da pesquisa feita por mim em 2010, em que analiso como a homossexualidade e os homossexuais foram representados no discurso da revista *Veja* ao longo daquele ano, a presença de ativistas e do movimento LGBT é praticamente nula no período, ainda que uma das edições da revista tenha dedicado sua capa aos jovens gays – e isso só ocorreu quatro vezes na história da publicação. Como observei nas considerações finais daquela pesquisa (COLETTI, 2010, p.84): “por procedimentos vários, os sentidos vão desembocar numa condenação à organização coletiva em movimentos sociais cuja atuação seja política, ou seja, o movimento LGBT é significado como algo do passado [...]”. Noutra passagem (p.60), analisando trechos específicos das reportagens coletadas na pesquisa, indico como

A omissão deliberada dos atores políticos que, historicamente, vinculam-se às pautas do movimento LGBT desnuda a inclinação ideológica da revista em desconsiderar a importância (e a presença) do campo político/movimento LGBT.

Uma discussão que articula mais profundamente esta pesquisa do *Intervozes* com a minha pode ser vista em Coletto (2012b). Já a pesquisa de Leal e Carvalho (2012), além de apontar neste mesmo sentido em vários momentos, tem uma centralidade maior para a discussão que faço na subseção 4.2.2 deste capítulo.

Como apresentei no primeiro capítulo desta dissertação, as interações de ativistas e organizações LGBT com profissionais da mídia têm uma história marcada por tensões, desde protestos pelo retrato da Aids como “peste gay” nos anos 1980 até a persistente utilização do artigo masculino para se referir a travestis ainda hoje. Longe de ser uma constatação de anomalia, a tensão é parte constituinte das relações que se estabelecem entre atores políticos tão distintos – ativistas, cientistas, parlamentares, jornalistas, produtores e executivos da mídia, por exemplo – em prol de uma representação, que será atravessada e mediada por interesses

diversos, políticos e econômicos em especial. Os modos como essa tensão é significada e traduzida ou não em diagnósticos e estratégias em relação à mídia, por parte dos ativistas, variam em muitos momentos, como veremos a seguir.

As duas subseções a seguir tratam de temas específicos da relação entre movimento LGBT e mídia identificadas por mim nas entrevistas com os partícipes da pesquisa no Brasil. Ganham relevo, assim, a telenovela (subseção 4.2.1) e a cobertura da imprensa sobre crimes, paradas do orgulho LGBT e o movimento social em si (4.2.2). Outros elementos como a publicidade e o humor também apareceram isoladamente nas entrevistas, mas optei por não abordá-los diretamente. O que se pode sumarizar, entretanto, é bastante preciso: a publicidade é vista como um dos campos mais homofóbicos e machistas por parte de alguns entrevistados, enquanto os programas de humor recebem reprovação quase irrestrita, salvo exceções como os programas produzidos pela emissora MTV, por meio de um grupo pequeno de humoristas que realizam diversos programas.

4.2.1 A telenovela

A centralidade da telenovela na cultura brasileira também se reflete no movimento LGBT. Além da representação de indivíduos LGBT (ou não heterossexuais) na teledramaturgia ser um dos temas mais estudados no que diz respeito às representações de LGBT na mídia e na imprensa – como nos trabalhos de La Pastina (2002), Peret (2005), Colling (2007, 2010), Pirajá (2011) e outros –, as personagens LGBT nos folhetins estão também nas discussões das e dos ativistas. No tocante a este tema em específico, a profusão de avaliações é, talvez, a mais ampla dentre as questões que propus a meus entrevistados. Não há posições consensuais sobre a qualidade destas representações, ainda que seja inegável o aumento delas, como os pesquisadores do campo já verificaram, especialmente nesta última década. Os partícipes da pesquisa formulam suas avaliações sobre as representações na telenovela de modos bastante diversos, ancorando-se, para mencionar alguns exemplos, em críticas aos estereótipos de homossexuais afeminados, na percepção de um aumento na diversidade (“tipos”) de personagens que refletem indivíduos LGBT, na positividade de representações não heteronormativas, na compreensão dos pesos que o mercado (anunciante), a população (audiência) e os interesses da emissora têm nos conflitos em torno destas

personagens LGBT e na inscrição desta temática em perspectivas mais amplas como a própria representação da população brasileira na telenovela. É relevante destacar a centralidade das produções da Rede Globo neste caso. Embora, eventualmente, haja remissões a telenovelas de outras emissoras, como a Record e o SBT, é de amplo reconhecimento que são as telenovelas da Rede Globo que ocupam o centro das discussões tanto na academia quanto fora dela, quando grandes enredos e seus desenlaces tomam conta das discussões em mesas de bar e escritórios país afora.

Para dar maior clareza às ideias que os entrevistados mencionam em suas colocações, começo com uma fala de Leandro Colling, porque ela sintetiza rapidamente um enquadramento geral das personagens LGBT nas telenovelas da Rede Globo. Como já apresentei no primeiro capítulo, Colling coordena um grupo de pesquisa (o CuS) que tem se dedicado a estudar as representações de não heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo a partir do referencial da teoria *queer*.

Então, uma primeira... uma primeira sistematização que já foi publicada em revistas e tal, eu divido essas representações, ao longo da história da Rede Globo, nas telenovelas, em três grandes modelos de representação: um deles é o que liga os personagens à criminalidade, que foi onde se inaugurou a representação de LGBTs na telenovela, é uma coisa muito curiosa. A segunda grande forma de representação é a ligação, aquele estereótipo da, entre aspas, “bicha louca”, do “gay afeminado”... ou da “lésbica masculinizada”. Também existiram, na década de oitenta, muitas representações daquela lésbica masculinizada junto com esse gay afeminado ou que, em alguns casos, nós consideramos como uma representação *camp*. E um terceiro bloco que vem mais dos anos noventa pra cá, que aí, nós chamamos, naquele momento inicial, de heteronormativos, heterossexualizados, personagens assim. Só que depois que eu refleti um pouco mais sobre essa divisão, eu fui verificar que a heteronormatividade – eu já tinha dito isso, mas não tava muito explícito –, a heteronormatividade, ela já estava presente tanto lá nos personagens ligados com a criminalidade ou nos afeminados, afetados. E aí, é sobre isso que eu falo um pouco mais lá nesse texto que eu apresentei, que não foi publicado ainda, não tá nem pronto, no evento no Rio de Janeiro semana passada [*Queering Paradigms*, que aconteceu no final de julho de 2012 no Rio de Janeiro]. Então, aí... ainda que nós tenhamos, muitas vezes, elogiado as representações de personagens afetados, os afeminados, o que,

muitas vezes, não é a mesma forma de leitura dessas personagens no movimento social... hegemônico pelo menos. Agora, se a gente analisar também o contexto da obra e as pessoas que estão ao redor da trama, em torno desses personagens, a gente vai verificar que também tem ali uma heteronormatividade incidindo muito fortemente sobre esses personagens. Isso tudo ficou, complexificou um pouco mais aquela divisão inicial que nós tínhamos feito. [acrescento a esta pergunta: “*eu não sei, colocando aí um elemento de... com outras pessoas que eu tenho conversado, eu não sei se você partilha dessa opinião de que um ponto sensível de todas essas representações, sejam elas masculinizadas ou afeminadas, é de que a passagem pra algum instante de afeto ou de demonstração explícita de afeto, ela é muito rara, isso não vai pra tela*”] É raro ou inexistente. Isso é uma coisa que eu falo nesse texto também: o que une essas representações, sejam elas como forem, é a falta de vida sexual-afetiva... afetiva e sexual. Enquanto que você tem personagens heterossexuais que só faltam... ter sexo explícito na nossa frente, o que liga tanto lá os personagens mais antigos como os mais novos é absolutamente falta de vida afetiva e sexual. Então, o que isso tem a ver? Isso é uma questão que atende plenamente ao que eu estou chamando de uma norma hétero, da heteronormatividade. Por que o que os heterossexuais... o que essa norma, não os heterossexuais, mas o que essa norma deseja? Não, até, isso é muito comum a gente ouvir nos discursos das pessoas: “*não, eu até respeito desde que não faça nada na minha frente*” [interrompo dizendo: “*ou seja, que não seja visível, a ideia de visibilidade*”]. Exatamente, então... isso é um discurso absolutamente carregado de... dessa heteronormatividade genericamente falando. Então... de não chocar, de não visibilizar, “*vocês até podem ter direitos, até podem casar e ter filhos, mas desde que não seja na minha família, desde que não seja na minha frente*”. Você pode andar de mãos... você pode ser gay, mas se comportar dentro de um modelo heteronormativo. Isso é muito pouco. A gente não pode se contentar com isso. **(Entrevista com Leandro Colling)**

A avaliação de Colling é aquela que mais atenção específica dá à presença de personagens gays afeminadas por um viés muito mais positivo do que negativo. Essa visão choca-se com a maioria das colocações dos outros entrevistados, ainda que por caminhos diferentes, seja na crítica direta a essas representações da afeminação, seja na crítica à perspectiva da teoria *queer* para tratar dessas representações. Observando-se mais atentamente a própria fala do entrevistado, vê-se que a crítica dele está radicalmente ancorada na explicitação da existência de uma heteronormatividade como fio condutor de todas as representações, mesmo

daquelas que, na perspectiva do entrevistado, são muito mais contra-normativas no que diz respeito a um não enquadramento do homossexual num “molde” heterossexual.

Já a avaliação feita pelo jornalista Vitor Angelo, que escreve o *Blogay* (blog mantido pelo jornal *Folha de S. Paulo*), é bem mais positiva do que a de Colling, e largamente mais positiva do que aquelas feitas pela maioria dos entrevistados. Angelo enxerga as atuais representações nas telenovelas como diversas.

Eu acho excelente. Mesmo na Record, naquela novela, *Os Mutantes...*¹⁰⁴ era o Cláudio Heinrich, que fazia uma bichinha. Era ótimo... era ótima, uma bicha ótima. E a Record, que é super moralista, na novela, ela pôs um personagem gay. E teve os... no SBT, os casais gays... teve a pressão... porque, o que acontece, ao mesmo tempo, você tem essa contra... tipo, “*ai, a Globo, mais um personagem gay*”. Tipo, eu acho a representação excelente. Eu acho um absurdo muito gay criticar o Crô¹⁰⁵: “*o Crô é um desserviço*.” Não, o Crô existe, gente. Eu conheço bichas como o Crô, ele não é um desserviço. Ele é uma representação, as pessoas têm que ser representadas. Do mesmo [jeito] que existe o Crô, existe aquele gay que era casado com o Carlos... Carlos Casagrande e o Sérgio Abreu¹⁰⁶, que são super bonitões, e não sei o quê... e tem a bicha pão com ovo... e tem a Ana Girafa¹⁰⁷... e tem o casal, que eu acho a história maravilhosa, que a Maria Adelaide Amaral fez na *Ti-ti-ti*, que é o Julinho e o surfista¹⁰⁸. Meu, história maravilhosa, o cara fala “*eu te amo*” no horário das sete, pô, poder. Ela falou, “*eu acho... não posso beijar né, mas ele vai falar eu te amo*”. Ele fala: “*eu te amo*”, novela das sete. Eu acho... quer dizer, os autores são progressistas, por eles... todos, eu duvido... já tinha acontecido. Existe uma forte pressão conservadora pra que não aconteça. **(Entrevista com Vitor Angelo)**

¹⁰⁴ Esta telenovela tem como nome original *Caminhos do Coração*, e foi exibida na Rede Record de agosto de 2007 a junho de 2008. Em seguida, foi criada uma segunda temporada (modelo incomum nas telenovelas brasileiras) da novela chamada *Os Mutantes – Caminhos do Coração*, que durou até março de 2009. Ainda uma terceira temporada, *Promessas de Amor*, foi ao ar depois. A personagem de Cláudio Heinrich chamava-se Danilo, era um homossexual e esteve presente nas três temporadas da novela.

¹⁰⁵ Crô (Crodoaldo Valério) foi uma personagem altamente polêmica interpretada pelo ator Marcelo Cerrado na telenovela *Fina Estampa*, no horário das 21h da Rede Globo, exibida entre agosto de 2011 e março de 2012. Esta personagem é mencionada por vários entrevistados.

¹⁰⁶ Os atores Carlos Casagrande e Sérgio Abreu (personagens Rodrigo Sampaio e Tiago Batista respectivamente) representaram um casal gay na telenovela *Paraíso Tropical*, no horário das 21h da Rede Globo, exibida entre março e setembro de 2007.

¹⁰⁷ Ana Girafa foi uma personagem travesti, interpretada por Luís Salem, na novela *Aquele Beijo*, exibida no horário das 19h da Rede Globo entre outubro de 2011 e abril de 2012.

¹⁰⁸ O entrevistado refere-se às personagens Osmar (Gustavo Leão) e Julinho (André Arteché), casal gay da novela *Ti-Ti-Ti*, exibida pela Rede Globo no horário das 19h entre julho de 2010 e março de 2011.

Ao final desta resposta, Angelo está se referindo ao beijo entre personagens gays nas telenovelas da Globo, que nunca foi exibido, embora já tenha sido gravado, como na novela da Rede Globo *América*, que foi ao ar em 2005. O entrevistado reconhece, então, que haja uma representação bastante diversa, e entende que o beijo – aqui entendido como um marco simbólico da possibilidade de representar o afeto entre indivíduos gays – já teria ocorrido se por vontade exclusiva dos autores, afirmação que tem base na realidade, uma vez que autores como Glória Peres já escreveram cenas como estas, mas que nunca foram ao ar por decisão da cúpula da emissora.¹⁰⁹ Como Colling também indica em sua colocação, o afeto e as indicações de vida sexual são raros ou inexistentes nas representações de LGBT nas telenovelas da Globo. A ausência de afeto ou de uma explicitação da “dimensão sexual” de uma personagem gay (ou de um casal mais frequentemente) também é mencionada pelo ativista e pesquisador Eduardo Peret na avaliação que faz das representações na telenovela. No caso de Peret, que estudou detidamente o tema em seu mestrado em Comunicação, em 2005, há uma visão mais ampla do conjunto dessas representações e suas variações. Ainda assim, as colocações do entrevistado aproximam-se daquelas críticas ao estereótipo da afeminação, que aparecem fortemente nas falas de outros entrevistados como Danilo Motta e Luiz Mott.

A questão é que em *Celebridade* tinha a Laura Prudente da Costa¹¹⁰, que era a vilã, e era uma vilã ótima, todo mundo adorava ela. E ela era bissexual. E ninguém, a princípio, associava a bissexualidade dela ao fato dela ser vilã, o que era ótimo. Eu achava fantástico. E é muito engraçado ela chegando pra personagem da Malu Mader, no banheiro, e falando “*tá me olhando o quê? Olha, eu até gosto, mas você não faz o meu tipo*”. Eu achei ótima aquela parte, achei maravilhosa... como assim... como assim? Eu achei fantástico aquilo, muito legal. E depois teve alguns outros casos, houve alguns retrocessos, houve alguns avanços... porque cada autor tem uma perspectiva diferente... cada um levanta a bandeira ou não levanta a bandeira de uma

¹⁰⁹ Cf. “*Veto a beijo gay na TV causa ira e boicote*.” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u54945.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

¹¹⁰ A atriz Claudia Abreu representou a vilã Laura Prudente da Costa, na novela *Celebridade*, que foi ao ar no horário das 21h pela Rede Globo entre outubro de 2003 e junho de 2004.

forma diferente. O Gilberto Braga bota duas *barbies*¹¹¹, que eram tão discretos, mas tão discretos, que tem um determinado momento em que as pessoas pensam que eles são primos, irmãos, qualquer coisa. No final da novela, eles vão trocar um carinho, vão conversar de uma forma mais quente... Você fica... “oi?”. [interrompo dizendo: “ficou conhecido, como é que é... o pessoal chamava na internet de casal *playmobil*”]. O casal *playmobil*, totalmente *playmobil*. Você tinha essa coisa... assim, eu achei interessante, por quê? Existe muito casal assim, existe muito gay assim. E assim, eu falei, “*bom, pelo menos dessa vez, não foram as duas bichinhas*”, porque, o que acontece, eu até tive uma discussão com o Leandro Colling sobre isso, porque o Leandro Colling defendia as bichinhas. Aí eu falei, “*querido, eu não sou contra as bichinhas, oi? Longe de mim, imagina, não tenho nada contra. O que eu não concordo é que eles sejam o único estereótipo*”. Por quê? Porque eu, pra começar, eu não acredito que as bichinhas pintosas sejam nem 50% da população gay. Eu acho que a maior parte da população gay está no armário, a maior parte do tempo. **(Entrevista com Eduardo Peret)**

A avaliação de Peret reconhece a variação das representações feitas na telenovela como positiva, mas reitera a crítica às representações marcadas no estereótipo do gay afeminado. A pesquisa que o entrevistado fez em 2005 tem servido de base para as pesquisas posteriores feitas por Leandro Colling e outros pesquisadores na UFBA. Entretanto, como a própria fala de Colling destacada anteriormente indica, há uma divergência no modo de olhar essas representações ao longo do tempo; no caso de Leandro Colling, uma postura mais crítica àqueles personagens menos afeminados porque, em última instância, heteronormativos. Se Peret posiciona sua avaliação num meio termo – e creio que em virtude da sua própria pesquisa, o que o fez analisar dezenas de personagens nas telenovelas – entre a crítica radical ao estereótipo da afeminação e a sua celebração como potencial quebra da heteronormatividade, a fala de Luiz Mott, que é antropólogo, fundador do GGB e decano do movimento LGBT brasileiro, é bem mais crítica a essas representações de homossexuais afeminados nas telenovelas.

¹¹¹ O termo *barbie* refere-se a gays musculosos ou com corpo bem definido, embora os sentidos atribuídos à palavra variem: alguns a associam com gays musculosos afeminados, e outros não. A referência que o entrevistado faz remete às personagens de *Paraíso Tropical* (vide nota de rodapé 106).

E, agora... a telenovela, então, apesar do beijo até hoje ter sido censurado, entre gays, mas já entre lésbicas no SBT, já mostrou, tem mostrado personagens gays simpáticos, desde aquele casal já antigo... o Sandrinho e o... o negro¹¹², que era um casal bom, do bem. Mas ultimamente, o personagem que atraiu mais atenção foi o Crô¹¹³, que... eu, pessoalmente, e grande parte... eu acho que no *Facebook*, se for fazer uma consulta, a maioria acha que foi um desserviço pra nossa emancipação, nossa libertação, porque embora existam gays parecidos com ele, mas não tão exagerados, tão palhacinhos e bibelô de... e bichinho... [interrompo dizendo: “*principalmente essa dimensão de submissão a ela*”] submissão, tirania e... etc. De modo que eu, pessoalmente, sou acusado de ser contra os afeminados, as fechativas, não é nada disso. Mas a fechação e a afeminação têm que ser também sociologicamente, historicamente entendidas como um fator de imposição da heteronormatividade, que quer destacar o gay no que ele tem... no que a mulher tem de pior que é a fechação, a superficialidade, a tirania... de modo que, neste sentido, eu acho que foi negativo, assim como, eu acho... E lastimo que o at[ual], os que defendam este padrão né, do Crô como uma alternativa, que não tenham feito uma análise crítica sobre esse personagem. Os teóricos *queer*, que são... aplaudem tanto essa indefinição da afirmação identitária, que aplaudem as metamorfoses ambulantes... não vi nenhum estudo crítico a respeito desse personagem que foi importantíssimo [assim] como emblemático no Brasil em 2011. **(Entrevista com Luiz Mott)**

Essa avaliação de Mott encerra pelo menos duas questões centrais e recorrentes não apenas no que respeita à avaliação das representações na televisão, mas também nas discussões em torno da questão identitária que hoje estão muito mais presentes no movimento LGBT brasileiro. Tais questões foram manifestadas também nas falas dos demais entrevistados que destaquei anteriormente. A primeira delas diz respeito à representação da afeminação ou mesmo feminilidade de indivíduos gays (no mesmo sentido, mas com menor presença nas discussões, de lésbicas masculinizadas) nas telenovelas e nos programas de humor. Este tem sido classicamente um ponto tenso da relação entre os movimentos e as representações produzidas pelas emissoras – no caso do Brasil, pela Rede Globo em especial – porque, na visão de algumas lideranças do

¹¹² O entrevistado refere-se às personagens Sandrinho (André Gonçalves) e Jefferson (Lui Mendes), que formaram um casal gay na novela *A Próxima Vítima*, de 1995, exibida pela Rede Globo no horário das 21h.

¹¹³ Vide nota de rodapé 105.

movimento, reproduziriam estereótipos de afeminação e fragilidade de indivíduos LGBT (notadamente gays). Por um lado, as críticas parecem apontar que a super-representação desta afeminação é que seria problemática, e não ela em si; por outro, ao não considerar de forma equivalente as representações recentes de casais e personagens não afeminadas (como as indicadas nas falas de Eduardo Peret, Julian Rodrigues e Vitor Angelo), entendo que a crítica confronta-se com a existência dessas próprias representações da afeminação. Em certa medida, ela seria indesejada. Aqui há uma linha tênue muito difícil de divisar entre a afeminação destas personagens como parte de uma vivência de gênero e da identidade social, e esta afeminação como atributo capturado para a construção de imagens como a do escândalo, da submissão, do escracho ou da tirania, para utilizar algumas expressões que Mott empregou. Neste caso, a crítica residiria na constatação de que esta fórmula – histórica nas representações LGBT tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos¹¹⁴ – que associa a afeminação com o humor e a depreciação tem sido continuamente utilizada para representar de modo humorístico e, em muitos casos, pejorativo, o indivíduo homossexual. Em última instância, é difícil precisar exatamente em que essas representações incomodam, e como não abordei detidamente cada personagem em minhas entrevistas, não posso avançar em ilações sobre isso sem incorrer numa generalização sobre as motivações de meus entrevistados para avaliarem negativamente tais representações da afeminação. A segunda questão, associada a esta primeira, parte de uma reavaliação deste estereótipo como algo antinormativo naquilo que seria o “desejo” de enquadrar as experiências de gênero e os afetos de gays numa matriz heteronormativa, reavaliação esta encampada por ativistas e pesquisadores mais associadas a uma crítica da essencialização identitária tanto das próprias sexualidades quanto do movimento LGBT. Essas duas questões, portanto, refletem, genericamente, os embates dentro e fora do movimento com relação a tais representações.

Existe a compreensão, por parte de alguns entrevistados, de que haveria um desejo progressista por parte dos autores das telenovelas (a parte criativa, em contraposição à parte gerencial, a cúpula da emissora) em relação a este tema, especialmente quanto à exibição de um beijo entre personagens gays. A avaliação

¹¹⁴ Cf. RUSSO, 1987.

do jornalista e empresário do setor editorial voltado à população gay, André Fischer, vai neste sentido:

O beijo gay no horário nobre... da novela da Globo. Porque no filme que passa, *Brokeback Mountain* já passou. Tá passando uma novela no SBT agora, argentina, que eles trepam. Então, assim, tipo... e é uma novela antiga inclusive, já passou na Argentina tem um tempo. Mas apesar disso, eu acho que a gente tem uma, conseguiu também conquistar uma representatividade interessante. É raro uma novela que não tem uma personagem gay, tem uns que representam melhor, tem outros que representam pior, mas... até nisso eu acho, né, a própria dramaturgia televisiva, ela é bastante positiva porque ela, de novo, tá trazendo pro mundo real também. Ela traz personagens, uns melhores, outros piores, mas ela traz... nos últimos... dez anos, pelo menos, ela tem trazido representatividade bastante interessante. Não dá pra você dizer que são escondidos, que não têm visibilidade, não, acho que essa visibilidade... que obviamente começa com... [trecho inaudível] o Walcyr Carrasco, que... ele é autor global, obviamente. Então ele defende um pouco lá o lado do... [interrompo dizendo: "a casa"] a casa. Mas o que ele diz é que o beijo gay só vai deixar de ser um tabu na hora em que as pessoas se beijarem na rua. Então o que ele diz é que, assim, primeiro precisa beijar no shopping pra... depois ir pra... [interrompo dizendo: "pra televisão"] pra depois pra televisão. Porque a televisão só responde, ela não vai liderar nenhum tipo de... de movimento. Entendo um pouco... concordo um pouco com ele, concordo... acho que podia... acho que a Globo podia ser um pouquinho mais generosa. Mas... mas eu entendo isso também. Eu acho que... a gente fica cobrando muito, ele diz isso assim, você espera que Deus dê esse... faça... ele não vai fazer.

(Entrevista com André Fischer)

A avaliação de Fischer aproxima-se mais da de Vitor Angelo na compreensão de que há um crescente de representações, inclusive na diversidade dessas representações. Avaliação semelhante, embora por outra perspectiva, é feita por Julian Rodrigues, cuja fala apresento mais adiante.

Dois entrevistados fizeram uma avaliação bem mais negativa dessas representações, e aqui as noções de estereótipo e caricatura são utilizadas. A ativista Yone Lindgren, uma das pioneiras no movimento lésbico e hoje integrante do *Movimento D'ELLAS*, no Rio de Janeiro, afirma o seguinte quando questiono sobre a representação na telenovela:

Olha... triste, triste. Muita coisa ainda... muito caricato. Muito depreciativo. Então, acho que ainda vamos passar mais uns 36 anos pra chegar a alguma coisa de colocarem... respeitando a coisa, como por exemplo, tantos homossexuais que as pessoas não sabem quem são nem o que são... nós temos gente em todas as profissões, em todos os espaços, que eu realmente não entendo essa forma tão caricata e subjetiva de se tratar um personagem homossexual na mídia. **(Entrevista com Yone Lindgren)**

Na sua fala, Lindgren não pormenoriza as críticas que tem a essas representações, mas subsume-as em termos de “caricatura” e “depreciação”. Aqui me parece, como no caso de Luiz Mott e, em linhas gerais, no pano de fundo de todas as entrevistas, que a presença ainda marcante de Crô, representação de um gay extremamente afeminado e submisso a uma mulher (sua patroa) na novela *Fina Estampa*, que saiu do ar em março de 2012, tenha reforçado as visões negativas e/ou críticas de meus entrevistados em relação às representações de LGBT nas telenovelas. Quando questiono Lindgren se as representações da mídia e da imprensa teriam um impacto considerável ou determinante nas percepções das pessoas em relação aos LGBT, ela traz um exemplo presenciado em relação a essa personagem, o Crô.

Ela é determinante, claro que é [repete a fala]. Por exemplo, teve aquela novela... eu não lembro o nome, mas que tinha aquele... gay que trabalha pra vilã da novela [interrompo dizendo: “ah, o Crô”]... isso. E que aí você ouvia... eu ia, adoro ir pra um botequim tomar cerveja, a gente cansou de ir e ver a pessoa: “*não, eu gosto de veado, mas não como aquele lá não, aquele lá, aquele lá é esquisito*”, não sei o quê, porque a gente sabe que era pintosa, porque dava chiliquinho... e era subalterno mesmo, babava a patroa não sei por que motivo. Aí você vê como a mídia é determinante... [interrompo dizendo: “*como coloca... como coloca o debate*”] coloca na cara da pessoa, e a pessoa começa a debater se gosta ou não, se aceita ou não... entendeu. Então eu acho isso muito importante. E a gente tem que saber lidar com a mídia por causa disso. **(Entrevista com Yone Lindgren)**

Na mesma linha da crítica feita por Lindgren, o jornalista do jornal carioca *O Globo*,¹¹⁵ Danilo Motta, também não gosta das representações feitas, e reitera a linha argumentativa apresentada rapidamente por Eduardo Peret ao criticar a

¹¹⁵ À época da entrevista, Motta trabalhava noutro jornal carioca, *O Dia*.

representação de homossexuais afeminados – que seria, a meu ver, uma super-representação neste contexto da crítica formulada pelos entrevistados.

Cara, eu, particularmente, acho essa representação ridícula. É uma representação extremamente estereotipada... vamos na área do meu mestrado. O que é o estereótipo? Ele é uma parada em três pilares: é uma representação superficial, você pega um elemento daquela comunidade, e trata como se fosse a característica daquela comunidade... superficialidade... semelhança, você acaba tendo alguma semelhança. Aquele elemento superficial que você pegou acaba tendo alguma semelhança com aquela comunidade representada... e a repetição. Você vai repetir aquilo *ad eternum* até que aquilo vai ser a realidade. Vai ser a verdade absoluta sobre aquele grupo. Mas acaba... criando o estereótipo. Não só sobre gay, como qualquer coisa. Eu fiz o meu mestrado sobre o estereótipo do Rio de Janeiro. [...] O que as telenovelas fazem? Os personagens são extremamente estereotipados. É um camarada afeminado que é o gay. Você não tem aquele camarada bem sucedido, que tem um casamento, que o namorado dele frequenta a casa dele com a família, etc., eles saem pra noitada, vão beber, vão sair, como tem o personagem hétero de *Malhação*, que a namorada vai na família, entendeu? Teve um comercial há um tempinho, nem lembro de que era, mas era alguma coisa de uma Secretária de Direitos Humanos, isso tem um tempo, deve ter uns cinco, sete anos. O camarada na porta, assim, de casa, e um coroa fala com o rapaz: “*você já causou transtorno demais aqui, rapaz, vai embora, não procure mais a nossa família*” [interrompo dizendo: “*era do Ministério da Saúde*”]. Era do Ministério da Saúde? Aí ele volta e fala com o filho: “*não fica assim, você vai arranjar outro rapaz*”. Então, assim, era um troço que quebrava completamente o estereótipo... e não eram dois rapazes afeminados, etc. Não que o cara não possa ser afeminado. Ele pode ser como ele quiser. Não existe essa regra, essa norma hétero que o camarada tem que parecer hétero, tem que se portar assim ou assado. Ele se porta como ele quiser, todo mundo tem que respeitar, ponto. Agora... nem todos os gays são afeminados, assim como também nem todos os gays são... masculinizados... viris. Então, o que eu vejo na novela é isso. Agora, o que acontece: tem aquele personagem homossexual que é extremamente estereotipado, mas ele cumpre uma função ali, de... como é que eu vou exemplificar... ele faz alguma coisa na novela que mostra que ele teve caráter. Tem um lance meio que, bem ou mal... compensa em alguma coisa. Só que aquilo não deixa de reforçar um estereótipo. Tipo, “*ah, pô, fulano é gay, mas ele não é afeminado, como assim?*”. Isso eu acho muito ruim, até pra população adolescente, tipo, o camarada tem 13, 14 anos

de idade, que tá se descobrindo como homossexual, ele fala “*bicho, eu não quero me tornar isso*”. Não digo que é uma regra, que ele diz que... Tanto que tem aquele filme, o *C.R.A.Z.Y. – Loucos de Amor*,¹¹⁶ não sei se você já viu. É bem bacana. Quando o personagem vai no psicólogo, ele tá negando que ele é gay e o psicólogo pergunta por quê. Ele: “*porque eu não quero andar fantasiado igual a um pavão*”. Acho essa frase bem emblemática. Aí o psicólogo responde: “*bela imagem que você tem dos homossexuais*”. Eu penso mais ou menos isso, é uma imagem extremamente reforçada. É um pai que chega e: “*ah, meu filho é gay, daqui a pouco ele vai ser igual ao Agner da novela*”, sacou? Vai ficar falando “*boy magia*”, dançando Shakira e andando de quatro em casa [interrompo perguntando: “*quem é Agner da novela?*”]. Foi do André Gonçalves na novela *Morde e Assopra*.¹¹⁷ Então, nem todo gay vai virar o Crô. **(Entrevista com Danilo Motta)**

A fala de Motta traz de modo mais complexo o tema do estereótipo em relação às representações na telenovela. Esta é um abordagem que também aparece em trabalhos da academia, como o da psicóloga Adriana Nunan (2003) sobre a homossexualidade e o consumo. Um ponto interessante é que, segundo as pesquisas de Peret (2005) e Colling (2007, 2010), a presença de personagens com composições mais variadas nesta última década é marcante. Entendo que, pelas visões que os entrevistados já carregam da telenovela – e, neste caso, da sua clássica representação de homossexuais afeminados –, muitos não coloquem as outras representações, como a de um casal extremamente virilizado mencionado na fala de Vitor Angelo, enquanto equivalentes em termos de representações de homossexuais na telenovela. Também entendo, como já indiquei antes, que a influência da personagem Crô (da telenovela *Fina Estampa*), como uma das representações mais fortes e controversas neste período (2011-2012), tenha tornado esta questão particularmente sensível no período em que realizei tais entrevistas (segundo e terceiro trimestres de 2012), pois houve remissão a tal personagem nas falas de Danilo Motta, Julian Rodrigues, Luiz Mott, Vitor Angelo e Yone Lindgren.

O entrevistado que analisou as representações na telenovela de modo bastante diverso do que foi discutido até agora foi o militante do Partido dos

¹¹⁶ Filme canadense de 2005, que conta a história do jovem Zac, que está lidando com a descoberta de sua homossexualidade numa família com quatro irmãos homens e um pai conservador na Quebec dos anos 1960/70.

¹¹⁷ O nome da personagem, na verdade, é Áureo, interpretado pelo ator André Gonçalves. Havia outra personagem na novela, que não era homossexual, chamada Abner. A novela *Morde e Assopra* foi ao ar, no horário das 19h, de março a outubro de 2011 na Rede Globo.

Trabalhadores (PT) e membro da ABGLT na gestão 2010-2012 Julian Rodrigues. Para ele, há questões de classe e de mercado bem mais relevantes para compreender tais representações de modo mais adequado do que apenas pela teoria *queer*.

Eu acho que essa crítica é válida, mas ela tem que ser contextualizada. Quando eu leio, assim, fica me parecendo uma coisa muito demarcação de teoria *queer* vulgar... digamos assim. É o que eu falo, tem o marxismo vulgar e tem teoria *queer* vulgar. O pessoal fica puto quando eu falo. Que é o seguinte: tudo bem, mas em todo lugar é assim. Qual que é a representação hegemônica... então você tem que ir com cuidado. Você veja, você teve agora uma travesti, a Dona Girafa¹¹⁸. O Luís Salem fez lá em mil novecentos e bolinha, que eu não vou lembrar quem, uma novela, que ele era praticamente uma travesti... o Luís Salem não, o... Luis Mello. Luis Mello? Não, quem era... acho que era o Salem. Eu não me lembro... não, Floriano...¹¹⁹ enfim, fez uma travesti em mil novecentos e bolinha, nos anos noventa. [...] Ela fez uma travesti. Isso há vinte anos atrás [*sic*], quase vinte anos. Então... teve as lésbicas que explodiram lá em *Torre de Babel*.¹²⁰ Teve o casalzinho lésbico lá. Teve outro que era no Manoel Carlos¹²¹, que elas não podiam beijar porque [inaudível], enfim. Mas você tem... mesmo agora não tinha quatro casais, quatro gays diferentes, um que era mais assim, nessa novela do Gilberto Braga?¹²² Então, eu acho que tem. Alguma tem. É que, no geral, a representação LGBT tá muito focada nisso mesmo, nos homens gays, de classe média. Isso é mercado, é o *pink money*. Então, eu acho que tem também uma crítica... e as novelas no geral representam quem? É a mesma coisa, isso que eu queria dizer na verdade: não é um problema das gays, eu acho, é um problema de como é a representação social do povo brasileiro na tevê. A Globo fez um giro qualitativo agora, pra quem gosta de estudar novela. Veja as duas novelas que tão no

¹¹⁸ Vide nota de rodapé 107.

¹¹⁹ Com base nas informações da entrevista, entendo que o entrevistado refira-se à personagem Sarita Witt, interpretada pelo ator Floriano Peixoto na novela *Explode Coração*, de 1995, exibida pela Rede Globo.

¹²⁰ As personagens Rafaela (Christiane Torloni) e Leda (Sílvia Pfeifer) formaram um casal nesta novela e morreram, junto com outras personagens "indesejadas", na explosão de um shopping. *Torre de Babel* foi exibida pela Rede Globo no horário das 20h entre maio de 1998 e janeiro de 1999.

¹²¹ O entrevistado refere-se às personagens Clara (Alinne Moraes) e Rafaela (Paula Picarelli), que formaram um casal de estudantes secundaristas na novela *Mulheres Apaixonadas*, exibida pela Rede Globo no horário das 21h entre fevereiro e outubro de 2003.

¹²² O entrevistado refere-se às personagens da novela *Insensato Coração*, de Gilberto Braga, exibida pela Rede Globo no horário das 21h entre janeiro e agosto de 2011. As personagens gays nesta telenovela eram o promotor de eventos Roni (Leonardo Miggiolin), o casal Eduardo (Rodrigo Andrade) e Hugo (Marcos Damigo), o advogado Nelson Mesquita (Edson Fieschi) e o menino de rua Gilvan (Miguel Roncato), que é assassinado por um grupo de jovens.

ar agora, a *Cheias de Charme*... e essa novela da... *Avenida Brasil*. A estética é totalmente diferente, você já viu? Não é aquele *fake*, aquele pobre *fake* que a Globo sempre... aquele pobre que toma suco de laranja no café da manhã, não. É o pobre mesmo, assim, até o jeito né... a Cláudia Abreu faz uma cantora brega divertidíssima, as “empreguetes”, toda uma linguagem classe C, e estética também classe C. Então talvez isso... aí, claro, se vier uma bicha nessa novela, vai ser uma bicha mais classe C. Então eu acho que tem a ver com isso também. A mídia faz uma representação sempre da classe média, ué. Você não vai ter pobre em novela... ou, pelo menos, você tem o núcleo pobre, historicamente, o núcleo pobre, que é esses pobre *fake* que eu falei, que toma suco de laranja, que não é pobre. [...] Então eu acho que tem melhorado também isso, porque tem a ver com essa mudança, de incorporar... que tem a ver com a ascensão social das classes populares... no governo Lula. Olha aí, como eu consegui enfiar o Lula no meio disso [risadas]. Não, mas é verdade, por que a Globo tá fazendo isso? É um aumento de consumo de uma classe que consumia pouco, tá vindo pro mercado. Se vier junto as gays dessa classe social, acho que elas vão aparecer mais. Eu não acho que esse é o grande problema. É um problema derivado do outro, que é essa questão da mídia... da representação social no Brasil. Tem muito mais gay do que negro... pega a cota de negros, tá menor. E o racismo não se discute mais nas novelas há quanto tempo? [interrompo dizendo: “é que racismo não se discute na Globo, decisão de Ali Kamel, não somos racistas...”]. É verdade, é verdade, não somos racistas... mas, enfim, é isso. Então, vamos fazer uma crítica, e aí tá vendo como não serve a teoria *queer*, nesse sentido? Pra mim o problema aí é de classe fundamentalmente, não é de identidade. Tem que ver como é uma questão estrutural... classe e raça no sentido de dois determinantes estruturais. Então, na verdade, a bicha pobre e preta não vai. Não é porque ela é bicha, é porque ela é pobre e preta... olha como é diferente. Fica parecendo que é porque é gay... não. Se ela é bonita, de classe média e branca, ela vai. É a imagem central de consumo. Por isso eu acho que é insuficiente esse viés da crítica *queer*, ele não dá conta da dimensão, é uma crítica pobre nesse sentido. **(Entrevista com Julian Rodrigues)**

A fala de Rodrigues reflete uma posição crítica à leitura feita pelos pesquisadores que se utilizam da teoria *queer* para analisar as representações de LGBT nas telenovelas hoje, porque, na visão do entrevistado, tal leitura negligenciaria aspectos mais importantes como classe e raça. Entretanto, Rodrigues reconhece que há uma representação bem mais diversa, inclusive mencionando diversos exemplos. Barroso (2007), na sua tese sobre o grupo *Nuances*, de Porto

Alegre, tem uma abordagem similar quando comenta a questão da estética e do consumo:

As pessoas, os personagens e as situações mais radicais relacionados às homossexualidades não parecem ser midiaticamente tratáveis. Os homossexuais aceitáveis na televisão devem ser sempre moças e rapazes bonitos, saudáveis e de classe média. (BARROSO, 2007, p.107)

Entendo que, neste ponto, é preciso recapitular o que me parecem ser as principais questões nos posicionamentos de meus interlocutores: há um nível mais elementar, e que faz parte de um *default* da crítica feita pelo movimento LGBT em geral, em que as representações de homossexuais afeminados – e em muitíssima menor escala, de lésbicas masculinizadas – é vista de maneira eminentemente negativa. Como tentei elaborar anteriormente, esta valoração reflete incômodos de longa data com o uso da afeminação para o humor, o deboche ou o escárnio, que estaria cristalizada tanto em representações das telenovelas (especialmente a partir daquela que é a segunda fase mencionada por Leandro Colling) quanto nos programas de humor. Entretanto, especialmente com base na última década, o aumento na diversidade de representações colocaria a possibilidade de tal crítica ser à afeminação em si. Como não me ocupo desta discussão nesta pesquisa, nem possuo material de campo capaz de sustentar tal abordagem, não é possível desenvolver em que medida esta tensão é fruto de um incômodo com a afeminação em si ou com seu uso para efeitos humorísticos e/ou depreciativos.

Já num segundo nível, há a constatação, por parte de alguns entrevistados, de que o afeto e as práticas sexuais dessas personagens LGBT nunca ou raramente vão à tela. Alguns, como André Fischer, Julian Rodrigues, Toni Reis e Vitor Angelo, reconhecem o ímpeto progressista dos autores em produzir estas cenas, mas atribuem a censura a elas a decisões gerenciais, em especial ligadas ao mercado (André Fischer menciona explicitamente a queda de audiência, por exemplo).

Com exceção de Danilo Motta e Yone Lindgren, que se ocuparam especificamente da crítica ao estereótipo e à caricatura de tais representações, os demais entrevistados reconhecem, com maior ou menor ênfase, que haja mais diversidade de representações (“tipos”), em especial na última década – e tal percepção ancora-se em pesquisas já referidas. Entrevistados como André Fischer, Julian Rodrigues e Vitor Angelo colocaram essa diversidade como ponto central das respostas que forneceram sobre o tema da representação nas telenovelas, o que me

leva à compreensão, portanto, de que o cenário seria mais positivo do que negativo na visão deles.

Há, por fim, uma tensão que perpassa diversas falas e que me parece refletir uma problemática que vai além do tema da representação na telenovela, e que aqui aparece por ser situação oportuna. Tal tensão, como já indiquei brevemente, residiria no antagonismo entre a perspectiva identitária e a perspectiva “pós-identitária” ou *queer*. Seja no descrédito explícito às interpretações feitas por pesquisadores e ativistas que utilizam o referencial *queer*, seja na crítica à incapacidade desta teoria em dar conta do objeto em questão (no caso de Julian Rodrigues, apontando as questões de classe e raça como fundamentais), esse antagonismo não se limita a questões acadêmicas, e atravessa as discussões e as práticas do movimento LGBT em diversos momentos atualmente.¹²³ Não me estendo na tematização destes conflitos porque, em si, eles não aludem diretamente à minha investigação. Entretanto, como abordo no capítulo cinco, nem perspectivas celebrativas de representações mais diversas, nem as que são críticas às representações da afeminação parecem incidir em estratégias do movimento para lidar com os veículos produtores de tais personagens.

4.2.2. A imprensa: os crimes e a Parada

A cobertura que os veículos da mídia produzem sobre a “população LGBT” ou “questões LGBT” ou, ainda, “a causa gay” é lida de maneiras diversas e, em alguns pontos específicos, bem antagônicas pelos partícipes desta pesquisa. Nesta subseção, dedico-me especificamente ao tema da imprensa, naquilo que poderíamos chamar de cobertura jornalística ou noticiosa em geral. Este corte tem o objetivo de diferenciar a análise do campo do entretenimento, cuja abordagem foi feita na subseção anterior por meio da telenovela, a qual, aqui, foi tomada como um produto central na cultura brasileira.

Entretanto, essa fronteira que construí nem sempre é entendida de mesmo modo pelos entrevistados, e identifiquei isso em duas ocorrências específicas: numa

¹²³ As críticas frequentes que o grupo *Nuances*, de Porto Alegre, faz ao movimento LGBT em geral são exemplo destas tensões, mesmo que não formuladas em termos de uma polarização entre categorias como “identidade” e “*queer*”. É mais recorrente a polarização entre perspectivas assimilacionistas e transgressivas, em que as possibilidades de domesticação, normalização e assimilação das homossexualidades (e das demais expressões de desejo e gênero não heterossexuais) são criticadas. A este respeito, ver BARROSO (2007).

delas, a subsunção das representações e coberturas (“o espaço”) produzidas por veículos segmentados no público LGBT (“mídia gay”) como parte da ideia geral de representação na mídia. É essencial destacar que não me ocupo de tal questão nessa pesquisa, uma vez que meu objeto centra-se na relação com a mídia não segmentada no público LGBT, e emprego aqui a delimitação que fiz do conceito de mídia no capítulo um. Ainda assim, parece-me oportuno observar que a compreensão de alguns de meus entrevistados acerca das questões que fiz sobre cobertura na imprensa e na mídia em geral reflete, ao menos nas formulações fornecidas a mim, o modo como esses indivíduos entendem o próprio campo da mídia e sua constituição. A segunda ocorrência diz respeito à própria turvação da distinção que tentei produzir entre as noções de imprensa e de mídia, qual seja: a imprensa como lócus mais específico da produção jornalística, e a mídia como campo mais amplo em que estão veículos jornalísticos (em diversos suportes), produções de entretenimento, publicidade, programas de gêneros mistos, etc. A não separação dessas noções, por alguns entrevistados, corrobora a mesma compreensão que indiquei acima, das leituras que tais indivíduos fazem deste campo.

De modo bastante claro, as avaliações apontam para algumas questões centrais: haveria um pano de fundo geral em que o movimento LGBT tem sua existência negligenciada nas coberturas; o modo como a imprensa retrata a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é lido de maneiras díspares; e haveria a recorrência do tema da violência, especialmente dos crimes violentos. Posto isso, as avaliações sobre a presença de temas afeitos à população (e/ou ao movimento) LGBT na imprensa e na cobertura jornalística em específico vão variar bastante, tanto no grau de detalhamento das visões de cada entrevistado, quanto na valoração feita sobre essas coberturas. Como discuto no próximo capítulo, os lugares de fala e as formações de cada entrevistado parecem influir fortemente no modo como concebem a ideia de mídia em sua relação com a população e o movimento LGBT – representando-os e cobrindo-os satisfatória ou insatisfatoriamente.

A forte invisibilidade dos movimentos sociais e, especialmente, de suas pautas, na mídia, já foi discutida por mim anteriormente, e encontra eco em diversas pesquisas (INTERVOZES, 2011; COLETTI, 2010, 2012b; LEAL; CARVALHO, 2012). Esta sub-representação ou mesmo invisibilidade do movimento LGBT, neste caso, entra como um pano de fundo nas coberturas sobre direitos humanos (em que

LGBT são foco), homofobia, uniões estáveis, famílias e as Paradas LGBT, por exemplo. Nesta última, em especial, a crítica à invisibilidade feita aos ativistas e ao movimento agudiza-se, uma vez que são eventos produzidos especificamente por organizações LGBT. Nas entrevistas, tal pano de fundo aparece nitidamente apenas na fala de um dos entrevistados, cujo perfil é de ativista, e de modo mais opaco na de outra, também ativista. Entre os demais participantes, esta não foi uma questão que surgiu, embora as críticas às coberturas ainda permaneçam. Quando questiono Yone Lindgren sobre como a cobertura na imprensa está hoje, ela tem uma avaliação negativa numa visada geral.

Não mudou muito [repete]. Talvez, aí que vou te falar, o *approach*, a coisa do... as Paradas tem que estar na notícia, sinto muito. Os assassinatos também, e aí você vê que só os assassinatos que dão realmente mídia... [interrompo dizendo: “é o que dá clique...”] Os brabos né. Então, a coisa dos eventos... nós temos grandes eventos, nada. Nós temos grandes tomadas de decisões, nada. Parece então, pra mim... Na época em que a gente veio com o *Somos* [grupo pioneiro do movimento], em seguida veio o jornal *Lampião*... não muda muito. **(Entrevista com Yone Lindgren)**

A crítica de Lindgren, ao mencionar a não cobertura dos “grandes eventos” e das “grande decisões” operadas pelo movimento, parece remeter ao pouco espaço que ativistas e o movimento como um todo teriam na mídia, embora ela não desenvolva mais detidamente esta questão. Já a avaliação de Julian Rodrigues é bem específica sobre esta invisibilidade, ao passo que, de modo diverso ao que se poderia esperar da visão recorrentemente mais crítica de ativistas, ele entenda a cobertura da imprensa, em geral, como claramente não homofóbica.

Há um tratamento, no geral, pros movimentos sociais, que é um tratamento de combate às ideias centrais que os movimentos sociais defendem. Tanto a UNE, CUT,¹²⁴ o MST, movimento de direitos humanos, enfim, no geral... Só pegar, por exemplo, na época do Plano Nacional de Direitos Humanos III. Ali tinha todas as áreas, tinha movimento social, mídia, movimento LGBT e... foi uma porradaria. Então, no geral, a grande mídia tem problema com os movimentos sociais. No geral. Isso é uma chave geral de leitura.

[...]

¹²⁴ União Nacional dos Estudantes (UNE); Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A mídia também... ela tem uma tendência, sim, no caso LGBT, de apoiar uma parte das reivindicações, então tem uma tensão. Não é um tema simples nesse caso. Veja a *Folha* [jornal *Folha de S. Paulo*], por exemplo, tem editorial... O *Globo* é super *friendly*. Aliás, as *Organizações Globo* merecem um estudo à parte, né, com relação a isso, tanto a mídia impressa quanto as novelas e o jornalismo. Eles têm uma posição editorial de apoiar a maioria da pauta. Isso é verdade. O que não impede que o tratamento seja sempre de dizer “*ah, o movimento... não representa; não vou à Parada...*”. Aí dá um espaço pra quem diz que não vai à Parada, então tem uma tensão. Mas, do ponto de vista da pauta... por exemplo, o projeto de lei que torna crime a homofobia... claro que mudou um pouco a posição, tanto da *Folha*... a *Folha* veio pra... a *Folha* tem vindo pra direita em vários temas, nesse também ela fez uma mediação, mas, no geral, eles apoiam. O *Globo* tem um editorial que, inclusive, criticou a Marta [Marta Suplicy, à época Deputada Federal pelo PT-SP e hoje Ministra da Cultura] na época em que ela queria fazer uma negociação. Eles defendiam o texto da lei como o movimento defende. Posição editorial d’O *Globo*, ponto de vista editorial d’O *Globo*. Então, você veja, que não é simples. A *Globo*, ela tem, nas novelas, desde um personagem super politicamente correto, como os que tinham naquela última novela do Gilberto Braga, quanto uns *Crôs* da vida do Aguinaldo [Aguinaldo Silva, autor], que é o estereótipo do estereótipo, né. Bicha pra consumo de vovós e cachorrinho, bichas de estimação. Então... mas que também promove uma visibilidade positiva sobre um certo aspecto. [...] No jornalismo, especificamente, tem essas duas tendências, pra tentar concluir: uma de estigmatizar e fazer uma representação ruim, como todo movimento social. Por exemplo, a UNE recebe dinheiro do governo. “*Oh, a UNE é governista, a UNE rouba*”. Então não é pro movimento... mas como também do movimento LGBT. “*Lá vêm os chatos do movimento LGBT que não têm humor e que vão atrás das propagandas*”, por exemplo, que é uma coisa que tem ganhado espaço no último período, essa ideia de ir pra cima, marcar sob pressão os comerciais, as declarações de pessoas públicas. Então, tem essas duas tendências, mas, editorialmente, nós não estamos... se dependesse da posição editorial de quem controla os grandes meios de comunicação impressos e eletrônicos no Brasil, nós teríamos o casamento gay e o PLC 122. Mas, tem, claro, a expressão... aí, sim, quando a gente fala mídia, tem que esquecer também, não só as quatro grandes famílias¹²⁵. Daí você tem *Record*, que é ligada à igreja evangélica, então, o cenário também é muito complexo. Essas outras têm posições diferenciadas. Você vê, por exemplo, o *SBT*... que tem uma posição não muito clara. O Silvio Santos,

¹²⁵ Entendo que o entrevistado refira-se às famílias Marinho (*Organizações Globo*), Civita (revista *Veja*), Frias (*Grupo Folha*) e Mesquita (*Grupo Estado*).

pessoalmente, é uma pessoa que brinca muito com isso, você não sente que há ali uma homofobia, mas o jornalismo não se pronuncia muito. A *Record*, aí... ela tem jornalistas muito progressistas, mas, como ela é uma igreja, ela é uma emissora de uma igreja, ela tem essa tensão também nessa cobertura. Por exemplo, na questão do kit gay¹²⁶, foi uma grande reportagem da *Record*, dez minutos, enfim... Então, é um cenário complicado, mas, eu diria isso: é uma tensão permanente... **(Entrevista com Julian Rodrigues)**

A visão de Rodrigues reflete a complexidade e as tensões das coberturas de cada veículo, uma premissa que é bem assentada na pesquisa de Leal e Carvalho (2012) sobre a homofobia na cobertura jornalística brasileira num período de três anos. Parece-me importante a distinção operada pelo entrevistado entre as pautas ou a causa e o movimento LGBT em si, porque ela parece-me uma leitura acertada de como se processa, grosso modo, a abordagem pelas mídias impressas e televisivas, sobretudo, em relação a esse binômio. Como identifiquei em pesquisa feita com a revista *Veja* (COLETTI, 2010), o discurso da publicação era pró-direitos humanos de LGBT e contra a homofobia, mas com total apagamento, e eventual crítica, ao movimento LGBT e aos ativistas. O mesmo parece se destacar, numa visada genérica, na cobertura do tema da homofobia feita em veículos como *Folha de S. Paulo* (jornal), *O Globo* (jornal), *Veja* (revista), *Jornal Nacional* (telejornal), *Época* (revista) e *Jornal Hoje* (telejornal), que foram pesquisados por Leal e Carvalho entre 2008 e 2010, sempre no período de 16 de fevereiro a 17 de agosto.

Menos que o Estado ou os movimentos sociais, os grandes agentes de visibilidade das realidades LGBT e do combate à homofobia são as celebridades, ou “Personalidades”, como as chamamos. Nesse sentido, grande parte do noticiário foi dedicada a filmes, novelas, peças e produtos culturais que tematizam as relações homoafetivas e, especialmente, declarações e comportamentos privados ou públicos dessas personalidades “midiáticas”. No outro extremo, **os movimentos sociais raramente surgiram nos textos como agentes importantes, como protagonistas das histórias e dos acontecimentos. Mesmo quando eram os organizadores de manifestações públicas, como no caso das paradas, o foco dos textos caía no Estado, em seus diversos níveis, em personalidades ou indivíduos comuns.** Quando presentes, os movimentos sociais surgiam como uma espécie de personagem secundário, cujo papel nas narrativas e artigos se dava de modo complementar ao dos agentes sociais construídos como protagonistas. (LEAL; CARVALHO, 2012, p.40-41, grifo nosso).

¹²⁶ Este kit era parte de um material maior, voltado ao tema da diversidade sexual na escola, produzido a pedido do Ministério da Educação. O “kit anti-homofobia”, batizado por opositores ao material e por parte da mídia de “kit gay”, foi vetado diretamente pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, em maio de 2011.

No mesmo sentido da avaliação de Rodrigues, foi a do ativista Toni Reis, um dos fundadores da ABGLT, para quem os grandes jornais e revistas do país são favoráveis às reivindicações do movimento.

Os editoriais são positivos. O que existem são alguns articulistas contrários, mas isso é normal, não se pode exigir só questões favoráveis. **(Entrevista com Toni Reis)**

No que concerne a avaliações gerais sobre a cobertura feita pela imprensa e pela mídia, a maioria dos entrevistados fez avaliações positivas, com distintos níveis de críticas pontuais. Luiz Mott, por exemplo, resgata a cobertura que era feita em décadas passadas para elaborar sua visão:

A mídia, em geral, ela não tem mais abusado do preconceito. Jornal nenhum mais coloca como manchete, como ocorria nos anos 80, 90, “*bichona foi assassinada*”... ou “*sapatão roubou um... um automóvel*”. Há uma autocensura no sentido de usar termos mais adequados à própria comunidade. Na televisão a mesma coisa. **(Entrevista com Luiz Mott)**

Toni Reis também fez o mesmo resgate, ao mencionar jornais curitibanos que se utilizavam de palavras como “veado” e “bicha” no passado, e hoje não mais. As visões de outros três entrevistados são bem mais generosas quanto à cobertura feita pela imprensa dos temas ligados à população LGBT. Uma característica que não é acidental, neste caso, é o fato de os três serem jornalistas, ainda que com trajetórias diversas. A característica de *insiders* desses indivíduos (que em geral também se autoidentificam como ativistas, ainda que não em contextos organizacionais) propicia visões um pouco mais específicas do funcionamento interno dos veículos e da mídia em geral.

Bom, eu acho que tem uma questão, que é o seguinte: todo o avanço que a gente teve no país não foi de movimento social, não foi... né, a gente não tem uma comunidade que vai... às ruas, exigir direitos. A gente não tem um Executivo comprometido com isso, a gente não tem um Legislativo... todo o avanço que a gente tem, até hoje, eu acho que é muito em função da mídia... e aí eu estou falando da grande mídia, porque a mídia segmentada é mídia segmentada, e da Justiça. E acho que da Justiça muito

em função do que a mídia pauta. Então eu acho que a gente tem no Brasil, felizmente, a gente tem uma mídia... os grandes meios... com descidas e né... eu já trabalhei na *Folha*, sei como é, tem época que a *Folha* fala “*não, tá gay demais, corta todo gay* [palavra inaudível]”, mas tem... os principais veículos, mesmo se você for ver o *Jornal da Record*, que é uma tevê evangélica, o jornalismo da Record é simpatizante à causa. Então eu acho que assim, a gente tem, no Brasil, uma mídia extremamente simpatizante. Não sei te dizer qual é o motivo disso, porque as redações não são especialmente gays. Mas eu acho que... na imprensa, acho que existe uma compreensão de que essa é... uma causa boa, né, assim como outras causas, mas essa é tida como uma causa boa. E acho que isso que vem dando a pauta... na verdade... da questão LGBT no país. Eu acho que [é] essa compreensão do meio imprensa. **(Entrevista com André Fischer)**

Afora a avaliação bastante positiva que Fischer faz da mídia no que diz respeito ao modo como ela cobre temas relativos à população LGBT, há uma crítica constante deste entrevistado, em diversos momentos da entrevista, ao movimento LGBT atual. Entendo que muitas dessas críticas estejam diretamente vinculadas à realidade local vivenciada pelo entrevistado, em que o empresariado gay paulistano tem tido um relacionamento bastante conturbado com o grupo que organiza a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Tais críticas, no caso específico desta resposta, implicam no não reconhecimento, por parte do entrevistado, do movimento LGBT como um ator político relevante nos avanços desta comunidade no país; e, como consequência, ele os atribui (os avanços) especialmente à mídia e ao Poder Judiciário. Essa visão específica não foi compartilhada por outros entrevistados, ainda que um deles teça críticas severas ao movimento em geral por meio daquilo que denomino aqui de “crise de representação” (a isso retorno no próximo capítulo).

A visão de Vitor Angelo também é eminentemente positiva, mas ele a elabora referindo-se a diversos jornalistas (não LGBT) e veículos que seriam aliados da população LGBT ou de suas reivindicações mais gerais.

Mas voltando à questão da mídia, eu acho assim: tem o Sakamoto,¹²⁷ que é hétero... o Gilberto Dimenstein, que é hétero... não é nem pela orientação, mas isso tira um

¹²⁷ Leonardo Sakamoto, autor do *Blog do Sakamoto*, é jornalista, professor na PUC-SP e coordenador da ONG *Repórter Brasil*, além de ter assento (pela ONG) na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. | Gilberto Dimenstein é colunista e membro do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*. | Idelber Avelar, colunista da revista *Fórum*, é professor de Literatura na Universidade

pouco do estigma, sabe, também... [interrompo dizendo: “*sim, de que é só gays falando sobre gays, aham*”] e a reflexão ser muito de alto nível, eu acho... putz, o Sakamoto toda hora coloca, eu acho ele [*sic*] um parceiro do *Blogay*. Putz, eu sou muito fã... muito, muito fã... muito fã, declarado. Acho o trabalho dele fundamental. O Idelber, também, eu acho que também... o Rovai... eu leio todos, e acho bacana eles terem esse espaço, na *Carta Capital*, a Cinara [Cinara Menezes, jornalista] sempre que pode coloca, entendeu... Eu acho que..., nesse sentido, é muito bom saber que a gente tá do lado dos progressistas, sabe [risadas]. Na mídia progressista, na grande mídia, mas ao lado de jornalistas progressistas, que... Xico Sá, quando precisa, também escreve, não é frequente, mas... a gente já escreveu carta um pro outro, entendeu, e se você ver, mesmo nos textos dele, quando ele fala de mulher e não sei o quê, às vezes, ele fala dos gays, fala “*meu amigo gay é bom por isso, isso, isso...*”, e é bom porque é um cara que é considerado macho, os homens adoram ler, e ele se coloca a favor. Quer dizer, o espaço... eu acho que o espaço aumentou. As pessoas estão com mais coragem de fazer... Pontua-se ali e aqui, sabe, textos a favor... cada vez mais, com mais frequência, então eu acho muito bom. A Parada [Parada do Orgulho LGBT de São Paulo,] é boa porque é isso, na Parada, todos escrevem, eu acho ótimo. Todo mundo escreve. Esses progressistas, todos... claro que tem os reações, o Reinaldo Azevedo... [colunista da revista *Veja*] vai escrever alguma besteira... sei lá, aquele João Pereira Coutinho [colunista], na *Folha*, também vai se achar que pode... **(Entrevista com Vitor Angelo)**

Vitor Angelo é o jornalista gay que hoje tem mais espaço na mídia nacional, uma vez que escreve na seção de blogs do jornal *Folha de S. Paulo*. Na fala dele, destacam-se jornalistas e colunistas identificados como “progressistas”, a maioria em veículos (blogs ou revistas) próprios, embora alguns, como a jornalista Cinara Menezes, sejam repórteres de revistas semanais como a *Carta Capital*. Ao identificar indivíduos específicos e apontar a cobertura da Parada, ele procura demonstrar que há muitos profissionais da mídia hoje que são simpáticos às demandas da população LGBT e que, frequentemente, escrevem sobre isso, mesmo que não sejam tais temas os centrais em suas áreas de atuação – como no caso do jornalista Xico Sá. Aparecem em destaque aqui veículos que são de São Paulo, embora de penetração nacional, como os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e a revista *Carta Capital*. Esta fala de Angelo é importante, a meu ver, porque aponta

para outros atores políticos externos ao movimento LGBT (especialmente de fora das organizações), os quais participam, de maneiras diversas, das tematizações de “questões LGBT” na mídia. Retornarei a isso no capítulo final.

No caso da visão de Danilo Motta, destacam-se mais os veículos do Rio de Janeiro, mas também de penetração nacional em alguns casos. A avaliação dele também é positiva quanto à existência de um espaço e de uma cobertura, e aqui se destaca a perspectiva de que os veículos cobririam temas ligados à população LGBT (“setor”) como cobrem quaisquer outros setores da sociedade.

Mídia impressa... por exemplo, eu vejo que alguns veículos dão um destaque legal, tipo o *Extra*, quando o menino foi espancado em Niterói, que ficou com a cara toda deformada, foi capa do *Extra*, a foto do menino enorme, assim [som de carimbo, marca, “*plafit*”], arrebitado. O *Dia*, recentemente, fez uma matéria especial, de domingo, sobre diversidade sexual, crimes de homofobia, etc., foram duas páginas nesse dia. Acho que foi o abre de Rio se eu não me engano... abre de Rio, que eu digo, é a matéria mais importante da editoria. Foi a matéria que abre... gíria de redação, foi o abre de Rio, e foram duas páginas, assim, na principal. Então, acaba que sai. O que eu tô te falando: não são mídias para o público gay. Vai sair, bem ou mal, vai ter, se tiver um fato de relevância, se tiver uma matéria com números, com algo que seja mais uma exclusiva, etc., vai sair. Não sei veículos, tipo, mais tradicionais, tipo *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, que são veículos mais conservadores, se eles vão dar o mesmo destaque que *O Dia* e o *Extra*, que são veículos mais populares... menos conservadores, que não se importam de colocar uma bunda na capa, uma mulher de biquíni na capa. *O Globo* não colocaria mulher de biquíni, o *Extra* já colocaria, tanto que coloca. Então... esses veículos, eu vejo... tem espaço. Só não vai dar todo dia, porque não é o foco do jornal. [...] Então, tem que entender também que os veículos da mídia hegemônica não são especificamente voltados pro público LGBT. Eles cobrem como cobrem qualquer outro setor da sociedade, entende? E eles não ignoram, como é que se diz... pô, me fugiu a palavra... não deixam passar, assim, não deixam... tratam com desleixo, deixar passar em branco. Então eu vejo muito... a crítica principal é de não jornalistas, de pessoas que não estão na mídia. Eu vejo muita crítica “*ah, a mídia não cobre*”. A mídia cobre, só que não vai cobrir todo dia porque não são veículos para isso. **(Entrevista com Danilo Motta)**

É importante, neste ponto, observar que as avaliações positivas realizadas por esses três últimos entrevistados, que são jornalistas, focaram-se eminentemente

em veículos considerados de referência – com muitas ressalvas, o que se chama comumente de “imprensa séria” – na mídia nacional. Assim, jornais paulistanos e cariocas *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Extra*, *O Dia*, bem como as revistas *Carta Capital* e *Fórum* foram destacadas como simpatizantes (*friendly*) na cobertura, em geral, das demandas da população LGBT. Quando observo as considerações feitas no estudo de Leal e Carvalho (2012) já referido, constatações similares são verificadas, ainda que os autores sejam bastante cautelosos e explícitos quanto à necessidade de analisar cuidadosa e qualitativamente os textos (imagéticos inclusos) de cada veículo de comunicação. Ainda assim, eles colocam:

Numa apreciação superficial, pode-se dizer que **o jornalismo tem demonstrado alguma “permeabilidade” aos temas relativos ao universo da cultura LGBT**, dentre os quais, as próprias parada do orgulho LGBT, que, a despeito das diversas formas narrativas que assumem nos noticiários, têm merecido cobertura de um amplo espectro de jornais impressos, rádios, televisões e na internet. No entanto, essa atenção à homofobia e às realidades LGBT não se apresenta, ao olhar mais cuidadoso, sem contradições. Ao contrário, ela se dá exatamente em meio a esse conjunto de tensões que fazem da homofobia um campo problemático frente ao qual as mídias e notícias se posicionam, às vezes provisoriamente e para além de determinações fáceis e visões homogeneizadoras rápidas. À afirmação de que tal ou qual jornal é favorável ou não ao combate da discriminação, cabe a leitura atenta de seus textos e às variações aí presentes. (LEAL; CARVALHO, 2012, p.13)

Destaco esse ponto porque, tanto nas falas de meus entrevistados acima referidos, quando na pesquisa de Leal e Carvalho sobre a homofobia na imprensa, a centralidade das análises recai sobre veículos da “mídia nacional de referência” (expressão dos autores). Menos que questionar essas visões, é relevante complexificá-la quando saímos da unidade nacional e pensamos em veículos regionais e locais, muitos dos quais descolados de grandes conglomerados.¹²⁸ Observação neste sentido foi elaborada no posicionamento de um dos entrevistados, Leandro Colling, que faz uma avaliação bem mais crítica à imprensa em geral, apontando o que ele entende serem “coberturas pontuais”.

Numa visão geral, o que acontece: em determinados momentos, é respeitosa; em determinados momentos, é absurdamente homofóbica. Nós temos aqui, por exemplo, na Bahia, e isso se replica em outros estados, esses programas ditos mais

¹²⁸ Isso não é de somenos importância. Veja-se, por exemplo, que nos Princípios Editoriais das Organizações Globo, aplicáveis, portanto, a todos os veículos do grupo, consta o seguinte dentre os princípios associados ao tema da isenção: “(k) As Organizações Globo repudiam todas as formas de preconceito, e seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;” (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011).

sensacionalistas, ditos, entre aspas aqui, mais “populares”, que eu não chamo de popular de maneira nenhuma, que são de um grau de desrespeito a pessoas LGBTs, especialmente LGBTs vinculados... que possuem alguma relação ou pretensamente estão relacionados a alguma questão de criminalidade. É de um grau de homofobia, lesbofobia, transfobia, em geral transfobia, que é absurdo... absurdo. [interrompo dizendo: “e isso, na verdade, se replica a vários... acho que a todos os estados, esses programas policiaescos, que têm um espaço grande”] Esses espaços são... terríveis, terríveis. Mas, mesmo dentro dessa dita imprensa mais... da grande imprensa, mais respeitosa, digamos assim, você tem também... você tem casos em que há uma cobertura muito respeitosa, muito pró-direitos humanos LGBT, e outras que é... que não é... então acho que tem uma diversidade muito grande aí, é muito difícil de dizer [se] vai mais pra cá ou pra lá, existe uma diversidade. Mas, o que a gente pode dizer, de um modo geral, é que a gente tem que avançar muito nessa cobertura. Essa cobertura é ainda muito pontual em relação a eventos, a exemplo de Paradas LGBT. Ela é pontual quando tem algum crime de repercussão... não é uma cobertura, assim, que vá muito além de aspectos pontuais... ou de alguma decisão do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, da união civil, estável... E além de mais, além de ser pontual, ela é uma cobertura, em termos gerais, que não dá conta, minimamente, nem quer dar conta, da diversidade que nós temos nessa ampla sigla LGBT. Em geral, você elege ser gay é ser... ter determinadas pautas e [palavra inaudível], ser lésbica a mesma coisa, ser trans a mesma coisa... então a vinculação, por exemplo, do segmento trans à criminalidade é uma coisa fortíssima, ou à prostituição... que eu não gosto nem de chamar de prostituição, gosto de chamar... eu prefiro chamar de mercado do sexo, são trabalhadoras do sexo. **(Entrevista com Leandro Colling)**

A crítica à cobertura pontual de certos temas, e também da associação, que já é clássica e ainda persiste, entre travestis e o noticiário policial¹²⁹, também aparecem em outras entrevistas, de modo mais esparso. Em algumas delas, destaca-se de modo forte a crítica a coberturas pontuais no que diz respeito às paradas do orgulho LGBT e, na esteira disso, a pouca representação da dimensão política tanto destes eventos quanto das próprias demandas da população LGBT. Essa questão, também já apontada anteriormente neste capítulo, é bem documentada e desenvolvida na pesquisa de Leal e Carvalho (2012). Em entrevista

¹²⁹ É precisa a constatação de Leal e Carvalho (2012, p.36) a esse respeito: “Por sua vez, ‘travesti’ registrou um número significativo de referências nas editorias de polícia, reforçando percepções sociais e estereótipos identitários de longa data atribuídas a elas [...]”.

para divulgação do livro fruto desta pesquisa sobre homofobia no jornalismo, Bruno Leal afirma: “não foi a agenda política o grande tema, foi a agenda comportamental. Os segundos cadernos trouxeram muito mais questões que os cadernos de política.” (PESQUISA SOBRE JORNALISMO..., 2012).

No que diz respeito à linguagem, há uma questão bastante específica que procurei provocar em alguns entrevistados de acordo com o desenrolar das entrevistas. Uma demanda bastante antiga do movimento LGBT – em específico, de pessoas que se identificam como travestis – diz respeito ao uso de artigo e pronomes femininos para se referir a travestis e transexuais, bem como o uso do nome social, ou seja, aquele que o indivíduo escolhe para si em detrimento de um registro civil que, apenas muito lentamente, vem sendo retificado por meio de decisões judiciais no país. A inserção desta questão ancora-se, primeiro, na percepção clara de que são raros os veículos que não utilizam “o travesti” ao se referirem a tais pessoas, quando não as identificam explicitamente pelo registro civil entre parênteses. Em segundo, porque esse era um dos tópicos que foi abordado no Manual de Comunicação LGBT produzido e lançado pela ABGLT em 2010 no Brasil.¹³⁰ No referido *Manual*, consta:

Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, “O” travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino. (ASSOCIAÇÃO..., 2010, p.18)

No caso de Luiz Mott, quando questionei sobre uma avaliação geral em relação à cobertura da mídia, ele manifestou uma visão positiva em perspectiva histórica, como destaquei anteriormente, mas mencionou especificamente esta questão do não respeito à identidade social de travestis por parte da imprensa:

A principal bronca do movimento é ainda com a resistência, da maioria dos jornais, de adotar o politicamente correto. Por exemplo “a travesti”, “a transexual”... ou algumas vezes... fazer algum comentário... ainda de terminologia, o uso de homossexualismo em vez de homossexualidade, ou de opção sexual... mas eu acho que são pecados veniais, não são pecados mortais. **(Entrevista com Luiz Mott)**

Na entrevista com Danilo Motta, fiz esta pergunta de modo específico, e a visão do entrevistado é, a meu ver, condescendente com essa prática da maioria

¹³⁰ Para uma discussão sobre este Manual, ver Amaral e Coletto (2010).

dos jornalistas num sentido bem preciso: por desconhecerem “o correto”, eles utilizam o artigo masculino, mas sem intenção pejorativa.

O que eu vejo assim, não é nem má fé, muitos jornalistas não sabem que, entre aspas, “o certo” é a travesti e não o travesti. “*O travesti é a mulher que se veste de homem*”, entre aspas. Como um amigo meu: se parece menina, é a travesti, se parece menino, é o travesti. Eu vejo, em parte, não é má fé, assim, “*ah, só de sacanagem vou colocar o travesti*”. É desconhecimento mesmo... tanto que, eu tava conversando com o Carlos Tufvesson [ativista e gestor público no Rio de Janeiro], ele falou que... ele estava dando entrevista pra menina, aí a menina, entrevistando e não sei o quê, e colocou “o. sexual”. Assim... não, tava no bloquinho dela, ela colocou “o. sexual”, e no texto ela escreveu opção sexual, nas aspas dele. Ele falou que arrancou os cabelos, “*menina, pelo amor de deus, faz uma errata disso porque vão bater em mim, que eu tô falando opção sexual, eu não falei [risadas], você escreveu o. sexual e se confundiu na hora de escrever, não*”. Então, assim, em parte, isso eu tenho uma certa preguiça em cima disso, porque... o cara não vai ser nem mais nem menos respeitado na rua porque sai no jornal o travesti ou a travesti ou se sai opção sexual ou orientação sexual. Você não vai chegar e dizer “*você é um travesti*”, isso é uma falta de respeito... Agora, você tá... uma visão particular minha, eu não vejo falta de respeito, eu vejo, assim, o camarada não sabia que há um protocolo... que... um acordo de cavalheiros que vai se tratar de “a travesti” e de “orientação sexual”. Então eu vejo muita tempestade em cima disso, só que eu não vejo diferença real, na rua, se vai se tratar dessa ou daquela forma. Por exemplo, existe muito... que eu vejo, assim, e que me deixa um pouco puto. “*Ah, vamos cobrir o Miss Gay*”, que é um concurso de travestis. Nego confunde, aí sim é um pouco mais grave confundir orientação sexual e orientação de gênero, são duas coisas diferentes. E muitas vezes tem gente que não só não sabe, como investe nesse estereótipo. Mas isso são em mídias mais escrachadas, *Pânico*, *CQC*... são mídias que eu não levo a sério, eu trato aquilo meramente como humor. **(Entrevista com Danilo Motta)**

Mais do que compreender que seja fruto de desconhecimento dos profissionais da mídia, Motta não considera que esta seja, precisamente, uma questão de maior relevância. Assim, o uso destas expressões não afetaria de forma concreta a vida dos indivíduos assim representados nestas coberturas. Para além desta visão, interessa-me aqui entender como o referido Manual de Comunicação LGBT, enquanto uma ação de “intencionalidade ético-política e de uma luta

simbólica entre dois grandes campos sociais: o campo dos movimentos sociais e o campo jornalístico” (AMARAL; COLETTI, 2010, p.156), não parece ter sido assimilado de forma expressiva nas redações do país, embora tenha sido divulgado para, potencialmente, todos os grandes veículos brasileiros.¹³¹ Assim, aquilo que se configuraria numa estratégia de ação educativa e informativa por parte do movimento em relação à mídia – estratégia essa também empregada pela GLAAD nos EUA, como nos exemplos do CAP e da pesquisa *Missing Voices* que discuti no capítulo três – não teria surtido o efeito desejado de disseminar e, em certa medida, estabilizar, certa linguagem no que diz respeito à cobertura desta população.

Dois entrevistados, em específico, fizeram remissões ao tema da violência, embora por chaves interpretativas diferentes do fenômeno. Um deles, Julian Rodrigues, num tom mais crítico. Outro, Vitor Angelo, com uma abordagem mais positiva. Todo modo, o registro que eles fazem parece-me corroborado, primeiro, por uma impressão pessoal (que entendo como coletiva) de que a homofobia e os crimes contra pessoas LGBT ganharam muito mais espaço na mídia nos últimos anos. Entretanto, afastada essa impressão que poderia ser puramente pessoal, a pesquisa feita por Leal e Carvalho (2012) comprovou a expressividade do termo e das coberturas no que diz respeito a crimes homofóbicos¹³² nos últimos anos (desde 2008 no caso da pesquisa).

Assim, a leitura de Julian Rodrigues sobre a cobertura da imprensa destaca certa vinculação maior com editoriais ligadas à violência e muito menos com aquela que trata de política.

No jornalismo, também é um tema que só entra na pauta lateralmente, como violência geralmente. Isso é uma coisa que acho interessante de a gente pensar. Você veja, o tema da cobertura de direitos é um tema muito lateral. Só entra lâmpada na Paulista... orelha cortada, assassinato. [...] Tô dizendo por quê: a abordagem é a violência... jornalística, não tem uma cobertura. Tem eventualmente, você tá no auge de uma votação do PLC 122, aí você tem uma certa cobertura. Ou o STF julgando a união

¹³¹ A este respeito, um dos entrevistados, Eduardo Peret, comentou: “Não, não teve impacto. Eu acho que o *Manual*, assim, foi lindo, foi um projeto ótimo, foi uma iniciativa lindíssima, mas ele foi mal... ele não teve marketing. O problema foi esse.” (Entrevista com Eduardo Peret). Já Toni Reis informou-me que uma nova edição do Manual deve sair em 2013, o que indicaria uma nova demanda por ele, embora seja difícil avaliar, como já referi, o real impacto da publicação nas redações do país.

¹³² É relevante registrar que sob a expressão “homofóbicos” estão crimes e ocorrências contra mulheres lésbicas e pessoas com identidade trans. Embora na academia e entre alguns setores do movimento LGBT utilize-se expressões mais específicas como lesbofobia e transfobia, esses termos não têm reverberação na mídia nacional.

estável. Mas, tirando esses episódios pontuais, a cobertura jornalística é focada na violência. Então vai muito pro Cotidiano, no caderno de violência, Cidades... é engraçado né? Tá em Cidades, olha que interessante isso. Você não tá na Política... pegando aqui a *Folha*, que eu leio todo dia, tá sempre em Cotidiano. Cotidiano é o caderno de Cidades. Ou alguma coisa na Ilustrada quando tem a ver com arte, cultura e tal, mas, a pauta não entra... **(Entrevista com Julian Rodrigues)**

A visão de Rodrigues remete, em alguns pontos, à visão de Leandro Colling acerca da pontualidade da cobertura. Se, neste caso, o entrevistado avalia o modo como a imprensa trata das questões da população LGBT como uma “não politização” dos temas e a inscrição deles mais em cadernos sobre violência, Vitor Angelo vê com maior positividade essa entrada pelo tema da violência, especialmente por entender que isso colabora também para a audiência dos veículos – constatação igualmente feita por Yone Lindgren.

Ao mesmo tempo, eles sabem, como eu também sei, porque eu vejo no meu blog, que as notícias de morte, de violência, elas dão muita audiência. Toda vez que eu dava... se eu quiser ter audiência, se eu quiser ter uma puta audiência sempre, que é uma coisa que... era só eu dar “*morta travesti não sei aonde...*”. A gente recebe nas redes sociais toda hora. Não, eu fico até muito cansado, fico até enjoado. Morreu... tal coisa... foi morto o professor, foi degolado, a gente recebe muito. Isso dá muita audiência, tanto que eles dão. Eles sensacio[nalizam]... chamam de sensacionalismo. Mas também é um fato, e pra mim também, eu acho bom, porque evidencia a violência contra os gays. [...] Eu acho assim: ao mesmo tempo tem essa coisa, porque eles precisam de audiência, e é um fato, mas eu não acho tão negativo. Eu não acho negativo. Eu acho até que colabora para as pessoas falarem “*nossa, tão matando mesmo um monte de gays*”. E eu acho que, em geral, é bem... é bem... pouco sensacionalista. Eu acho que é bem respeitoso. Acho que tende a melhorar, em vários aspectos. Mas, por exemplo, não sai mais coisas assim que gay é uma doença... e se sai é questionando muito. Quando sai é sempre de forma crítica. Isso eu acho bacana, então... na grande mídia, eu acho que não estamos tão mal. Podemos avançar mais, mas não estamos tão mal. **(Entrevista com Vitor Angelo)**

Retomando dois pontos presentes nas visões manifestadas acima, quero cotejá-los com as observações feitas por Leal e Carvalho (2012). Primeiro, de fato, o tema da violência – aqui entendido como crimes homofóbicos ou homofobia

genericamente – tem ganhado um espaço bastante expressivo nos grandes veículos nos anos mais recentes, ainda que tal fato seja avaliado diversamente pelos entrevistados. Como registram os pesquisadores: “desse modo, o que constatamos foi que, não apenas o termo, mas a homofobia ganhou visibilidade como um fenômeno social e um componente importantes da agenda política contemporânea” (p.43). Um dado específico, inclusive, não deixa dúvidas: “[...] em 2010, um único jornal fez uso mais frequente do termo que todo o conjunto de mídias jornalísticas em 2008.” (*loc. cit.*).

Quanto a uma cobertura muito menor ou quase inexistente da dimensão política das questões LGBT, especialmente dos ativistas e do movimento em si, a avaliação de Julian Rodrigues também é ecoada pelos pesquisadores da UFMG. Isso está registrado em momentos diversos da obra, e reitera o fato já identificado em outras pesquisas de que a presença dos movimentos sociais em geral e do movimento LGBT em específico é diminuta, quando não negativa, na imprensa. “Seja o Dia Mundial de Combate à Homofobia ou as diversas paradas, não foi infrequente ou a simples desconsideração ou uma abordagem que evitava explorar a agenda política ao qual estão vinculados.” (p.38)

Se tal interdição do movimento na cobertura das mídias impressa e televisiva é por si só problemática, no caso das paradas ela é ainda mais incômoda na visão de alguns dos partícipes desta pesquisa. Entendo ser importante frisar a distinção, explorada e problematizada pela investigação de Leal e Carvalho (2012), quanto a “acontecimentos programados” e “acontecimentos acidentais” neste caso. Se crimes homofóbicos, uniões de casais gays ou de lésbicas e declarações de personalidades são, genericamente, “acidentais”, aqueles eventos produzidos especificamente pelo movimento LGBT (ativistas e suas organizações), anualmente, são “programados”. É por isso, então, que o enquadramento que os exclui das coberturas de tais eventos é recorrentemente criticado.

Se na subseção anterior, sobre representação na telenovela, aludi à complexidade e disparidade das visões, a cobertura produzida sobre as paradas, especificamente a da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, também não é nada consensual na avaliação de meus entrevistados. Aqui há três visões distintas bem claras: uma de crítica à cobertura da imprensa; outra de crítica ao movimento LGBT; e uma terceira elogiosa à cobertura da imprensa. Entendo que este é uma tema que mereceria um tratamento mais apurado, uma vez que engendra movimento social,

imprensa e mercado, mas não o faço aqui com a extensão necessária para limitar a discussão a meu objeto.

Posto isso, as visões de dois dos ativistas entrevistados é bastante crítica à cobertura da imprensa.

Com relação ao movimento LGBT, aí eu acho que tem algumas particularidades. Por exemplo, é óbvio, e ano após ano, e eu tenho acompanhado isso sempre, por exemplo, no *day after* da Parada de São Paulo, na segunda, o que sai no *Estadão* [O Estado de São Paulo] e na *Folha*... que acaba... em rádio também, essas rádios de notícias, nos telejornais, acabam se pautando ainda um pouco pela mídia impressa. É sempre a caricatura... as roupas, as trans, as celebridades, o número de pessoas, número de lixos, de toneladas de lixo, as ocorrências... você não tem um debate sobre o tema da Parada, por exemplo. Então, sempre tem uma questão que não é... sempre na linha de... tem uma visão crítica em relação ao movimento social. **(Entrevista com Julian Rodrigues)**

Mas eu conheci o Carlos [Carlos Alberto de Carvalho, um dos autores da pesquisa *Jornalismo e Homofobia no Brasil*] e tal, e eu vi ele [*sic*] apresentando os resultados do projeto em alguns seminários, ficou muito interessante, a pesquisa estava muito interessante, e ele falou, ele mostrou, realmente, é uma invisibilidade, assim... atroz. O jornalismo, de uma forma geral, tem uma invisibilidade atroz. Quando aparece, é a Parada. Aí, na Parada, são as *drags*, são os garotos de sunga dependendo do horário... é uma coisa assim né. Não aparece um beijo, é uma coisa muito pasteurizada. Então, é o Carnaval e a coisa pasteurizada... ou então focam em uma autoridade falando no carro, e é isso aí. E a Parada tem 30 segundos na televisão, no horário nobre, “*oh, que coisa legal, nós tivemos 30 segundos no horário nobre*”. Isso é muito ruim, isso é muito invisível realmente. **(Entrevista com Eduardo Peret)**

Como se pode ver, ambas as críticas recaem naquilo que seria uma cobertura de “fatos menores” e menos relevantes do que o tema da Parada e as reivindicações políticas ali expostas. De certo modo, há a noção de que haveria um registro apenas caricatural e festivo sobre tais manifestações, em detrimento dos discursos de ativistas e do tema que estaria norteando a realização daquela manifestação. Já na visão de Vitor Angelo, a cobertura seria respeitosa. Ele elenca alguns dos mesmos

fatores apontados como negativos nas visões que expus acima, mas compreendendo-os como positivos nas coberturas.

Por exemplo, a cobertura da Parada Gay: ela é muito respeitosa. Ela é muito bacana. Ela deve incomodar muito os evangélicos, eles devem ficar muito putos. É colorido, é divertido, as fotos são divertidas, todo mundo acha bonito, é engraçada, as *drags* são... tem muita gente que condena que só mostra *drag*, eu acho ótimo. Sempre tem gente se beijando, fotos de homem se beijando, de mulheres se beijando... mostram-se vários tipos. O *G1* [portal de notícias da Rede Globo] fez uma coisa maravilhosa, de uma... são 17 fotos, e cada um escrevia qual a palavra que significava a Parada. Diversão, solidariedade, política, orgulho... e cada pessoa, uma pessoa diferente da outra, então você via a coisa da diversidade mesmo, então, desde a lésbica, desde a menininha, desde a... e sem dizer se é lésbica, se é *drag*, se é travesti... dizia só o nome, a profissão e idade... e o cartaz, a folha. Era muito legal. Isso é muito respeitoso. E se você ver, a cobertura toda, entendeu, o *UOL* transmite ao vivo. A *Folha* fez uma cobertura gigantesca. No *Estadão*, todo mundo faz... todo mundo faz uma cobertura, e é muito respeitosa. Muito respeitosa sim. Podia se achar, podia se falar muito mal. Muito mal, mas muito mal. E tem coisa pra falar. Podia se dar destaque a esse pessoal que fica bêbado, que ataca as meninas, podia se dar destaque... não se dá. Eu acho muito respeitoso. [...] Eu adoro a cobertura da Parada, vou dizer, eu acho super tendenciosa [risadas]. Pro bem, entendeu? Não tem, porque se fosse... vários parâmetros... mesmo quando acontece coisas como o atentado que teve, explodiu bomba, ou que a pessoa apanhou, é sempre num destaque menor. É sempre numa situação menor. **(Entrevista com Vitor Angelo)**

Angelo menciona coberturas de veículos específicos para sustentar sua visão de que a imprensa trataria de modo respeitoso e positivo as paradas (entendo que ele esteja fazendo referência apenas à Parada de São Paulo, entretanto). Comparando as três visões, percebo que haja dois aspectos centrais: um de enfoque, e que é registrado nas pesquisas que já indiquei, em que o movimento, os ativistas e a dimensão propriamente mais política desses eventos são negligenciadas; o outro aspecto é bastante mais complexo porque envolve a própria (auto) representação deste grupo social. Ou seja, as *drag queens*, as travestis, os homens (gays ou não) de sunga e com corpos musculosos, as roupas coloridas e a própria construção imagética de uma “festa” (com músicas tocadas em boates) é lida

de maneira diferente pelos entrevistados no que diz respeito à sua pertinência como elemento a ser registrado nas coberturas. Esses dois aspectos, entretanto, recobrem a complexidade de uma avaliação que se pretenda completa porque eles operam conjuntamente: o maior destaque a certos elementos do evento significa menor destaque – ou nenhum – a outros, neste caso, ao tema, aos discursos políticos e, enfim, ao movimento LGBT como protagonista daquela manifestação.

Uma terceira visão sobre a cobertura da Parada não opera tendo a imprensa como objeto central, e sim o movimento. André Fischer critica o modo como a Parada de São Paulo tem sido conduzida.

O que a imprensa teria pra mostrar além do que tá ali na cara, esfregando... o que a Parada oferece... pra imprensa? Um monte de trio elétrico, cenas de arco-íris na Avenida Paulista, as *drag queens*, os gogos-boys... Tem um monte de matéria, nos últimos anos, que tem tido de famílias, aquela da mãe que apoia o filho e coisa e tal... [...] Eu vi, por exemplo, a cobertura que a *Globo News* fez hoje.¹³³ A *Globo News* fez uma cobertura esse ano que poderia ter sido de qualquer ano. Podia ter ido no arquivo... e ter... só ano passado choveu, podia ter ido no ano retrasado, que era a mesma coisa, não tinha diferença nenhuma. Ela só tá menor. A única coisa que vem acontecendo com a Parada é que ela vem diminuindo de tamanho, é a única diferença. Então assim, a mídia... não tem... nessa coisa que a gente vai falando do movimento de alimentar a mídia, a Parada não tem sido generosa nesse sentido [interrompo dizendo “*não tem o que oferecer à...*”]. Ela não tem sido generosa, de... “*olha, olha aqui ó, aqui uma novidade pra...*” porque é isso, a mídia tem que ter isso... “*olha, esse ano tem um...*” sei lá, um show, qualquer coisa... “*no fim tem uma...*” qualquer coisa... “*vai ter um grupo agora, vai ter em vez de trio elétrico, vai ter além de trio elétrico, tem outra coisa...*” Então... dificulta mesmo uma cobertura mais... se a gente tá falando que tem uma mídia simpática, dificulta uma cobertura mais simpática, mais extensa, porque não tem o que oferecer. E a mídia, não é que seja preguiçoso, mas o jornalista de grande veículo trabalha com... você tem o mundo te bombardeando com... [interrompo dizendo: “*com informações*”] com informações... e você vai trabalhar com o que tá sendo apresentado. Agora, realmente, se você é um jornalista, que você vai cobrir na Parada? Mal tem coletiva de imprensa... não tem mais nem, nada... prêmio, aquelas coisas todas que tinham, não tem mais nada [som de estafa, de algo maçante]. Cobrir quinze trios elétricos de sindicato atravessando a Paulista? Complicado. E aí o que acontece: esse ano a notícia é: diminuiu de

¹³³ A entrevista com André Fischer foi realizada em 12 de junho, um dia após a realização da Parada.

tamanho. Eu me lembro que teve um ano da Parada que eles cometeram um erro louco e estratégico, que eles colocaram, que assim, tipo, como não tem ninguém lá pra pensar... eles colocaram... a imprensa, que tem sempre um centrinho ali pra imprensa, de apoio, pra você ter internet... menos né, que você pode ir com seu próprio celular, mas até uns dois, três anos atrás você tinha que dar sinal pras pessoas... Eles colocaram o centro de imprensa do lado do Corpo de Bombeiros e do lado do hospital. Que foi notícia aquele ano da Parada? Você deve lembrar, há uns quatro anos atrás... foi só como a Parada estava violenta. Sim, você tem todos os jornalistas aqui, e aqui chegando as pessoas... [interrompo dizendo: “machucadas, bêbadas...”] machucadas, assaltadas... a imprensa só vê a violência, lógico. Claro que também foi uma Parada mais violenta aquele ano... teve muita gente... e depois colocaram mais policiamento, mas... o que você ofereceu pra imprensa? Você ofereceu pra imprensa as pessoas se machucando e... a coisa da polícia que era aqui pra você falar que foi assaltado. Então essa foi a notícia da Parada. Então tem uma falta de... de estratégia, de pensar no que... então isso assim, você não oferece nada pra imprensa... diminui o número de pessoas, qual é a notícia? A Parada diminuiu de tamanho.

Como constato a partir da resposta de Fischer, e com base no que tenho discutido até o momento, há profundas diferenças nos modos de avaliar a cobertura da Parada – neste caso, a de São Paulo. Mas não somente as Paradas em si, mas aquilo que elas, de certo modo, retratam “metonimicamente”: o movimento LGBT não seria representado satisfatoriamente na imprensa, e notadamente sua dimensão política primaz. Essas diferenças de avaliação recaem sobre atores políticos diferentes como expus nesta subseção: para alguns, é culpa da mídia; para outros, do movimento. Já no caso da avaliação de Vitor Angelo, a cobertura seria positiva.

As visões sobre a cobertura da imprensa às demandas da população LGBT, assim, têm gradações imensas entre críticas severas e elogios à atuação dos grandes veículos noticiosos. Ainda assim, como as pesquisas que indiquei e as falas de alguns entrevistados apontam, o jornalismo, como prática coletiva dos veículos de comunicação do país, tem sido cada vez mais permeável a temas como a violência homofóbica e transfóbica e os relacionamentos e as uniões de gays e lésbicas (sobretudo depois da decisão do STF em maio de 2011). Já os modos como ativistas e organizações LGBT interagem com a mídia e a imprensa em face destes temas e destas representações variam ao longo do tempo e são

atravessados, sobretudo, por protagonismos individuais. Ocupo-me, portanto, desta questão específica no próximo capítulo, para compreender que interações certos ativistas têm estabelecido com os profissionais da mídia nos últimos anos.

5 INTERAÇÕES COM A MÍDIA NO BRASIL: O MOVIMENTO LGBT ENTRE PROTAGONISMOS E AÇÕES PONTUAIS

No capítulo anterior, na seção 4.2, adotei uma abordagem específica para tratar do campo do entretenimento e da imprensa nesta pesquisa: cotejei, entre si, com a literatura e com alguns materiais que utilizo como suporte analítico, as visões que os partícipes desta pesquisa têm sobre a representação LGBT na mídia. Ressaltei, em específico, a telenovela, como produto cultural proeminente do campo do entretenimento no país, e as coberturas produzidas pelo jornalismo, com destaque para o tema da violência e a cobertura sobre as Paradas do Orgulho LGBT. Procurei indicar a miríade de avaliações produzidas pelos entrevistados sobre as representações e coberturas feitas da população LGBT, suas demandas, a violência que lhe atinge, o movimento social que procura representá-la, as personagens que a retrata na televisão e a diversidade de suas experiências apreendidas pelos filtros da imprensa.

Neste capítulo, privilegio a questão norte de minha investigação, a relação do movimento LGBT (dos ativistas e suas organizações) com a mídia. Assim, ocupo-me desta discussão nas quatro seções deste quinto capítulo: na primeira, ***Sobre ações dirigidas às telenovelas e à imprensa***, articulo a questão motriz da pesquisa com os dados de que disponho sobre interações e estratégias que o movimento empreendeu com relação às questões discutidas no capítulo quatro – sobre a telenovela e a cobertura da imprensa; na seção posterior, ***Relações: o advocacy entre protagonismos e reações isoladas***, apresento a discussão mais focada na relação entre ativistas e organizações com os profissionais e veículos da mídia na visão dos entrevistados, destacando as estratégias e dificuldades dessas interações; na sequência, na seção ***Para além da mídia: questões de fundo***, temas transversais como estrutura financeira, dependência ao Estado e conflitos políticos são apresentados como contextualização mais ampla da constituição complexa do movimento LGBT; por fim, na quarta e última seção, ***Visões do Campo***, teço considerações sobre as visões de meus entrevistados, elaboradas num enquadramento que procura entender por que há divergências tão específicas (e recorrentes) no diagnóstico de certas questões e na concepção de possíveis estratégias para lidar com elas dentre o conjunto de meus entrevistados. Também

destaco a proeminência da ABGLT e do ativista Toni Reis não só no movimento em geral, mas na interação com a mídia em especial.

5.1 Sobre ações dirigidas às telenovelas e à imprensa

As ações específicas que ativistas e organizações estabelecem em relação à mídia são raramente direcionadas às representações presentes em telenovelas (entretenimento), havendo maior atuação no que diz respeito à cobertura da imprensa escrita. Assim, reações à produção televisual – mesmo a jornalística – são bem mais pontuais. Nas entrevistas que realizei, há um reconhecimento generalizado de que o movimento LGBT atuaria muito pouco em relação à mídia e à imprensa em geral, como desenvolvo na seção seguinte. Quando perguntei aos entrevistados especificamente sobre as representações em telenovelas, as respostas versaram, então, sobre a qualidade e os problemas dessas representações. Não houve menção, por parte destes indivíduos, a ações feitas por eles ou suas organizações em relação a tais representações quando elas agradavam ou não ao movimento LGBT – isto é, a organizações específicas. Entretanto, interações ocorreram e, segundo meu levantamento de material documental, todas por iniciativa da ABGLT e muito recentemente. A entrevista com Toni Reis, que presidiu a organização até janeiro de 2013, também ressaltou algumas dessas interações.

Repiso aqui, uma vez que esta pesquisa não tem alcance historiográfico, que é consideravelmente possível que interações entre organizações LGBT e emissoras de televisão, no que diz respeito às telenovelas, tenham ocorrido nestes mais de 30 anos do movimento. Como destaquei no primeiro capítulo, muitas interações pontuais ocorreram ao longo da história, especialmente por iniciativa de alguns ativistas ou de grupos com jornalistas em sua composição – entretanto, não encontrei menções específicas ao tema da telenovela. Ainda que elas existam, o próprio adensamento das representações de LGBT é característico desta última década, e os registros específicos a que tive acesso são dos últimos anos.

Analisando, por exemplo, o relatório do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL) – e I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com Aids – ocorrido em 1995 em Curitiba (Paraná), há apenas um encaminhamento sobre telenovela, mas ligado especificamente ao tema da Aids: dentre cinco

encaminhamentos feitos no Grupo de Trabalho denominado “Aids x Mídia”, o quarto deles traz:

Encaminhamentos (propostas):

- Preparar um documento para ser enviado às redes de televisão que produzem teledramaturgia (telenovelas, séries, etc.) para que incluam personagens gays ou lésbicos que adotem práticas de sexo mais seguro. (REIS, 1995, p.49)

Já na decisão da Plenária final em relação a este GT, o encaminhamento é bastante amplo: “que a entidade nacional que será criada (ABGLT) tenha uma assessoria com profissionais da área de imprensa atuante e que fiscalize esta área.” (p.49).

Um exemplo, ainda dos anos 1990, está registrado na Ata da 4ª Assembleia da ABGLT, realizada em 22 de agosto de 1998: na discussão de moções feitas mais ao final da assembleia, lê-se: “Jane Pantel: moção de repúdio à Rede Globo referente à morte do casal lésbico na novela Torre de Babel (documento a ser encaminhado aos grupos)” (ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO..., 1998, p.4). Afora esse registro, não encontrei outros nas atas da associação (da de fundação, em 1995, até a 15ª, de janeiro de 2010) em relação ao tema das telenovelas. Entretanto, é justamente a atuação da ABGLT a mais notória – e claramente a única com potencial de relação interinstitucional – neste campo em específico, com especial ênfase nas gestões presidenciais de Toni Reis, a partir de 2007. Uma série de ofícios e interações foram estabelecidas entre a ABGLT e algumas emissoras, em especial a Rede Globo, no que diz respeito às representações LGBT nas telenovelas. Também na entrevista que fiz com Toni Reis, ele afirmou que a ABGLT reuniu-se com todos os grandes veículos de comunicação do país, o que também aparece na entrevista com Julian Rodrigues sobre o encontro da ABGLT com um dos diretores-gerais da Rede Globo.

Em 2011, uma decisão da emissora carioca em reduzir o destaque que um casal gay e o tema da homofobia estavam recebendo numa de suas telenovelas gerou reação da ABGLT. A direção da emissora, por meio do Diretor-Geral de Entretenimento, Manoel Martins, teria determinado que os autores da novela *Insensato Coração* (da faixa das nove horas, horário nobre e com maior audiência) “esfriassem” a história do casal gay presente na trama; além disso, para que não

fizessem apologia política por uma lei que punisse a homofobia.¹³⁴ No mesmo dia, 19 de julho de 2011, a ABGLT oficiou a emissora solicitando que fosse mantida “a livre expressão artística dos autores”.¹³⁵ A solicitação da ABGLT reverberou na imprensa, e a emissora respondeu no dia posterior. A assessoria da Rede Globo defendeu seu posicionamento, indicando que não haveria censura, uma vez que as obras são da emissora, e que a audiência do veículo é múltipla e não segmentada.¹³⁶ Pouco mais de um mês depois, quando a telenovela terminou, a ABGLT lançou uma nota congratulatória à emissora pelo modo como a homossexualidade foi retratada pelos autores da trama.¹³⁷ No que diz respeito ao potencial de relação interinstitucional, Julian Rodrigues relata sobre o encontro da ABGLT com um executivo da emissora:

Ultimamente, como a Globo fez essa... a coisa do beijo gay, teve uma discussão... aí não é jornalismo, é dramaturgia, mas acho que tá tudo meio ligado. Chamaram... a ABGLT foi lá... o Erlanger [Luis Erlanger, Diretor da Central Globo de Comunicação], que é um dos papas lá. Ele chamou a ABGLT lá, conversou, foi conhecer o Projac, estabelecer um diálogo mais institucional, que é a ideia de ter uma... tipo, de explicarem um pouco a estratégia deles. Eles têm muita... é quali, tudo qualitativo, então eles avançam um pouquinho, recuam um pouquinho, vai testando na quali...
(Entrevista com Julian Rodrigues)

Aqui uma relação institucional mais direta foi estabelecida, o que destoa das ações mais frequentes da ABGLT e de outras entidades por meio de ofícios, notas e declarações de repúdio ou congratulação. Como apresentei na análise sobre os Estados Unidos, este tipo de interação – o diálogo institucional – é considerado o passo inicial e mais apropriado na visão da organização em que pesquisei, a GLAAD.

No começo de 2012, mais interações ocorreram por parte da ABGLT em relação às produções teledramatúrgicas. Uma delas deu-se em relação a uma minissérie da Rede Globo que aborda os bastidores da Presidência da República,

¹³⁴ Cf. “Globo corta cenas e bandeira gay de *‘Insensato Coração’*”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/945317-globo-corta-cenas-e-bandeira-gay-de-insensato-coracao.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

¹³⁵ Cf.: <<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=177>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

¹³⁶ Cf.: <<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=178>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

¹³⁷ Cf.: <<http://www.agenciaaids.com.br/noticias/interna.php?id=17560>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

chamada *O Brado Retumbante*, exibida no mês de janeiro de 2012. A filha do Presidente era uma jovem transexual, e a abordagem desta personagem foi bastante elogiada pelo movimento LGBT em geral. Em ofício no final de janeiro,¹³⁸ a ABGLT congratulou a emissora pelo modo como o preconceito do Presidente em relação à filha foi abordado, e pelas cenas em que o mandatário vem a público pedir desculpas pela rejeição que manifestou em relação à sexualidade da filha. Já a telenovela *Fina Estampa*, que foi ao ar entre agosto de 2011 e março de 2012, motivou muitas discussões entre ativistas sobre a representação de um homossexual afeminado, o Crô, como diversas falas dos entrevistados nesta pesquisa apontaram. Neste caso, a ABGLT não enviou ofício à emissora, mas uma reportagem¹³⁹ do site da revista *Veja*, de fevereiro de 2012, afirma que esta personagem teria “selado as pazes” entre a emissora e o movimento LGBT desde o caso da novela *Insensato Coração* em meados de 2011. Por outro lado, esta mesma novela ensejou uma reação diferente de uma divisão interna da ABGLT, a Coordenaria Estadual da ABGLT em Mato Grosso. Nesse caso, por meio de uma solicitação de ação por parte do Ministério Público Federal (MPF).¹⁴⁰ No ofício, a entidade aponta uma cena da novela, exibida em 24 de novembro de 2011, em que haveria flagrante desrespeito às travestis por causa da fala de uma personagem (mulher) a outra (mulher). A novela seguiu seu curso, encerrando-se em março de 2012, e o Ministério Público não realizou nenhuma ação.

Tais casos aqui discriminados, como procurei destacar, ainda são bastante incipientes no que diz respeito às produções teledramatúrgicas. A maioria delas dá-se por meio de ofícios congratulatórios ou contestatórios, os quais cumprem o objetivo de mediatizar aquela demanda e de obrigar os veículos, em alguma medida, a responderem à cobertura feita pela imprensa. Como bem coloca Prudencio em artigo sobre a relação entre movimentos sociais contemporâneos e a mídia, haveria

Um quadro de confronto de campos sociais cujos modos de ler a realidade são diferentes. Ao mesmo tempo, os atores sociais assimilam uma certa lógica midiática (espetáculo) para negociar sua visibilidade, condição para sua existência social. (PRUDENCIO, 2003, p.101-102)

¹³⁸ Cf. <http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=203>. Acesso em: 26 dez. 2012.

¹³⁹ Cf. “Crô, de *Fina Estampa*, sela as pazes entre a Globo e o movimento gay.” Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/cro-de-fina-estampa-sela-as-pazes-entre-a-globo-e-o-movimento-gay>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

¹⁴⁰ Cf. Ofício MT 00124/CEABGLTMT/2011, de Dezembro de 2011 – Solicitação de Tomada de Providências Contra a Discriminação e Transfobia na Novela “Fina Estampa” da Rede Globo.

Ações que estabeleçam um diálogo mais institucional ainda são raras, e o único exemplo mais significado é o da reunião entre membros da diretoria da ABGLT com um dos diretores-gerais da Rede Globo.

A meu ver, há dois fatores amplos que incidem sobre a dificuldade de se estabelecerem mais relações neste setor em específico: em parte, é dispendioso para os ativistas estabelecerem tais relações uma vez que elas raramente produzem resultados palpáveis. A mudança no roteiro de uma novela, ou a reinserção de um tema outrora vetado não é cogitada, então essas interações são pouco capazes de produzir efeitos para além da própria relação institucional; outra razão deve-se ao reconhecimento de que há uma assimetria muito grande nesta “relação interinstitucional”. O diálogo que a Rede Globo, em especial, estabeleceu com a ABGLT cumpre o objetivo primaz, a meu ver, de não alimentar uma tensão entre uma das organizações mais representativas do movimento e a emissora, mas não tem qualquer intencionalidade de incidir sobre as produções do veículo. Ou seja, as reivindicações de ativistas por representações diferentes ou a inclusão de temas específicos não passam dessas reuniões, e dificilmente têm qualquer impacto nas conduções criativas (dos autores) e mercadológicas (dos executivos) dos produtos de entretenimento do veículo. Assim, as pontuais atividades de ativismo midiático de alguns poucos ativistas e organizações LGBT no Brasil não são capazes de influenciar os rumos destas representações, ainda que a exposição midiática de tais interações contribua para fomentar o debate para além dos segmentos restritos nessas interações. Toni Reis pontua este aspecto, especialmente sobre a cultura e a mídia:

As empresas de mídia sofrem essa pressão [de grupos religiosos]... eles têm que ir aos poucos. A cultura não se muda de um ano para o outro, vamos ver isso com a próxima geração. **(Entrevista com Toni Reis)**

No caso da imprensa, as ações de ativistas e organizações é mais prolífica, ainda que sejam fruto de interações pontuais, como é largamente reconhecido pela maioria de meus entrevistados. A ocupação de espaços destinados a leitores em jornais e revistas, por exemplo, é fortemente defendida pelo ativista Luiz Mott. Verifica-se isso no caso recente de um artigo controverso publicado pelo colunista da revista *Veja* José Roberto Guzzo, em novembro de 2012, no qual ele compara

gays a cabras e espinafre. Um trecho da carta de Mott foi publicado na seção de cartas dos leitores da edição seguinte da revista. A ABGLT também enviou um ofício à redação de *Veja* solicitando direito de resposta (até o momento, sem resposta), e a forte reação nas redes sociais e inclusive de parlamentares fez a publicação inserir uma breve e lacônica nota sobre o ocorrido na seção de leitores da edição de 21 de novembro de 2012. A discussão deste caso será retomada no capítulo final deste trabalho.

Ainda quanto às interações com a mídia, o mesmo Toni Reis também ocupou espaços na imprensa, tornando-se colunista do site *Congresso em Foco*, que cobre política na capital federal, no começo de 2011 (seu último texto, sobre eleições, é de outubro de 2012).¹⁴¹ Em maio de 2011, também publicou um texto na seção de debates do jornal britânico *The Guardian* sobre a decisão do STF em reconhecer as uniões estáveis de pessoas do mesmo sexo e sobre os próximos desafios do movimento LGBT no Brasil.¹⁴² Em novembro de 2012, em resposta a um texto publicado na seção Opinião do jornal *Gazeta do Povo* (o maior do Paraná) chamado *Conteúdo imoral na escola*, Toni Reis publicou um artigo de opinião, no dia 23 daquele mês, cujo título é *Por uma educação autônoma, cidadã e laica*.¹⁴³ Além disso, como presidiu até bem recentemente a associação LGBT de maior proeminência nacional hoje, Reis é frequentemente entrevistado em matérias tratando de temas diversos como violência e crimes, eleições, educação e bullying, aprovação de leis, etc. Por meio de um fórum online que reúne diversos ativistas e pesquisadores do país, observo que um número grande de produtores e jornalistas tem contatado Toni Reis, especialmente nos últimos dois anos, à procura de entrevistados e dados para suas reportagens e programas. Exemplos são veículos como as emissoras *SBT*, *Rede Globo* e *Empresa Brasileira de Comunicação* (EBC), a revista *Galileu*, os portais de notícia *Terra*, *Sul 21* e *Rede Brasil Atual*.

Temos que conquistar o apoio popular. A mídia em geral é fundamental para isso... Nas pesquisas internas feitas pela ABGLT, sempre se destaca a mídia como

¹⁴¹ Textos disponíveis aqui: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/author/tonireis>>.

¹⁴² Cf. “*Where next for Brazil’s gay rights?*” Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2011/may/11/brazil-gay-rights-same-sex-unions-legalised>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

¹⁴³ Cf. “*Por uma educação autônoma, cidadã e laica.*” Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?tl=1&id=1320975&tit=Por-uma-educacao-autonoma-cidada-e-laica>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

responsável pelas informações que as pessoas citam. [...] Eu sou como um banco de fontes para muitos jornalistas. “*Eu quero alguém que foi espancado pelo padrasto*”, como uma revista me pediu. Eu tenho todos os contatos numa agenda, no Outlook. São cinco mil contatos de jornalistas. **(Entrevista com Toni Reis)**

O destaque que a ABGLT e Toni Reis têm tido nos últimos anos é tributado a uma maior disponibilidade deste ativista em estabelecer contatos com a imprensa, mas também a seu próprio protagonismo em direcionar parte da atenção da organização (e, como consequência, do movimento LGBT) para as relações com profissionais da comunicação. A maioria dos entrevistados nesta pesquisa fez menções diretas à ABGLT, e a Toni Reis em especial, ao tratar das relações que o movimento estabelece com a mídia e a imprensa.

5.2 Relações: o *advocacy* entre protagonismos e reações isoladas

Nesta seção, discuto especificamente a(s) relação(ões) que indivíduos e organizações estabelecem com a mídia a partir das considerações dos entrevistados. Como indiquei na seção anterior, a um conjunto de constatações sobre representações e coberturas tidas como negativas ou insatisfatórias, nem sempre correspondia alguma ação por parte do movimento LGBT para incidir sobre os profissionais e veículos da mídia. Aqui adentro mais especificamente nesta questão.

Minha pergunta aos entrevistados, na abordagem mais direta de meu objeto, foi se o movimento (indivíduos e organizações) estabelecia relações com a mídia; se sim, como o fazia, se havia estratégias nestas interações, enfim, como seria a relação do movimento LGBT com a mídia em geral. Como é presumível, as visões não são concordantes entre todos os entrevistados. Contudo, comparando-as com as discussões que apresentei anteriormente sobre representações e coberturas, as avaliações nesta questão foram um pouco mais confluentes numa visada geral. A maioria dos partícipes acredita que o movimento LGBT, tomado em conjunto (ou como um ente) não teria uma estratégia para lidar com a mídia; muitos entendem que haja relações pontuais entre estes dois atores políticos, e geralmente reativas da parte do movimento; há um destaque, da parte de alguns entrevistados, a grupos específicos que se relacionariam mais com a mídia; o ativista Toni Reis e a

associação que presidiu até janeiro de 2013, a ABGLT, são recorrentemente citados como exemplo mais notório de tais relações; e existe o reconhecimento, por parte de alguns indivíduos, de que a falta de estrutura e recursos do movimento LGBT impediria uma atuação mais específica.

As avaliações “negativas” são maioria, no sentido de apontar a inexistência de uma relação continuada e estratégica, e apenas algumas relações pontuais.

Essa relação... olha, vou ser muito claro com você: eu acho que não, na verdade não. Eu acho que não existe uma preocupação, tirando, novamente, tirando ações pontuais como, por exemplo, a ação da ABGLT, na figura do Toni Reis, que sempre insistiu... [...] Mas essa organização com a mídia, no nível de organização que eu acho importante, a gente não tem. [...] Diálogo com a mídia [que] nós temos é muito pequeno, é muito individualizado, muito fechado. Acho que a ABGLT faz um trabalho ótimo tentando coordenar, ela sempre manda aqueles ofícios “*a ABGLT congrega duzentas e não sei quantas organizações*”, olha só. **(Entrevista com Eduardo Peret)**

Importante observar que ao criticar as relações estabelecidas com a mídia muito focadas em indivíduos, Peret está apontando para a ausência de maior diálogo institucional. Este é um aspecto que discuti anteriormente, ao mencionar o estabelecimento de relações mais institucionais da ABGLT com certos grupos empresariais, como a Rede Globo. Essas relações, como desenvolvi no capítulo três sobre a GLAAD, são eminentemente marcadas pelo viés institucional, nos EUA, quando se observam as interações das grandes organizações LGBT com a mídia. Se há, por um lado, esta problemática posta por Peret, por outro, os protagonismos individuais têm sido os maiores construtores das interações do movimento com a mídia no Brasil. No plano histórico, o fundador do GGB, Luiz Mott, destaca-se no cenário nacional; na atualidade, é Toni Reis. Isso já aparece na fala de Peret que destaquei acima, e encontra acolhida nas visões de outros entrevistados.

Se você acompanha a história do movimento aí, acho que teve essa questão sim. Quando o... pessoal do... principalmente quando o pessoal do *Dignidade*... o Toni, que é um cara muito ligado à imprensa, que tem uma relação... ali com a imprensa local, e depois quando foi pra direção da ABGLT, levou essa mentalidade, de trabalho, de impacto de mídia e coisa e tal... sim, a partir desse momento... [...] Mas ele, acho que é o cara que fez essa mudança, realmente, assim, começou a... E a gente aqui que

recebe material, assim, você passa a ter releases bem escritos e consistentes, e pra quem tá trabalhando, não adianta... o jornalista... você receber ali, ó, você tá ali, você recebe “*associação dos gays, ali...*”, porque o Mott também é outro que tem essa... o Mott também tem essa percepção. O Mott, com o Mott é coisas de impacto, você vê assim, o Mott é sempre assim... “*os gays reclamam...*”, é sempre assim o material que o Mott manda, “*gays reclamam*”, porque ele já sabe que valoriza, você vai pegar, vai ler e vai publicar dessa maneira [risadas]. O Toni é um pouquinho... é mais sutil, mas ele faz, tem um trabalho, que eu acho que mudou muito... que pessoas que ganharam muito espaço na mídia em função... de facilitar o trabalho da mídia mesmo. Você ter... [interrompo dizendo: “*jogar o jogo da mídia*”] É, jogar o jogo da mídia, coisa que o *Arco-Íris* começou a fazer depois mais consistentemente, que os outros grupos foram fazendo, então eu acho que ajudou muitíssimo... a munir a imprensa de... Pra quem tava querendo ser simpatizante, ter... [interrompo dizendo: “*ter material, ter espaço*”] ter material, ter espaço pra... [inaudível] cavar... nas reuniões de pauta, então ó, tá todo dia chegando alguma coisa, então de vez em quando você publica alguma.

(Entrevista com André Fischer)

Fischer aponta para um aspecto importante que é visto de maneiras diversas por alguns dos entrevistados: a estratégia que Luiz Mott e o *Grupo Gay da Bahia* (GGB) empregam em relação à publicização da violência contra a população LGBT no Brasil. Os relatórios que o GGB produz, desde os anos 1980, sobre assassinatos de LGBT no país são um das fontes mais citadas no Brasil e no exterior (pelo Departamento de Estados dos EUA, por exemplo) sobre crimes de ódio contra homossexuais e pessoas trans. E a estratégia de divulgar esses números à imprensa, geralmente no começo de cada ano, sempre surte o efeito de agendar a cobertura sobre o tema e espalhá-lo por diversos veículos do país – e os achados de Leal e Carvalho (2012) demonstram isso. Ainda que um dos entrevistados critique essa estratégia empregada, ela mostra-se eficaz em influenciar a cobertura da mídia sobre o tema, notadamente a imprensa escrita. Também nesta perspectiva, mas num sentido mais crítico, Danilo Motta observa que a maioria das organizações do movimento não se dirige à mídia, não oferece material nem a contata.

Eu acho que é uma relação muito fraca. Tipo, o *Grupo Gay da Bahia* consegue ter uma penetração bem interessante, porque eles divulgam dados anualmente, já que tem uma certa credibilidade. Porque eu não vou pegar dado de qualquer ONG e

publicar como oficial. Isso é muito complicado. Mas o GGB... dá pra conseguir, e eles divulgam, sempre número e tal. Só que, por exemplo, eu trabalho num jornal, tenho amigos que sabem que eu trabalho num jornal, que sabem que eu sou gay, que sabem que eu me interesso pela causa, mas eu não recebo *release* desse pessoal. [...] Então, eu vejo que as ONGs não divulgam suas ações, não... eu não recebo nota, assim, moção de repúdio, uma nota que seja, “*grupo tal repudia tal ação*”, “*grupo tal faz um ato*”, blá-blá-blá. [...] Por um lado, há quem alegue que a imprensa não se interessa, mas, por outro lado, o movimento gay não procura. **(Entrevista com Danilo Motta)**

A ausência de uma estratégia basilar, de procurar jornalistas e outros profissionais da mídia, é criticada por Motta em termos de um relação fraca ou quase inexistente entre “movimento gay” e “imprensa”. Outro aspecto neste mesmo sentido, destacado na fala anterior de André Fischer, diz respeito à compreensão, por parte de alguns ativistas, sobre a linguagem e o ritmo dos profissionais da mídia. Seria o caso, por exemplo, dos materiais que Luiz Mott e Toni Reis, citados aqui, enviam à imprensa. Neste sentido, a produção de *releases* com a divulgação de dados, e com chamadas expressivas, é um recurso que facilitaria a atividade jornalística, especialmente nos ciclos apertados das redações diárias. Sobre este aspecto, é interessante o comentário de Vitor Angelo acerca de seu “papel duplo” como ativista e jornalista – e com espaço na imprensa.

Mas eu noticio sempre com opinião, entendeu. Isso também, você não vai ver uma notícia “*tal pessoa apanhou não sei o quê, não sei o que lá, não sei o que lá...*”, aí embaixo, o último parágrafo vai ser... muito opinativo... [interrompo dizendo: “*puxando pro PLC*”] puxando o PLC,¹⁴⁴ ou pra como você pode denunciar tal coisa... mando um link pra um outro lugar, sempre uma, ou uma reflexão, sabe, “*você, heterossexual, pode ser vítima de homofobia sim*”. [...] E aí eu acho que esse que é o fato que... e, muitas vezes, eles têm que acabar adaptando, o que vem primeiro, entendeu: tipo, o cara que... o casal, no aeroporto, que brigaram com o taxista...¹⁴⁵ [interrompo dizendo: “*no Galeão? Foi no Rio, foi no Rio*”] Foi no Rio, fui o primeiro a dar. Depois eles substituíram pela *Folha*, mas durante três horas ficou lá em cima, e era o meu, a

¹⁴⁴ Projeto de Lei da Câmara (PLC 122/06), que pretende criminalizar a discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero. Aprovado na Câmara Federal, ele tramita no Senado desde 2006.

¹⁴⁵ O entrevistado refere-se a um casal gay que foi agredido por um taxista “pirata” no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro em fevereiro de 2012.

minha nota. Vi e já escrevi, com opinião. E eles são obrigados a dar, porque eu dei primeiro. Aí eles vão, fazem a recorrência, não sei o quê... [risadas] fazem a nota mais jornalística... porque eu só faço a aber[tura]... eu faço uma coisa muito fingida. Ai, eu não posso... entregando as táticas, mas pra você eu posso. Tô entregando todas as minhas táticas... Eu faço o que eles pedem: no começo você vai ler, você vai ver o *lead*: “no domingo, 26, tal pessoa, fez tal coisa com tal coisa com tal coisa” [interrompo dizendo: “o *lead* clássico, necessário”]. *Lead* clássico, faço um *lead* clássico.

(Entrevista com Vitor Angelo)

Esse comentário de Angelo é particularmente interessante porque se refere precisamente aos espaços de mediação entre campos sociais distintos: ao inserir demandas do movimento LGBT (“a opinião”) nos códigos de produção jornalística (“o *lead*”), o entrevistado satisfaz desejos de ordem midiática e política. É o reconhecimento, portanto, de uma certa centralidade – compreendendo, aqui, a mídia como um dos atores políticos essenciais da vida social contemporânea, mas não o único – do campo da mídia.

É através do campo dos media, nas suas instâncias especializadas de mediação, que ocorrem a expressão simbólica das posições sociais em disputa, a sua divulgação pública e sua elaboração racional e argumentativa, resultando daí um imperativo para as ações dos agentes sociais em geral – a busca dos objetivos e a defesa dos interesses tornam-se indissociáveis deste espaço social de mediação. (PRUDENCIO, 2003, p.100)

A afirmação de Kelly Prudencio, ainda que questionável sob um enfoque estrita ou eminentemente em ações políticas, reverba a importância das instâncias simbólicas (de representação) que ajudam a mediar a construção e discussão de valores e imagens que circulam socialmente. Na perspectiva da análise feita sobre a GLAAD nos Estados Unidos, o que há aqui é a disputa de visões num embate cultural por meio de um ativismo (como o de Vitor Angelo) mais midiático do que jurídico ou político em sentidos estritos.

As avaliações de dois ativistas, Luiz Mott e Julian Rodrigues, são consideravelmente diferentes sobre a relação entre o movimento LGBT e a mídia. Embora ambos destaquem a ABGLT (o GGB foi um dos grupos-fundadores da entidade em 1995 e Mott ocupou cargos na diretoria durante alguns anos; e Rodrigues fez parte da última diretoria, 2010-2012) neste cenário, Mott faz uma avaliação mais positiva, apontando o crescente engajamento da mídia em direção

aos ativistas, enquanto Rodrigues salienta a ausência de uma estratégia unificada – ou de caráter nacional – e de estrutura no movimento para isso.

Eu, que reclamava muito, que a ABGLT, no tempo de outros diretores antes do Toni [Reis], era... perdia muitas oportunidades de ir pra mídia. E com o Toni não, e, sobretudo, nos últimos anos, ele anda com... uma lista de telefones, e de contatos e e-mails no bolso, dobrado, em todo lugar que ele vai. De modo que... e tem uma assessoria que ele solicita que escreva para assuntos pontuais, porque a maioria das notas da ABGLT são escritas por colaboradores, não por ele. Mas, então, eu acho que o movimento, sobretudo através da ABGLT, e alguns grupos... mais importantes, o GGB... lá no Piauí, o grupo *Matizes*, o grupo *Estruturação* em Brasília, que são... entidades que têm o... que sabem esta arte de ser notícia, de modo que... raramente acontece, nos últimos tempos, uma reclamação explícita de alguma matéria, alguma... reportagem, entrevista, de alguém do movimento que foi mal interpretado, ou que foi maldosamente deturpado. A principal... há uma convivência e um diálogo cada vez mais forte, da imprensa procurando o movimento, muitas e muitas vezes através das redes sociais. Nós somos solicitados que alguém que possa receber a tal, tal pergunta específica para uma reportagem, de modo que eu considero que cada vez tem crescido... este contato, e se tornado mais profissional, e a gente sendo notícia positiva na mídia. **(Entrevista com Luiz Mott)**

Na verdade, o movimento LGBT, entendido aí como as grandes entidades e as redes, mais do que os ativistas independentes... porque também tem muita mudança nesse quadro... mas, digamos assim, o *establishment* do movimento LGBT, o *status quo*, o *mainstream* [risadas]... ele tem uma relação muito pontual com a mídia e... vou falar da ABGLT que eu assessoro, acompanho, milito. Tem uma relação cotidiana, que é feita, mas de maneira voluntária, precária. Por quê? Nós não temos, diferentemente do que as pessoas que olham de longe possam imaginar, nós não temos um assessor de imprensa liberado pra uma entidade LGBT. Assim, você pode ter projetos pontuais de uma ONG ou outra. Essa ideia de que o movimento LGBT no Brasil tem estrutura, recursos, não é verdadeira. [...] Então, na verdade, essa relação é essa: muito espontânea quase, e de rede. De denúncia e... reativa. Não tem uma estratégia... acho que isso é o central, talvez aí pra tua pesquisa. Não existe, assim, uma estratégia aprovada de comunicação do movimento LGBT [no Brasil]. “*Vamos fazer isso, vamos contratar tal, vamos atuar assim, vamos...*” **(Entrevista com Julian Rodrigues)**

Percebo, analisando essas falas, que há uma distinção crucial na abordagem de cada um dos ativistas: Mott vê esta relação por um prisma das interações, das matérias, dos contatos feitos pelos jornalistas, em que a *agência* recairia mais sobre os profissionais da mídia. Já Rodrigues, ao enfatizar as estratégias, vê esta relação por um prisma mais institucional, do diálogo interpartes, do trabalho de assessoria dentro das organizações LGBT, em que a *agência* recairia mais sobre os ativistas. Isso explicaria os modos de ver a relação entre o movimento LGBT e a mídia a partir de aspectos específicos e não coincidentes. No caso específico das organizações, Mott reconhece algumas como mais proeminentes no campo da mídia, como “sabedoras de uma arte” de lidar com os profissionais deste campo.

Conjunto seletivo de grupos também é reconhecido na avaliação de André Fischer, indo ao encontro das observações de Mott.

Existe. Você tem poucos grupos realmente atuantes e profissionais no Brasil. Você tem... os de Porto Alegre que eram todos, estão fechando, você tem lá em Curitiba um grupo bastante atuante [interrompo dizendo: “o *Dignidade*”], você tem no Rio, o grupo tem problemas, mas que tem uma... [interrompo dizendo: “o *Arco-Íris*”] O *Arco-Íris*, que tem um trabalho bacana, você tem o pessoal de Brasília [grupo *Estruturação*], pelo fato de estar lá em Brasília... apesar de ser um grupo pequenininho, mas eles acabam fazendo um barulho, e tem jornalistas fazendo parte do grupo, então muda... e o [inaudível] grupo da Bahia [GGB]. É basicamente o que a gente tem aqui, porque o resto são muito pequenos, as pessoas muito regionais, pequenos, mesmo que sejam sérios, mas são... não tem... grande representatividade. **(Entrevista com André Fischer)**

Observando-se a trajetória de alguns desses grupos mencionados, eles, de fato, têm um envolvimento maior com a mídia do que a média das demais organizações do movimento em âmbito nacional. O *Grupo Arco-Íris* (RJ) já foi mencionado na própria revisão de literatura por meio dos trabalhos de Andrade (2002) e Cotta (2009), em que se destacam a visibilidade e a mídia no ativismo do grupo; o *Dignidade* (PR), fundado em 1992, exerce um papel proeminente naquele estado, hoje mais projetado em função de Toni Reis ter presidido a ABGLT, cuja sede é em Curitiba; o *Estruturação* (DF), fundado em 1994, conta com um jornalista e pesquisador nos seus quadros há muitos anos, tornando-o uma referência na capital federal do país; por fim, o *Matizes* (PI), fundado em 2002, também se destaca

no cenário local, especialmente na figura de sua presidenta Marinalva Santana, que constantemente aparece em reportagens dos jornais daquele estado.

Nacionalmente, entretanto, apenas a ABGLT possui uma presença na mídia de forma mais continuada, ainda que no telejornalismo ela seja menor, ampliando um espaço que antes era mais restrito ao GGB, com seus relatórios anuais sobre violência contra a população LGBT e a premiação simbólica Oscar Gay.¹⁴⁶ A APOGLBT, que organiza a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, também ganha visibilidade nacional num período específico (junho), e suas ações têm mais penetração na mídia paulistana.

A avaliação feita por Leandro Colling é um pouco mais crítica ao movimento LGBT, embora reconheça o peso das limitações estruturais das organizações quanto à dificuldade de interagir mais com a mídia.

Por exemplo, nós temos... discursos de ódio sendo proliferados o tempo todo em concessões públicas. Como é que a gente não consegue ter uma regulamentação de comunicação que impeça esse tipo de coisa? Então, o que eu quero dizer, no fundo, o movimento LGBT, ele é usado, muitas vezes, pela mídia... ele usa a mídia em alguns momentos, mas são em estratégias pontuais. São em questões pontuais, a partir de um crime muito chocante que aconteceu, de algum caso na mídia que teve repercussão... mas não tem, não existe uma estratégia, não existe um plano, um projeto de comunicação. [...] É raro, por exemplo, você ter, por exemplo, uma equipe de comunicação em algum movimento LGBT. Quando tem é feito de uma maneira muito assim... até, por exemplo, na ABGLT, que é uma grande associação... é feito de uma maneira muito amadora... “*ah, eu mando um release*”... É claro, também, porque não tem muita estrutura, não tem... precisaria ter uma estrutura melhor, mas, o que eu quero dizer é que a mídia, ela... não é entendida como uma questão muito estratégica. E o que é muito curioso, porque é ponto pacífico de que, hoje em dia... da centralidade da mídia no mundo contemporâneo. **(Entrevista com Leandro Colling)**

Na visão de Colling, dentre o conjunto de questões e atores políticos com os quais o movimento LGBT estabeleceria relações (governo federal, parlamentares, gestores da saúde, gestores das forças policiais, educadores, entre outros), a mídia ocuparia uma posição diminuta. Noutro momento da entrevista, ele menciona o fato

¹⁴⁶ Na sua 22ª edição em 2012, o *Troféu Triângulo Rosa* é entregue aos “amigos dos LGBT” e o *Troféu Pau de Sebo* aos “inimigos”.

de não haver representação do Ministério das Comunicações na composição do Conselho Nacional LGBT¹⁴⁷ como uma evidência disso.

Já Toni Reis, em linhas gerais, afirma que a relação com a mídia, especialmente a escrita, teria melhorado muito nos últimos dez anos, ao destacar o diálogo com veículos e jornalistas e a ocorrência bem mais rara de palavras ofensivas.

Certos programas na televisão, religiosos e policiais basicamente, são um problema ainda. A ABGLT sempre manda ofício pra cada emissora, jornal... e recebe espaço para seu contraponto. O humor é um caso sensível... temos o *Zorra Total* [programa de humor da Rede Globo], e o movimento fica dividido quanto a uma personagem que há no programa. **(Entrevista com Toni Reis)**

Retomando as visões dos partícipes da pesquisa, há um quadro geral de reconhecimento da não existência de uma relação mais sustentada do movimento LGBT com a mídia. É preciso recordar que, quando utilizo movimento LGBT, estou referindo-me a uma ficção discursiva que cumpre um papel analítico. Assim, ao pensar no singular os elementos desta questão (“a relação” e “o movimento”, bem como “a mídia”), estou refletindo sobre um panorama nacional genérico. Ao destacar, por exemplo, grupos que têm atuação mais saliente em seus contextos regionais – como o *GGB*, em Salvador; o *Estruturação*, em Brasília; o *Matizes*, em Teresina; o *Arco-Íris*, no Rio de Janeiro –, essa dimensão nacional dilui-se para um olhar mais microcentrado. Não há contradição nessas abordagens, apenas o reconhecimento, como muitos dos entrevistados apontaram, de que existem interações mais ou menos intensas e estratégicas em contextos locais e, eventualmente, no nível nacional (como no caso da ABGLT), mas não há uma estratégia de relação contínua e direcionada sobre como lidar com os vários veículos de comunicação do país. O próprio Toni Reis observa que a assessoria de comunicação da ABGLT tem limitações, não é tão eficiente, e que o *feedback* dos jornalistas tem sido importante para as ações da organização neste âmbito.

¹⁴⁷ O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) é um órgão colegiado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e foi instituído no final de 2010. Leandro Colling representou a ABEH no CNCD/LGBT até o final de 2012.

Além deste quadro geral, há, portanto, o reconhecimento de relações pontuais sendo estabelecidas, mormente “reativas” como posto por Julian Rodrigues. No entanto, também aparecem ações, mesmo que pontuais, em que o contra-agendamento da mídia é proativamente realizado por alguns ativistas e seus grupos (caso do GGB com seu relatório anual de mortes motivadas por preconceito). Ainda que tais agendamentos não sejam vistos em termos explícitos como “estratégia” do movimento LGBT, eles constituem-se precisamente nisso. É um reconhecimento, mesmo que não seja assim sistematizado por muitos ativistas, da linguagem da imprensa, do “jogo da mídia”, de como ela opera na simbolização da “realidade”.

5.3 Para além da mídia: questões de fundo

Desde o princípio desta pesquisa, tenho refletido sobre questões que, ao passo que contribuem na explicitação do “estado da arte” da relação do movimento LGBT brasileiro com a mídia hoje, são maiores e anteriores a este recorte. Este é um objeto, portanto, atravessado, obviamente, por fatores que incidem diretamente sobre ele. Quando posta em perspectiva com o cenário nos Estados Unidos, tais questões de fundo ficam mais nítidas porque parecem dimensionar, com alguma precisão histórica, o desenvolvimento destas relações entre movimento LGBT e mídia em ambos os países. A este respeito, retorno no capítulo final.

Em algumas das falas que destaquei anteriormente, há o reconhecimento de que o movimento LGBT não teria estrutura suficiente para estabelecer uma relação mais contínua e estratégica com a mídia. Essa noção de estrutura recobre, a meu ver, dois aspectos principais e explícitos: o financeiro e o profissional. Eles estão associados à ideia, e creio que a reflitam, genericamente, de estrutura que uma organização e o movimento como um todo deveria ter na perspectiva de alguns de meus entrevistados, da qual compartilho em larga medida.

Num artigo de 2006, sobre as ONGs e a política no Brasil, Céli Pinto aborda a sustentabilidade financeira destas organizações, identificando suas fontes de recursos:

As ONGs têm uma natureza instável, fruto tanto dos temas ao redor dos quais se organizam, quanto de sua instabilidade financeira, uma vez que **sobrevivem por meio de projetos financiados por organizações internacionais, cooperação internacional entre países ou pelo próprio Estado. Atualmente, há uma diminuição de recursos internacionais**

para as ONGs, fazendo-as muitas vezes dependentes de recursos do Estado, o que provoca mudanças significativas na relação destas com a esfera oficial. (PINTO, 2006, p.655)

Esta observação de Pinto não é nova nas avaliações sobre a situação do “terceiro setor” brasileiro, e reflete com especial precisão a situação do movimento LGBT hodierno no Brasil. A história de progressiva assimilação de um modelo institucional de ONG, a partir da redemocratização, foi descrita por Facchini (2005) em relação aos grupos do movimento LGBT. Como alguns de meus entrevistados também colocaram, a partir do começo dos anos 1990, com a resposta do Estado à epidemia da Aids, parcela expressiva das organizações do movimento passou a receber financiamento do governo federal (via Ministério da Saúde, sobretudo) para atuar no enfrentamento da epidemia em suas comunidades (a população LGBT, notadamente homens, segue sendo um dos segmentos de maior vulnerabilidade ao HIV ainda hoje). As outras fontes de recursos, quando existentes, eram de editais internacionais e dos financiamentos que fundações e organizações de outros países ofereciam, com destaque, no caso do movimento LGBT brasileiro, para a Fundação *Ford* e a UNAIDS (divisão da ONU). Num levantamento que fiz no começo de 2012,¹⁴⁸ durante minha pesquisa nos EUA, identifiquei que a maioria dos apoios financeiros feitos por corporações às organizações do movimento LGBT brasileiro vinha de empresas de capital misto ou sob o controle majoritário do governo federal (e.g.: *Caixa Econômica Federal* e *Petrobrás*). Além disso, tais recursos eram quase sempre destinados à realização das paradas do orgulho LGBT de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O que se consolida, durante os anos 2000, é a profunda associação das organizações do movimento LGBT com, sobretudo, o Executivo Federal. Essa associação dá-se, primariamente, em função dos recursos escoando dos editais públicos, focados em resposta ao HIV/Aids (via Ministério da Saúde), na capacitação de ativistas para *advocacy* e incidência política e na realização de centenas de paradas do orgulho LGBT pelo país (via Ministério da Cultura).¹⁴⁹ Entre os entrevistados, há um reconhecimento generalizado da eminente “dependência” do

¹⁴⁸ Ver **APÊNDICE D – Pro-LGBT Corporations in Brazil** na página 274. Este documento está em inglês porque foi produzido para minha supervisora na GLAAD. O objetivo era identificar apoios do setor privado à “comunidade LGBT” no Brasil.

¹⁴⁹ Segundo levantamento da ABGLT, houve 203 Paradas do Orgulho LGBT no Brasil em 2012. Cf. <<http://www.abglit.org.br/port/paradas2012.php>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

movimento LGBT às fontes de recurso do governo federal. Isso aparece claramente na fala de Julian Rodrigues.

O movimento LGBT e o movimento de mulheres e o movimento negro ou vivem de doação privada, de grandes... que não tem mais, porque as grandes fundações não financiam mais o Brasil, porque o Brasil não é pobre... vai financiar a África, vai financiar a Ásia, vai financiar... não tem esse negócio de dinheiro pro Brasil mais, no geral. Ou vive da... E aqui não tem a cultura das bichas e nem, no geral [do brasileiro], de contribuir com o movimento. [...] **Então, se você não tem financiamento do Estado, você não faz. E o financiamento do Estado, por conta de que, nos últimos anos, o governo federal deu uma... enxugou os recursos pra ONG, por conta de desvio disso e aquilo... e burocratização do sistema... profissionalização. (Entrevista com Julian Rodrigues)**

Analisando a relação do movimento LGBT com outros atores como o Estado e o mercado, de meados de 1990 a meados dos anos 2000, Facchini e França afirmam:

Mesmo em tempos de “Estado minimalista” [...] as demandas por reconhecimento legal e por formulação e aprimoramento de políticas públicas foram centrais no cotidiano do movimento LGBT na virada do século XXI, colocando irremediavelmente o Estado em seu campo de relações. **No entanto, essas relações se tornam muito mais complexas e permeáveis a partir do momento em que a sociedade civil é tomada como “parceira” na tarefa de propor, implementar e avaliar políticas públicas.** Os processos que se desdobram em função da produção de “resposta coletiva” à epidemia de Aids no Brasil são, sem dúvida, um exemplo paradigmático para se pensarem as mudanças pelas quais o Estado e os movimentos sociais têm passado no país e as dificuldades de estabelecimento de papéis e de limites entre Estado e sociedade civil. (FACCHINI; FRANÇA, 2009, p.71, grifo nosso)

Embora não haja produções analisando com maior consistência o final desta década e começo do governo de Dilma Rousseff,¹⁵⁰ as relações entre o movimento LGBT e o governo federal, sob a presidência de Rousseff [2011-], têm sofrido consideráveis reveses de ordem política e financeira. As pistas têm surgido e ficado pelo caminho, apontando para um cenário próximo ainda pouco claro: numa carta de março de 2012, intitulada *SOS: Governo Dilma coloca controle social da Aids em*

¹⁵⁰ Um artigo particularmente interessante, embora não aborde os mesmos aspectos que tenho mencionado aqui, é o de Mello, Brito e Maroja (2012) sobre políticas públicas para a população LGBT brasileira. Como os próprios autores atestam, a institucionalização mais efetiva destas demandas pelo Estado brasileiro dá-se a partir de 2004.

risco de extinção, a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), fundada em 1987, e outras 23 organizações trabalhando com a Aids no país fazem uma crítica severa ao governo federal: “estamos vivendo uma situação sem precedentes de desmantelamento do controle social da resposta à epidemia de HIV-Aids no Brasil” é a frase que abre o manifesto.

Recentemente, **importantes organizações dedicadas ao tema do HIV-Aids fecharam suas portas depois de anos de serviço público relevante**. A ameaça do fechamento também paira sobre outras organizações históricas que enfrentam crises severas de recursos, mas que não nomearemos aqui em respeito às próprias organizações, que devem decidir o momento e a forma de tornar pública suas situações. Algumas, tais como o Grupo SOMOS (Rio Grande do Sul), O GAPA de Minas Gerais e o GAPA de São Paulo já comunicaram publicamente a suspensão de atividades. (SOS: GOVERNO DILMA..., 2012, grifo nosso)

A importância histórica da ABIA não só na “resposta coletiva” à epidemia de HIV/Aids no Brasil desde meados dos anos 1980, mas também como uma das organizações sem fins lucrativos mais relevantes no campo dos direitos humanos, dimensiona a gravidade deste cenário específico. Na mesma direção têm ido alguns grupos LGBT. No dia 20 de novembro de 2012, o grupo GIAMA, baseado em Palmas (TO) e fundado em 2002, divulgou um comunicado indicando seu fechamento.

Aproveitamos este canal para informar que, a partir do dia 1º de dezembro, fecharemos a sede da nossa instituição e suspenderemos os trabalhos da ONG. [...] Nossas contas não param de vencer (aluguel, água, energia, combustível, tempo) e todas as despesas têm sido arcadas pelo bolso do presidente Renilson e também com doações eventuais de associados, o que mesmo assim não tem sido suficiente. Recentemente, fizemos duas feijoadas (de muita qualidade) com cunho beneficente, mas a comunidade LGBT parece não entender ou não gostar de eventos dessa natureza ou não sente a importância do nosso trabalho. **O Estado não nos ajuda sequer fazendo seu papel, que é amparar os LGBT e promover políticas de combate à homofobia, quiçá efetuando o repasse dos recursos que nos deve por dois projetos de um edital que vencemos há 1 ano e meio.** (COMUNICADO – GIAMA FECHA..., 2012, grifo nosso)

Esse comunicado foi encaminhado pelo presidente do GIAMA, Renilson Cruz, à lista online que reúne as afiliadas da ABGLT naquele mesmo dia. Toni Reis, então presidente da ABGLT, respondeu ao e-mail (reencaminhando-o para outras listas) com a seguinte informação:

Renilson Cruz,
Minha irrestrita solidariedade.
98% das ONG estão na mesma situação.
Apenas 4 ONG LGBT no Brasil estão sobrevivendo.

Pedirei que sua carta seja lida na próxima reunião do Conselho Nacional LGBT.
Muito triste
Toni Reis (grifo nosso)¹⁵¹

A despeito da “crise” em relação às ONGs nestes últimos anos, Yone Lindgren oferece uma explicação menos alarmista para a questão, colocando parcela de culpa no próprio movimento LGBT. Havia questionado-a sobre a relação do movimento com o governo Dilma, e afirmei que vários movimentos sociais, como o feminista, estavam insatisfeitos com o governo:

Todos. E aí vou te explicar por quê. Porque entrou sim, tá... entramos com o governo Lula [2003-2010], foi tudo maravilhoso. Muita gente fez merda. E aí tá todo mundo pagando por quem fez merda. Vamos lá, “*ah, a minha ONG pegava no máximo 200 mil, prestava contas, legal*”, parabéns pra mim. Mas teve a ONG, também não vamos tirar ó, do nosso movimento, [ênfase] do nosso movimento teve muita gente [que] fez merda por causa de 30, 20, 50 mil reais no máximo, sujou, entendeu. As prestações de contas eram absurdas, sabe. Você levava... você perturbava os técnicos, era uma loucura. Uma loucura. E muitas ONGs grandes caíram... prin[cipalmente]... ONG feminista, vamos lá, muita gente de dentro das ONGs, que se confiou, meteu a mão. [...] Então, o que o governo quer, e eu entendo... eu tô falando de governo federal, o que o governo federal quer é que a gente se profissionalize sim. Que eu pague o meu contador, os 600 reais que ele cobra por mês. “*Ah, mas como é que eu vou fazer?*”. Se vira, querido. O seu CNPJ¹⁵² serve pra você poder ter comércio, pra poder [ter] a sustentabilidade da ONG... pra você fazer tudo que você quiser. [...] É que tá todo mundo só reclamando... em vez de pegar, sentar e fazer o *mea culpa*, entendeu. Então o governo federal não... abriu mão, sabe... fechou tudo, botou todos os técnicos pra trabalhar, tá fechando todas as prestações de contas, tá fazendo tudo isso... [...] Então acho que isso era preciso sim, porque senão ia ficar para o governo de esquerda, a coisa de que... “*ó, foi um festival de ONG, foi um festival de dinheiro perdido.*” (Entrevista com Yone Lindgren)

A despeito das questões técnicas (mas que são também políticas) envolvidas no processo de endurecimento da relação do governo federal com o terceiro setor,

¹⁵¹ Comunicação por e-mail. A informação também me foi reafirmada por Reis na entrevista realizada com ele. Obs.: na quarta linha, onde se lê “*apenas 4 ONG LGBT no Brasil...*”, no original estava “*apenas 4 ONG no Brasil LGBT*”. Optei por reordenar conforme era a clara intenção do autor do e-mail para evitar que a citação deste e-mail suscitasse confusão.

¹⁵² Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

interessa-me compreender como esta tensão produz fissuras de ordens diversas dentro do movimento¹⁵³, apontando ou não para alternativas (financeiras) a este quadro. Tal “dependência” financeira aparece refletida nas próprias discussões internas e recentes do movimento. Veja-se, por exemplo, o item 30 da “Carta de Belo Horizonte”, resultado do último congresso da ABGLT.

30. É importante também pensarmos novas estratégias de sustentabilidade das nossas organizações, que **garantam o funcionamento e a atuação de nossas organizações de forma mais autônoma ao Estado e Governos**, bem como pensar e priorizar a interiorização do movimento na nossa atuação de base nos estados. (QUARTO CONGRESSO..., 2011, grifo nosso)

Outro elemento que dá espessura a esta tensão é o crescente ingresso de lideranças do movimento LGBT para “dentro” do Estado como gestores públicos. Nos últimos anos, ativistas como Cláudio Nascimento (do GAI/RJ e da ABGLT), Carlos Tufvesson (ativista independente), Irina Bacci (da ABL e da ABGLT), Gustavo Bernardes (do SOMOS/RS), entre outros, passaram a ocupar cargos de gestão de políticas públicas voltadas à população LGBT nas esferas estaduais (Nascimento e Tufvesson no Rio de Janeiro) e na nacional (Bacci e Bernardes no Executivo Federal). Um dos ativistas entrevistados para esta pesquisa, Julian Rodrigues, foi nomeado, no começo de janeiro de 2013, como coordenador da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual (CADS) da prefeitura de São Paulo.

Sobre este crescente ingresso de ativistas em órgãos do executivos federal e estaduais do país, um dos entrevistados¹⁵⁴ foi bastante categórico no que ele chama de “promiscuidade administrativa” em relação às atividades de um ativista hoje no governo estadual do Rio de Janeiro. É prudente a ressalva de que isso não diz respeito aos demais ativistas em cargos de gestão país afora. O uso desta fala é específico e não pode ser descontextualizado, e sua pertinência está na indicação das várias tensões que há neste processo de migração – visto por alguns como cooptação – de lideranças para cargos na esfera executiva.

¹⁵³ Uma reportagem do site *Congresso em Foco*, de janeiro de 2012, e um texto do ativista Oswaldo Braga, de maio de 2012, reiteram como as relações entre o movimento LGBT e o Executivo Federal estão desgastadas. Cf. “*Movimento gay prefere Lula a Dilma*” e “*Fogo Cruzado*”. Disponíveis, respectivamente, em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/movimento-gay-prefere-lula-a-dilma/>>. e <<http://oswaldobraga.blogspot.com.br/2012/05/fogo-cruzado-19052012.html?m=1>>. Acessos em: 10 dez. 2012.

¹⁵⁴ Neste trecho destacado aqui, optei por omitir o nome do entrevistado.

Existe a centralização da ABGLT, e existem outras formas de centralização localizada. [...] No Rio de Janeiro, o movimento foi cada vez mais se fortalecendo em torno do *Arco-Íris*... o que aconteceu: o Cláudio Nascimento, que era do *28 de Junho*, passou pro *Arco-Íris*, assumiu a presidência, foi para o Estado, foi para o governo. Teoricamente, ele... oficialmente, ele se afastou da presidência, mas ele dá as cartas ainda, porque o *Arco-Íris* vive do governo. [...] O que o Cláudio Nascimento faz, eu vou ser muito claro, [...] é promiscuidade administrativa. Você ser presidente... você fazer parte do governo e você obviamente ter um cargo de poder dentro de uma ONG. Isso é promiscuidade administrativa. [...] Gosto muito do Cláudio, acho ótimo militante, muito importante, acho que ele faz coisas muito importantes, mas eu acho que, nesse ponto, ele peca. Peca sensivelmente, e o movimento vai sofrer por isso em algum momento.¹⁵⁵

Os conflitos de ordem financeira e política no seio do movimento LGBT brasileiro refletem a imbricação desses vários fatores, e os pronunciam quando períodos de crise surgem: a dependência financeira cria dificuldades a uma posição mais ativa de fiscalizador das atividades do Estado e de movimento social capaz de confrontar autoridades; essa dependência não é voluntarismo, como me parece óbvio, mas antes estratégia empregada como modo de sobrevivência político-social num movimento que já vai chegando à sua quarta década; a falta de recursos tem implicado uma falta de estrutura operacional mais condizente com as expectativas de ações diversificadas (assistência à população LGBT, *advocacy*, produção de material, pesquisa, etc.) que são projetadas sobre tais organizações; tal falta de estrutura e os poucos recursos impedem que haja certo tipo de “profissionalização” do ativismo: a entrada de capital humano com formação específica para atuação em certas áreas (e.g.: jornalistas, relações públicas, publicitários, fotógrafos para atuar em ativismo midiático), ao contrário do ativista como “devoto” que lida com toda sorte de desafios em áreas distintas.

Todos esses fatores foram mencionados, ainda que com gradações diversas e mesmo opostas, por diversos dos entrevistados. Reconhece-se que o ativismo em movimentos sociais no Brasil, em virtualmente todos os campos, encontra um solo árido em termos financeiros e de cooperação e apoio por parte dos indivíduos

¹⁵⁵ O *28 de Junho* é um grupo LGBT de Nova Iguaçu (RJ) fundado em 1994. Cláudio Nascimento ocupa, desde 2007, o cargo de Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) do Rio de Janeiro.

que são, em tese, representados pelas organizações dos movimentos. A este respeito, é mister a colocação de Marcello Baquero (2003) sobre cultura política participativa no Brasil:

No caso brasileiro, apesar de os dados não englobarem o conjunto do país, pode-se inferir teoricamente que **não há uma tradição associativa e a que existe não proporciona as bases de produção de capital social público. Dessa forma, apesar da existência de centenas de associações informais e voluntárias que se organizam em torno de objetivos comuns, elas parecem não gerar redes associativas mais amplas**, pois seus membros centram-se em questões particulares. (BAQUERO, 2003, p.101, grifo nosso)

Como a pesquisa de Baquero sugere em relação à fragilidade de redes associativas maiores, parece-me claro, neste sentido, que haja uma “crise de representação” aguda no movimento LGBT, uma vez que ela refletiria também uma crise maior, a da representação na democracia brasileira (CONNIFF, 1975; BAQUERO, 2003; ANASTASIA; NUNES, 2006; AVRITZER, 2006). Diversos entrevistados reconheceram isso, enquadrando a problemática de modos diferentes, ora pesando mais a mão no movimento LGBT, ora nos próprios indivíduos LGBT (na “comunidade LGBT” neste caso).

Eu acho que existe... e isso também não é coisa só do movimento LGBT. Mas existe uma distância grande, me parece, em alguns momentos em especial, entre o que a comunidade LGBT é em si e o que são as demandas e as pautas e as formas de representação desses, dos representantes. Mas isso é, entre aspas aqui, “culpa” não apenas de quem está na militância e nem culpa de quem está na comunidade LGBT e não se organiza pra se fazer representado. Mas também é culpa dos militantes, de não elaborar estratégias outras que chamem essas pessoas pra fazer política. O movimento LGBT, apesar da comunidade LGBT ser tão transgressiva nas normas de gênero e sexualidade, e outras coisas... o movimento LGBT usa as mesmas ferramentas políticas que os conservadores usam... em termos de estratégias políticas. **(Entrevista com Leandro Colling)**

Esta distância entre representantes e representados que sempre há em maior ou menor grau é aguda no cenário brasileiro porque, aqui, imiscuem-se questões históricas¹⁵⁶, políticas e financeiras. Ainda que com embates e fissões no começo de

¹⁵⁶ Sobre o aspecto histórico da cultura política brasileira, que seria estrutural e não meramente temporal, e enfraqueceria as instituições políticas enquanto instâncias de representação, ver o artigo

sua história, o movimento LGBT brasileiro nasce e desenvolve-se num campo de esquerda e progressista em geral. A vinculação partidária de muitas de suas lideranças, em vários momentos, acaba por impedir um diálogo que seja mais pluripartidário, em termos de constituição de movimento social em si, com outros atores como a própria população LGBT fora de contextos organizacionais (“não ativistas”), ativistas em partidos políticos do campo da direita, ativistas independentes, mercado segmentado e mesmo a mídia. Os movimentos sociais¹⁵⁷ não parecem atrair o interesse de indivíduos propensos à filantropia, por exemplo. Toni Reis, assim como Julian Rodrigues, disseram-me que não existem doações de indivíduos dentro da maioria das organizações do movimento LGBT brasileiro hoje. A própria ausência de dados sobre este aspecto financeiro das organizações é um forte indicador disso. Inscrevo tal aspecto como sendo cultural porque o compreendo como enraizado nos valores compartilhados, genericamente, pelos brasileiros – não só por eles, provavelmente, mas não trato de outros países neste caso –, ainda que ele não se limite a isso. Questões como o arcabouço jurídico brasileiro em relação a isenções fiscais para doações e a capacidade das organizações em captar fundos (*fundraising*), ou seja, capacitação profissional no campo de desenvolvimento institucional, também impactam nisso.

Todo modo, a falta de uma “cultura de doação” por parte de indivíduos LGBT para as organizações do movimento é palpável. Ela ao mesmo tempo é causa e resultado desta crise de legitimidade, seja por distanciamentos políticos, seja pela rejeição à concepção de ONGs como representantes políticos ou pela ausência de estímulos para um sentimento de pertença e contribuição (comunitário), e de incentivos legais (isenção fiscal).

Essas questões aqui levantadas rapidamente são constitutivas do próprio movimento LGBT, de outros movimentos sociais, das formas de participação política

de Baquero (2003): “Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil”.

¹⁵⁷ É pertinente observar uma distinção entre movimentos sociais e outras organizações sem fins lucrativos ou filantrópicas que compõem o terceiro setor. Ressalto aqui os movimentos sociais, enquanto ações coletivas que têm caráter político visível e cujas demandas são de órbita política e cultural (reconhecimento legal, respeito a características específicas, mudança de valores negativos largamente compartilhados pelo tecido social, etc.) para diferenciá-las da filantropia feita em outros setores. Uma edição especial da revista *Veja*, feita em 2001, apontou para o vigor e as altas receitas do terceiro setor/entidades filantrópicas no Brasil naquele período. Como se pode ver nas reportagens, todas as organizações que aparecem são bem distantes do tipo de movimento social a que tenho aludido aqui. Cf. “*Guia para fazer o bem*”. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/filantropia/sumario.html>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

no país, da cultura política dos cidadãos brasileiros e impactam, portanto, nas possibilidades de interação do movimento LGBT com a mídia. Ainda que não sejam objeto específico desta investigação, tais elementos mais amplos das relações políticas no Brasil são essenciais para uma apreensão contextualizada das interações entre ativistas e veículos de comunicação.

5.4 Visões do campo

Nesta breve seção, quero tratar de algumas questões que me parecem imprescindíveis na compreensão da complexidade deste objeto a partir das visões de meus entrevistados. Também apontar algumas limitações neste mesmo sentido. Ao considerar a complexidade deste objeto, a relação entre o movimento LGBT e a mídia, adiro a uma arguta consideração feita por Facchini e França (2009) acerca do movimento LGBT. Embora elas enfatizem, no trecho abaixo, as organizações em si, entendo como válida de mesma forma para os indivíduos, nomeadamente ativistas em contextos organizacionais ou não, pesquisadores do campo e profissionais LGBT da mídia que também integram o movimento.

Assim, tomamos o movimento como um ator social complexo, necessariamente em relação com outros atores, que o influenciam e são influenciados por ele. Da mesma maneira, não se pode supor uma homogeneidade do movimento, considerando-se ser este composto por organizações de diferentes formatos que, por sua vez, alternam entre a cooperação e o conflito no trato com outros grupos. (FACCHINI; FRANÇA, 2009, p.64)

Creio ter estabelecido esta complexidade por meio das visões de cada um dos partícipes desta pesquisa, nas seções e capítulo anteriores, em vários momentos. O mesmo tipo de tensão entre perspectivas mais radicais – aqui entendidas como propostas de mudança social ampla, nos próprios valores culturais que fomentam o machismo, a homofobia e a transfobia – e outras mais moderadas, tidas como assimilacionistas por alguns, que está presente no movimento LGBT dos EUA, também está aqui desde a origem do movimento LGBT brasileiro. Ainda que a composição de indivíduos que entrevistei reflita bastante essas diferenças em alguns aspectos, ela está longe de ser representativa dos conflitos no interior do movimento LGBT sobre, potencialmente, tudo.

Os diagnósticos que os entrevistados fizeram sobre uma série de questões como representação na telenovela, cobertura das paradas do orgulho LGBT e dos

crimes homofóbicos na imprensa, relação das organizações com os veículos da mídia e estratégias estabelecidas para lidar com situações negativas raramente foram consensuais. O que foi visto como problemático por alguns (o destaque que a imprensa dá a alguns elementos das Paradas) foi elogiado por outro. Se a crítica recaía, para alguns, na responsabilidade da imprensa pela qualidade das coberturas produzidas, para outros, ela era tributária da ineficiência do movimento. Tais divergências no diagnóstico do “estado da arte” da relação entre o movimento LGBT e a mídia, e das produções dos veículos sobre esta população, repetiram-se quase que de modo idêntico sobre as várias questões de que tratei acima. Oferecer uma explicação para isso não me parece simples sem ser demasiadamente esquemático.

Ativistas como Eduardo Peret, Julian Rodrigues e Yone Lindgren, ainda que de maneiras bastante diferentes, foram bem mais críticos, em geral, à imprensa. Já jornalistas como André Fischer, Danilo Motta e Vitor Ângelo foram muito menos críticos a ela, em alguns momentos direcionando as críticas ao movimento LGBT, ainda que com formulações bem diferentes entre si. O ativista Luiz Mott, por seu turno, muito mais estabeleceu “pontes” entre as várias questões possíveis nas relações entre movimento e imprensa do que teceu críticas a esta última. De maneira semelhante procedeu o pesquisador Leandro Colling, embora um pouco mais crítico à imprensa. No caso da telenovela, as divergências nas avaliações foram mais intensas e explicitamente atravessadas pelo embate (um tanto teórico, um tanto político) entre a afeminação como quebra de normas ou como reiteração de preconceitos; entre a fluidez de gênero e desejos como libertária ou como perigosa para o avanço de uma agenda política LGBT.

Os indivíduos com formação e atuação no campo da comunicação, como André Fischer, Danilo Motta, Eduardo Peret, Leandro Colling e Vitor Angelo, apresentaram considerações um pouco mais nuançadas sobre as atividades jornalísticas, sobretudo. Estas nuances dizem respeito à compreensão de que há uma confluência, raramente harmônica, de atores e interesses díspares no empreendimento jornalístico. O lucro, a visibilidade, a informação, o posicionamento editorial, a causa LGBT, todos esses elementos estão em interação no trabalho de mediação do social (e construção da realidade) que a imprensa faz em relação às questões LGBT. A pesquisa de Leal e Carvalho (2012) tomando a homofobia como objeto central é ilustrativa de tais complexidades. A ativista Yone Lindgren, com longa trajetória no movimento lésbico e feminista, tendeu a constituir a imprensa

como um campo mais apartado do movimento LGBT, não raramente como opositivo. Ambos os conjuntos de visões, a bem da verdade, estão acompanhados tanto de pesquisas quanto de teorias que lhes dão guarida em aspectos essenciais: tanto há pouca permeabilidade da mídia em geral aos movimentos sociais quanto as práticas neste campo são atravessadas por inúmeros interesses. Assim, esses diagnósticos parecem-me complementares, e não contraditórios. Eles refletem a trajetória política, acadêmica e profissional destes indivíduos. Alguns detinham um conhecimento mais detalhado do interior das redações e das discussões de cúpula de uma emissora, enquanto outros elaboraram suas visões a partir de uma perspectiva mais generalista sobre a mídia como um ente único.

A falta de recursos financeiros e humanos, de maior profissionalização de atividades específicas dentro do movimento e de apoio da “comunidade LGBT” às organizações aparecem como fatores que explicam a dificuldade do movimento LGBT em estabelecer relações mais institucionais e contínuas com a mídia. Neste caso, as avaliações foram muito mais confluentes do que nos demais temas. Entretanto, quando outros elementos concernentes a esta problematização são acessados, algumas divergências aparecem. Duas delas, que também entendo como constituintes centrais das relações do movimento com outros atores políticos, dizem respeito aos partidos políticos e ao mercado.

Esses dois atores, em relação ao movimento LGBT, já foram bastante avançados em trabalhos como os de Facchini (2005, 2009), França (2006), Facchini e França (2009), Simões e Facchini (2009), entre outros. A origem dos primeiros grupos LGBT brasileiros dá-se num contexto em que a esquerda, ainda que muito refratária às reivindicações de liberação sexual e de costumes do feminismo e do movimento homossexual, era a alternativa de diálogo e disputa política inicial. A direita, representada por uma ditadura militar e por partidos e grupos sociais contrários à contestação de valores sobre sexualidade e gênero, não era uma alternativa. Essa vinculação, não sem muitas tensões, foi atravessando as organizações vindouras entre momentos de maior e menor interação com partidos de esquerda (e de centro) que começaram a encampar tais discussões no período pós-abertura. Talvez um enquadramento mais eficaz desta questão seja colocar tal trajetória sob dois pontos distintos: primeiro, a institucionalização das demandas do movimento LGBT nas instâncias do Estado e, segundo, a emergência de quadros de liderança do interior dos partidos políticos. O primeiro elemento, hoje fortemente

consolidado (ainda que, frequentemente, na institucionalização formal, mas não material) pela noção de políticas públicas (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012), já vinha ocorrendo desde o final da década de 1980 por meio da transferência de recursos e formação política de ativistas e organizações para o enfrentamento da Aids. Projetos como o *Somos*, do final dos anos 1990, de capacitação de ativistas e organizações LGBT para lidar com prevenção ao HIV/Aids em suas comunidades, exercer controle social de políticas públicas e fortalecer as organizações institucionalmente, e o projeto *Aliadas*, do final dos anos 2000, com o objetivo de fazer *advocacy* por legislação LGBT no Congresso Nacional, são exemplos disso. Já a emergência de lideranças LGBT dos quadros políticos é causa e consequência desta institucionalização de parte expressiva do movimento nos espaços do Executivo Federal. O surgimento de setoriais LGBT em quase todos os partidos desde os anos 1990 é um dos indicadores dessa configuração. Muitas lideranças vieram de dentro dos partidos de esquerda, notadamente do Partido dos Trabalhadores (PT), ou passaram a integrá-los. O fato de o governo federal estar sob o comando do PT há uma década também teve impactos claros sobre isso, como na própria institucionalização de projetos e programas demandados pelo movimento já a partir do primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

Do conjunto de entrevistados, aqueles não associados a partidos políticos diretamente ou contrários à hegemônica presença de quadros do PT nas organizações LGBT, manifestaram incômodo com esta partidarização em termos de incapacidade para criticar o governo. Foi o caso de André Fischer, Eduardo Peret, Danilo Motta, Leandro Colling e Vitor Angelo. Luiz Mott, embora não tenha mencionado isso na entrevista, frequentemente lança críticas à ABGLT e a alguns de seus ativistas (especialmente Julian Rodrigues e Toni Reis) por causa da condução das relações com o governo federal. O que se sobressai, neste contexto, é o raciocínio de que tal forte institucionalização, combinada com lideranças oriundas ou associadas ao PT e com a quase total dependência financeira aos editais e financiamentos governamentais, tornaria fragilizada a *natureza* esperada e imaginada do movimento social como um fiscalizador do Estado e um agente que com ele estabeleceria relações de forma crítica.

Outro ator social que aparece na literatura mais recentemente (NUNAN, 2003; FRANÇA, 2006; FACCHINI, 2009; FACCHINI; FRANÇA, 2009) é o mercado e as

complexas relações entre as organizações LGBT e empresários, especialmente do chamado “mercado GLS”, o filão de empresas e empresários segmentado na população LGBT. Alguns entrevistados, como Julian Rodrigues, reconhecem um “déficit” de credibilidade do movimento em geral com relação ao empresariado. Outros, como Eduardo Peret, acham que esta distância entre os dois atores é negativa. Isso me parece acentuado no mercado GLS mais fervilhante do país, em São Paulo, em que as relações entre o movimento LGBT local e empresários estão constantemente tensionadas. Isso aparece de modo intenso, e em vários momentos, nas falas de André Fischer.

Embora nem todos os entrevistados tenham feito menções explícitas, a ABGLT aparece como uma entidade saliente na relação com a mídia. Esta guinada da organização para o estabelecimento de mais relações com os profissionais da imprensa e os veículos de comunicação em geral é característica, sobretudo, das gestões de Toni Reis. Esse ativista, na verdade, sempre ocupou cargos na entidade desde a sua fundação, em 1995. Naquele ano, foi eleito para a primeira diretoria da organização, como secretário-geral, junto com Míriam Martinho, decana do ativismo lésbico em São Paulo, hoje afastada da ABGLT e, frequentemente, crítica ao movimento em geral. Entre 1999 e 2001, Reis foi secretário internacional da entidade. Após a adesão da ABGLT ao modelo de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip),¹⁵⁸ Toni Reis ocupou novamente o cargo de secretário internacional sob a presidência de Marcelo Nascimento; na gestão seguinte (2004-2006), foi secretário-geral suplente, até que, na eleição de 2006, foi eleito presidente. Em janeiro de 2013, Reis encerrou seu segundo mandato consecutivo como presidente da organização, embora permaneça nela numa secretária nova, a de Educação.

Há dois aspectos interessantes, como reflexos, deste protagonismo de Toni Reis no estabelecimento de relações com a mídia. Por um lado, reitera a relevância que a *agência* de certos atores tem em estabelecer novos rumos, que virão a se consolidar ou não com o tempo, para a atuação do movimento, como foi o caso de João Antonio Mascarenhas e de Luiz Mott, por exemplo. Ou de Vito Russo no caso da GLAAD. Entretanto, como a outra metade desta *agência*, ao saírem da liderança

¹⁵⁸ Este é um título concedido pelo Ministério da Justiça às organizações sem fins lucrativos que cumprem estatutariamente uma série de requisitos. Tal título facilita o acesso a recursos financeiros e o estabelecimento de parcerias com o Estado.

de uma organização ou mesmo do ativismo, tais protagonistas, quando não têm suas contribuições consolidadas institucionalmente¹⁵⁹ ou não são capazes de produzir continuidade por meio de outros atores políticos, podem deixar para trás apenas o registro de um protagonismo.

¹⁵⁹ Fiz esta provocação a Toni Reis durante a entrevista, questionando-o sobre como a futura gestão da entidade prosseguiria com este grau de acesso e relação com os profissionais da mídia. Reis disse: “a nova direção vai criar novas relações, e a minha saída da presidência não vai afetar a presença da ABGLT na mídia”.

6 ENTRE ATIVISMOS E PRESSÕES: A GLAAD, O MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO E OUTROS ATORES NA “ARENA” POLÍTICA

Neste capítulo final, tendo como base as discussões e os achados presentes nos quatro capítulos anteriores, abordo as diferenças mais marcantes entre os ativismos nos dois países como forma de compreender os modos de interação com a mídia. Destaco, na primeira seção, **Ativismo como profissão, ativismo como devoção**, a ambivalência do “ser ativista” nos dois países a partir do tema da profissionalização; na seção seguinte, **Pressões do Estado ou do Mercado?**, discuto sobre o acesso a recursos financeiros e a relação com o Estado. Por fim, na seção **O campo movimento-mídia e a “arena”: mais atores em cena**, trato de como a presença de outros atores políticos nesta “arena” ajuda a compreender as relações do movimento LGBT com a mídia no Brasil de hoje de forma mais clara.

Ao refletir sobre o surgimento da GLAAD em meados dos anos 1980, ponderei sobre o peso do protagonismo individual no estabelecimento de bases para a criação de um grupo preocupado com a cobertura da imprensa sobre a epidemia da Aids e a difamação de suas sexualidades na mídia. Neste caso, o ativismo e a obra de Vito Russo sobre os gays e as lésbicas nos filmes de *Hollywood* (ao longo de sete décadas) parece ter desnudado uma inquietação com as representações de LGBT no cinema e na mídia em geral. Tomando isso como questionamento, indago-me, por exemplo, por que razão o movimento LGBT brasileiro não teve uma guinada para o ativismo na mídia na sua história, se não faltaram ações aqui e acolá em relação a este campo? Ativistas como Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas tiveram papel decisivo na modificação do Código de Ética dos Jornalistas, em 1986, para incluir o respeito à orientação sexual, por exemplo. Recorro, aqui, novamente a Baquero (2003, p.99), para quem “[...] um dos elementos considerados essenciais para a estabilidade política de uma nação é o grau e a estabilidade com que as pessoas se identificam com as organizações mediadoras de seus interesses.”. Como já indiquei anteriormente, tanto pela literatura quanto pelas visões de alguns entrevistados sobre a “crise de representação”, esta questão parece-me refletida no contexto político mais amplo posto por Baquero. Talvez a dimensão individual, como

já referi em alguns momentos, em detrimento das relações institucionais, seja uma explicação plausível para este cenário.

Devo concordar, entretanto, com a perspectiva de Green (2000c) sobre o impacto que a ditadura civil-militar teve sobre os movimentos sociais no Brasil. Ainda que seja impossível afirmar o que teria ocorrido não fosse o golpe em 1964, parece-me relativamente seguro prosseguir pela perspectiva de que teria ocorrido um amadurecimento político inexorável. Os pequenos coletivos, jornais artesanais, grupos de sociabilidade e manifestações esparsas que existiam na década de 1960 foram interrompidos em suas possibilidades de criação e (inter)ação por uma necessidade muito mais forte e premente de lidar com um Estado sem democracia, com censura, com desaparecimentos e mortes, com um Congresso Nacional diluído e com o Exército no poder. Essa é uma diferença irremediável na história que me parece substancial em relação ao desenvolvimento do movimento LGBT nos Estados Unidos, que não foi atravessado intensamente por uma oposição entre lutar pela “causa maior” (a luta de classes) e lutar pelo direito de viver desejos e identidades minoritárias – ou assim lidas socialmente.

O historiador Antonio Tota (2009), na sua obra *Os Americanos*, dá especial destaque ao entretenimento, dos palcos da Broadway aos estúdios de Hollywood, na construção da história e da cultura dos Estados Unidos. Assim ele colocou a importância do cinema durante o *New Deal* dos anos 1930 sob o comando de Franklin Delano Roosevelt:

Assim, o cinema, mais do que qualquer outro meio cultural, captou a mensagem do *New Deal*, ou melhor, do americanismo, e a retransmitiu com sucesso a um povo que se achava alquebrado. **O cinema teve papel fundamental na produção, reprodução e recriação dos mitos americanos.** O espírito americano sobreviveu, não somente graças ao cinema, mas sem dúvida Hollywood deu um forte “empurrão” na elevação da autoestima do americano no período. (TOTA, 2009, p.158, grifo nosso)

O mesmo, na visão do autor, teria ocorrido durante a paranoia anticomunista nos anos 1950, com filmes sobre ficção científica, desenhos animados e pequenos vídeos produzidos pela Defesa Civil do país sobre como se proteger de um ataque nuclear.

Substituindo o rádio, a televisão passou a ocupar o espaço privilegiado da casa. Havia menos de 17 mil aparelhos de televisão instalados nos lares americanos em 1946. Em 1949, 250 mil aparelhos eram vendidos mensalmente. Em 1953, dois terços das famílias tinham uma TV. Se a igreja era o templo do espírito, a televisão era o altar do americanismo. [...] Pela

televisão, foi-lhes ensinado por que os comunistas eram tão perigosos. (TOTA, 2009, p.184)

Num país cuja identidade foi forjada em cima de muitas guerras internas, no esforço de consolidar alguns valores “universais” como o liberalismo, a liberdade de expressão, a propriedade privada, o espaço individual e a democracia como pilar, o cinema e a imprensa (como no caso *Watergate* nos anos 1970) estiveram presentes de forma intensa, neste último século, na simbolização de valores e mitos da cultura do país. A própria tradição de estudos dos meios de comunicação de massa (*mass communication research*) nos Estados Unidos também aponta, desde as primeiras pesquisas da década de 1920, para a preocupação e interesse do país (do Estado) com os *efeitos* e potencialidades dos meios de comunicação, especialmente o rádio e a televisão. Muniz Sodré recapitula isso em artigo recente, lembrando a importância da própria Escola de Chicago:

Desde a Escola de Chicago até a corrente da *mass communication research*, **as preocupações teóricas sempre enfatizaram as transformações da religião, do trabalho, da família e da cultura** – instâncias em que predominam as relações primárias, cara a cara – **por efeitos de uma urbanização societária avassaladora, em que desempenhavam um papel cada vez maior as tecnologias da informação e da comunicação emergentes.** (SODRÉ, 2012, p.18, grifo nosso)

A centralidade da mídia e do entretenimento no imaginário estadunidense, ainda que não responda sozinha ao desenvolvimento de um ativismo midiático no interior do movimento LGBT, parece-me inegável como componente desta guinada. Seria possível comparar, ainda que seja um exagero de proporções, com outro “fato social” que exigiu do movimento LGBT outra guinada: o advento da epidemia da Aids. É um tanto exagerado, mas não incrível, uma vez que a mídia está de forma ubíqua na cultura do país, tanto a imprensa escrita quanto a televisão (recorde-se do julgamento do jogador *O.J.Simpson*, em 1994, que foi intensamente midiático e levou 95 milhões de indivíduos para frente da televisão). Assim, entendo que a mídia necessariamente teria que se tornar uma das frentes de atuação do movimento. John D’Emilio, em sua obra clássica *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940-1970*, registra as primeiras preocupações e interações do movimento homófilo do país desde a década de 1950. Com a intensificação da perseguição macartista, as organizações

sofreram mudanças e, na década de 1960, houve um reflorescimento. No que diz respeito à mídia, D'emilio registra:

Magazines, newspapers, television, radio, books, plays and movies discussed male homosexuality and to a lesser extent lesbianism and presented images of gay life that reached a wide audience. **Activists had to cope with the more welcome problem of what *kind* of coverage gays and the homophile movement received rather than with breaking through an informal system of censorship that kept the subject unmentionable.** (D'EMILIO, 1983, p.218, grifo nosso)

De meados da década de 1960 em diante (pré e pós-*Stonewall*), esta será uma questão crescente entre vários ativistas e organizações, ainda que com altos e baixos.¹⁶⁰ O fato das organizações do movimento virem se desenvolvendo, de forma mais explícita e contínua, desde o início dos anos 1970, também contribuiu para um acúmulo de experiências ativistas de uma década e meia quando eclodiu a epidemia de Aids. Isso possibilitou, sobremaneira, a emergência de experiências sobre novas formas de ação, congregando um amplo campo de formas de ativismo – ainda que confrontantes entre si – mais de rua, como a do *ACT-UP*, ou mais de escritório, como a da GLAAD.

Se observarmos a história do movimento LGBT brasileiro, veremos como também a Aids foi responsável pelo desenvolvimento de novas formas de ativismo em face de um novo “inimigo” – o vírus certamente, mas também o estigma social, o epíteto jornalístico de “*câncer gay*” e a demora do Estado em responder à epidemia. Já observando a história recente do movimento, também vemos o surgimento de várias redes nacionais nos anos 2000, de grupos voltados para adolescentes LGBT (como a rede *E-Jovem*, fundada em 2001), para a relação entre filhos homossexuais e suas famílias (como o *Grupo de Pais de Homossexuais* – GPH, fundado em 1997 por Edith Modesto ou o *Reunião de Pais, Amigos e Irmãos de Homossexuais* – REPAIR, fundado em 2006 em Niterói, RJ) ou para a relação entre negritude e pessoas LGBT (como a *Rede Nacional de Negras e Negros LGBT* – Rede Afro-LGBT, fundada em 2005).

Posto tudo isso, entendo, então, que tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, houve um desenvolvimento progressivo (não como “evolução”, mas como

¹⁶⁰ Para uma discussão aprofundada sobre o tema, remeto ao capítulo 3, *Media activism in the gay and lesbian movement*, p.70-98, da pesquisa de Doyle (2005), que aborda esta questão desde antes de *Stonewall* até o surgimento da GLAAD em 1985.

dialética)¹⁶¹ das formas de ativismo, bem como na identificação de novas frentes de atuação. As diferenças que marcam estes desenvolvimentos, entretanto, parecem contribuir para a ausência de um enfoque em ativismo midiático no movimento LGBT brasileiro. Da análise que empreendi nos capítulos anteriores sobre a relação entre o movimento LGBT e a mídia, nos Estados Unidos, por meio da GLAAD, e, no Brasil, por meio das visões de um conjunto de atores políticos, identifiquei alguns elementos que contribuiriam, tomados em conjunto, para as diferenças entre o ativismo brasileiro e o estadunidense. Tais diferenças, obviamente, dizem respeito a todo um conjunto de práticas e possibilidades ativistas destes movimentos, e não somente em relação à mídia. Meu foco, entretanto, é nesta seara em particular.

Há, contudo, uma aparente contradição entre muitas das avaliações positivas dos entrevistados brasileiros – e corroboradas por algumas pesquisas – sobre as representações da mídia e coberturas da imprensa e o diagnóstico de que o movimento LGBT, em linhas gerais, não teria relações duradouras e estratégicas com os veículos de comunicação. Ou seja, o espaço das demandas do movimento LGBT estaria presente na mídia e em suas representações, embora não haja uma estratégia sistemática do movimento (e sim de alguns ativistas) em lidar com os veículos, monitorá-los e tentar pautá-los. Para compreender como esta aparente desconexão reflete-se na realidade, é preciso expandir o olhar para outros atores políticos que não o movimento LGBT em si, ou as suas organizações em especial. Esta relação entre o movimento LGBT e a mídia, portanto, não é passível de ser isolada de um conjunto mais amplo de relações entre estes e outros atores, diretamente próximos ou não ao movimento LGBT. Disso me ocupo na seção final (6.3) deste capítulo.

¹⁶¹ Progressivo entendido não como evolução (“melhor agora do que antes”), mas como disputa e modificação. Sobre a GLAAD mesma, Doyle (2008) comenta como muitos ativistas da organização entendiam que o movimento “evoluiu” para o nível profissionalizado e corporativo atual como consequência natural, e que o movimento de rua era algo “anterior” e “do passado”. Entendo tal desenvolvimento, historicamente, como um processo dialético em que há disputas, surgimento de novas frentes de atuação e reformulações. Como Facchini (2005) aborda em relação ao movimento brasileiro, os anos 1980 e a Aids produziram uma reconfiguração e um reflorescimento do movimento, com novas formas para lidar com o cenário da epidemia. Dialética, portanto, é aqui usada como processo em que ideias de ativismo e formas institucionais diferentes surgem, confrontam-se, dialogam, e produzem resultados de uma ordem específica, como foi o caso da assimilação do formato de ONG, no Brasil, por praticamente todas as organizações LGBT.

6.1 Ativismo como profissão, ativismo como devoção

A experiência etnográfica no escritório da GLAAD, em Los Angeles, fez-me perceber uma diferença autodescritiva interessante entre os ativistas da organização e os ativistas brasileiros – a bem da verdade, aqueles que entrevistei e outros com os quais mantenho contato. Os membros da GLAAD, e, entendo seguro afirmar, das demais grandes organizações LGBT do país, veem-se como profissionais de um setor (as *nonprofits*) da economia do país. Não significa que não sejam (e que não se identifiquem como) ativistas, pois especialmente aqueles que lidam com a razão de ser do grupo – ações, estratégias e programas em relação à mídia –, entendem-se como ativistas. Outros, mais ligados a setores operacionais ou mesmo de desenvolvimento, já não encampam esta “identidade” tão fortemente. Os funcionários da GLAAD vêm de ramos variados como o setor financeiro, a imprensa gay, a produção de eventos, indústria da moda, o cinema, a imprensa, estúdios de televisão, etc. Muitos deles, especialmente os que lidam com captação de recursos (*fundraising*) e de doadores (*membership*), constituíram uma trajetória profissional neste ramo em outras organizações, algumas do setor sem fins lucrativos, mas outras do ramo empresarial. Na verdade, neste contexto, para ser ativista é preciso ser um profissional com capacidades (e contatos) específicas que contribuam para desenvolver a organização e avançar a demanda objeto daquele grupo. No caso da GLAAD, um produtor, um executivo da mídia, um contador ambientado com isenções fiscais e a burocracia da seção 501(c) da receita federal dos EUA ou um indivíduo com capacidade de prospecção de doadores são alguns dos perfis desejados. Muitos desses ativistas, inclusive, disseram-me que queriam contribuir com a “comunidade LGBT” e trazer suas competências profissionais para alguma organização do movimento. Charlotte Wells (vice-presidente de Operações da GLAAD), por exemplo, disse-me que veio da Inglaterra para trabalhar no setor de turismo nos EUA, e então se envolveu mais com o ativismo.

And I realized that I really want to not just to, you know, work. I just wanna to give back more to my community. And the work that I was doing in the tourism industry, I actually wrote the strategy, the marketing strategy of... of marketing LA [Los Angeles] as a gay friendly city. **(Entrevista com Charlotte Wells)**

No conjunto de indivíduos que entrevistei no Brasil, a autocaracterização não ocorreu desta maneira. É preciso reconhecer, a título de esclarecimento, que se sentir parte e efetivamente fazer parte do movimento LGBT são ligeiramente diferentes de ser um ativista em contexto organizacional. Com isso, quero ressaltar que muitos jornalistas atuando na mídia gay – no Brasil e nos Estados Unidos – entendem-se como integrantes do movimento, por exemplo. Muitos *scholars* dos estudos gays e lésbicos nos EUA também, e o mesmo é verdadeiro para o Brasil, como é o caso de Leandro Colling, pesquisador da UFBA, que me disse considerar-se parte do movimento.¹⁶² Posto isso, os entrevistados brasileiros não fazem uma associação (ao menos explícita) entre ativismo e profissão. Aqueles que estão em contexto organizacional, ou seja, são integrantes de ONGs do movimento LGBT, entendem-se como ativistas. E todos, em alguma medida, têm outras ocupações que subsidiam suas atividades no movimento. Como me relatou Julian Rodrigues, são raros os ativistas LGBT brasileiros que podem se dedicar a uma organização e ao ativismo em si em tempo integral. Muitos são professores, tradutores, jornalistas, funcionários públicos, assessores políticos e, como indiquei anteriormente sobre um crescente fenômeno dos últimos anos, gestores públicos em instâncias do poder Executivo dedicadas à população LGBT.

Quem paga meu salário é meu ativismo partidário. E eu pego uma parte do meu tempo pra fazer ativismo social. E assim vai... o outro é professor universitário, um outro consultor... tradutor, etc. E, aí, você vai usando seu tempo livre pra fazer.

(Entrevista com Julian Rodrigues)

A este respeito, a ativista Yone Lindgren manifestou-se de modo relativamente diferente:

Sim, e eu acho isso normal. Acho normalíssimo. Eu tenho o meu trabalho, ainda bem que eu trabalho com a minha família, então eu tenho né... [interrompo dizendo: “flexibilidade”] mais tempo, mas, por exemplo, eu acho, tanto que quando falam, “*ah, manifestação durante o dia*”, eu digo: “*gente, só se for final de semana*”. “*Ah, mas pô,*

¹⁶² Registre-se também que Colling, por meio da associação acadêmica que dirigia até o final de 2012, efetivamente participava de instâncias específicas relacionadas ao movimento e destinadas à sociedade civil, como é o caso da vaga da ABEH no CNCD/LGBT. Ele também foi indicado, na 11ª Reunião Ordinária do Conselho, em setembro de 2012, para representá-lo num Comitê Técnico de Cultura para LGBT do Ministério da Cultura.

só foram dez de um grupo só.” Porque esse grupo só tem projeto, e paga os dez, tem fidelidade dos dez. **(Entrevista com Yone Lindgren)**

Mais do que essas diferenças de construção de identidade do ativista, um marcador substancial que traça uma linha entre o ativismo LGBT nos dois países são noções como a de “corporação”, “escritório” e “parte da economia”. Tais referentes são marcantes nas atividades de GLAAD ao passo que estão ausentes do cenário brasileiro – talvez a de escritório compareça, ainda que haja diferença relevante entre escritório como metáfora de ambiente de trabalho corporativo (GLAAD) e escritório como espaço físico de um grupo (sede de uma ONG LGBT brasileira, por exemplo).

Esta linguagem corporativa e profissionalizada – como Doyle (2005, p.vii) afirma em relação a seu estudo da GLAAD, ele examinou “the professionalization of a media advocacy organization”, além de atribuir-lhes, no título de sua tese, o epíteto de “profissionais da visibilidade” – também transpareceu nas entrevistas. GLAAD sempre teve uma preocupação, desde seus primeiros anos, em posicionar-se institucionalmente dentro do competitivo cenário das *nonprofits* do movimento LGBT do país. Divergências e críticas a outras organizações, como a mais proeminente, HRC, não são incomuns em sua história. Entretanto, isso nunca é manifestado nos e-mails e nas entrevistas que fiz com membros do grupo. O controle sobre o exercício da crítica é muito maior em face do peso dos cargos que ocupam dentro destas organizações, e muito em função das relações corporativas estabelecidas, as quais sofreriam danos com críticas mordazes a outros ativistas e a “organizações irmãs”, como o presidente em exercício Mike Thompson referiu-se a duas outras organizações LGBT durante minha pesquisa.

Entre os entrevistados no Brasil, houve muito mais situações explícitas de críticas a outros ativistas e organizações. Aqui certamente meu acesso mais facilitado às relações do campo, além do próprio conhecimento das tensões existentes entre ativistas e organizações – e mesmo intraorganização¹⁶³ – contribuíram para que os entrevistados expusessem mais informalmente tais tensões. No caso da GLAAD, como aludi nos capítulos 2 e 3, minha pouca

¹⁶³ Veja-se, por exemplo, este texto publicado no blog do jornalista William De Lucca Martinez sobre troca de e-mails entre ativistas da ABGLT em maio de 2012. “*Luiz Mott detona presidente e diretor de ABGLT em troca de e-mails*”. Disponível em: <<http://deluccamartinez.wordpress.com/2012/05/29/luiz-mott-volta-a-detonar-defensores-da-abglit-em-troca-de-e-mails/>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

intimidade com aqueles indivíduos, meu enquadramento como estagiário (portanto, como alguém que tem acesso limitado à organização) e o treinamento de muitos daqueles membros para lidar com entrevistas e acesso público às tensões da organização contribuem para essa diferença percebida entre os dois conjuntos de entrevistados. Isto não significa afirmar, entretanto, que tais tensões intra e interorganizações não existam. Como exemplifiquei com o desenrolar do caso da saída do diretor Brett Ratner da produção do Oscar 2012 (nas p.120-21) ou com a afirmação de que GLAAD havia reagido de forma lenta à crise presidencial entre seus grandes doadores em 2011 (p.94), esta não é uma peculiaridade do movimento brasileiro. A diferença reside, como procurei estabelecer aqui, nas formas de elaboração pública dessas tensões e divergências quanto a estratégias e discursos do movimento LGBT nos dois países.

O ativismo como devoção é, portanto, o enquadramento genérico que produzi como interpretação dessas diferenças de perfil do ativista LGBT no Brasil e nos Estados Unidos. A própria falta de apoio financeiro e “comunitário” à boa parte dos movimentos sociais, e acentuadamente ao movimento LGBT brasileiro, ajuda a constituir os ativistas que se dedicam a lutar por reconhecimento e avanço das demandas da população LGBT como pessoas abnegadas que não estariam percorrendo sucesso financeiro, por exemplo. Por outro lado, não significa que ativistas brasileiros, assim como os dos Estados Unidos, não ambicionem sucessos institucionais (de suas organizações) ou pessoais (de suas biografias). Seja qual for o campo concorrencial e as circunstâncias que o conformem, há um empreendimento de esforços que também se revertem em capitais pessoais e institucionais dentro do movimento LGBT.

6.2 Pressões do Estado ou do Mercado?

Um dos aspectos que talvez mais diferencie a constituição das grandes organizações LGBT dos Estados Unidos em relação às organizações do Brasil seja o dos recursos financeiros. Isto não diz respeito à ordem de grandeza destes valores, pois seria um truísmo considerando-se que os Estados Unidos têm um Produto Interno Bruto (PIB) e um montante de valores circulando muitíssimo maior

que o do Brasil.¹⁶⁴ Os recursos monetários, aqui neste contexto, aludem às formas de captação de recursos encontradas pelas organizações, nos dois países, e a que relações passam a ser estabelecidas com tais fontes de recursos.

O título desta seção sugere um enquadramento certamente limitador, mas não sem lastro nos dados e materiais que coletei, mas, sobretudo, nas indicações que procurei estabelecer nos capítulos analíticos sobre cada um dos trabalhos de campo. Se no Brasil as pressões associadas aos recursos financeiros vêm, sobretudo, do Estado, é o “mercado” que tensiona GLAAD nos Estados Unidos. Por mercado estou me referindo a um conjunto amplos de fontes de doações: indivíduos que fazem grande doações (*major donors*), empresas e corporações (*corporations*) de inúmeros setores e fundações (*foundations*), não raro fundações constituídas por empresas. Esta não é uma generalização para outras grandes organizações LGBT dos EUA, como a HRC ou a NLGTF, embora minhas explorações sobre a composição de doadores destas organizações indiquem alta semelhança com a da GLAAD.

Um dificuldade específica deste tema, no caso do Brasil, é que não há muitos dados públicos sobre a situação financeira das organizações LGBT. No caso das formas de associativismo do movimento social LGBT, a maioria expressiva dos grupos está constituída sob a forma de Organização Não Governamental (ONG), que não é um registro jurídico em si. Outra parcela, especialmente para ter mais reconhecimento “institucional” dentro da ordem jurídica e acessar recursos públicos, constituiu-se sob a forma de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). É o caso da ABGLT, por exemplo, que tomou a decisão de registrar-se como Oscip no final dos anos 1990, obtendo o registro em 2002. Tais organizações precisam dar publicidade ao relatório de atividades e demonstrações financeiras como requisito para manutenção deste registro. Entretanto, essa publicidade nem sempre se traduz na acessibilidade a tais dados nos sites das organizações. Por exemplo: numa pesquisa no site da ABGLT, a última prestação de contas disponível

¹⁶⁴ A este respeito, consultar: *Nonprofit Organizations in Brazil: A Pilot Satellite Account with International Comparisons* (2002), produzido pelo Centro de Estudos da Sociedade Civil da *Johns Hopkins University* em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); também o *America's Nonprofit Sector: A Primer* (2012), também da *Johns Hopkins*. O primeiro estudo está todo online, já o segundo apenas com um folder contendo dados resumidos do setor nos Estados Unidos. Disponíveis, respectivamente, em: <http://ccss.jhu.edu/wp-content/uploads/downloads/2011/11/UN_Handbook_Brazil_2010.pdf> e <http://ccss.jhu.edu/wp-content/uploads/2012/06/Americas-Nonprofit-Sector-Teaser_6.28.2012.png>. Acessos em: 05 jan. 2013.

é a de 2006, constando uma receita de R\$ 72.685,43 para aquele ano. Em várias atas da organização, também aparecem menções às contribuições que as organizações associadas precisariam fazer (no valor de um salário mínimo anual, parcelado ou não). Não há registro nas atas recentes sobre este tema, e não encontrei referências a isso no site da organização. Somente na entrevista com Toni Reis pude constatar que a situação financeira das organizações, de fato, reflete o alarme soado pela carta da ABIA e outras 23 organizações lidando com HIV/Aids no Brasil:

Hoje somente quatro organizações conseguem ter recursos para pagar a anuidade à ABGLT, então a gente acaba postergando essa contribuição das demais... Elas nem sempre têm recursos para pagar os próprios aluguéis, e não há contribuições individuais no Brasil hoje, as pessoas não doam. **(Entrevista com Toni Reis)**

Considerando-se que a ABGLT tem 237 organização afiliadas, e tomando como base o salário mínimo nacional vigente em 2012, no valor de R\$ 622,00, esta arrecadação poderia ser de um pouco menos que R\$ 150 mil reais anuais. Apesar disso e do modelo institucional de outras organizações LGBT brasileiras, o critério de acessibilidade a prestações de contas de vários grupos mostra um resultado igual a zero. Não encontrei, por exemplo, relatório anual de atividades ou prestação de contas nos sites de organizações importantes e reconhecidas do movimento LGBT no país – todas elas mencionadas pelos entrevistados, por exemplo –, como GGB, de Salvador, GAI, do Rio de Janeiro, APOGLBT, de São Paulo, *Matizes*, de Teresina, *Estruturação*, de Brasília e *Dignidade*, de Curitiba. Para não produzir uma distorção do fenômeno como sendo característico das organizações LGBT, fiz uma pesquisa nos sites de organizações que fazem parte da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)¹⁶⁵ e escolhi quatro entidades reconhecidas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, de gênero e sexualidade no país: ABIA, do Rio de Janeiro, *Instituto PAPAI*, de Recife, *ECOS – Comunicação em Sexualidade*, de São Paulo, e *Centro Feminista de Estudos e Assessoria* (CFEMEA), de Brasília. Destas quatro, apenas a ABIA fornecia relatório financeiro mais atual no site (e referente ao ano de 2009). Com isso, parece ser pouco difundida a divulgação de relatório anual de atividades e

¹⁶⁵ A Abong foi fundada em 1991 e reúne hoje 243 associadas.

financeiro entre a maioria das mais reconhecidas organizações lidando com direitos sexuais e/ou LGBT no Brasil.

Esta não é, entretanto, a via de entrada que utilizei para acessar a questão dos recursos financeiros no movimento LGBT no Brasil. A maioria dos entrevistados reconheceu, de maneiras diferentes, que (i) há uma distância grande em relação ao mercado segmentado no público gay, (ii) a “comunidade” não apoiaria as organizações do movimento em geral e (iii) o acesso a recursos do setor privado (empresas) é limitado. Somam-se a isso elementos que já indiquei neste trabalho, como na seção 5.3 (p.189), em que menciono levantamento feito por mim em março de 2012 sobre as empresas que apoiam a “comunidade LGBT” no Brasil (ver apêndice D). O apoio expressivo vem de empresas de capital misto, em que o controle acionário majoritário é do governo, e quase todo voltado para financiar as Paradas do Orgulho LGBT de São Paulo e do Rio de Janeiro. Também a própria declaração de Toni Reis de que apenas quatro ONGs LGBT no Brasil estão sobrevivendo confirmam este conjunto de não apoios e precariedade de recursos. Não restrito apenas a um aspecto financeiro, mas sim cultural, no sentido de uma “cultura de doação”, André Fischer fez uma comparação direta entre o Brasil e os Estados Unidos neste ponto:

Todo o movimento e as iniciativas nos Estados Unidos... e eu conheci, entrei nessa história via os festivais de cinema, e coisa e tal, eles são financiados por indivíduos privados. Basicamente, então tem... coisa que eu sempre digo, nos Estados Unidos, todo festival de cinema, e é isso, acho, que marca a diferença, todo o festival de cinema tem uma gala de abertura do festival que custa 100 dólares, 75. É onde eles arrecadam mais dinheiro. Aqui no Brasil, se você não fizer de graça, dando comida e bebida de graça pra todo mundo... é uma vergonha. Então assim, é... é isso. E as pessoas querem, não, não... se recusam a pagar ingresso. Enquanto lá... eu me lembro assim... Tinha uma amiga que era casada com a diretora do festival de cinema gay, que ela [dizia] “*eu pago todas as sessões que vou, porque eu to fazendo uma doação pra... é uma... minha contribuição*”. Eles têm essa questão, que aqui a gente não tem. **(Entrevista com André Fischer)**

Quando questionei Yone Lindgren sobre prós e contras da forte dependência financeira do movimento LGBT em relação ao poder público, ela também evocou certa noção de “cultura” ligada à doação:

Pois é, engraçadamente, isso só acontece no Brasil né. Porque em todos os lugares do mundo, os movimentos sociais vivem independente de qualquer grana que entre do governo. Entrou, legal, ah, tem edital, legal. Não tem, as próprias pessoas fazem fundo, fazem frente, é um que tem uma loja que dá 10%, é o outro que dá 5 [%], outro que dá um real quando passa. Essa não é a cultura do Brasil. Você pode ver que alguns grupos tentaram, colocar nome, número de conta, porque... por exemplo, a gente tem o de Sepetiba, que é a Casa do... o Água Viva,¹⁶⁶ que eu acho muito importante o trabalho. Eles estão sem pagar telefone há um tempão, agora vão cortar a luz. Eles pedem, e ninguém deposita um real. É muito engraçado isso. **(Entrevista com Yone Lindgren)**

Interessante observar que, segundo os últimos dois relatórios¹⁶⁷ da *think tank* MAP sobre a situação financeira das 40 maiores organizações LGBT dos Estados Unidos, apenas 3% dos indivíduos LGBT adultos do país doariam para tais grupos. Quanto ao Brasil, desconheço dados desta natureza.

Também Julian Rodrigues, numa fala que já destaquei anteriormente sobre essa questão, evoca a mesma noção de “cultura de doação”:

E aqui não tem a cultura das bichas e nem, no geral [do brasileiro], de contribuir com o movimento. [...] Então, se você não tem financiamento do Estado, você não faz.

(Entrevista com Julian Rodrigues)

A observação de Rodrigues reitera a necessidade de contextualização, em todos os sentidos, do indivíduo LGBT brasileiro com o restante da sociedade/cultura brasileira, como apontei, anteriormente, na abordagem sobre participação política no Brasil. André Fischer também manifestou opinião no mesmo sentido, referindo que o próprio envolvimento dos brasileiros com a política (no sentido mais usual do termo) seria frágil. Entretanto, parece-me que é mais preciso formular esta questão da “cultura de doação” em relação a movimentos sociais específicos como o LGBT, o das ONGs Aids e, talvez, o feminista e o negro. Entendo como diferente a noção de filantropia que move muitos brasileiros a doarem para entidades religiosas ligadas a trabalhos de base com grupos vulneráveis (como crianças em situação de rua) ou a

¹⁶⁶ A entrevistada refere-se ao *Grupo Água Viva*, sediado em Sepetiba (RJ), fundado em 1994, que atende pessoas portadoras de HIV/Aids.

¹⁶⁷ Cf. MAP (2011, 2012).

grupos de defesa dos direitos dos animais, e o caso específico dos movimentos sociais que seriam, na falta de expressão mais adequada, “políticos”. Uma componente explicativa importante deste cenário é a “crise de representação” que mencionei no capítulo anterior e está registrada na literatura de ciência política quanto ao associativismo no Brasil. Vários entrevistados como André Fischer, Danilo Motta, Eduardo Peret e Leandro Colling reconheceram a “distância” que haveria, em intensidades distintas, entre o movimento LGBT e os, em tese, representados (a população LGBT). Uma fala, inclusive, é ilustrativa da agudeza desta crítica à representação: Danilo Motta foi categórico na sua crítica à própria existência de ONGs em geral.

Eles fizeram uma pesquisa de percepção na Parada Gay [do Rio de Janeiro] com os participantes. “*Como é que você vê a Parada Gay? Como é que você vê a atuação dos grupos?*”, várias coisas. E tem alguns dados ali muito peculiares. Tipo, dos entrevistados, principalmente... que eles dividiram entre quem mora na região metropolitana do Rio e quem veio de fora, quem é turista. A galera da região metropolitana, setenta e poucos por cento, 74 se não me engano, não conheciam nenhuma ONG ou nenhum grupo LGBT. Então já começa por aí a brincadeira. Aí, eu lembro que um desses dados era sessenta ou sessenta e seis, não lembro qual: mais de 60% não lembra, não conhecia legislação do município que proíbe... a lei da homofobia, que nego chama... que proíbe você impedir a manifestação de afeto. [...] Então, assim, mais de 60% não conhecia essa lei. E aí eu já não me lembro se um era 60 ou 66 [%], e o outro dado era de que esse percentual também não conhecia a Coordenadoria de Diversidade Sexual. [...] Então a militância LGBT [*sic*] não conhece as ONGs, ou seja, quem, em tese, fala em seu nome. Porque assim, eu sou crítico, pra mim ONG não é nada. As ONGs têm que acabar, ponto. Mas, já que existem, vamos entender como é que funciona essa bodega aí. Os gays não conhecem as ONGs e também não conhecem... eles não conhecem os órgãos não governamentais e também não conhecem os órgãos governamentais. Também não conhecem a legislação. Então tem algo de errado com essa parada. **(Entrevista com Danilo Motta)**¹⁶⁸

¹⁶⁸ A pesquisa a que o entrevistado se refere foi feita pelo Núcleo de Pesquisas da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-RJ) a pedido da Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual (CEDS) da Prefeitura. A pesquisa era sobre a percepção da população durante a 16ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, ocorrida em 9 de outubro de 2011. Sobre os dados que Motta cita na sua fala, 74% dos entrevistados da região metropolitana do RJ não conheciam algum tipo de ONG ou grupo LGBT; 40% (do total) não sabiam da existência de uma lei municipal de

Recordando a história do movimento LGBT brasileiro e o processo de formação dos grupos, a prevalência do Estado no financiamento das ações das organizações – e, conseqüentemente, na própria subsistência de muitas delas –, a partir do final da década de 1980, está bem registrada. Além disso, as fundações internacionais também tiveram um papel importante para algumas organizações LGBT, e na maioria das ONGs do país. Numa pesquisa de 2010 sobre o acesso das suas associadas aos fundos privados no Brasil, a Abong identificou algo dentro do universo pesquisado que me parece revelador, ao contrário do que poderia parecer, da *agência* de muitas destas organizações em não procurarem recursos privados. Embora não tenha informações específicas sobre o movimento LGBT, penso que seja uma consideração de fundo a não ser menosprezada:

Há um modo de agir das organizações de defesa de direitos com relação ao acesso aos recursos privados nacionais muito semelhante àquele que marcou os debates do fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990 com relação ao acesso aos fundos públicos nacionais. **Essa é uma decorrência lógica dos processos políticos, visto que manter relações com uma certa instituição é legitimá-la e ser por ela legitimado.** Os debates, dilemas e contradições sobre o acesso aos recursos privados nacionais estão radicados, nesse universo político, nas concepções anticapitalistas que constituíram o nosso lugar histórico. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS, 2010, p.28-29, grifo nosso)

Isso também se verifica na relação de muitas organizações com o mercado em geral e com o mercado gay em específico. Os conflitos entre a entidade que organiza a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, a APOGLBT, e os grandes empresários gays da cidade, por exemplo, têm sido intensos desde 2010. Em sua pesquisa no final dos anos 1990, Facchini (2005, p.157) já registrara as flutuações na relação do movimento com o mercado:

As relações do movimento com atores enquadráveis como parte do mercado variam, dessa forma, entre o reconhecimento de uma relação de colaboração e a atribuição de um papel de inimigo, que surge quando os interesses de ambos se mostram divergentes, como em casos em que empresários de negócios voltados para esse público se recusam a colaborar com atividades propostas pelo movimento ou excluem de seu público-alvo estilos de vida, comportamentos ou identidades aceitos pelo movimento.

É difícil precisar, no entanto, o quanto da pouca relação entre as organizações LGBT e o setor privado deva-se a uma postura política de rejeição a

1996 que pune discriminação em estabelecimentos comerciais e serviços públicos do município. Além disso, 25% marcaram “não sabe/não respondeu” neste item, o que faz dos que já conheciam a lei apenas 35% dos entrevistados; sobre a existência da CEDS, 60% dos entrevistados não sabiam.

tais recursos ou, então, à falta de pessoal e estrutura para elaborar projetos que se enquadrem nas normas dos setores de “responsabilidade social” das empresas. Outra pista que complexifica tais relações é o enfoque que empresas e suas fundações dão a certos projetos e grupos que possam lhes dar maior retorno social junto aos consumidores e à opinião pública, por exemplo. Causas mais “políticas” e com potencial controverso ficariam prejudicadas neste cenário. Como a pesquisa da Abong sobre acesso a recursos privados, feita em 2009, indicou,

As limitações desse espaço de interseção parecem residir, até o momento, principalmente no ainda pouco expressivo montante dos recursos privados investidos no campo social, assim como na sua insuficiente abrangência temática. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS, 2010, p.10)

Diante do exposto até aqui, há a seguinte configuração progressiva e acentuadamente registrada na história do movimento LGBT brasileiro, sobretudo, das organizações LGBT em si: relações com atores do mercado, segmentado ou não, bastante limitadas, quase sempre associadas à realização das Paradas nas grandes capitais; recursos de fundações e organismos internacionais, os quais começam a declinar ou a serem redirecionados a outros países, sobretudo, nos anos 2000; pouca participação de indivíduos LGBT na composição de recursos das organizações, aqui elaborada sob o epíteto “cultura de doação”; por fim, o estabelecimento de parcerias com diversos níveis do Estado, em especial o Executivo Federal, num processo duplo de atuação junto às populações locais na prevenção e enfrentamento à epidemia de Aids e na capacitação técnica e política para fazer incidência, dentro do Estado, por políticas públicas e legislação protetiva. Todos esses fatores não são parte de uma configuração histórica em termos dicotômicos em que a ausência de acesso a uma modalidade de recursos “leva” a outra inevitavelmente. Ao contrário, é fruto de escolhas diante de um cenário específico (e adverso). Sem a resposta coletiva à Aids elaborada por várias organizações LGBT dos anos 1980, dificilmente os programas do governo teriam alcançado certos grupos vulneráveis como a própria população gay masculina, homens que fazem sexo com outros homens, etc.

Se isso tudo é verdade, a dependência cada vez mais intensa das principais lideranças de organizações LGBT brasileiras aos recursos do Estado tem encontrado um ponto de tensão que estava “adormecido” na última década. Os recuos do Executivo Federal em relação às agendas de praticamente todos os

movimentos sociais desde o começo do mandato de Dilma Rousseff em 2011, como contextualizei rapidamente na seção 5.3 do capítulo anterior, colocam um desafio à sustentabilidade do movimento LGBT. Esse desafio, na verdade, já está posto no próprio enquadramento que a legislação – e o modo de relação entre Estado e parte da sociedade civil – faz das organizações sem fins lucrativos de interesse público. Num longo relatório de 2007, sobre um novo marco legal para as ONGs no Brasil, a Abong reconhece os avanços da criação do registro de Oscips no final da década de 1990, mas critica a concepção de “prestação de serviços” que o Estado, por meio da nova legislação, estaria reproduzindo:

Seguindo uma tradição histórica do relacionamento entre Estado e sociedade civil no Brasil, o Termo de Parceria (principal instrumento criado pela chamada Lei das Oscips) **privilegiou a ideia de repasse de recursos públicos para associações e fundações com a finalidade de prestação de serviços. Ou seja, a lei reforçou uma concepção de sociedade civil organizada instrumentalmente para os fins do Estado, na execução das políticas públicas.** Pouco se avançou na construção de um Marco Legal que possibilitasse o fortalecimento efetivo das organizações da sociedade civil brasileira, em especial de grupos populares, como parte de uma esfera pública ampliada e participativa, portanto, essencial para o processo de redução das desigualdades e fortalecimento da cidadania no Brasil. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS, 2007, p.18, grifo nosso)

Ainda que tais recursos sejam também empregados no fortalecimento destas organizações, na garantia de uma estrutura mínima e na capacitação de novos ativistas para *advocacy*¹⁶⁹ – tudo isso de fundamental importância para o movimento LGBT –, é inegável a vinculação desses repasses financeiros a atividades como “prestação de serviços” ou à implementação de políticas públicas de responsabilidade do Estado em locais aos quais ele “não chega”. Se o movimento LGBT brasileiro vê-se constrangido em sua atuação por parte do peso que o Estado tem em sua própria existência, o caso da GLAAD e das maiores organizações LGBT dos Estados Unidos é o da adesão a um *modus operandi* corporativo e o da pressão de atores do mercado.

Como já expus na capítulo dois, acerca da formação da GLAAD, logo nos primeiros anos, disputas em torno da concepção de ativismo que guiaria a organização irromperam. O fato de muitos dos membros que ficaram na organização, logo após a saída de alguns fundadores ainda no primeiro ano, virem de contextos corporativos – como o advogado Craig Davidson, que foi o primeiro

¹⁶⁹ Este é o caso, por exemplo, de dois grandes projetos que foram conduzidos pela ABGLT com recursos federais durante vários anos: o *Projeto Somos* e o *Projeto Aliadas*, aos quais já me referi.

diretor-executivo da GLAAD/NY – influenciou este processo de adesão a um modelo calcado no fortalecimento institucional, na captação de recursos de um amplo leque de atores políticos e no estabelecimento de estratégias que colocassem o grupo dentro do jogo (“*we want in*”), ou seja, na mesa de negociação em que se discutiam as imagens e palavras que representavam a “comunidade LGBT” na mídia estadunidense.

Tal aproximação às grandes corporações e fundações não é um movimento isolado de GLAAD, e diversos autores como Vaid (1995), Chasin (2000) e D’Emilio (2000) discutiram isto a partir de um enquadramento que pode ser resumido em *mainstreaming*¹⁷⁰: a estratégia do movimento, sobretudo dos anos 1990 em diante, de aproximar-se das grandes instituições sociais em busca de legitimação. O modo como cada autor reflete sobre este processo, entretanto, é bastante diferente, e D’Emilio é muito mais cauteloso em fazer afirmações sobre assimilação e incorporação da lógica de mercado nas grandes organizações, ao contrário de Vaid (que foi diretora-executiva da NLGTF de 1989 a 1992) e Chasin, que vão enfatizar o aspecto econômico desta guinada à integração com as instituições sociais de um modo geral. Doyle (2005), no penúltimo capítulo de sua tese sobre a GLAAD, *Mainstreaming Revisited* (p.376-410), coloca em diálogo as posições de vários autores sobre esse aspecto. No que diz respeito, especificamente, à aproximação das corporações às grandes organizações do movimento, Chasin (2000, p.208) afirma:

Large national gay and lesbian organizations became, in the 1990s, more attractive to corporate and foundation funders, which enabled them to pursue their very important civil rights and visibility objectives. But did this new stream of money hinder organizations’ accountability to members as well as deflect funds from smaller or local groups with more radical agendas?

Retomando o aspecto integrativo da expressão “queremos entrar”, Doyle (2005) relata sobre o final dos anos 1990 na GLAAD, com a reestruturação feita após uma situação financeira negativa em meados da década. Joan Garry, então diretora-executiva, engaja a organização na elaboração de um plano estratégico, em 1999, que guiaria o grupo nos três anos seguintes.

The strategic plan adopted by the board stated that “our vision of the future is predicated on all that is explicit and implicit in the phrase ‘we want in,’” a

¹⁷⁰ Uma tradução seria integração.

phrase meant to sum up the gay and lesbian movement's current emphases on "access and inclusion," "constructive engagement," and "winning allies outside our own community." (DOYLE, 2005, p.151, grifo nosso)

Um destes aliados, como a história da organização veio a registrar cumulativamente, são as grandes corporações do país. Como expus nas visões do campo sobre a GLAAD no capítulo 3, a aceitação de recursos de grandes corporações sempre foi tensionada pelas implicações tanto éticas e políticas – quando empresas com notório histórico de desrespeito aos direitos humanos, trabalhistas e ambientais, por exemplo, são as doadoras – quanto às que poderiam impactar na própria missão da organização, isto é, doações feitas por corporações da mídia. No último relatório de atividades do grupo (2011-2012), na seção dedicada aos apoiadores de GLAAD, há o "círculo de visionários" (*The Visionary Circle*), que reúne doadores cujas doações cumulativas (ao longo do tempo) são de mais de um milhão de dólares. Infelizmente, não há informação sobre o valor doado por cada corporação, embora a maioria seja de doações na casa dos 100-200 mil dólares anuais feitas nesta última década. Neste seleto grupo estão 12 doadores, sendo seis corporações e seis fundações. As fundações representam, em geral, o braço filantrópico de indivíduos muito ricos, que deixam suas heranças para diversas organizações filantrópicas e de ativismo. No caso de GLAAD, ela beneficiou-se de doações já feitas e de heranças sendo executadas de filantropos como David Bohnett, Michael Palm, Terry K. Watanabe e Ric Weiland. Essas doações milionárias de filantropos começaram em 2002, quando Terry K. Watanabe fez uma doação de um milhão de dólares a ser dispersa em quatro anos (250 mil anuais). Além disso, há fundações como a *Gill Foundation* e a *Arcus Foundation* que são parceiras de longa data da GLAAD, fazendo doações todos os anos.

Já as corporações representam ramos diferentes, incluso o da mídia. No relatório da GLAAD, aparecerem as cervejeiras *Anheuser-Busch* e *MillerCoors*, a *IBM*, do setor de informática, a *Absoluta Vodka*, a companhia de serviços financeiros *Wells Fargo* e a *MTV Networks*, do conglomerado de mídia *Viacom*. A *AT&T*, cujo lobby contra a neutralidade na internet e a favor da fusão com a *T-Mobile* foi responsável por uma crise presidencial na GLAAD em 2011, continua sendo parceira corporativa da organização e aparece tanto como "parceira corporativa" quanto na lista de doações vindas de fundações. Assim como já ocorre no Brasil, grandes corporações criam fundações como braços filantrópicos para lidarem com tais

doações de modo mais “independente” das empresas em si. Chasin (2000) relata como o caso da doação da *Coors* (a mesma *MillerCoors* do relatório de 2012) à GLAAD, em 1998, foi polêmico.

One controversial example of corporate donation was the gift made by Coors to the Gay and Lesbian Alliance Against Defamation in 1998. GLAAD, which frames itself as a media watchdog and therefore, by definition, a watchdog of corporations, received a gift of \$110,000 from the beer company. GLAAD's acceptance of the gift aroused the concern of progressives in the lesbian and gay movement for several reasons. First, **Coors had a record of funding – through the Adolph Coors Foundation and the Castle Rock Foundation – the Free Congress Foundation, the Heritage Foundation, the Western Journalism Center, and the Promise Keepers, all right-wing enterprises. [...] Coors is the paradigmatic example of the politically troubling intersection of movement and market.** (CHASIN, 2000, p.195, grifos nossos)

Doyle (2005) contextualiza bem a estratégia da organização para conter os danos à sua imagem – como se constata no que disse mais acima, Coors continua sendo grande doadora de recursos para a GLAAD, e, em 2011, ultrapassou a marca de um milhão de dólares cumulativos, passando a integrar o “circulo de visionários” da organização:

GLAAD's public strategy in dealing with the gay and lesbian community reaction to accepting the Coors grant was to emphasize the distinction between Coors – the company – and the charitable donations of Coors family members and Coors-controlled foundations. However, as the author of a biography of the Coors family argues, since the Coors family owns all voting stock in the Coors Brewing Company (and therefore controls its board), “the company and the family are one,” making such distinctions spurious at best [...] **Despite the force of the arguments against taking Coors money, GLAAD's leaders were convinced it was time to end the boycott and moved to limit the damage to GLAAD's interests. According to the minutes of a November 1998 executive committee meeting, “Scott Seomin is working behind the scenes to kill many negative stories,” indicating that GLAAD's leaders were willing to use the organization's influence with the media to muffle debate on the issue.** (DOYLE, 2005, p.148, grifo nosso)

As corporações e fundações não são a única fonte de recursos da GLAAD e de outras grandes organizações LGBT dos Estados Unidos, mas seu peso é considerável, especialmente quando, como Chasin colocou, uma organização recebe dinheiro de uma corporação que esteja no seu campo de atuação programática, ou seja, que deve ser monitorada e cobrada (*hold accountable*) pelo grupo. O peso aqui não é só financeiro, mas ético. O caso das doações da *AT&T* e da presença de um lobista da empresa no Conselho de Administração da GLAAD,

nos últimos anos, é um exemplo que dimensiona os conflitos entre captação de recursos junto a empresas e críticas de membros da “comunidade LGBT”.

Além das empresas, as estratégias de arrecadação de fundos de GLAAD envolvem captar grandes doadores, doadores menores, mas permanentes, e eventos como o *GLAAD Media Awards*. Um dado do relatório de 2011 do MAP traz uma informação que agrava o cenário futuro em termos da redução do número de doadores individuais. “Organizations are losing individual donors at alarming rates; finding a way to reach the 97% of LGBT adults who do not give is becoming an increasingly urgent priority.” (MOVEMENT ADVANCEMENT..., p.1, 2011)

No mesmo sentido em que há *agência* nas decisões das organizações LGBT dos EUA em aproximarem-se do modelo corporativo e estabelecerem relações próximas com grandes empresas, a mudança de fatores como a redução de doadores individuais vai implicar em reformulações nas formas de captação de recursos dos grupos, inclusa a GLAAD. Isso pode ou não direcioná-la para uma relação ainda mais integrada com atores do “mercado” e as consequências advindas disso, como o caso recente da *AT&T* adverte.

6.3 O campo movimento-mídia e a “arena”: mais atores em cena

Embora as visões dos entrevistados brasileiros não tenham sido consensuais sobre praticamente nenhum tópico, há dois conjuntos de avaliações importantes de se discutir para compreender a relação entre o movimento LGBT e a mídia no Brasil de forma mais clara. Para alguns entrevistados, teríamos uma imprensa simpática às reivindicações do movimento LGBT (André Fischer, Julian Rodrigues, Vitor Angelo), com jornalistas heterossexuais e veículos simpatizantes fazendo coberturas positivas (Vitor Angelo), e uma imprensa que, no geral, não é homofóbica (Danilo Motta, Julian Rodrigues, Luiz Mott). A relação do movimento com a mídia, inclusive, teria melhorado muito nos últimos anos (Luiz Mott, Toni Reis). Nas telenovelas, por seu turno, teria ocorrido uma diversificação nas representações nesta última década (Eduardo Peter, Julian Rodrigues, Leandro Colling), ainda que persistam representações da afeminação que são vistas de maneiras conflitantes por muitos ativistas. Julian Rodrigues, inclusive, comenta sobre um *lobby* gay contextualizado no campo da mídia, especialmente na indústria do entretenimento:

Você tem meios artísticos, meios jornalísticos, então... a presença dos homossexuais ali acaba tendo algum tipo de influência, não é possível. Você tem o *lobby* judaico, e tem o *lobby* gay mesmo. Então, estão lá: são diretores, são escritores, são atores, são jornalistas [...]. **(Entrevista com Julian Rodrigues)**

Esse primeiro conjunto de avaliações, que lida com representações de LGBT na mídia e nas coberturas jornalísticas, aponta para um cenário de avanços, tensões sendo equacionadas em certos setores (como o encontro da ABGLT com a Rede Globo ou desta mesma entidade com a Editora Abril exemplificam), diálogos e relações sendo estabelecidas, além de segmentos ainda pouco permeáveis a estas interações, como os programas televisivos religiosos, humorísticos e “policiais”. Assim, a percepção de que haveria uma disposição positiva dos veículos da mídia em dar espaço (e apoiar) a maior parte das reivindicações do movimento foi elaborada por vários dos entrevistados. Neste sentido, a cidadania da população LGBT, por meio de uma série de mudanças de ordem legal e cultural, estaria sendo abordada pela imprensa por entradas como homofobia (LEAL; CARVALHO, 2012) e, com mais ênfase após a decisão do STF em 2011, união e casamento homoafetivo(a). Já o aumento – quantitativo e qualitativo, este último entendido como variações nos tipos de personagens – nas representações de indivíduos LGBT nas telenovelas brasileiras teria o papel de colocar questões relativas a esta população para a sociedade e de contribuir para a maior aceitação de pessoas não heterossexuais, como sugere um estudo recente de Welton Trindade (2010).¹⁷¹

Outro conjunto de avaliações, entretanto, indica que as relações do movimento com a mídia não seriam muito desenvolvidas em termos programáticos e duradouros. Neste sentido, não haveria uma “estratégia” do movimento LGBT para lidar com a mídia, como colocou Julian Rodrigues. Aqui há elementos importantes a serem considerados antes de se passar à articulação destes dois conjuntos de avaliações. Primeiro, as visões dos entrevistados brasileiros reconhecem, quase que unanimemente, a proeminência da ABGLT e, em especial, do ativista Toni Reis no estabelecimento de relações com a mídia nos últimos anos. Considerando-se que a ABGLT é uma organização com atuação nacional, é preciso relativizar a ideia de que

¹⁷¹ Neste mesmo sentido, as pesquisas feitas nos EUA que indiquei anteriormente – Harris Interactive (2008) e a de Schiappa, Gregg e Hewes (2005) – têm apontado para a importância das representações de LGBT na mídia na mudança das percepções de indivíduos não LGBT em relação a tal minoria sexual. A pesquisa de Trindade (2010) é a mais recente e significativa a tratar desta questão no Brasil.

não haveria uma estratégia do movimento LGBT para lidar com a mídia, portanto. Ainda que tais relações com os veículos de comunicação sejam vistas como pequenas (Eduardo Peret), fracas (Danilo Motta) pontuais e reativas (Julian Rodrigues) por alguns dos entrevistados, também houve a avaliação de que elas têm crescido (Luiz Mott, Toni Reis), sobretudo por meio da ABGLT e de alguns grupos regionais mais estabelecidos. Segundo elemento importante deste conjunto de avaliações sobre as relações com a mídia é que, ao utilizar a noção de movimento LGBT, corre-se o já apontado risco de subsumir uma série de complexidades e especificidades de tais relações sob a ficção unificadora de “um movimento”. Assim é que diversas organizações, como o GGB, o GAI, o *Estruturação*, o *Matizes* e a própria ABGLT foram mencionadas como atores políticos que interagem com a mídia, mormente a imprensa escrita, em diversos momentos. Diante disso, este conjunto de avaliações “negativas” refere-se muito mais à ausência de uma estratégia de alcance nacional, que inclua ações em relação à mídia não apenas reativas (diante de matérias, publicidades, telenovelas e programas preconceituosos), mas também propositivas, seja pelo monitoramento de seus conteúdos, seja pela oferta de pautas. Ainda que alguns dos entrevistados assim não reconheçam, relatórios como o do GGB sobre assassinatos de LGBT e as Paradas do Orgulho LGBT são exemplos de pautas que são, relativamente, agendadas pelo movimento LGBT – isto é, por organizações e ativistas específicos – para a mídia.

Ao ponderar sobre esses dois conjuntos de avaliações, entendo que haja uma contradição, apenas aparente, se se lança o olhar de forma estreita apenas para os atores políticos que tenho evocado de forma eminente aqui (o movimento LGBT, por meio de suas organizações e ativistas, e a mídia e a imprensa, por meio de veículos e profissionais): se o movimento teria uma relação pouco efetiva e estratégica com a mídia, a que se atribuem os avanços nas representações e coberturas? A contradição é apenas aparente, e retomo aqui um trecho da fala de Vitor Angelo que destaquei no capítulo anterior, à página 182, para tratar desta questão:

Mas eu noticio sempre com opinião, entendeu. Isso também, você não vai ver uma notícia “*tal pessoa apanhou não sei o quê, não sei o que lá, não sei o que lá...*”, aí embaixo, o último parágrafo vai ser... muito opinativo... [...] Aí eles vão, fazem a

recorrência, não sei o quê... [risadas] fazem a nota mais jornalística... porque eu só faço a aber[tura]... **(Entrevista com Vitor Angelo)**

Esta colocação de Angelo retira o foco do binômio que é objeto central de minha investigação (movimento LGBT–mídia) ao apontar para uma rede muito mais complexa de atores políticos que atuam nesta interseção de ativismo midiático em prol da população LGBT com os veículos de comunicação. A fala deste entrevistado indica, a meu ver, dois fatos centrais na compreensão do objeto desta investigação: os espaços de atuação de cada indivíduo e os atores políticos externos às organizações do movimento LGBT.

Vitor Angelo é jornalista, mas também ativista segundo sua própria autoidentificação. Ele difere do ativista LGBT por excelência, no uso corrente da expressão, porque está fora de um contexto organizacional, neste caso, uma organização LGBT. Este é o caso de dezenas de outros ativistas que comandam blogs, sites, Tumblrs e contas em outras redes sociais, os quais são comumente referidos como “ativistas independentes”. Angelo, neste contexto, é um jornalista com acesso a um dos mais importantes jornais do país e com espaço para tratar de assuntos caros ao movimento LGBT. Do conjunto de entrevistados, também há outros que transitam em espaços de atuação diferentes, como Leandro Colling, cuja identificação mais reconhecida é a de seu papel como pesquisador. Entretanto, como o próprio entrevistado disse-me, ele também faz parte do movimento LGBT, ainda que alguns não queiram reconhecer isso.

As classificações “arbitrárias” que produzi sobre os entrevistados brasileiros (ver nota de rodapé 97 na p.126) aqui podem ser apropriadamente tensionadas. O ativista Eduardo Peret, por exemplo, hoje está fora de um contexto organizacional, ainda que seja (re)conhecido pelos ativistas atuantes em organizações LGBT. Já o empresário André Fischer também se entende como parte do “movimento gay”, ainda que se sobressaia claramente sua atuação como jornalista¹⁷² e empresário do mercado segmentado na população gay.

Outros atores políticos fora de contextos organizacionais são também importantes “tensionadores” destas divisões entre ativistas, pesquisadores, jornalistas, etc. Atuais gestores políticos oriundos do movimento LGBT, por exemplo,

¹⁷² Fischer escreveu a “Coluna GLS” na revista dominical da *Folha de S. Paulo (Revista da Folha)* de 1996 a 2006.

seguem sendo compreendidos como ativistas que estariam avançando a causa “por dentro do Estado”, como é o caso de alguns ativistas que mencionei anteriormente nos governos do Rio de Janeiro, de São Paulo e no Executivo Federal em Brasília. Já o Deputado Federal Jean Wyllys também é compreendido como ativista, ainda que ocupe um espaço de atuação bastante específico (o cargo parlamentar). Refletindo sobre outros atores políticos, como aqueles indivíduos que Julian Rodrigues pontua como parte do “*lobby gay*” dentro da indústria da mídia, seriam eles compreendidos como ativistas? Neste caso, autores de novelas, atores, jornalistas e diretores que são gays fariam parte do movimento LGBT?

Não me parece necessário responder a estas perguntas diretamente – mesmo porque elas também engendram visões diferentes sobre o que caracterizaria um ativista – para retomar o que indiquei no início deste capítulo. A relação entre o movimento LGBT e a mídia não pode ser bem compreendida e mesmo determinada sem se observarem outras relações que ocorrem entre atores que transitam interna e externamente às organizações LGBT, e que têm impacto sobre as produções da mídia e nas próprias relações internas e externas ao campo midiático (afinal, processos políticos e econômicos influenciam as produções dos veículos de comunicação, e vice-versa). Ou seja, a relação entre o movimento LGBT e a mídia, nos termos que estabeleci nesta investigação, não explica sozinha o cenário das atuais representações e coberturas de LGBT na mídia e na imprensa, nem as interações que ocorrem entre profissionais de comunicação e diversos atores políticos que não fazem parte das organizações LGBT. Há, portanto, uma “arena” (SANTOS, 1977; FACCHINI, 2005) em que as interações com a mídia relativas à população LGBT ultrapassam os domínios do (campo do) movimento LGBT.

Utilizo os conceitos de campo e “arena”, aqui, a partir de Facchini (2005), de modo a realçar, quanto ao primeiro, os atores específicos do movimento LGBT envolvidos nas interações com a mídia e, quanto ao segundo, aqueles atores políticos que não fazem parte do campo específico das organizações do movimento LGBT. Campo, portanto, refere-se aos “atores envolvidos diretamente nos processos sob estudo” (SANTOS, 1977, p.32 *apud* FACCHINI, 2005, p.71), enquanto a “arena” seria

“Uma área social e cultural imediatamente adjacente ao campo [...]”, onde estariam os que, ainda que envolvidos diretamente com os participantes do campo, não estivessem envolvidos em seus processos definidores. [...] A arena seria preexistente ao campo, mas este por sua vez seria flexível, podendo se contrair ou se expandir para fora dos limites da arena, não

ficando excluída a hipótese de expansões ou contrações simultâneas (SANTOS, 1977, p.32-33 apud FACCHINI, 2005, p.71-72).

Torno mais explícitas as implicações de tais conceitos, em minha pesquisa, com a discussão de dois casos sobre estas relações no Brasil e nos Estados Unidos em seguida. Antes disso, entretanto, é essencial compreender mais especificamente a aplicabilidade das noções de campo e “arena” em relação a meu objeto. Na pesquisa de Facchini, realizada no final dos anos 1990, o foco é o movimento homossexual brasileiro, a partir do grupo *Corsa* (de São Paulo), e a produção de identidades coletivas. Quando a autora retoma os dois conceitos na análise do trabalho de campo, afirma:

Ao transportar essas definições para os atores reais que pude perceber como envolvidos nos processos que estudo, noto que atores vinculados ao Estado e ao mercado desempenham papéis fundamentais para o reflorescimento do MHB a partir da primeira metade dos anos 1990. Certamente, outros atores locais, nacionais e internacionais, ligados a universidades, associações científicas ou profissionais, partidos políticos e às temáticas de saúde e direitos humanos também tiveram e têm papéis fundamentais em determinados momentos. [...] O “gueto” homossexual e os sujeitos com práticas homoeróticas anônimos ou isolados permanecem, nesse caso, situados como “arena”. Neste sentido, atuam como parte do “campo” apenas à medida que participam de manifestações públicas ou outros tipos de atividades, como abaixo-assinados ou pesquisas propostas pelo movimento. (FACCHINI, 2005, p.158)

Num artigo de 2009, sobre estes conceitos relacionados ao movimento LGBT contemporâneo, Facchini (2009, p.133) registra que

No “campo” do movimento estariam todos os atores sociais diretamente envolvidos em seu cotidiano, como as organizações ativistas, as agências estatais e os poderes públicos com os quais se relaciona e os atores do mercado que abrem espaço ou se dirigem a homossexuais.

Como registrado na pesquisa da autora publicada em 2005¹⁷³, o Estado e o mercado são atores centrais no campo do movimento LGBT por meio de suas instâncias diretamente envolvidas com o cotidiano das organizações. Já na “arena”, estariam

Todos(as) aqueles(as) que poderiam se reconhecer ou serem reconhecidos(as) a partir das categorias enunciadas no sujeito político do movimento, sem, no entanto, estarem diretamente envolvidos(as) no cotidiano da militância. (FACCHINI, 2009, p.133).

¹⁷³ A dissertação de Regina Facchini foi defendida em 2002 e publicada em livro em 2005, o qual utilizo neste trabalho.

No caso de minha pesquisa, a investigação não recai sobre o movimento LGBT em si, mas sim nas *relações* entre atores políticos deste movimento com atores de outro campo, o da mídia. Assim, entendo como apropriado colocar as noções de campo e “arena” de maneira mais específica: tomo como integrantes do campo, aqui, as organizações LGBT e seus ativistas, outros ativistas em contextos não organizacionais, pesquisadores e jornalistas LGBT. Retomando Santos (1977), estou referindo, neste caso, aos “atores envolvidos diretamente nos processos sob estudo”; e na “arena”, por seu turno, estão indivíduos LGBT que não se entendem como ativistas, empresários gays, personalidades, políticos, profissionais da mídia e organizações e entidades externas ao movimento LGBT. Tiro muito mais proveito para esta pesquisa da noção de “arena”, como já procurei indicar em outros momentos deste trabalho, e relativizo a aplicabilidade de campo. Isto se deve ao objeto, neste caso, uma vez que o conceito de campo parece-me forjado para referir campos relativamente estáveis em que certo conjunto ou tipo de atores (as organizações LGBT, as organizações feministas, as organizações quilombolas, etc.) interagem com diversos atores políticos diferentes; como minha atenção, aqui, está voltada para uma relação específica (com os profissionais e os veículos da mídia), não são todos os demais atores políticos importantes nas relações históricas com o movimento LGBT – o Estado, o mercado, os partidos políticos, as universidades, entre outros – que estão no campo específico da pesquisa. Entendo-os, quando em ação, como parte de uma “arena”, portanto. Isso fica claro com a discussão que faço abaixo.

Inúmeras situações relativas à população LGBT ou a “questões LGBT” ocorreram, em 2012, no Brasil e nos Estados Unidos. Algumas delas engendraram ações e reações por parte de muitos atores políticos, vários deles externos às organizações LGBT que tenho abordado nesta dissertação. Um exemplo recente foi o debate, no Congresso Nacional, acerca do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234, de 2011, proposto pelo Deputado Federal João Campos, que pretende sustar a aplicação de certos artigos de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) referente à atuação dos profissionais de psicologia quanto à orientação sexual de seus pacientes. Tal PDC ficou conhecido como “projeto da cura gay”. Embora este seja um caso ilustrativo da ação conjunta de diversos atores políticos como

parlamentares pró-LGBT, entidades de classe (como o CFP e a OAB¹⁷⁴), jornalistas, além das próprias organizações do movimento LGBT, ele não diz respeito à mídia diretamente. Por isso retomo um caso já mencionado, no começo do capítulo cinco, em que uma ação produzida por um veículo da imprensa desencadeou a reação de diversos atores políticos, a qual efetivamente modificou o peso relativo dos atores centrais (as organizações LGBT e o veículo de comunicação) neste caso.¹⁷⁵

Num domingo, 11 de novembro de 2012, começou a circular, em redes sociais e listas do movimento LGBT, um texto escrito pelo articulista da revista *Veja* José Roberto Guzzo (que assina como J. R. Guzzo).¹⁷⁶ Como os assinantes recebem a edição da semana antes do dia que consta oficialmente na revista (quartas-feiras, neste caso, 14 de novembro), algumas fotos da própria edição impressa e uma cópia integral do texto apareceram na rede social *Facebook*, em outros sites, e também na rede social de *microblogging Twitter*. O artigo *Parada gay, cabra e espinafre*, escrito por Guzzo e publicado nas páginas 116-118 daquela edição, virou um fenômeno em poucas horas já no domingo à noite, e recebeu incontáveis críticas (além de sátiras) nos três dias seguintes. Um compêndio publicado¹⁷⁷ no portal *Brasilianas*, do jornalista Luís Nassif, registrou em torno de 50 reações ao texto do colunista, embora outras mais tenham sido feitas.

A capa daquela edição de *Veja* trouxe o presidente dos EUA, Barack Obama, com o seguinte título e chamada: *Obama – A força da demografia na sua reeleição e nas transformações globais*. O assunto mais comentado da edição, entretanto, foi o artigo de J. R. Guzzo: na edição posterior, a revista sempre traz os cinco temas mais comentados da semana anterior, sendo mais frequente que a própria capa lidere; na edição de 21 de novembro de 2012, o artigo de Guzzo veio em primeiro lugar como assunto mais comentado, seguido pela capa sobre a reeleição de Obama. *Veja* dedicou, na sua seção de cartas, uma página somente para os comentários dos

¹⁷⁴ Ordem dos Advogados do Brasil.

¹⁷⁵ Este não é o único exemplo. Outro, ocorrido no dia 04 de fevereiro de 2013, em que um pastor evangélico, Silas Malafaia, foi entrevistado pela jornalista Marília Gabriela (SBT) para o programa *De Frente com Gabi*, ensejou uma reação ampla de diversos atores políticos frente às afirmações do entrevistado sobre homossexuais e a homossexualidade. Esse caso, inclusive, teve bem mais repercussão do que este que analiso, uma vez que foi uma entrevista exibida por uma emissora de televisão. Entretanto, dada sua recentidade, não é possível analisar os desdobramentos ainda em curso.

¹⁷⁶ O artigo foi publicado na edição 2.295 de 14 de novembro de 2012 da revista impressa. É possível ver a edição digitalizada da revista em <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>.

¹⁷⁷ Cf. “As respostas de LGBT e simpatizantes à *Veja*.” Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/gunter-zibell-sp/especial-as-respostas-de-lgbts-e-simpatizantes-a-veja>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

leitores quanto a este artigo. Foram publicados treze comentários na página 51 da edição do dia 21 de novembro, sendo oito deles críticos ao conteúdo do artigo e cinco oscilando entre neutros¹⁷⁸ e favoráveis. Um dos comentários críticos publicados foi o do ativista Luiz Mott:

O artigo de J. R. Guzzo diz que “a ‘criminalização da homofobia’ é uma postura primitiva do ponto de vista jurídico, aleijada na lógica e impossível de ser executada na prática”. A experiência nos países onde homofobia é crime demonstra o contrário. (LEITOR, 2012, p.51)

O texto do articulista continha, resumidamente, críticas à ideia de existência de uma comunidade gay, à tentativa de criminalizar a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (“criminalizar a homofobia”), à tentativa de estender os direitos associados ao casamento civil para casais formados por pessoas do mesmo sexo, além do uso de expressões como “homossexualismo” e um subtítulo provocativo quanto aos números da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo: “mentir pela causa pode”. Se a fraqueza dos argumentos do texto, em si, era notável, os recursos comparativos do articulista foram o estopim para as rápidas e numerosas reações nas redes sociais: Guzzo fez comparações de gays com cabras e espinafre para tratar do tema dos direitos desta população. Disse o jornalista:

Qualquer artigo na imprensa que critique o **homossexualismo** é considerado “homofóbico”; insiste-se que sua publicação não deve ser protegida pela liberdade de expressão, pois “pregar o ódio é crime”. Mas se alguém diz que não gosta de gays, ou algo parecido, não está praticando crime algum – **a lei, afinal, não obriga nenhum cidadão a gostar de homossexuais, ou de espinafre, ou de seja lá o que for.** Na verdade, não obriga ninguém a gostar de ninguém; apenas exige que todos respeitem os direitos de todos. (GUZZO, 2012, p.117, grifos nossos)

Pessoas do mesmo sexo podem viver livremente como casais, pelo tempo e nas condições que quiserem. Podem apresentar-se na sociedade como casados, celebrar bodas em público e manter uma vida matrimonial. **Mas a sua ligação não é um casamento – não gera filhos, nem uma família, nem laços de parentesco. Há outros limites, bem óbvios. Um homem também não pode se casar com uma cabra, por exemplo; pode até ter uma relação estável com ela, mas não pode se casar.** (*loc. cit.*, grifo nosso)

¹⁷⁸ Como identifiquei no discurso encampado por *Veja* numa pesquisa feita sobre a homossexualidade e os homossexuais na revista (COLETTI, 2010), a publicação adere fortemente a uma despolitização da sexualidade. Um exemplo é fornecido pelos comentários deste caso publicados pela revista. Um deles é o da leitora Natalia de Paula, de Brasília (DF), e que enquadrei aqui como neutro: “Ninguém está livre de sofrer preconceito. O valor de uma pessoa está no seu caráter, e não na sua orientação sexual.” Este comentário lida com um dos pontos do artigo, em que o autor coloca a ideia – extremamente recorrente e facilmente desmontável – de que morrem mais heterossexuais do que homossexuais no Brasil e, portanto, não faria sentido penalizar a discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

A qualidade do texto e essas comparações feitas pelo articulista para tratar do tema foram objeto de duras críticas, além de algumas sátiras. Neste caso, um conjunto bastante amplo de atores políticos reagiu ao artigo, dando-lhe grande projeção nas redes sociais, o que também agendou a cobertura de outros veículos e jornalistas.¹⁷⁹ Textos rebatendo o artigo de Guzzo foram feitos por outros jornalistas, ativistas independentes, blogueiros, pesquisadores e pelo Deputado Federal Jean Wyllys. Além disso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) lançaram notas repudiando o conteúdo do artigo de Guzzo. Sobre o articulista, aliás, não é irrelevante registrar que José Roberto Guzzo já foi diretor de redação da revista *Veja*, é articulista e Diretor Editorial do grupo *Exame*, e membro do Conselho Editorial da Editora Abril (que publica *Veja*, *Exame* e mais de 50 outras revistas no Brasil).

O escritor, blogueiro e jornalista Carlos Orsi, conhecido no meio cético e ateu brasileiro, criticou aquilo que ele chamou de falácia da falsa discriminação¹⁸⁰ presente no texto de Guzzo. O articulista de *Veja* veda o acesso de LGBT a certos direitos com base na ideia de que tais direitos não são universais de qualquer modo, ao invés de discutir a justificativa para a restrição; a colunista do *Jornal do Brasil*, Heloísa Tolipan, publicou texto em que entrevistou o ativista carioca Carlos Tufvesson (coordenador da CEDS) para que comentasse o texto de Guzzo. Nas palavras de Tufvesson, os erros do artigo eram imperdoáveis e o sentimento seria de “vergonha alheia pela revista *Veja*”;¹⁸¹ o professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Wilson Gomes, também publicou o texto *As falácias de Guzzo*, em seu perfil no *Facebook*, apontando o uso obscuro que o articulista de *Veja* teria feito da ideia de não gostar de homossexuais como não se gosta de espinafre;¹⁸² o juiz de direito e ex-presidente da Associação

¹⁷⁹ De acordo com o site especializado em cultura da internet *YouPix*, o *Topsy* (plataforma que analisa dados de redes sociais e páginas) registrou que, na segunda-feira, 12 de novembro, menções à “revista *Veja*” aumentaram 400% no Twitter e “cabra” apareceu mais de três mil vezes na mesma rede. Cf. <<http://youpix.com.br/viral-2/as-melhores-reacoes-da-internet-para-a-coluna-de-guzzo-na-veja/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁸⁰ Cf. “A falácia da falsa discriminação.” Disponível em: <<http://carlosorsi.blogspot.com.br/2012/11/a-falacia-da-falsa-discriminacao.html?>>. Acesso em: 05 jan 2013.

¹⁸¹ Cf. “‘Vergonha alheia’, diz Carlos Tufvesson sobre texto que compara gays a cabras”. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/heloisa-tolipan/noticias/2012/11/13/vergonha-alheia-diz-carlos-tufvesson-sobre-texto-que-compara-gays-a-cabras/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁸² Cf. “As falácias de Guzzo – 1”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/wilson.gomes.9883/posts/4488031873911>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

Juízes para a Democracia, Marcelo Semer, em seu blog no *Terra Magazine*¹⁸³, criticou a comparação feita por Guzzo entre união entre homossexuais e união entre um homem e uma cabra como sendo estimuladora do preconceito; já a professora de literatura da Universidade Federal do Ceará (UFC) e conhecida ativista feminista Lola Aronovich publicou longo texto,¹⁸⁴ em seu blog, rebatendo as afirmações de Guzzo além de ter destacado as reações bem humoradas sobre “casar-se com uma cabra” que eclodiram nas redes sociais.

Como destaquei com os exemplos acima, atores políticos não associados diretamente com o movimento LGBT – e, especialmente, não participantes de organizações LGBT – integraram uma “resposta coletiva” à publicação do referido artigo na revista de maior circulação nacional. Esses críticos são apenas uma fração mais significativa das inúmeras reações que surgiram, na internet, ao texto de J. R. Guzzo naquela semana: o jornalista Vitor Angelo, no *Blogay*,¹⁸⁵ o portal de notícias políticas *Brasília em Pauta*¹⁸⁶, a ativista Rita Colaço, no blog *Comer de Matula*,¹⁸⁷ o jornalista Miguel Rios, no portal *NE 10*,¹⁸⁸ a jornalista Carol Patrocínio, no blog *Preliminares do Yahoo! Mulher*,¹⁸⁹ a ativista Míriam Martinho, no site *Um Outro Olhar*¹⁹⁰ e o grupo de mães de homossexuais *Mães Pela Igualdade*¹⁹¹ também criticaram o texto.

¹⁸³ Cf. “*Comparação infeliz de jornalista estimula preconceito contra gays*”. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdomarcelosemer/blog/2012/11/14/comparacao-infeliz-de-jornalista-estimula-preconceito-contragays/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁸⁴ Cf. “*Artigo na Veja sobre gays, espinafre e cabras me deixou cabreira*”. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/11/artigo-na-veja-sobre-gays-espinafre-e.html>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁸⁵ Cf. “*Texto de revista sobre homossexuais e cabras gera protesto nas redes sociais*”. Disponível em: <<http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2012/11/13/texto-de-revista-sobre-homossexuais-e-cabras-gera-protesto-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁸⁶ Cf. “*Veja come espinafre na Parada Gay e vomita cabra*”. Disponível em: <http://brasiliaempauta.com.br/artigo/ver/id/1064/nome/veja_come_espinafre_na_Parada_Gay_e_vomita_cabra>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁸⁷ Cf. “*Veja como vitrine de uma parcela totalitária e fraudulenta da sociedade nacional*”. Disponível em: <<http://comerdematula.blogspot.com.br/2012/11/veja-como-vitrine-de-uma-parcela.html>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁸⁸ Cf. “*Esse cabra homofóbico cordial*”. Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/coluna/o-papo-e-pop/noticia/2012/11/16/esse-cabra-homofobico-cordial-381249.php>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁸⁹ Cf. “*Amor, igualdade e respeito (Veja, Jean Wyllys e a opinião pública)*”. Disponível em: <<http://br.mulher.yahoo.com/blogs/preliminares/amor-igualdade-e-respeito-veja-jean-wyllys-e-204647884.html>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁹⁰ Cf. “*Colunista de Veja tenta desqualificar luta homossexual por igualdade de direitos*”. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/11/colunista-de-veja-tenta-desqualificar.html>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁹¹ Cf. “*Carta repúdio ao artigo de Veja*”. Disponível em: <<http://www.maespelaigualdade.blogspot.com.br/2012/11/carta-repudio-ao-artigo-de-veja.html>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

Também houve manifestações institucionais de repúdio feitas por entidades de campos distintos. Dentro do movimento LGBT, a ABGLT enviou nota à revista solicitando direito de resposta, como já havia assinalado no capítulo anterior, e divulgou as formas de se contatar a redação de *Veja*, incentivando que a “comunidade LGBT” enviasse e-mails e cartas protestando contra o artigo. Já o Fórum Baiano LGBT lançou uma nota de repúdio¹⁹² ao texto publicado em *Veja*. Externamente ao campo das organizações LGBT, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) também criticou o artigo, referindo-o como “matéria homofóbica” em sua nota¹⁹³, além do CFP, que repudiou o texto “preconceituoso”¹⁹⁴ do articulista. O próprio CNCD-LGBT lançou nota pública, no dia 14 de novembro, manifestando “veemente repúdio ao artigo”.¹⁹⁵

Por fim, uma das reações mais fortes (e mais compartilhadas nas redes sociais) contra o artigo foi a do Deputado Federal Jean Wyllys, publicada em seu portal na segunda-feira mesmo¹⁹⁶, dia 12 de novembro. Wyllys afirma, no texto intitulado *Veja que lixo*, que Guzzo teria agido de má fé e com desonestidade intelectual em seu artigo.

Merece nota, também, uma característica já inescapável da velocidade e criatividade que marcam o uso das redes sociais nos últimos cinco anos no Brasil: ao uso de elementos pobres para sua argumentação, como cabras e espinafre, o colunista de *Veja* criou uma oportunidade rapidamente capturada por diversos indivíduos para satirizar criticamente o texto e a revista. Logo na segunda-feira, após a difusão do conteúdo do artigo nas redes sociais no domingo à noite, foi criado um *Tumblr* chamado *Cabras pra casar*.¹⁹⁷ A postagem inaugural informava que ali estaria “uma relação de lindas cabras disponíveis e prontinhas para casar. Ótimas esposas, divertidas, fiéis e compreensivas. Encontre a sua e comece uma conversa!

¹⁹² Cf. “Carta de repúdio do Fórum Baiano LGBT à revista *Veja*”. Disponível em: <<http://forumbaianolgbt.blogspot.com.br/2012/11/carta-de-repudio-do-forum-baiano-lgbt.html>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁹³ Cf. “Sinpro repudia matéria homofóbica da *Veja*”. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/sinpro-repudia-materia-homofobica-da-veja/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁹⁴ Cf. “Nota de repúdio da Comissão de Direitos Humanos do CFP à revista *Veja*”. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/nota-de-repudio-da-comissao-de-direitos-humanos-do-cfp-a-revista-veja-2/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁹⁵ Cf. “Nota pública de repúdio ao artigo ‘Parada gay, cabras e espinafre’”. Disponível em: <<http://portal.sdh.gov.br/clientes/sdh/sdh/2012/11/14-nov-12-nota-publica-de-repudio-ao-artigo-201cparada-gay-cabras-e-espinafres201d>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁹⁶ Aqui utilizo a reprodução feita pelo *Observatório da Imprensa*. Cf. “*Veja que lixo*”. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed721_veja_que_lixo>. Acesso em: 05 jan. 2013.

¹⁹⁷ Disponível em: <<http://cabraspracasar.tumblr.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

(Pra quem não entendeu do que se trata, é só ler esse artigo repugnante escrito por J. R. Guzzo.)”. A revista *Piauí*, por meio de seu blog de humor *The i-piauí Herald*, também satirizou o artigo de Guzzo com uma matéria¹⁹⁸ intitulada *Novo site de relacionamentos permite cadastro de cabras e espinafres*. O texto, fazendo referência a várias personalidades, produzia efeitos com as palavras espinafre e cabra:

SÃO PAULO - Atento às demandas de vanguarda da novíssima mídia brasileira, um grupo de investidores anunciou a criação de um site de relacionamentos que permite o cadastro de cabras e espinafres. [...]

O apelo pelo fim do preconceito contra cabras e espinafres ganhou o apoio de celebridades, artistas e ex-BBBs. Roberto Carlos gravou a canção *Esse Cabra Sou Eu*; Caetano Veloso espinafrou o acordo ortográfico pela enésima vez e Carolina Dieckman ficou de bode ao ser flagrada por um paparazzo. Fabio Junior pediu uma cabra em casamento e se deixou fotografar em momento de rara ternura ao lado da parceira, enquanto degustava um suflê de espinafre na Ilha de Cabras. [...]

Solidária, a TV Record anunciou que na próxima edição de *A Fazenda* as cabras também poderão receber votos dos telespectadores. (NOVO SITE..., 2012)

O radialista e humorista Rafael Puetter, conhecido como *Rafucko* na internet, também satirizou o artigo publicado em *Veja* gravando um vídeo¹⁹⁹ em que se passa por um “Editor-adjunto de questões especiais da *Veja*”. No vídeo, o humorista defende os trechos polêmicos do artigo fazendo malabarismos irônicos com as ideias expostas no texto de Guzzo. Outras reações humoradas também foram feitas na rede de *microblogging Twitter*. Uma série de *tweets* (pequenas mensagens de até 140 caracteres publicadas na rede social) faziam brincadeiras críticas com o teor do artigo de Guzzo: “ridículo a revista veja comparar gays com espinafre pois gays são obviamente muito mais gostosos” (usuário @usernone)²⁰⁰; “abraçado com minha cabra lendo a veja... ela adora! :^)” (usuário @rafucko); “Eu já paguei uma cabra e meia e não renovaram minha assinatura da Veja aqui em Manraatam!!!” (usuário @lmeagle); “Sendo cutucada no face por uma cabra. Pode isso Veja?”(usuária @thagope); “urgente: jornalista da veja procura a sua cabra-metade...” (usuário @andrevallias).

¹⁹⁸ O blog fez, ainda, outra matéria satírica sobre o cenário político nacional uma semana depois, intitulada “*Relatório da CPI do Cachoeira indicia cabras e espinafres*”. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/herald/brasil/relatorio-da-cpi-do-cachoeira-indicia-cabras-e-espinafres>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

¹⁹⁹ Disponível em: <<http://youtu.be/5l17xdcj2j4>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

²⁰⁰ No *Twitter*, um perfil é constituído por um *nick* que vem sempre após um sinal de arroba. Para ver os perfis aqui citados, basta colocar o *nick* do usuário após o endereço <<https://twitter.com/>>.

Todas essas reações, de pesquisadores e ativistas até entidades de classe, passando por sátiras em vídeo e textos irônicos, colocaram uma pressão atípica sobre a revista, justamente pela variedade de atores que criticaram o texto de Guzzo. A meu ver, esta reação coletiva, com formatos variados, desestabilizou o peso específico que os dois atores políticos caros à minha investigação – os meios de comunicação e as organizações LGBT – teriam caso estivessem isolados: *Veja* com muito mais peso do que a ABGLT, que foi a entidade representativa do movimento LGBT (e da “comunidade LGBT”) que procurou estabelecer uma interação mais formal e institucional com a publicação ao solicitar direito de resposta.

Na edição seguinte, de 21 de novembro de 2012, *Veja* publicou uma pequena nota, no mínimo, lacônica e, no máximo, desrespeitosa com os leitores, afirmando o seguinte: “Nota da Redação: VEJA lamenta que o artigo em questão **tenha sido interpretado por alguns leitores de uma maneira que não coincide** com as intenções do autor e da revista.” (LEITOR, 2012, p.51, grifo nosso). A publicação, portanto, imputa a polêmica à capacidade interpretativa de seus leitores, e não ao teor do artigo de seu articulista. J. R. Guzzo publicou normalmente seu artigo na página final da edição de 21 de novembro, criticando as palavras difíceis utilizadas pelos Ministros do STF no “julgamento do mensalão”, sem fazer qualquer referência às pesadas críticas ao artigo que escreveu na edição anterior.

Este caso, em especial, apresenta um desdobramento interessante em termos das relações institucionais e do jogo de forças nesta interação: é bem provável que *Veja* não conceda o direito de resposta requerido pela ABGLT – isso fugiria à tradição do veículo de apenas retificar o que publica por força de decisões judiciais. Entretanto, a Editora Abril, que publica *Veja*, convidou Toni Reis (que foi acompanhado por seu esposo, o ativista David Harrad) para proferir uma palestra na editora sobre os avanços e desafios da “comunidade LGBT” (vide imagem abaixo). Tal palestra ocorreu em 10 de dezembro de 2012, pouco tempo depois da polêmica em torno do artigo de Guzzo. Na entrevista com Toni Reis, ele relatou-me que a ABGLT teve uma reunião com os responsáveis pela publicação, e que eles teriam mostrado diversas reportagens da revista favoráveis à população LGBT, o que indicaria, segundo Reis, que a publicação não é homofóbica.



Imagem 1 – Palestra de Toni Reis. Fonte: lista *online* Aliança Nacional LGBT

Já havia destacado, anteriormente, uma fala de Reis sobre o fato de existirem articulistas contrários a certas demandas do movimento LGBT escrevendo em diversos veículos (Vitor Angelo registrou o mesmo ao mencionar o articulista João Pereira Coutinho da *Folha de S. Paulo*).

Aqui é relevante perceber, portanto, como uma “arena” complexa modificou o peso relativo de cada ente envolvido, ou seja, a *Veja*, como um grande veículo de comunicação que comumente não reage às severas críticas que recebe de diversos setores sociais, e a ABGLT, uma organização pequena frente à revista, tiveram suas forças modificadas. Nessa “arena”, então, parlamentares, diversos veículos da mídia, jornalistas, críticos, pesquisadores, entidades de classe, a blogosfera gay brasileira e ativistas independentes que fazem forte uso de redes sociais canalizaram críticas ao artigo, o que fez a revista reagir, ainda que minimamente.²⁰¹ O convite para que Toni Reis palestrassem na Editora Abril surge, portanto, numa

²⁰¹ Um registro anedótico, mas que cabe perfeitamente aqui: a repercussão negativa deste texto publicado por *Veja* chegou até a GLAAD, em Los Angeles, por meio de um e-mail enviado por uma brasileira, residente nos Estados Unidos, para Monica Trasandes. Na sequência, Brian Pacheco encaminhou-me o referido e-mail solicitando informações sobre o que havia ocorrido no Brasil e se havia alguma forma de a GLAAD ajudar.

conformação específica das tensões neste campo. Em meu entendimento, foi um movimento estratégico da publicação (por meio da editora) para recolocar a questão em ambiente controlado e com apenas um *player* desta ampla gama de indivíduos que estavam conectados pela ação. Também destaco este desdobramento porque ele reflete uma tensão comum que observei nas relações que GLAAD mantém com os veículos de comunicação dos Estados Unidos, como registrei no capítulo 3 acerca do caso Dr. Laura: ao estabelecer uma relação institucional com a Editora Abril, a ABGLT coloca-se diante da possibilidade de enfrentar as mesmas críticas que GLAAD enfrenta, da parte da blogosfera gay do país e de ativistas independentes²⁰², ao privilegiar relações mais “amigáveis” e “institucionais” com as empresas da mídia, e não ações mais “radicais”. Num sentido similar, é o mesmo desafio que as organizações LGBT brasileiras enfrentam quando tomam posicionamentos partidários explícitos ou quando algumas de suas lideranças ocupam espaços dentro do Estado, tema discutido nas primeiras seções deste capítulo.

Observando-se a “arena” em que se inscrevem as relações entre a GLAAD e a mídia nos Estados Unidos, vemos uma conformação similar em termos de atores políticos que se agregam a certa reação coletiva: o caso que discuti na seção 3.1.1 (*José Luis Sin Censura: do diálogo aos anunciantes*) do capítulo três demonstra a participação de outros atores para além da GLAAD. Há uma diferença significativa em relação ao Brasil, entretanto, que é o papel articulador que GLAAD procura estabelecer quando recorre a outras organizações externas ao campo do movimento LGBT. Neste mesmo sentido, como salientei em momentos diversos deste trabalho, a configuração institucional dessas relações entre GLAAD e mídia nos EUA é bem marcada, ou seja, os *players* mais expressivos dessas relações são, especialmente, grandes organizações, quase sempre com perfil corporativo, sejam elas *nonprofit* (GLAAD) ou *for-profit* (empresas de comunicação).

Ainda assim, a participação tanto das bases dessas organizações (a “comunidade LGBT”) quanto de outros indivíduos externos ao movimento LGBT também é recorrente em casos que ganham maior relevo. Dois exemplos são as tentativas de boicote à rede de café *Starbucks* por causa do apoio público da

²⁰² Mas também de sua própria base. Já indiquei aqui as tensões internas entre ativistas da própria ABGLT, a maioria delas ligadas às conturbadas relações político-partidárias e com o Executivo Federal (ver nota de rodapé 163 na página 210).

empresa ao casamento igualitário no estado de Washington²⁰³, promovido pela organização conservadora NOM, e à mega loja de departamentos *JC Penney* quando contratou a apresentadora de televisão Ellen DeGeneres como garota-propaganda, promovido pela organização *One Million Moms* (divisão do grupo cristão conservador AFA).²⁰⁴ Nesses dois casos, membros externos tanto às organizações LGBT quanto ao próprio movimento LGBT tomam parte na reação ao boicote proposto por tais grupos conservadores.

No caso do programa *José Luis Sin Censura*, houve uma articulação específica com uma organização não LGBT, a *National Hispanic Media Coalition* (NHMC). Além disso, quando GLAAD e NHMC decidiram solicitar uma investigação do programa por parte da FCC, outras organizações assinaram a carta encaminhada ao órgão regulamentador: exemplos são a *League of United Latin American Citizens* (LULAC), o *Southern Poverty Law Center* (SPLC), a *Human Rights Campaign* (HRC) e a *United Church of Christ*. Além disso, a própria pressão exercida sobre grandes patrocinadores do programa – como a *AT&T* e a *Time Warner Cable*, que eram patrocinadoras nacionais de José Luis e depois retiraram o apoio – reflete certa composição de uma “arena” em que outros atores, não necessariamente “políticos” no sentido que tenho refletido aqui, mas, ainda assim, atores capazes de influir nas relações deste campo (as empresas que não são do mercado segmentado gay, como a *AT&T* e a *Time Warner*), são acionados via pressão pública e, sobretudo, midiaticizada.

Recordo também do caso Dr. Laura, que expus rapidamente na discussão do programa de José Luís no capítulo três: atores políticos que não as organizações LGBT (neste caso, a GLAAD), mas sim parte da “comunidade LGBT” (jornalistas, ativistas independentes e mesmo ativistas ressentidos com a GLAAD²⁰⁵) foram fundamentais na modificação da estratégia da GLAAD e no próprio resultado final da

²⁰³ Isto ocorreu em março de 2012, enquanto estava nos Estados Unidos. A NOM lançou o boicote, absolutamente fracassado diante do massivo apoio de consumidores à rede de café. O casamento igualitário foi aprovado em Washington durante o período de eleição presidencial do país no final de 2012.

²⁰⁴ O boicote também ocorreu no período em que estive nos EUA. A empresa defendeu a escolha de DeGeneres para a campanha, e “caravanas” foram promovidas pela “comunidade LGBT” para comprar na loja como forma de demonstrar apoio. A *One Million Moms* reconheceu o fracasso da tentativa de boicote e desistiu dele no mês seguinte.

²⁰⁵ Registra Doyle (2005, p.282) sobre isto: “Finally, internet-consultant John Aravosis had been unsuccessful in developing a partnership with GLAAD and a major internet company. Steve Spurgeon said that when he confronted him about why he had blindsided GLAAD with his StopDrLaura.com campaign, Aravosis answered: ‘I wanted to fuck you for leaving me out in the cold.’”.

pressão exercida sobre a *Paramount* (emissora), os patrocinadores do novo show televisivo e sobre a própria Laura Schlessinger. Doyle (2005), analisando a dinâmica do campo no caso Dr. Laura, contextualiza o papel do site e iniciativa ativista *StopDrLaura.com* (SDL) em relação à GLAAD.

Looking at it from the perspective of field dynamics, SDL successfully exploited a vulnerability in GLAAD's propensity to "serve the community by working outside the community," namely that GLAAD's emphasis on working on the inside of powerful institutions obliges the organization to adopt narrow definitions of the community's interests and wishes (i.e. those that best conform to the institutional needs of GLAAD and of the media companies it seeks to influence). SDL's equally professionalized activists exploited this weakness to advance their own positions in the movement field. SDL leaders probably never intended to supplant GLAAD. **They did, however, demonstrate that GLAAD does not necessarily hold the monopoly on gay and lesbian media activism, thereby forcing the organization to take steps to secure its position in the movement and media fields.** These actions considerably shifted the tenuous balance between GLAAD's goals with media companies and its obligations to its gay and lesbian constituencies. (DOYLE, 2005, p.298-99, grifo nosso)

O que procurei demonstrar com a discussão destes dois casos (o do artigo de Guzzo/Veja e o programa de José Luis), além de indicações breves sobre outros, é que cada situação específica de relação tensionada com as representações da mídia engendra atores políticos diversos em ambos os países – e raramente restritos apenas às organizações LGBT e mesmo ao movimento LGBT. Esta percepção, que aqui identifico pela noção de “arena”, clarifica como as interações de ativistas do movimento LGBT, mormente em contextos organizacionais, com os profissionais da mídia e seus veículos é atravessada por outros atores políticos em certos contextos. Não é possível, portanto, predeterminar que atores – embora seja possível identificar recorrências, e um exemplo notório, no Brasil, é a presença constante do CFP no apoio às interações do movimento LGBT com diversos setores como parlamentares, grupos evangélicos fundamentalistas e a própria mídia – vão entrar em ação diante de uma situação que irrompa. A discussão de cada caso, não necessariamente associado à mídia, é que pode desvelar como se processam essas interações entrecruzadas, em que atores políticos diversos podem modificar o peso relativo dos principais atores em determinada relação.

Com isso, propus uma adequação do conceito de “arena”, como posto por Facchini (2009), para melhor refletir, aqui, um campo diferente do campo do movimento LGBT *per se*; isto é, aqui tomo campo como referente a uma constituição conjunta entre movimento LGBT e mídia. Com isso, a “arena” não refere apenas

aqueles que “poderiam se reconhecer a partir das categorias enunciadas no sujeito político do movimento” (p.133), mas também outros atores políticos mais distantes do próprio movimento LGBT e não reconhecidos (nem autoidentificados) como os sujeitos que o movimento representa. Foi assim que considerei a participação de diversos jornalistas, blogueiros, entidades de classe e pesquisadores na discussão do caso Guzzo/Veja.

Tendo em vista a discussão que propus nesta seção final sobre a noção de “arena”, também contribuem, na própria constituição de “arenas” específicas, as questões levantadas nas duas seções anteriores deste capítulo. Os modos de conceber a própria atividade do ativista, e as possibilidades e limites que fatores externos mais amplos (como a cultura de doação, os formatos institucionais e a própria crise de representação entre organizações e “comunidade LGBT”) impõem a essa atividade, também informam sobre que relações são estabelecidas com outros atores políticos externos ao movimento LGBT. No caso de GLAAD, há a prevalência de relações com outras organizações sem fins lucrativos com histórico no campo dos direitos civis no país; também há a articulação intensa de sua base de membros e de outros indivíduos pertencentes à “comunidade LGBT” do país; por fim, há uma presença intensa de ativistas e jornalistas em contextos não organizacionais, sobretudo na mídia e blogosfera gay do país, e, frequentemente, em posição opositiva ou crítica às ações destas organizações (GLAAD, mas também outras como HRC e NLGTF); já as relações com atores associados diretamente ao Estado são bem menores neste caso.

No que respeita ao Brasil, há uma profusão maior de atores políticos externos às organizações LGBT e ao próprio movimento que reagem a situações específicas. Essa profusão não é fruto de uma articulação que parta de uma organização específica – como a ABGLT ou outro grupo LGBT de maior projeção nacional –, mas sim da própria agência de ativistas independentes, blogueiros e certas entidades. Não obstante, algumas relações têm sido constituídas a partir do acionamento, por parte do movimento LGBT, de outros atores políticos. Um exemplo disto são as recorrentes interações (e apoios) que a ABGLT estabelece com entidades como o CFP e a OAB, bem como com sindicatos e outras ONGs em situações específicas. O caso que analisei neste capítulo, do artigo de Guzzo/Veja, revela uma potencialidade pouco previsível dos atores políticos que, em estado latente, podem agir em reação a uma nova representação da mídia sobre a população LGBT ou

suas demandas encampadas pelo movimento LGBT. Cada nova interação, com suas tensões e contingências específicas, produz uma “arena” diferente, com potencialidades que incidem tanto sobre o peso do ator político movimento LGBT (as organizações em especial) nestas interações quanto sobre os resultados finais delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação sobre a relação entre **o movimento LGBT** e a **mídia** foi realizada, em momentos distintos, ao longo de todo o ano de 2012, em dois países: Brasil e Estados Unidos. Aliando observação participante, entrevistas em profundidade e análise documental com a discussão da literatura sobre movimento LGBT nos dois países, procurei estabelecer os termos desta relação. A constituição dela dá-se em termos de representações, diversidade de representações, estratégias de diálogo, agendamento e reação, e responsabilização. A construção que fiz do objeto privilegiou aquilo que chamei de **atores políticos centrais**: organizações, ativistas em posição de liderança (institucional ou não, acadêmica e política), jornalistas e acadêmicos (*scholars*).

O objetivo central da pesquisa foi descrever e analisar, de modo comparativo (mas contextual), como se dá a relação entre a mídia e o movimento LGBT civilmente organizado – através de práticas institucionais e comunicacionais, no Brasil e nos Estados Unidos – e de que maneira a tensão existente entre os principais atores políticos envolvidos (ativistas LGBT e profissionais da mídia) é constitutiva das formas de existência não apenas do ativismo LGBT, mas também das próprias práticas dos veículos da mídia na simbolização deste segmento da população. Certos pressupostos acerca desta problemática foram levados a campo: a presunção de que as relações entre esses dois atores políticos são inerentemente tensionadas; as estratégias empregadas pelos atores políticos LGBT brasileiros nas interações com a mídia não seriam fruto de uma concepção sistemática e institucional de tais interações; as relações que GLAAD estabelece com a mídia nos Estados Unidos seriam de ordem específica em termos estratégicos, financeiros e identitários; haveria aspectos marcadamente culturais sobre as concepções de ser ativista em cada um dos países, bem como nas formas de captação de recursos por parte de organizações LGBT brasileiras e estadunidenses.

No trabalho de campo desenvolvido junto ao escritório da GLAAD, em Los Angeles, durante fevereiro e abril de 2012, identifiquei as tensões, pouco aparentes externamente, presentes no ativismo realizado pelo grupo e nas relações que estabelece com empresas e outras organizações LGBT. Minha experiência etnográfica também expôs as implicações de acesso, em campo, aos processos

decisórios e contraditórios de uma organização com cultura corporativa altamente focada em construir e preservar seu posicionamento institucional num campo concorrido. As ações da GLAAD junto à mídia sempre articulam um aspecto programático, que adere à missão da organização, e outro institucional, que se dá por meio do fortalecimento do nome, da marca e da expertise do grupo em dialogar e lidar com profissionais da mídia, da indústria do entretenimento e da imprensa. O período de minha investigação propiciou a observação da GLAAD num momento de fragilidade interna e externa, com implicações de ordem política (na relação com sua base), financeira (na queda de grandes doadores) e estrutural (na modificação de um quarto de seu quadro de funcionários).

Nas entrevistas realizadas com indivíduos no Brasil, durante quatro meses, percebi rapidamente a complexidade das visões de ativistas, jornalistas e pesquisadores quanto às representações que a mídia produz da população LGBT e às interações que as organizações estabelecem com os veículos de comunicação. Tal complexidade refletia visões e juízos de valor profundamente discordantes em muitos aspectos, apontando para a pluralidade de concepções sobre a mídia, e as dificuldades de direcionar esforços no estabelecimento de relações mais institucionais com os veículos. As avaliações dos entrevistados revelaram certos lugares de fala mais ou menos críticos ao trabalho da mídia, mais ou menos incomodados com a eminente invisibilidade do movimento LGBT (dos movimentos sociais em geral) nas coberturas da imprensa e tensões em outros setores sociais que ecoavam nas entrevistas, como de pesquisadores entre si, de ativistas entre si e entre empresários e certas organizações LGBT.

Uma diferença angular das investigações que realizei nesta pesquisa diz respeito aos lócus de trabalho. Enquanto, nos Estados Unidos, pesquisei (n)uma organização específica, direcionando meu olhar, portanto, para uma instituição e suas práticas, no Brasil havia um “não lócus”. Por isso, inclusive, compreendi este acesso qualitativo a visões de atores específicos, num momento preciso da história do movimento LGBT, como uma grande moldura narrativa. Num mesmo esforço, a escolha de uma organização de ativismo cultural na mídia dos Estados Unidos, a GLAAD, serviu a um duplo empreendimento: metodológico, como forma de tensionamento das visões do pesquisador diante do objeto no cenário brasileiro; e político, com o objetivo de refletir sobre similitudes e diferenças nas formas de fazer ativismo nos dois países quanto ao campo da mídia.

Já o esforço de adensar essa investigação para discutir questões que atravessam todo o movimento LGBT brasileiro parte do desejo de contribuir com uma pesquisa tanto para a tradição de literatura de uma dada interseção temática (i.e., os estudos sobre o movimento LGBT e mídia) quanto para os próprios interlocutores e participantes dela.

Tal construção do objeto tem potencialidades e limitações claras. A meu ver, uma limitação expressiva diz respeito, no caso do Brasil, ao conjunto de entrevistados a que tive acesso (refiro-me aqui à noção clássica, em pesquisa, de acessibilidade, ainda que tenha sido eu a escolher os entrevistados). A pouca presença de mulheres (uma única ativista) e a total ausência de pessoas com identidade trans limitaram, sem dúvida, outros alcances desta discussão. Ainda assim, procurei retratar a relação ainda mais tensionada que pessoas trans, especialmente ativistas e pesquisadoras(es), têm com a representação quase sempre desrespeitosa e desumanizadora que a imprensa produz quando retrata travestis e transexuais – aquelas, sobretudo, em contextos de contravenção.

Já uma potencialidade que me parece expressiva na construção deste objeto é a de uma interlocução em níveis diferentes (de práticas institucionais, de ativismos com tradições diferentes, e de relações específicas em cada país) com uma organização cujo foco ativista é centralizado na mídia, um dos atores políticos da pesquisa. Entendo que a contribuição das discussões sobre o ativismo de GLAAD esteja na abordagem exploratória que empreendi sobre uma temática que tem poucas pesquisas no Brasil. Disso decorre, inclusive, meu entendimento de que seja premente investigar o protagonismo da ABGLT hoje, ou seja, um estudo detido sobre a conformação do movimento LGBT nos anos 2000 parece-me necessário, para entender a hegemonia da ABGLT no cenário nacional. Se hoje a organização já tem 18 anos de existência, produções específicas sobre sua origem e consolidação nesta última década ainda não existem. Espero que um dos resultados desta pesquisa – a identificação do protagonismo desta entidade e do ativista Toni Reis no campo da mídia nacional – auxilie em pesquisas futuras sobre o atual cenário do movimento LGBT brasileiro.

Noutra entrada, pesquisas em contextos regionais parecem-me ser potenciais para compreender dinâmicas diversas e descentralizadas das relações entre ativistas e suas organizações com a mídia e seus profissionais. Outro aspecto destas relações, e que aqui foi abordado por meio do conceito de “arena”,

especialmente quanto ao Brasil, diz respeito ao desenvolvimento de ativismos digitais, em que a “massa” desejada nas ruas – raramente alcançada afora nas Paradas – apresenta-se, rapidamente, em petições online, protestos em redes sociais e na conseqüente midiaticização de demandas. O Brasil tem uma blogosfera vibrante de ativistas, a maioria independentes, que operam de maneira muito similar à blogosfera gay dos Estados Unidos: como contrabalanço às visões hegemônicas sobre as ações e o ativismo das organizações LGBT em relação a outros atores políticos, especialmente o Estado e os partidos políticos no caso brasileiro. Alguns exemplos são iniciativas como os sites *PLC 122* (www.plc122.com.br), *Eleições Hoje* (www.eleicoeshoje.com.br), *Um Outro Olhar* (www.umoutroolhar.com.br), *Boteco Comer de Matula* (www.comerdematula.blogspot.com.br), *Memória/História MHB-MLGBT* (www.memoriamhb.blogspot.com.br) e *Cia. Revolucionária Triângulo Rosa* (www.ciatriangulorosa.info). Embora sejam muito recentes (todos desta década), estes blogs e sites, em conjunto com os perfis de diversos ativistas independentes em redes sociais como *Twitter* e *Facebook*, contribuem imensamente para esta blogosfera ativa e plural.

Ainda que tenha incluído algumas questões sobre as redes sociais e o ativismo digital nas entrevistas, elas não frutificaram suficientemente; ainda assim, procurei dimensionar, ao analisar o caso do artigo de Guzzo/*Veja*, a participação de outros atores políticos externos às organizações LGBT nas interações com a mídia, caso em que a blogosfera e as redes sociais destacaram-se sobremaneira. Um avanço que me parece importante, neste âmbito, é o da identificação das relações destes ativismos digitais com a “crise de representação” que abordei neste trabalho: seriam estes ativistas independentes os próprios indivíduos da “comunidade LGBT” que as organizações civilmente organizadas representariam? Se não, como se configura esta relação entre representantes e representados a partir dos ambientes digitais, aqui tomados como potenciais “descentradores” das organizações LGBT como entes representativos ideais no modelo democrático atual?

* * *

Essas considerações são parciais, e não finais. Elas registram, genericamente, um momento de contínuo fortalecimento de um ativismo moderado e que preza por acessos, diálogos e posicionamento institucional (caso da GLAAD) e outro de efervescência, fortemente associado a protagonismo individual, de relações pontuais, mormente reativas, isoladas e também moderadas (caso do Brasil, em

âmbito nacional). O que me parece comum a ambos os momentos, entretanto, é a direção adotada pelos movimentos LGBT hegemônicos, no Brasil e nos Estados Unidos, pelo caminho da institucionalização e da integração, nos espaços possíveis e em intensidades diferentes, com atores políticos como o Estado, a mídia, o mercado e os partidos políticos. Parece-me, aderindo às ideias de Larry Gross, Vincent Doyle e Urvash Vaid, que a integração (*mainstreaming*) fortaleceu-se e hegemonizou as grandes organizações LGBT dos Estados Unidos no começo dos anos 1990, e que processo similar tem acontecido no Brasil, com suas idiossincrasias (como a relação com partidos políticos), a partir da mesma época, mas, sobretudo, nos anos 2000. Humildemente parafraseando John D’Emilio (2000), sobre o momento que vivia o movimento LGBT dos Estados Unidos no começo dos anos 2000, tais afirmações que faço sobre o processo de integração do movimento LGBT brasileiro, ao menos nas suas principais lideranças e organizações mais proeminentes, com o braço Executivo do Estado e com setores do espectro partidário, são descritivas, e não prescritivas. Se esse processo parece mais intenso em relação ao governo atual, na construção histórica de “parcerias” para a consecução de políticas públicas, as tensões já em curso com relação ao Executivo Federal deixam em suspenso o futuro desta guinada. Já em relação à mídia, como deixei em aberto ao final do capítulo cinco, o atual protagonismo da ABGLT reflete, na verdade, as relações construídas pelo seu então presidente, Toni Reis, nos últimos seis anos. A configuração destas relações nos próximos anos, em face de novos protagonismos, pode fazer avançarem mais relações e o fortalecimento de diálogos interinstitucionais entre organizações LGBT e veículos da mídia ou pode repisar as interações pontuais (que ficarão) diluídas na história.

REFERÊNCIAS

ADAM, Seth. LGBT Community Praises Miss Universe Org for Transgender Inclusion. **GLAAD Blog**, Nova York: Los Angeles, 11 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.glaad.org/blog/lgbt-community-praises-miss-universe-org-transgender-inclusion>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

ADAMI, Vitor H. S. Etnografias como métodos e dados de pesquisas: as experiências etnográficas que atravessam os movimentos Hare Krishna brasileiro e espanhol. In: ANKULEGI, Antropología Elkarte (Ed.) **Teorías y prácticas emergentes en antropología de la religión**. Espanha, v.10, p.21-38, 2008.

ADELMAN, Míriam. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n.14, p.163-171, jun. 2000.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. A Reforma da Representação. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.17-34.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections On The Origin and Spread of Nationalism**. rev. ed. London; New York: Verso, 2006.

ALTMAN, Dennis. Rupture or Continuity? The Internationalization of Gay Identities. **Social Text**, n.48, p.77-94, 1996.

AMARAL, Marcia F.; COLETTI, Luiz H. A homossexualidade em Veja: limites terminológicos e expansões de sentidos. **Eco (UFRJ)**, v. 13, p.155-174, 2010.

ANDRADE, Augusto J. A. **Visibilidade Gay, Cotidiano e Mídia: Grupo Arco-Íris – Consolidação de Uma Estratégia. Um Estudo de Caso**. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2002.

ARNEY, Lance; FERNANDES, Marisa; GREEN, James N. Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, p.317-349, 2003.

ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS, 4., 1998, [Curitiba]. **Ata de Assembleia da ABGLT – 22/08/98**. [Curitiba]: [s.n.], 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT**. Ferdinando Martins, Lilian Romão, Liandro Lindner, Toni Reis. (Org.) [Curitiba]: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS. **Um Novo Marco Legal para as ONGs no Brasil**: fortalecendo a cidadania e a participação democrática. [Brasília]: Maxprint Editora e Gráfica, [2007].

_____. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: acesso a recursos privados. Rio de Janeiro: Abong, 2010.

AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.35-44.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n.21, p.83-108, nov. 2003.

BARROSO, Fernando L. A. **Jornal do Nuances**: a prática midiática de uma ONG de Porto Alegre – RS para o confronto político entre o “gay classe média” e a “bicha bafona”. 2007. 310p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Unisinos, São Leopoldo, 2007.

_____. Os Homossexuais na Mídia Segundo Militantes, Acadêmicos e Jornalistas. In: COSTA, Horácio *et al.* (Org.). **Retratos do Brasil homossexual**: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010, p.549-559.

BECH, Henning. **When Men Meet**. Homosexuality and Modernity. Chicago; Londres: University of Chicago Press, 1997.

BELELI, Iara. “Eles [as] parecem normais”: visibilidade de gays e lésbicas na mídia. **Bagoas: revista de estudos gays**, v.3, n.4, p. 113-130, 2009.

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BERNSTEIN, Mary. Celebration and Suppression: The Strategic Uses of Identity by the Lesbian and Gay Movement. **The American Journal of Sociology**. v.103, n.03, p.531-565, Nov. 1997.

BÉRUBÉ, Allan. **Coming Out Under Fire**. The History of Gay Men and Women in World War Two. Nova York: Plume, 1991.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades**: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e Orientação Sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CAPSUTO, Steven. **Alternate Channels**: The Uncensored Story of Gay & Lesbian Images on Radio and Television. New York: Ballantine Books, 2000.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cad. Pagu**, n.28, p.65-100, 2007.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Visibilidades Mediadas nas Narrativas Jornalísticas**: A cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2000.

_____. **Atores em disputa de sentido**: jornalismo e homofobia nas narrativas da Folha de S. Paulo e O Globo. 2010. 293f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.

CHASIN, Alexandra. **Selling Out**: The Gay and Lesbian Movement Goes to Market. 1st ed. New York: St. Martin's Press, 2000.

CHAUNCEY, George. **Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World, 1890-1940.** Nova York: Basic Books, 1994.

CITELI, Maria T. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002):** revisão crítica. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

COLETTI, Luiz H. **Gays em revista:** a homossexualidade nas páginas da revista *Veja*. 2010. 117f. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Faculdade de Comunicação Social, UFSM, Santa Maria, 2010.

_____. O movimento LGBT e a mídia: uma discussão sobre o papel da *Gay and Lesbian Alliance Against Defamation* (GLAAD) na mídia dos Estados Unidos. In: **Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH**, Salvador, 2012.

_____. Gays na mídia: representação, visibilidade e consumo crítico. In: PASSAMANI, Guilherme R. (Org.). **(Contra) Pontos:** ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual, o combate à homofobia. 1. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012, p. 65-85.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. **Gênero**, v.8, p.207-221, 2007.

_____. A heteronormatividade nas representações de personagens não heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo (1998 a 2008). **Eco (UFRJ)**, v.13, p.175-195, 2010.

_____; SANCHES, Júlio C. Quebrando o complexo de Gabriela: uma análise da transexualidade na telenovela *As filhas da mãe*. **Bagoas: revista de estudos Gays**, v.4, p.167-185, 2010.

_____; BARBOSA, Caio. A Representação da Homossexualidade na Telenovela *Duas Caras*. In: COSTA, Horácio *et al.* (Org.). **Retratos do Brasil homossexual:** fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010, p.561-582.

_____; PIRAJÁ, Tess C. Queridas, mas nem tanto: a representação da travestilidade em *Queridos Amigos*. **Revista FAMECOS**, v.18, p.507-528, 2011.

COMUNICADO – GIAMA FECHA sede e suspende trabalhos. **GIAMA**. Palmas, 2012. Disponível em: <<http://www.giama.com.br/2012/11/comunicado-giama-fecha-sede-e-suspende.html>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CONDE, Michele. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. 2012. 350p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, UFG, Goiânia, 2004.

CONNIFF, Michael L. Voluntary association in Rio, 1870-1945: A New Approach to Urban Social Dynamics. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v.17, n.1, p.64-81, Feb. 1975.

COSTA, Horácio *et al.* (Org.). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

COSTA, Jurandir F. **A inocência e o vício**. Estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

COTTA, Diego de S. **Estratégias de Visibilidade do Movimento LGBT: Campanha Não Homofobia – um estudo de caso**. 2009. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

CROMPTON, Louis. **Homosexuality and Civilization**. Cambridge; London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2003.

DAMATTA, Roberto A. O Ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson O. (Org.). **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.23-75.

DARDE, Vicente W. S. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. **Em Questão**, Porto Alegre, v.14, n.2, p. 223-234, jul./dez. 2008.

_____. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão**. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

DAVIDSON, Craig J.; VALENTINI, Michael G. Cultural Advocacy: A Non-Legal Approach to Fighting Defamation of Lesbians and Gays. **Law and Sexuality: A Review of Lesbian and Gay Legal Issues**, n.2, p.103-29, 1992.

D'EMILIO, John. **Sexual Politics, Sexual Communities**: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940-1970. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

_____. Cycles of Change, Questions of Strategy: The Gay and Lesbian Movement after Fifty Years. In: RIMMERMAN, Craig A.; WALD, Kenneth D.; WILCOX, Clyde. (Eds.) **The Politics of Gay Rights**. The Chicago Series on Sexuality, History, and Society. Chicago: University of Chicago Press, 2000, p.31-53.

DIAS, Maria B. **União Homossexual**: o preconceito & a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

DOYLE, Vincent A. **The Gay and Lesbian Alliance Against Defamation and The Cultural Politics of Mainstreaming**. 2005. 472p. Tese (Doutorado em Comunicação) – University of Massachusetts Amherst, Amherst, 2005.

_____. “But Joan! You’re My Daughter!” The Gay and Lesbian Alliance against Defamation and the Politics of Amnesia. **Radical History Review**, n.100, p.208-221, 2008.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação Social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p.62-83.

EAKLOR, Vicki L. **Queer America**: A LGBT History of the 20th Century. Westport; London: Greenwood Press, 2008.

EPSTEIN, Steven. Gay Politics, Ethnic Identity: The Limits of Social Constructionism. **Socialist Review** n.93/94, p. 9-54, May-August 1987.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, p.81-125, 2003.

_____. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas: revista de estudos gays**, n.04, p.131-158, 2009.

_____; FRANÇA, Isadora L. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n.3, p.54-81, 2009.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa**. Estudo sobre a Aids. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION. **RE: Broadband Industry Practices (WC Docket No. 07-52)**. Nova York, 13 out. 2009. Ofício de Jarrett Barrios à FCC. Disponível em: <<http://apps.fcc.gov/ecfs/comment/view?id=6015293144>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. **RE: Broadband Industry Practices (WC Docket No. 07-52)**. Nova York, 15 jan. 2010. Carta de Jarrett Barrios à FCC. Disponível em: <<http://apps.fcc.gov/ecfs/comment/view?id=6015532700>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. **RE: Proceeding 11-65 involving the AT&T merger with T-Mobile**. Nova York, 31 mai. 2011. Carta de Jarret Barrios e Justin Nelson à FCC. Disponível em: <<http://apps.fcc.gov/ecfs/comment/view?id=7021682707>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANÇA, Isadora L. **Cercas e Pontes**: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia Hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001, p.245-282.

_____; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition?** A political-philosophical exchange. London; New York: Verso, 2003.

FRY, Peter; MACRAE, Edward J. B. N. **O que é homossexualidade.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GAGNON, John H. **An Interpretation of Desire:** Essays in the Study of Sexuality. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

GAMSON, Joshua. Must Identity Movements Self-Destruct? A Queer Dilemma. In: **Social Problems**, vol.42, n.3, p. 390-407, Aug. 1995.

GAY & LESBIAN ALLIANCE AGAINST DEFAMATION. **Network Responsibility Index 2009-2010.** [S.I.]: GLAAD, 2010. Disponível em: <<http://www.glaad.org/files/NRI2010.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Network Responsibility Index 2011-2012.** [S.I.]: GLAAD, 2012. Disponível em: <http://www.glaad.org/files/GLAAD_2012_NRI.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Images of Equality:** 2011-2012 Performance Report. [S.I.]: GLAAD, 2012. Disponível em: <<http://www.glaad.org/files/performance-report-2012.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Commentator Accountability Project.** [S.I.]: GLAAD, 2012. Disponível em: <<http://www.glaad.org/cap/releases/glaad-launches-commentator-accountability-project>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

GLAAD AND MISS Universe Organization Announce Inclusion of Transgender Women in Its Competitions. **GLAAD Site**, Nova York, 10 abr. 2012. Release. Disponível em: <<http://www.glaad.org/releases/glaad-and-miss-universe-organization-announce-inclusion-transgender-women-its-competitions>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

GLAAD RESPONDS to Miss Universe Organization's Statement on Jenna Talackova. **GLAAD Site**, Nova York, 2 abr. 2012. Release. Disponível em: <<http://www.glaad.org/releases/glaad-responds-miss-universe-organizations-statement-jenna-talackova>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GREEN, James. The Emergence of the Brazilian Gay Liberation Movement, 1977-1981. **Latin American Perspectives**, v.21, n.1 [Brazil in Transition: Democratization, Privatization, and Working-Class Resistance], p.38-55, 1994.

_____. **Além do Carnaval: a Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX**. São Paulo, Editora da Unesp, 2000.

_____. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. James N. Green. **Cad. Pagu** n.15, p.271-295, 2000.

_____. Mais amor e mais tesão: a historia da homossexualidade no Brasil. José Gatti entrevista James Green. **Estudos Feministas**, v.08, n.2, p.149-166, 2º sem. 2000.

GRINDON, Gavin. The Notion of Irony in Cultural Activism. In: FIRAT, Begüm Ö.; KURYEL, Aylin. (Eds.) **Cultural Activism: Practices, Dilemmas, and Possibilities**. Thamyris/Intersecting Place, Sex and Race, n.21, 2010, p.21-34.

GROSS, Larry; WOODS, James D. (Eds.) **The Columbia reader on lesbians and gay men in media, society and politics**. New York: Columbia University Press, 1999.

_____. **Up from Invisibility: Lesbian, Gay Men, and the Media in America**. New York: Columbia University Press, 2001.

GUZZO, José R. Parada Gay, cabra e espinafre. **Veja**, São Paulo, Edição 2.295, 14 nov. 2012, p.116-118. Artigo.

HAMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography: principles in practice**. London; New York: Tavistock Publications, 1983.

_____. **Ethnography: principles in practice**. 3rd ed. London; New York: Routledge, 2007.

HARRIS INTERACTIVE. **Pulse of Equality: A Snapshot of U.S. Perspectives on Gay and Transgender People and Policies**. GLAAD, 2008. Disponível em: <<http://www.glaad.org/files/HarrisPoll120308.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, p.289-311, 2003.

INTERVOZES. **Vozes silenciadas**: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. São Paulo: Intervozes, 2011. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/publicacoes/livros/vozes silenciadas/VozesSilenciadas_Final_1009.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

IRZIK, Emrah. A Proposal for Grounded Cultural Activism: Communication Strategies, Adbusters and Social Change. In: FIRAT, Begüm Ö.; KURYEL, Aylin. (Eds.) **Cultural Activism: Practices, Dilemmas, and Possibilities**. *Thamyris/Intersecting Place, Sex and Race*, n.21, 2010, p.137-156.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory**: an introduction. New York: New York University Press, 1996.

KANE, Matt. Jenna Talackova Calls for a More Inclusive Miss Universe Competition. **GLAAD Blog**, Nova York: Los Angeles, 3 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.glaad.org/blog/jenna-talackova-calls-more-inclusive-miss-universe-competition>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

LA PASTINA, Antonio C. The sexual order in brazilian television. **International Journal of Cultural Studies**, v.5, n.1, p.83-99, 2002.

LEAL, Bruno S.; CARVALHO, Carlos A. de. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? **E-Compós** (Brasília), v.12, p.1-16, 2009.

_____; CARVALHO, Carlos A. de. **Jornalismo e Homofobia no Brasil**: mapeamento e reflexões. São Paulo: Intermeios, 2012.

LEITOR. **Veja**, São Paulo, Edição 2.296, 21 nov. 2012. Seção de cartas, p.51.

LETTER TO GLAAD AND NHMC. **LBI MEDIA, INC.**, 7 ago. 2012, via e-mail. Disponível em: <<http://www.glaad.org/files/NHMC-GLAAD-letter.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

LIMA, Venício A. **Mídia: teoria e política**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPES, Denilson. Estudos Gays: panorâmica e proposta. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 10, 2001, Brasília. **Anais do X Encontro da Compós**. Brasília: Compós, 2001.

LOPES, Denilson *et al.* (Org.) **Imagem & Diversidade Sexual: estudos da homocultura**. 1.ed. São Paulo/SP: Nojosa edições, 2004.

LOURO, Guacira L. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

LOYOLA, Maria A. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p.31-39.

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da "Abertura"**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MCQUADE, Aaron. GLAAD's Commentator Accountability Project Explained. **GLAAD Blog**, Nova York: Los Angeles, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.glaad.org/blog/glaads-commentator-accountability-project-explained>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. Bias Is Not Balance: GLAAD Pushes For More Transparent Punditry. **MEDIAITE**, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.mediaite.com/online/bias-is-not-balance-glaad-pushes-for-more-transparent-punditry/>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu**, Campinas, n.39, p.403-429, Dec. 2012.

MONTGOMERY, Kathryn. **Target: Prime Time**. Advocacy Groups and the Struggle Over Entertainment Television. New York: Oxford University Press, 1989.

MORENO, Antonio. **A personagem homossexual no cinema brasileiro**. Niterói: EdUFF, 2002.

MOVEMENT ADVANCEMENT PROJECT. **2011 National LGBT Movement Report:** a Financial Overview of Leading Advocacy Organizations in the LGBT Movement. Denver, CO, 2011. Disponível em: <<http://www.lgbtmap.org/file/2011-national-lgbt-movement-report.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. **2012 National LGBT Movement Report:** a Financial Overview of Leading Advocacy Organizations in the LGBT Movement. Denver, CO, 2012. Disponível em: <<http://www.lgbtmap.org/file/2012-national-lgbt-movement-report.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____; GAY & LESBIAN ALLIANCE AGAINST DEFAMATION. **An Ally's Guide to Terminology:** Talking About LGBT People & Equality. Denver, CO; New York, 2011. Disponível em: <<http://www.lgbtmap.org/file/allys-guide-to-terminology.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v.24, p.95-117, 1995.

NOVO SITE de relacionamentos permite cadastro de cabras e espinafres. **Piauí**, [São Paulo], 2012. Notícia no blog The i-piauí Herald. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/herald/brasil/novo-site-de-relacionamentos-permite-cadastro-de-cabras-e-espinafres>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade:** do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003. 360p.

O'DONNELL, Guillermo. As democracias sul-americanas contemporâneas. In: **Política Externa**, v.11, n.1. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.66-77.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Princípios Editoriais das Organizações Globo.** 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

PARKER, Richard G. **Bodies, pleasures, and passions:** sexual culture in contemporary Brazil. 2nd ed. Nashville: Vanderbilt University Press, 2009.

_____; AGGLETON, Peter. (Eds.) **Culture, society and sexuality:** a reader. 2nd ed. New York: Routledge, 2007.

_____; BARBOSA, Maria Regina (Org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Abia; IMS-Uerj, 1996.

_____; GAGNON, John H. (Eds.) **Conceiving sexuality**: approaches to sex research in a postmodern world. New York and London: Routledge, 1995.

PERET, Luiz E. N. **Do armário à tela global**: a representação social da homossexualidade na telenovela brasileira. 2005. 245f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

PESQUISA SOBRE jornalismo e homofobia revela que movimento organizado e mídia não 'conversam'. Notícias UFMG, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/025428.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PINTO, Céli R. J. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.651-670, 2006.

PIRAJÁ, Tess C. **Das calçadas à tela da TV**: representações de travestis em séries da Rede Globo. 2011. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador, 2011.

PLUMMER, Ken. (Ed.) **Modern homosexualities**: fragments of lesbian and gay experience. London; New York: Routledge, 1992.

_____. **Telling sexual stories**: power, change, and social worlds. London; New York: Routledge, 1995.

PRUDENCIO, Kelly. Mídia e movimentos sociais contemporâneos: a luta do sujeito pela construção do significado. **Comunicação&política**, v.X, n.3, p.95-149, 2003.

QUARTO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ABGLT. **Carta de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: [s.n.], 2011. Recebido por e-mail.

REIS, Roberto A.; MAIA, Rousiley. Do pessoal ao político-legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays. **Revista FAMECOS** (Porto Alegre), n.30, p.46-61, 2006.

REIS, Toni. (Org.) **Relatório do I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids e VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas**. Curitiba: Grupo Dignidade: Itaiprint, 1995. 199p.

RIAL, Carmem S. Antropologia e Mídia: Breve Panorama das Teorias da Comunicação. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, v.9, n.74, p.4-64, 2004.

RUSSO, Jane. O campo da sexologia e seus efeitos sobre a política sexual. In: CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. (Org.) **Sexualidade e política na América Latina [recurso eletrônico]**: histórias, interseções e paradoxos. Rio de Janeiro: ABIA, 2011, p.174-187.

RUSSO, Vito. **The Celluloid Closet: Homosexuality in the Movies**. 2. ed. New York: Harper and Row, 1987.

SANTOS, Carlos N. F. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro: padres, profissionais liberais, técnicos do governo e moradores em geral servindo-se de uma mesma causa. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.2, p.29-60, 1977.

SANTOS, Diógenes S.; OLVEIRA, Victor H. S.; BARROSO, Fernando L. A. Eles e Nós: um estudo sobre a visão do jornal *Lampião da Esquina* sobre a grande imprensa brasileira. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

SANTOS, Rick; GARCIA, Wilton. (Org.). **A escrita de adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil**. São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002.

SCHIAPPA, Edward; GREGG, Peter B.; HEWES, Dean E. The Parasocial Contact Hypothesis. **Communication Monographs**, v.72, n.1, p.92-115, March 2005.

SEDGWICK, Eve K. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SEIDMAN, Steven. Identity and Politics in a “Postmodern” Gay Culture: Some Historical and Conceptual Notes. In: WARNER, Michael. (Ed.) **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993, p.105-142.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia. (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v.1, p. 1-288.

SILVA, Patrícia C. **A heteronormatividade ensinada “tintim por tintim”**: uma análise das revistas *Atrevida* e *Capricho*. 2010. 191f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador, 2010.

SIMÕES NETO, José P. A produção acadêmica sobre diversidade sexual. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v.9, n.28, p.65-81, Dez. 2011.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SMITH, Ben. Gay group chief under pressure over AT&T issues. **POLITICO**, 18 jun. 2011. Disponível em: <http://www.politico.com/blogs/bensmith/0611/Gay_group_chief_under_pressure_over_ATT_issues.html?#>. Acesso em: 20 dez. 2012.

SOARES, Alexandre S. F. **A Homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. 2006. 235f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, UFF, Niterói, 2006.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **MATRIZES**, São Paulo, Ano 5, n.2, p.11-27, jan./jun. 2012.

SOS: GOVERNO DILMA coloca controle social da Aids em risco de extinção. Carta aberta. Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.abiaids.org.br/_img/media/SOS_ONGS-Aids.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Tradução de André Villalobos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura. Etnografia, Meio Ambiente e Comunicação Ambiental. **Caderno Pedagógico** (Lajeado. Impresso), v.8, p.9-28, 2011.

TOTA, Antonio P. **Os americanos**. São Paulo: Contexto, 2009.

TRANSPARENCY IN GLAAD Development and Programs. **GLAAD Site**. [S.l.], Set. 2011. Página Fixa. Disponível em: <<http://www.glaad.org/about/transparency>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRINDADE, Welton D. **Os efeitos das personagens LGBTs de telenovelas nas formação de opinião dos telespectadores sobre a homossexualidade**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica, PUC/SP, São Paulo, 2010.

TRIPLETT, Michael R. How the LGBT Media Toppled the Head of GLAAD. **RE:ACT**, 20 jun. 2011. Disponível em: <<http://nlgjareact.wordpress.com/2011/06/20/how-the-lgbt-media-toppled-the-head-of-glaad/>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

VAID, Urvashi. **Virtual Equality**: The Mainstreaming of Gay and Lesbian Liberation. 1st Anchor Books hardcover ed. New York: Anchor Books, 1995.

VEIGA, Márcia; DARDE, Vicente W. S. A perspectiva heteronormativa: representações de casais homossexuais no Globo Repórter. **Revista PJ:Br**, v.12, n.1, 2009.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson O. (Org.). **A Aventura Sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.36-46.

_____. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (Org.). **Pesquisas Urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p.11-19.

WALTERS, Suzanna D. **All the rage**: The story of gay visibility in America. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

WEEKS, J. **Sexuality and its Discontents**: Meanings, Myths and Modern Sexualities. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.

APÊNDICE A – Minibiografia dos Entrevistados Brasileiros

André Fischer é formado em Economia e criou o *Festival MixBrasil de Cultura e Diversidade* em 1993 e, em seguida, o portal *MixBrasil*, o primeiro do Brasil dedicado à população LGBT. Atualmente, André Fischer é *publisher* da revista gay *JUNIOR*, criada em 2007, e apresenta o programa *CBN Mix Brasil* aos domingos, na rádio CBN, com a jornalista Petria Chaves.

Danilo Motta é jornalista e Mestre em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Já trabalhou nos jornais *O Fluminense* (Niterói) e *O Dia* (Rio de Janeiro), e hoje está no jornal *O Globo* (Rio de Janeiro).

Eduardo Peret é jornalista e Mestre em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde pesquisou a representação social da homossexualidade na telenovela brasileira. Atualmente é assessor de comunicação do IBGE.

Julian Rodrigues é ativista do movimento LGBT de São Paulo e da ABGLT, tendo atuado como assessor parlamentar do Dep. Federal Luciano Zica (PT) nos anos 1990. Foi Coordenador Nacional da Setorial LGBT do PT, e ocupa, atualmente, o cargo de coordenador da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual (CADS) da prefeitura de São Paulo.

Leandro Colling é Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde coordena o grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade (CuS). Foi presidente da ABEH e membro do CNCD/LGBT até dezembro de 2012.

Luiz Mott é fundador do GGB e decano do movimento LGBT brasileiro. É Doutor em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e tem diversas produções sobre populações afro-brasileiras e homossexualidade no período colonial, além de relatórios sobre crimes praticados contra a população LGBT brasileira publicados desde os anos 1980.

Toni Reis é fundador do grupo *Dignidade* (Curitiba), um dos fundadores da ABGLT e Doutor em Educação pela *Universidad de la Empresa* (Montevideu). Atualmente é Secretário de Educação da ABGLT e Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX).

Vitor Angelo é jornalista e escreve o *Blogay*, no jornal *Folha de S. Paulo*, desde janeiro de 2011. Tem formação em cinema pela Universidade de São Paulo (USP) e já trabalhou em diversos veículos de comunicação (GNT, MTV, *Rede TV!*, *Band*, *Contigo* e *Folha de S. Paulo*).

Yone Lindgren é ativista, uma das fundadoras do grupo *Somos*, no Rio de Janeiro em 1978, e participou da criação de diversos grupos de lésbicas. Participou da fundação do *Movimento D'ELLAS*, em 1993, e foi vice-presidente lésbica da ABGLT na gestão 2010-2012.

APÊNDICE B – Aspectos Internos da GLAAD

Aspectos Estruturais e Organizacionais

1. GLAAD tem duas sedes nacionais, ambas em áreas nobres de Nova York e Los Angeles. Os escritórios têm estrutura típica de grandes escritórios, com seções individuais, salas individuais, salas de conferência, cozinha, almoxarifado, arquivo de documentos e servidor central (para *backup* e controle da base de dados);
2. A organização utiliza sistemas internos de comunicação como o *Microsoft Link* (para conversa entre membros) e o *Outlook Express*, configurado para o uso de e-mail corporativo “sobrenome@glaad.org”. Cada funcionário tem sua seção de trabalho com computador (e senha específica), telefone, armários e outros equipamentos de acordo com as funções que desempenha: por exemplo, televisores e HD externo para monitoramentos e gravações; computadores e máquinas específicas para contabilidade;
3. Todos os funcionários (*staff*) cumprem um expediente de oito horas diárias (das 9h às 17h), e cada divisão possui regras internas de produção de relatórios semanais/mensais para o superior imediato, além de reuniões intersetores (Financeiro com o de Gestão de Doadores, por exemplo). Na GLAAD, os três vice-presidentes coordenam os três grandes departamentos e reportam-se ao presidente, e este ao Conselho, que aprova as decisões e relatórios, bem como fornece serviços *pro bono* a partir dos contatos e influências de seus membros (GLAAD utiliza estes serviços frequentemente, como nas reformulações de identidade visual ocorridas em 1998 e 2010, na cotação de anúncios publicitários que faz em revistas e no assessoramento jurídico);
4. No escritório de Los Angeles, dois voluntários compareciam duas vezes por semana (cada), por um período de quatro horas (geralmente, das 10h às 14h), em que faziam atividades na recepção, distribuição e coleta de material postal e atendimentos telefônicos ao público externo. Essas atividades dispensavam que GLAAD mantivesse alguém remunerado na recepção do escritório;
5. GLAAD tem uma estrutura “empresarial”, com gestão de metas, resultados, plano estratégico trienal (desde 1999) e orçamento por setores e projetos. Compete ao presidente, junto com o Conselho de Administração, estabelecer os controles e parâmetros funcionais e financeiros do grupo;
6. O Conselho de Administração (*Board of Directors*) da GLAAD é formado por empresários, executivos da mídia, professores, advogados e outros membros de destaque na comunidade LGBT dos Estados Unidos. O Conselho da GLAAD variou de tamanho ao longo do tempo, e já teve de 13 a 30 membros; em 2012, tinha 19 integrantes. Esses membros convidados também devem ajudar na captação de

recursos, com uma cota anual, seja doando por si mesmos ou trazendo novos doadores à organização. Membros do Conselho não são remunerados;

7. Os mais altos salários na organização são para os cargos de presidente (CEO), COO e vice-presidentes ou diretores-seniores. Joan Garry recebia mais de 108 mil dólares anuais em 1998; já em 2003, o salário dela foi de mais de 228 mil dólares ao ano. No período desta pesquisa, os salários eram um pouco menores, mas ainda assim altos: mais de 186 mil dólares anuais para o presidente Jarrett Barrios (2011), mais de 163 mil dólares para o presidente em exercício Michael Thompson (2011-2012) e mais de 120 mil dólares para o diretor-sênior de Programas e Comunicações Herndon Graddick, atual presidente (2012). Essas remunerações são consideradas as mais altas pagas a ativistas de organizações LGBT dos EUA (mais de 10 mil dólares mensais).

Aspectos Financeiros

1. GLAAD utiliza alguns programas para administrar suas doações e a captação de recursos. O principal deles é o software *Raiser's Edge*, feito especificamente para organizações sem fins lucrativos. Esse *software* permite incluir e administrar novos doadores individuais (pessoas) e corporativos (empresas e fundações);
2. Na GLAAD, diversas fontes de recursos são utilizadas, e todas elas têm peso importante na composição do orçamento anual da organização. Tais recursos são captados por meio de três frentes principais: doadores individuais, doadores corporativos e fundações. Os doadores individuais podem fazer doações que variam de 35 dólares a qualquer quantia, recebendo benefícios progressivos dependendo da categoria. Existem doadores que são considerados mantenedores (*sustainers*) porque fazem doações mensais (de no mínimo 30,42 dólares) para o grupo, o que permite ter um fluxo de dinheiro em caixa adequado. Os grandes doadores são aqueles que doam de 1.500 a 250.000 dólares e têm um membro do *staff* da GLAAD responsável por interagir com eles, mantendo-os informados sobre as ações da organização, além de atuar na captação de novos grandes doadores. Esse membro é responsável, muitas vezes, por manter o diálogo com doadores que, juntos, respondem por mais de 1.5 milhão de dólares do orçamento anual. Os doadores corporativos são empresas que desejam expor a logo e a marca nos materiais da GLAAD, no site e entre a base de membros da organização. Já as fundações fazem doações ou para a organização em si ou para projetos específicos que a fundação queira incentivar dentro da GLAAD (por exemplo, a *Arcus Foundation* já doou mais de 1 milhão de dólares para GLAAD, e parte deste valor é específico para melhorar a representação da população LGBT latina na mídia dos EUA);

3. Formas de doações variam desde doação por correio, por meios eletrônicos (cartão de crédito e *PayPal*, por exemplo), por testamento (herança), ações em bolsas de valores, por celular e por “*matching gift*”. No caso desta última modalidade, uma empresa cobre um percentual da doação de seus funcionários, sendo mais comum que a empresa pague 100% sobre o valor (e.g.: indivíduo doa 50 dólares e a empresa em que ele trabalha doa mais 25 / 50 / 100 dólares);
4. Os recursos que chegam à GLAAD passam pelos setores de Desenvolvimento e de Operações. O primeiro lida com a captação de doadores e recursos, enquanto o segundo executa questões operacionais ligadas a esses valores: há quem administre a base de dados da GLAAD, quem cuide dos dados dos doadores e dos valores doados, e o setor financeiro, que produz relatórios e balancetes, desconta cheques e controla aplicações. Os programas utilizados pela GLAAD nestes setores servem, especialmente, para equacionar duplicações e discrepâncias entre indivíduos, valores, formas de doação e datas;
5. As formas de captação de e diálogo com doadores envolvem ligações telefônicas, correspondências por correio e por e-mail. Os contatos por telefone e material impresso estão cada vez menores, e por isso GLAAD tem uma estrutura digital forte para lidar com o ativismo (e a captação de recursos) digital. Um membro da área de Tecnologia da Informação (TI) é responsável pela manutenção dos servidores, da rede, da conexão, dos equipamentos para conferência entre NY-LA, dos sistemas de comunicação telefônico e instantâneo (rede *glad.org* e *Microsoft Link*), das impressoras, televisores, computadores, HDs, entre outros. Um membro é responsável pela base de dados, outro pela inserção e correção dos dados/prazos financeiros das doações, e outros três membros atuam na interface do site da organização, produzindo e gerenciando conteúdo, ações virais, campanhas, *e-appeals*, etc.

Aspectos Jurídicos

1. GLAAD tem um *status* legal junto ao *Internal Revenue Service* (Receita Federal) dos EUA sob a seção 501(c), que se refere a organizações sem fins lucrativos isentas de certos impostos federais. GLAAD é uma organização 501(c)(3), que se refere a organizações com propósitos educacionais (entre outros). Grupos com este *status* não podem se envolver em apoio a candidatos a cargos públicos e têm atividades de *lobby* bastante limitadas. A perda desse *status* junto à Receita Federal pode causar grandes problemas à saúde financeira de uma organização;
2. Do ponto de vista legal, as finanças da GLAAD precisam passar por auditoria externa, e um extenso formulário conhecido como *Form 990* precisa ser preenchido por um contador anualmente, enviado à Receita Federal e, posteriormente, publicado no site da

organização. Todas as organizações sem fins lucrativos dos EUA devem preencher o *Form 990* para cumprirem os requisitos de isenção de impostos junto ao fisco. Qualquer cidadão pode solicitar à organização que divulgue seu formulário. Até recentemente, GLAAD não disponibilizava o formulário de forma simples no site. Em algum momento de 2012, a organização decidiu reunir de forma simples todos os formulários desde 2008 para consulta livre no site.

Aspectos Práticos – Mídia

1. GLAAD oferece cursos de *media training* para outras organizações e ativistas. Quando identifica um caso importante, o grupo também treina indivíduos LGBT que vão aparecer na mídia para que consigam passar a mensagem que desejam. Estes treinamentos envolvem dezenas de questões sobre vários setores. Destaco algumas apenas como ilustração: [1] uma organização ou ativista que pretenda pautar a mídia (*pitching*) deve identificar, primeiro, seu objetivo (visibilidade, disputa de opiniões sobre algo, aprovação de uma legislação), segundo, a audiência (a oposição, os legisladores, sua base aliada) e, por fim, quais mídias esta audiência consome (jornal, blogs LGBT, canais a cabo); [2] lembrar-se sempre da mensagem central, retomando-a na resposta, mesmo que o entrevistador faça perguntas sobre outro assunto (“*Você está certo, mas eu queria ressaltar como é importante...*”); [3] preparar alguns pontos-chave para falar (*talking points*) de modo a não se esquecer do que precisa ser dito; [4] elaborar frases de efeito e impactantes (*sound bites*), com duração de 5-15 segundos para serem ditas (“*Isso não é sobre privilégios, mas sobre o direito de ser feliz*”); [5] jamais utilizar termos ofensivos e pejorativos, pois, na visão da organização, é importante tornar cada vez mais comuns as expressões que o movimento LGBT utiliza, de modo que sejam incorporadas pela “cultura” (e.g.: não usar “*gay lifestyle*”); [6] evitar jargões e siglas, a menos que esteja falando para uma audiência especializada; [7] usar histórias pessoais, sentenças positivas e dados que sustentem sua ideia (“*Como um jovem gay...*” / “*Eu acredito que...*” / “*Foram mais de vinte casos de homofobia por dia segundo...*”);
2. Um ativista que vá falar à mídia não deve estar bravo ou utilizar linguagem agressiva (“*Este país deve isso aos gays!*”), pois este tom afastaria tanto audiências aliadas quanto aquelas que estão indecisas ou sem opinião completamente formada ainda (*moveable middle*). A audiência que se opõe a suas demandas vai ignorá-lo, a sua base já apoia suas ideias, portanto, você deve enquadrar a mensagem para a audiência indecisa: procure estabelecer bases comuns primeiro (“*Também sou mãe e...*”) antes de tratar de assuntos mais específicos;
3. Espaços na mídia e comportamento: use seções do leitor em jornais e revistas, escreva editoriais de contestação (*op-ed*) a editoriais/artigos publicados, prepare-se para

entrevistas (pontos principais, foco na audiência e não no jornalista, frases curtas de impacto, informações checadas e verdadeiras), respeite os horários e rotinas do jornalista (oferecer pauta pela manhã, e não no horário de fechamento no caso de jornais diários), leve material de apoio para entrevistas a veículos impressos e radiofônicos e considere tudo que for dizer como estando gravado;

4. Para se relacionar com a mídia, elaborar plano de comunicação, aprender técnicas de entrevista, desenvolver relações com jornalistas e produtores, consulte o **Media Essentials**. Disponível em: <<http://www.glaad.org/files/MediaEssentials.pdf>>.

APÊNDICE C – O caso Jarrett Barrios

▶ 02 de junho de 2011

GLAAD endorses AT&T/T-Mobile merger after AT&T screwed us in TN

Fonte: *AmericaBlog*

Link: <http://goo.gl/kirx0>

▶ 03 de junho de 2011

What the Hell is Going On at GLAAD?

Fonte: *The Stranger – Slog*

Link: <http://goo.gl/kB49p>

▶ 07 de junho de 2011

Interview with GLAAD Former Board Co-Chair Laurie Perper

Fonte: *Michelangelo Signorile*

Link: <http://goo.gl/WvfrA>

Executive committee of the GLAAD Board of Directors speaks out to address false information by former board co-chair

Fonte: *GLAAD*

Link: <http://goo.gl/HNcah>

▶ 08 de junho de 2011

GLAAD President Declines to Defend Organization

Fonte: *Michelangelo Signorile*

Link: <http://goo.gl/ZBoJk>

Interview: GLAAD President Addresses Recent Controversies

Fonte: *The Bilerico Project*

Link: <http://goo.gl/lgnpM>

▶ 10 de junho de 2011

AT&T gave cash to merger backers

Fonte: *Politico*

Link: <http://goo.gl/9WKPQ>

▶ **12 de junho de 2011**

Examining Other Minority Groups' Opposition to Net Neutrality, Support of AT&T Merger

Fonte: *The Bilerico Project*

Link: <http://goo.gl/8BRur>

▶ **18 de junho de 2011**

UPDATED: GLAAD's communication breakdown; Barrios voted out

Fonte: *Washington Blade*

Link: <http://goo.gl/HlgDh>

Gay group chief under pressure over AT&T issues

Fonte: *Politico*

Link: <http://goo.gl/75SzS>

▶ **19 de junho de 2011**

GLAAD chief resigns, but fallout continues

Fonte: *Politico*

Link: <http://goo.gl/jbPXN>

▶ **20 de junho de 2011**

GLAAD/AT&T Fallout Continues as New Groups Admit Involvement

Fonte: *The Bilerico Project*

Link: <http://goo.gl/Z0Nuu>

How the LGBT Media Toppled the Head of GLAAD

Fonte: *NLGJA Blog*

Link: <http://goo.gl/G36BQ>

Gay T & T

Fonte: *Metro Weekly*

Link: <http://goo.gl/HKZqx>

Is Barrios Trying to Get GLAAD Board to Save Him?

Fonte: *Michelangelo Signorile*

Link: <http://goo.gl/v7b4r>

▶ **21 de junho de 2011**

The Scandal Grows: Gay AT&T Lobbyist's Role Exposed

Fonte: *The Bilerico Project*

Link: <http://goo.gl/reJ1i>

GLAAD, AT&T, Barrios: The Fallout ContinuesFonte: *Michelangelo Signorile*Link: <http://goo.gl/NJJ3d>**▶ 22 de junho de 2011****6 GLAAD Board Members Resign; Coronado Remains**Fonte: *The Bilerico Project*Link: <http://goo.gl/tTP5x>**▶ 23 de junho de 2011****Six GLAAD board members resign amid AT&T flap**Fonte: *Politico*Link: <http://goo.gl/phVUr>**GLAAD Board of Directors announces resignation of president Jarrett Barrios**Fonte: *GLAAD*Link: <http://goo.gl/uGDNi>**GLAAD Announces Acting President, Coronado's Resignation**Fonte: *The Bilerico Project*Link: <http://goo.gl/GM5ki>**▶ 23 de janeiro de 2012****GLAAD Cuts Staff After AT&T Scandal Fundraising Fallout**Fonte: *The Bilerico Project*Link: <http://goo.gl/aBZIF>

APÊNDICE D – Pro-LGBT Corporations In Brazil

Overview

Most companies and corporations that somehow support LGBT community and its activities in Brazil are semi-public ones, which means that the Fed Gov is the major shareholder. I highlight below some points about these corporations and their global and regional (Latin America) range in its sectors.

Petrobrás, *Caixa Econômica Federal*, CEF (Federal Savings Bank), *Banco do Brasil* (Bank of Brazil) and *Vale* are the major sponsors and/or supporters of LGBT community activities in Brazil. All them are big corporations in their sectors and also leaders in Latin America.

Petrobrás sponsored twice the two biggest Pride Parades of Brazil: in São Paulo and Rio de Janeiro. Petrobrás is the largest company in the Southern Hemisphere by market capitalization and the largest in Latin America measured by 2011 revenues. It is also the largest sponsor of culture in Brazil since the 1990s.

CEF is the largest government-owned financial institution in Latin America. It is one of the largest banks in Brazil and in Latin America by assets. CEF sponsored São Paulo Pride Parade in 2007 and also the biggest cinema festival of sexual diversity in Latin America.

Banco do Brasil (BB) is the largest Brazilian and Latin American bank by assets, and the third by market value. It's controlled by the Fed Gov but its stock is traded at the São Paulo Stock Exchange and its management follows standard international banking practices. I didn't find any specific sponsor of BB to LGBT community, but it has a clear sponsorship policy that states BB give priority to "*citizenship furthering - project's efforts to advance citizenship, respect to equality and racial, gender and **sexual orientation** issues*"; it also states BB doesn't sponsor projects that "*present discrimination based on racial, religious, sexual orientation or any other kind of prejudice*".

Vale sponsored Rio Pride Parade, although I couldn't find info about it in its annual reports. Vale is the second-largest mining company in the world and the largest company, in any sector, in Latin America (it's among the 12th largest corporations in the world). *Vale* was a public company until 1997 when it was privatized.

Diversity policies

All corporations mentioned above have diversity policies which include sexual orientation diversity, although gender identity issues are not clear. Besides them, I found data suggesting that **HP** (Brasil) and **IBM** (Brasil) also have diversity policies regarding sexual orientation. Other data show that many different companies of small and medium size have diversity policies, but to name all them would demand a long and deep research.

Supports

Many small supports were made to LGBT community activities by other companies in Brazil, although it's kind controversial their main purpose was social responsibility. These includes **TAM Viagens** (TAM S.A.), **AmBev** and **Vivo** (*). It's also often usual that beer and condom companies support somehow Pride Parades in Brazil in face of the opportunity to reach out a large audience in such events. I also included below two specific ads made by different companies regarding LGBT families. They are not directly sponsoring or supporting LGBT community activities, but that kind of ad it's not common in Brazil since major companies and corporations are very conservative in their advertising campaigns.

Companies

Company <i>Petrobrás</i>	Sector <i>oil company</i>
Detail <i>sponsorships to Pride Parades in Rio de Janeiro and São Paulo (2010-11)</i>	Action range (of sponsor) <i>national</i>
	More <i>2010 and 2011 editions of SP Pride Parade (\$110.000 each year) and 2010 edition of RJ Pride Parade (\$84.000) – see 2010 report and 2011 report</i>

Company <i>Caixa Econômica Federal</i>	Sector <i>banking</i>
Detail <i>sponsorships to São Paulo Pride Parade and 15th Mix Brasil Cinema and Video Festival of Sexual Diversity (2007)</i>	Action range (of sponsor) <i>national</i>
	More <i>sponsorship of \$67.000 – see 2007 report</i>

Company <i>Vale</i>	Sector <i>mining company</i>
Detail <i>sponsorship</i>	Action range (of sponsor) <i>national</i>
	More <i>sponsorship to Rio Pride Parade; year and amount not found; info provided by Parade organizer</i>

Company <i>Vivo (Vivo arte.mov)</i>	Sector <i>mobile carrier</i>
Detail <i>cultural sponsorship (2011)</i>	Action range (of sponsor) <i>local (Santarém, PA)</i>
	More <i>doc production about a gay game called “Gaymada”</i>

→ **Vivo S.A.** is the largest mobile phone service provider in Brazil and in South America with over 60 million users. It originated from the merger of several Brazilian mobile phone operations under a joint-venture owned equally by Portugal Telecom (PT) and Spain's Telefónica.

Company <i>Nicomed (Nebacetin)</i>	Sector <i>pharmaceutical</i>
Detail <i>TV ad with gay couple (2008)</i>	Action range <i>national</i>
	More <i>specific site and a version of “The Game of Life” called “Modern Families”</i>

Company <i>Unimed</i>	Sector <i>health insurance company</i>
Detail <i>TV ad with gay couple (2005)</i>	Action range <i>local (Blumenau, SC)</i>
	More <i>TV, outdoor, busdoor, banner and folder</i>

(*)

TAM Viagens (from *TAM Airlines*) is Brazil's and Latin America's largest airline. According to the National Civil Aviation Agency of Brazil (ANAC) in December 2011 TAM had 40.45% of the domestic and 88.94% of the international market shares in terms of passengers per kilometre flown.

AmBev is the biggest brewery in Latin America and the fifth in the world and operates in 14 countries in the Americas. As the largest PepsiCo bottler outside United States, it sells and distributes PepsiCo products in Brazil and other Latin American countries.

ANEXO A – GLAAD Office Directory²⁰⁶

OFFICE DIRECTORY



LOS ANGELES - 5455 Wilshire Boulevard, Suite 1500, Los Angeles, CA 90036-4204		tel. 323.933.2240
Nick Adams	Media Awards Communications Manager	
Juan Barajas	Deputy Director of Development	
Jovan Bowles	Associate Director of Events	
Luiz Henrique Coletto	Spanish Language Intern	
Nick Contino	Director of IT	
Max Gouttebroze	Entertainment Media Strategist	
Kevin Huynh	Events Coordinator	
Shikha Jain Cruz	Director of Corporate & Foundation Relations	
Matt Kane	Associate Director of Entertainment Media	
Arnaldo Ochoa	Senior Bookkeeper	
Matt Oxley	Director of Finance/Controller	
Brian Pacheco	Spanish Language Media Strategist	
Andy Sheng	Database Administrator	
Melanie Simangan	Corporate & Foundation Relations Manager	
Mike Thompson	Acting President	
Monica Trasandes	Director of Spanish Language Media	
Roman Valdez	Donor Services Manager	
Charlotte Wells	Senior Director of Operations	
Melanie Whitney	Events Coordinator	
Doreen Zetterlund	Associate Director of Membership	
NEW YORK - 104 West 29th Street, 4 th Floor, New York, NY 10001-5310		tel. 212.629.3322
Seth Adam	Communications & Publications Manager	
Brendan Davis	Media Research Associate	
Anoush d'Orville	IT Consultant	
April Domino	Office Administrator	
Eric Douglas	Senior Director of Development	
Rich Ferraro	Director of Communications	
Michael Fountas	Senior Events Manager	
Johnny Gonzales	Senior Events Manager	
Herndon Graddick	Senior Director of Programs & Communications	
Danny Heffernan	Advertising & Campaigns Fellow	
Daryl Hannah	Associate Director of News & Field Media	
Lane Hosmer	Director of Corporate Relations	
Nicole Latimer	Religion Faith & Value Media Intern	
Miriam Lazewatsky	Faith & Campaigns Fellow	
Kimberley McLeod	COAD Media Field Strategist	
Aaron McQuade	Director of News & Field Media	
Ross Murray	Director of Religion Faith & Values	
Allison Palmer	Director of Digital Initiatives	
Shae Smith	Online Production Coordinator	
Justin Ward	Senior Media Field Strategist	
Jonathan Yantz	Digital Initiatives Fellow	

For Board and Staff internal use only. Cell phone numbers are NOT to be released without express permission.

LA Conference Rm.
LA Front Desk
NY Small Conference Rm.
NY Conference Rm.

2/24/12

²⁰⁶ Este anexo reproduz o arquivo *Office Directory* de 24 de fevereiro de 2012. Removi do original os e-mails e contatos telefônicos.